

Kelly Pellizari

**O Jogo de Poder entre os Atores Sociais Coletivos
e os Imigrantes nas cidades de Cuiabá e São Paulo**

Belo Horizonte - MG
2019

Kelly Pellizari

**O Jogo de Poder entre os Atores Sociais Coletivos
e os Imigrantes nas cidades de Cuiabá e São Paulo**

Tese apresentada a banca de qualificação de doutorado em Administração do Programa da Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de doutorado em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carvalho Neto

Belo Horizonte - MG
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

P391j Pellizari, Kelly
O jogo de poder entre os atores sociais coletivos e os imigrantes nas cidades de Cuiabá e São Paulo / Kelly Pellizari. Belo Horizonte, 2019.
267 f.

Orientador: Antonio Carvalho Neto
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Administração

1. Imigrantes - Cuiabá (MT). 2. Imigrantes - São Paulo (Estado). 3. Trabalhadores estrangeiros. 3. Relações trabalhistas. 4. Poder (Ciências sociais). 5. Mediação. 6. Ideologia. I. Carvalho Neto, Antonio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 331

Kelly Pellizari

**O Jogo de Poder entre os Atores Sociais Coletivos
e os Imigrantes nas cidades de Cuiabá e São Paulo**

Tese apresentada a banca de defesa de doutorado em Administração do Programa da Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de doutorado em Administração.

Orientador Prof. Dr. Antonio Carvalho Neto (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Avaliador 1 Prof. Dr. Marcelo de Rezende Pinto (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Avaliador 2 Prof^a. Dra. Carolina Maria Mota Santos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Avaliador 3 Prof. Dr. Anderson de Souza Sant'Anna (Fundação Getúlio Vargas- FGV)

Avaliador 4 Prof^a. Dra. Helenice Joviano Roque-Faria (Universidade de Brasília- UnB)

Belo Horizonte, 28 de Março de 2019.

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos os migrantes que deixam para trás uma vida ao se lançarem ao mundo - ou serem lançados -, por opção ou obrigados, acreditando que há possibilidades de outra vida ainda melhor em um lugar longínquo. Dedico especialmente àqueles migrantes que, assim como eu, não deixam de sonhar com um dia de amanhã melhor que todos os já vividos, mesmo que descrentes no ser humano, e agora, já não mais como eu, conseguem ser capazes de olhar para quem os flagela sem mágoa.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por tudo. Por me conceder ao longo deste tempo de estudos coragem, força e sabedoria para discernir que há coisas passíveis de compreensão pela ciência e pela razão, e outras que simplesmente existem e ponto. Por me conceder persistência diante de todas as dificuldades enfrentadas ao longo deste trabalho, dentre elas as lágrimas diante de diferentes rostos e histórias; elas me atrapalharam na coleta de dados, mas ainda assim agradeço, porque me fizeram lembrar que ainda sou sensível ao meu semelhante.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas e ao Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA da PUC Minas por mais uma vez me receberem para uma nova etapa, estreitando os laços iniciados no Mestrado.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA da PUC Minas, sobretudo aqueles que tive a oportunidade de conviver durante nossas inesquecíveis aulas e momentos de estudo. Do mesmo modo, agradeço também ao Núcleo de Estudos de Recursos Humanos e Relação de Trabalho – NERHURT – e a todos os seus membros que dedicam seus estudos às diferentes faces das Migrações e compartilham comigo o encantamento por esta temática, em especial às minhas queridas amigas Fernanda Versiane e Mariana Caeiro.

À FAPEMIG, por ter me permitido ingressar no doutorado, fomentando financeiramente meus estudos em um primeiro momento, até que eu conseguisse uma forma de fazê-lo que, para minha surpresa, veio antes do esperado com minha aprovação como docente na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Deste modo, já quero reiterar meus sinceros agradecimentos à UFMT enquanto instituição que me acolheu como profissional, em especial a todos os meus colegas de trabalho e amigos professores da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC, por compreender a importância da conclusão deste estudo, e por possibilitarem minha ausência laboral neste momento de reflexão.

Agradeço com todo carinho ao professor Dr. Antônio Carvalho Neto, meu hoje e sempre inesquecível orientador. Tudo que eu disser aqui não será o bastante, mas quero agradecer-lo pelos incentivos não restritos apenas à área acadêmica e profissional, pela compreensão, pela paciência e, sobretudo, por acreditar e confiar em mim. Nossos laços de confiança se reforçaram com a pesquisa e com a distância, amadureceram ao longo destes anos de estudo juntos, o que me engrandeceu enquanto pesquisadora e me encheu de orgulho

enquanto sua aluna. “Gratidão eterna Toninho”.

Aos professores doutores Rafael Alcadipani, Marcelo Rezende Pinto, Carolina Motta e Anderson Sant’ana, pelas valorosas contribuições apresentadas durante a banca de qualificação desta tese. E reitero os agradecimentos à banca de defesa desta tese por se dispor a ler meu trabalho e se propor a refletir comigo neste universo em que transito.

Agradeço a todos os meus entrevistados por contribuírem com minha pesquisa, pela paciência e confiança no meu trabalho enquanto pesquisadora. Em especial a todos os imigrantes que compartilharam comigo suas histórias, tristes e felizes e, com isso, proporcionaram-me olhar para este tema e perceber através dele a complexidade do ser humano. A todas as instituições que me acolheram e que compartilharam saberes e experiências que enriqueceram meu trabalho e me proporcionaram vivenciar um pouco o “surpreendente mundo da imigração”. Agradeço pontualmente à Missão Paz e ao Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá. Gratidão a todas as pessoas que atuam nestes espaços e que me privilegiaram com sua convivência durante o tempo em que estive presente, em especial aos verdadeiros amigos que construí nestes espaços e que hoje me fazem chorar de saudade.

Aos meus amigos, os de perto e os de longe; os recentes e os antigos; aos que perdi pelo caminho por falta de irrigar a plantinha da amizade mas, sobretudo, aos que resistiram ao meu lado até aqui, por nossa verdadeira e persistente amizade. Agradeço aqueles que acreditaram que eu cumpriria com meu propósito, mas agradeço também àqueles que não acreditaram que eu chegaria ao fim desta etapa, pois estes me desafiaram e se configuraram como meus mais aptos incentivadores.

Agradeço com carinho a toda minha família, aos meus queridos pais, Leonir e Terezinha, e irmãos Carla e André Luiz, que mesmo sem muito compreender essa loucura que tenho vivido apoiaram-me e torceram por mim. Minha gratidão especial à Agnes Aarestrup Alves (*in memorium*), por ter nos acolhido em seu lar e apoiado incondicionalmente nosso projeto de vida. Ao Henrique Roriz Aarestrup Alves, pela compreensão, pela paciência, pelas mais variadas formas de ajuda, mas sobretudo por se fazer presente quando eu estive ausente. Por fim, agradeço de todo meu coração ao meu Pedro Henrique, anjo que Deus colocou em meus braços e que eu chamo carinhosamente de filho: que tudo que te privei em função deste trabalho possa ser por você, um dia, ressignificado e ganhe outra conotação; que simbolize meu esforço e desejo de buscar e lhe oferecer o melhor, e que fiz isso tudo por amor a você... e assim, cada linha aqui escrita terá outro sentido também para mim.

Brasil, um país de imigração

Que atire a primeira pedra quem nunca teve nódoas de emigração a manchar-lhe a árvore genealógica... Tal como na fábula do lobo mau que acusava o inocente cordeirinho de lhe turvar a água do regato onde ambos bebiam, se tu não emigraste, emigrou o teu pai, e se o teu pai não precisou de mudar de sítio foi porque o teu avô, antes dele, não teve outro remédio que ir, de vida às costas, à procura do pão que a sua terra lhe negava.

José Saramago (*O Caderno de Saramago*, 2009)

Para o migrante, Pátria é a terra que lhe dá o pão.

(*João Batista Scalabrini*)

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?

Michel Foucault (*A Ordem do Discurso*, 2003)

Resumo

A imigração como fenômeno social mostra-se complexa e passível de observação à luz de diferentes aspectos, sendo um deles o mercado de trabalho. Os imigrantes, devido ao fato de os fluxos migratórios no mundo terem se intensificado, trazem novas demandas ao mercado de trabalho contemporâneo, e prospectar os impactos e efeitos desse processo nas relações de trabalho torna-se não apenas oportuno, mas necessário, considerando estudos como os de Clark e Drinkwater (2008), Cooke e Wood (2011), Tannock (2013) e Cooke e Wood (2014). A presença de imigrantes como atores das relações de trabalho pode ser promotora de interações diferentes daquelas geradas entre atores sociais pertencentes a um mesmo país. Neste sentido, buscou-se compreender como se manifestam as relações de poder que integram as relações de trabalho entre empregadores, imigrantes e demais atores sociais. De modo específico, busca-se investigar como se estabelecem as relações de poder nas relações de trabalho entre os imigrantes e empregadores nacionais, observando-se o “(des)equilíbrio”¹ de poder nestas relações, além de avaliar o papel dos mediadores, os quais se configuram como novos atores sociais nas relações de trabalho, como por exemplo, as associações de imigrantes e as organizações que os acolhem. A metodologia utilizada foi a *Grounded Theory* em sua vertente construtivista proposta por Charmaz (2009). Esse método permite estabelecer conexões a partir dos simultâneos processos de observação, coleta, análise e refinamento de dados após as variadas imersões a campo. Ao longo desta pesquisa, foram realizadas 90 entrevistas durante os 35 processos de imersões a campo, em que foi possível observar 21 instituições ou espaços em que os imigrantes circulam ou acessam na busca por serviços e/ou trabalho. Diretamente, foram entrevistados 57 imigrantes de diferentes nacionalidades e 17 empregadores em dois contextos nacionais diversos, em São Paulo-SP e em Cuiabá-MT. A pesquisa também contemplou entrevistas com representantes de associações de imigrantes e de duas das principais instituições de acolhida aos imigrantes em São Paulo-SP e Cuiabá-MT. Acredita-se que esta perspectiva metodológica possibilitou compreender as dinâmicas das relações de poder conforme pautadas por Foucault (2005) e sua interface com a perspectiva de Thompson (2011), que utiliza o conceito de ideologia não como o consenso de valores coletivos, redirecionando-o para o modo de como o sentido se mobiliza para manutenção e propagação das relações de dominação presentes na assimetria do poder entre os atores sociais. Deste modo, as construções ideológicas que posicionam os atores no jogo de forças

¹ Utilizar-se-á este termo no sentido de não se realizar julgamentos prévios acerca do construto que se observa.

presentes nas RTs parecem se articular de modo a sustentar posições de poder em determinados espaços. Assim, em muitos casos, o trabalho mostra-se elemento vinculador entre os atores, transitando entre as duas principais ideologias: a do empregador dominante (ética do capital pelo próprio capital) e a do imigrante submetido (ética do capital pela necessidade de sobrevivência). As Premissas Gerais podem ser consideradas fruto de sucessivos refinamentos de dados, apresentando a interação entre os atores das relações de trabalho em meio à assimetria do poder. Essas interações assimétricas de poder apresentam elementos que culminaram nas Premissas Conceituais como uma forma de manifestação das relações de poder entre os atores observados.

Palavras-chave: Imigrantes. Relações de trabalho. Relações de poder. Ideologia.

Abstract

Immigration as a social phenomenon is complex and liable to observation in the light of different aspects, one of which is the labor market. Immigrants, due to the fact that migratory flows in the world have been intensified, bring new demands to the contemporary labor market, and prospecting the impacts and effects of this process in labor relations (LRs) becomes not only timely but also necessary, considering studies such as those of Clark and Drinkwater (2008), Cooke and Wood (2011), Tannock (2013) and Cooke and Wood (2014). The presence of immigrants as actors of labor relations can be the promoter of interactions different from those generated among social actors belonging to the same country. In this way, it was sought to understand how the power relations that integrate the labor relations among employers, immigrants and other social actors manifest themselves. Specifically, it is sought to investigate how power relations are established in labor relations between immigrants and national employers, observing the "(im)balance"² of power in these relations, besides evaluating the role of mediators, that are configured as new social actors in labor relations, such as, the immigrant associations and the organizations that host them. The methodology used was the Grounded Theory in its constructivist side proposed by Charmaz (2009). This method allows to establish connections from the simultaneous processes of observation, collection, analysis and data refinement after the various field immersions. Throughout this research, 90 interviews were conducted during the 35 field immersion processes, in which it was possible to observe 21 institutions or spaces where immigrants circulate or access in the search for services and/or work. Directly, 57 immigrants of different nationalities and 17 employers were interviewed in two diverse national contexts, in São Paulo-SP and in Cuiabá-MT. The research also included interviews with representatives of immigrant associations and two of the main shelter institutions for immigrants in São Paulo-SP and Cuiabá-MT. It is believed that this methodological perspective made it possible to understand the dynamics of power relations according to Foucault (2005) and its interface with the perspective of Thompson (2011), who uses the concept of ideology not as the consensus of collective values, redirecting it to the way how meaning is mobilized for the maintenance and propagation of relations of domination present in the asymmetry of power among the social actors. This way, the ideological constructions that place the actors in the game of forces present in the LRs seem to be articulated in order to support positions of power in certain spaces. Thus, in many cases, work is shown as a linking element among the actors, moving between the two main ideologies: that of the dominant employer (the ethics of

² This term will be used in the sense of not making previous judgments about the construct that is observed

capital by the capital itself) and that of the subjugated immigrant (the ethics of capital due to the need for survival). The General Assumptions can be considered as the result of successive data refinements, presenting the interaction among the actors of labor relations amidst the asymmetry of power. These asymmetric interactions of power present elements that culminated with the Conceptual Premises as a way of manifestation of the relations of power among the observed actors.

Keywords: Immigrants. Labor relations. Power relations. Ideology.

Sumário

1 Introdução	17
2 Metodologia	22
2.1 A <i>Grounded Theory</i> e seus desdobramentos na concepção de Charmaz (2009).....	22
ETAPA INICIAL DE PESQUISA	39
3 Imigração contemporânea no Brasil: principais aspectos	39
3.1 Mergulho no campo: Missão Paz	39
3.2 O contexto contemporâneo de imigração no Brasil - I Aporte Teórico	67
4 Imigração e Relações de Trabalho	92
4.1 Mergulho no campo: Curso de Português para Imigrantes no IFMT-Sinop/MT	93
4.2 Mergulho no campo: As relações de trabalho e o mercado de trabalho em MT	97
4.3 Relações de trabalho e o atual mercado de trabalho brasileiro - II Aporte Teórico	103
ETAPA FOCALIZADA DA PESQUISA	114
5 O contexto de imigração e relações de trabalho em Cuiabá-MT	114
5.1 Mergulho no campo: Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá- CPM	116
5.2 Imigração <i>versus</i> relações de trabalho <i>versus</i> relações de poder	129
6 As relações de poder entre os atores sociais coletivos das Relações de Trabalho ..	136
6.1 As relações de poder: perspectiva de Michel Foucault – III Aporte teórico	136
6.2 Mergulho no campo: Relações de poder entre imigrantes e empregadores na região de Cuiabá	149
6.3 O discurso e as relações de poder: ADC- IV Aporte teórico	156
6.3.1 O discursivo: a análise de discurso crítica – ADC	156
6.3.2 Ideologia e poder	164
6.3.3 Os modos de operação da ideologia de acordo com Thompson	168
ETAPA DE TEORIZAÇÃO DOS DADOS	175
7 Modos de operação da ideologia no jogo de poder entre os atores das RTs	175
7.1 O jogo de poder entre os empregadores e os imigrantes (EI)	183
7.2 O jogo de poder entre os imigrantes e os mediadores (IM)	199
7.3 O jogo de poder entre os empregadores e os mediadores (EM)	200

7.4 O jogo de poder entre os empregadores, imigrantes e mediadores (EIM)	224
8 Considerações finais e (In)conclusões	239
Referências	247

Lista Siglas e Abreviações

ACD- Análise Crítica do Discurso

ACNUR-Alto Comissariado das Nações unidas para refugiados

AD - Análise de Discurso

ADC- Análise de Discurso Crítica

CDHIC- Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante

CELADE - División de Población de la CEPAL

CEM- Centro de Estudos Migratórios

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNIg - Conselho Nacional de Imigração

COETRAE/MT - Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo de Mato Grosso

CONARE- Comitê Nacional para os Refugiados

CPM- Centro de Pastoral para Migrantes

EI - Empregadores e o os imigrantes

EIM – Empregadores, imigrantes e mediadores

EM - Empregadores e os mediadores

FACC- Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

FAPEMIG – Fundação de Amparo a Pesquisa do estado de Minas Gerais

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMT - Instituto Federal de Mato Grosso

IM- Imigrantes e mediadores

IMDH- Instituto de Migrações e Direitos Humanos

MEIs- Microempreendedores Individuais

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NEPO - Núcleo de Estudos de População

NERHURT- Núcleo de Estudos de Recursos Humanos e Relação de Trabalho

OBMIGRA- Observatório das migrações internacionais

OIM- Organização Internacional das Migrações

OIT- Organização internacional do trabalho

PPGA- Programa de Pós-Graduação em Administração

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RTs – relações de Trabalho

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI- Serviço Social da Indústria

SIMI- Scalabrini International Migration

SINCRE - Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros

SRTE-MT- Superintendência Regional do Trabalho e emprego de Mato Grosso

SUS - Sistema Único de Saúde

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UnB- Universidade de Brasília

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

USP- Universidade de São Paulo

Lista de Quadros

Quadro 01- Coleta de dados conforme as imersões no campo	26
Quadro 02- Sistematização do refinamento de dados	32
Quadro 03- Sistematização dos Memorandos	35
Quadro 04- Breve perfil dos imigrantes entrevistados	36
Quadro 05 - Resoluções Normativas (RN) para autorização de trabalho de um a dois anos no Brasil a estrangeiros	78
Quadro 06 – Os três Foucault- critérios ontológicos de Morey (1991)	138
Quadro 07 - Modos de operação da ideologia	172
Quadro 08- Compilação dos memorandos	178
Quadro 09- Interação entre Empregadores e Imigrantes (EI)	184
Quadro 10- Interação entre Imigrantes e Mediadores (IM)	184
Quadro 11- Interação entre Empregadores e Mediadores (EM)	210
Quadro 12- Interação entre Empregadores, Imigrantes e Mediadores (EIM)	224

Lista de Esquemas

Esquema 01 - Sistematização do processo da Teoria Fundamentada	30
Esquema 02 - Pontos de interseção a serem enfocados nas análises	176
Esquema 03 - Circulação do sentido das construções simbólicas nas RTs observadas	177
Esquema 04 - Mapa conceitual da pesquisa	182

1 Introdução

Nem sempre as escolhas são dadas aos indivíduos; em se tratando de temáticas de pesquisa, nem sempre o pesquisador tem poder de escolha de seu objeto. Tal qual propõe a *Grounded Theory*, o pesquisador é quem pode ser o escolhido Charmaz (2009). Para efeitos deste trabalho, acredita-se nesta premissa, já que o fenômeno social que se propôs estudar pareceu estender o convite à pesquisadora, que apenas o aceitou, sem mesmo se dar conta de que sua “escolha” é fruto de uma construção sócio-histórica-cultural, que lhe é também íntima.

Em meados dos anos de 2013 até 2015, algumas cidades, como as do norte mato-grossense, passaram a se deparar com um novo fenômeno social, ou seja, a imigração, o que não é algo tão inovador assim, já que, há cerca de 40 a 50 anos, a região fora colonizada por migrantes internos, em sua maioria oriunda do sul do país. No entanto, esse processo pareceu algo nunca vivenciado ou experimentado anteriormente pelos que ali se encontravam. A temática, que antes parecia não ter relevância e sequer era mencionada, a não ser durante manchetes de jornais de veiculação nacional que informavam sobre as imigrações contemporâneas, passou a fazer parte das discussões cotidianas e de mobilização de setores da sociedade local, no sentido de tentar “resolver o problema”, observando-se o fenômeno, entretanto, apenas por uma perspectiva.

A percepção de como e em quais condições esses imigrantes³ conseguiam, aos poucos e em proporções irrisórias, quando comparados aos cidadãos locais, se inserirem nos espaços sociais, muitas vezes limitados ainda por outros estereótipos em relação aos imigrantes, foi a mola propulsora desta proposta de pesquisa doutoral, que só veio a se consolidar ao fim de 2015. Assim, depois de algumas outras experiências vivenciadas com imigrantes da região mencionada, e com diferentes e constantes inquietações que provinham dessas experiências, o fenômeno a ser observado neste estudo pareceu se delinear, ainda que com objetivos e enfoques tênues.

Vale salientar que não fora apenas o desejo de conhecer a percepção desse outro, na condição de imigrante, que direcionou a delimitação da temática aqui abordada. A própria

³ Adotar-se-á neste estudo termo imigrante para designar a pessoa de origem estrangeira que adentrou no Brasil. Essa terminologia é ainda aceita e veiculada nas áreas da sociologia e geografia, embora se entenda que há na literatura atual sobre o tema uma evolução para o uso do termo “migrante”, pois este contemplaria aquelas pessoas que entram e saem de seus territórios, independente de fronteiras nacionais ou internacionais. A terminologia utilizada mantém o entendimento do termo imigrante conforme descrito no inciso II, § 1º, Art. 1º da Lei 13.445/2017 (Lei de Migração).

pesquisadora também é migrante, nascida em Santa Catarina, apesar de residir há anos na região, filha de migrantes sulistas que chegaram ao norte do estado de Mato Grosso em 1989 e bisneta de imigrantes italianos, chegados ao país na segunda metade do século XIX. Desta forma, o fenômeno “migrar” não se mostra como um elemento desconhecido, algo aleatório passível de escolha em meio a um processo de pesquisa, mas se consolida também com a busca de um “compreender-se” em meio a este processo.

Apesar do espaço em que surge a inquietação pela pesquisa ser um contexto interiorano do estado de Mato Grosso, o percurso em busca de conhecer mais sobre os imigrantes iniciou-se, primeiramente, em São Paulo, através do Complexo da Missão Paz, instituição que acolhe e oferece uma série de serviços a esta população e, posteriormente, por meio de informações e contatos da própria Missão Paz, como o Centro de Pastoral para Migrantes. O CPM-Cuiabá tem a mesma finalidade por pertencer à mesma rede dos missionários scalabrinianos, embora em uma estrutura menor, em termos de serviços ofertados, porém não em representatividade e importância local. Assim, a Missão Paz (SP) e o CPM (Cuiabá) “abriram suas portas” para o “mundo da imigração” no qual a pesquisadora buscou adentrar.

Maiores detalhes sobre as imersões no campo, descobertas, observações e dados coletados serão apresentados ao longo deste trabalho, em uma estrutura que busca expor não apenas a temática e teorias relacionadas a ela, mas de modo a reconstruir o percurso de pesquisa, com toda sua potencialidade, possibilitado pelo método da *Grounded Theory*. Esta metodologia permite estabelecer conexões a partir dos simultâneos processos de observação, coleta, análise e refinamento de dados, após as convencionais imersões a campo, dentro desta perspectiva metodológica.

Deste modo, o desenvolvimento do presente estudo utilizou-se da abordagem da *Grounded Theory* em sua vertente construtivista, tal qual proposta por Charmaz (2009). Acredita-se que esta perspectiva possibilitou a criação de Premissas Conceituais fundamentadas nos dados coletados e nos contextos que o estudo percorreu, sobretudo aqueles que contemplem como atores sociais os imigrantes.

Os locais escolhidos para o necessário recorte geográfico deste estudo foram a capital Cuiabá-MT e a metrópole paulistana, São Paulo. A escolha destes locais se deu por algumas razões, a saber: a) São Paulo, por representar um dos principais destinos de imigrantes e por concentrar conseqüentemente o maior número dessas pessoas em seu território. Do mesmo modo, resguardando-se as proporções, Cuiabá foi escolhida. Apesar de não ser uma grande

metrópole, figura como a cidade que mais concentra imigrantes internacionais no estado de Mato Grosso; b) pela presença nestas duas capitais de instituições filantrópicas da ordem dos Scalabrinianos, entidades que acolhem e fornecem assistência aos imigrantes, na figura de Missão Paz (São Paulo - SP) e no Centro de Pastoral para Migrantes (Cuiabá- MT); c) por se compreender que o poder de representatividade do estudo poderia ser ampliado, observando-se um contexto expressivo de imigrantes; d) por conveniência da pesquisadora, que passou a residir na capital mato-grossense.

A relevância desta pesquisa pode ser justificada pelo caráter social que a problemática da migração vem suscitando atualmente, haja vista não apenas o contexto brasileiro, mas o mundial (Illes, Timóteo & Fiorucci, 2008; Krein & Manzano, 2014, Patarra & Fernandes, 2011; Faria, 2015; OIT, 2016). Na literatura, não foram localizados trabalhos científicos que tratam das relações que se pretendem estabelecer, especificamente, envolvendo imigrantes e empregadores locais. Pesquisas que abordem as relações de poder entre esses atores das relações de trabalho, direcionadas a região pesquisada, também não foram encontradas até a presente data. A ausência destes estudos dentro deste escopo requer ainda mais cautela e responsabilidade do pesquisador, que pretende não esgotar a temática, mas contribuir significativa e cientificamente para o meio acadêmico e social. Neste sentido o presente estudo apresenta seu caráter inovador, motivado por seu pioneirismo.

Definiram-se inicialmente a imigração, as relações de trabalho e as relações de poder como temas centralizadores do estudo e, a partir deles, delinear-se alguns objetivos iniciais desta pesquisa:

Como objetivo geral inicial, buscou-se compreender como se manifestam as relações de poder que integram as relações de trabalho entre empregadores, imigrantes e os atores sociais que os intermediam (nos contextos paulista e mato-grossense). Os objetivos específicos iniciais consistiam em:

- Investigar como se estabelecem as relações de poder nas relações de trabalho entre os imigrantes e empregadores nacionais.
- Analisar como se apresenta o “(des)equilíbrio”⁴ de poder nas relações de trabalho entre os imigrantes e seus empregadores;
- Avaliar o papel dos atores sociais que intermediam a relação de trabalho entre empregador e imigrante e as relações de poder que se estabelecem entre eles,

⁴ Utilizar-se-á este termo no sentido de não se realizar julgamentos prévios acerca do construto que se observa.

observando a figura de novos atores como sindicatos, associações de imigrantes e de organizações que acolhem imigrantes.

Estes objetivos iniciais serviram como norteadores da pesquisa e foram refinados ao longo das imersões no campo de pesquisa, no sentido de atender à abordagem metodológica utilizada. Vale salientar que esses objetivos iniciais foram provisórios e que as sucessivas imersões no campo feitas pela pesquisadora possibilitaram o surgimento de objetivos mais específicos, que foram sendo lapidados pela própria pesquisa, na medida em que avançavam também as reflexões teóricas acerca do fenômeno observado. Desta forma, os objetivos que direcionaram o presente trabalho a partir das imersões realizadas referem-se diretamente às relações de poder e sua interface com as ideologias – de acordo com o conceito de Thompson (2011), que considera ideologia não como o consenso de valores coletivos, mas como um redirecionamento para o modo de como o sentido se mobiliza para manutenção e propagação das relações de dominação - presentes nos contextos das relações de trabalho, entendendo, assim, que a assimetria do poder gera essas relações. Buscou-se analisar, via discurso, como se dão as relações de poder entre os atores das relações de trabalho e como elas se contrapõem as ideologias dominantes.

Ao se utilizar dos preceitos teóricos de Michel Foucault para tratar das relações de poder presentes nas relações de trabalho que envolvam imigrantes, não houve como não pontuar as questões discursivas que tal proposta suscita. Desta forma, esta pesquisa apresenta uma oportunidade de se compreender as relações de poder pelo meio discursivo. Assim, adotou-se a perceptiva da análise de discurso crítica com seus aparatos teóricos que propõe um diálogo entre as relações de poder e a ideologia. Respalda-se, para esta interação, o entendimento de Thompson (2011) sobre os modos de operação da ideologia e suas estratégias de construção simbólicas, que servem para manter e sustentar relações de dominação.

As análises dos enunciados e discursos advindos do campo foram realizadas considerando-se os modos de operação das ideologias presentes no campo das relações de trabalho com possibilidades de interação entre os modos já apresentados por Thompson e outros que, porventura, emergirem dos dados, uma vez que o campo traz contribuições significativas para se pensar as relações de poder entre os atores coletivos das relações de trabalho.

Ao longo desta pesquisa, foram realizadas 90 entrevistas durante os 35 processos de imersões a campo, em que foi possível observar 21 instituições ou espaços em que os imigrantes circulam ou acessam na busca por serviços e/ou trabalho. As entrevistas com os 57 imigrantes de diferentes nacionalidades e os 17 empregadores foram realizadas em dois

contextos nacionais em São Paulo-SP e também em Cuiabá-MT. A pesquisa também contemplou entrevistas com associações de imigrantes e com duas das principais instituições de acolhida aos imigrantes em São Paulo-SP e em Cuiabá-MT. Acredita-se que esta perspectiva metodológica possibilitou compreender melhor as dinâmicas das relações de poder conforme pautadas por Foucault (2005) e sua interface com as ideologias na perspectiva de Thompson (2011).

A partir desta breve introdução, pode-se dizer que esta tese se estrutura em oito capítulos que foram sendo moldados conforme o andamento da própria pesquisa e que, por esta razão, apresenta-se configurada de acordo com a proposta da metodologia da *Grounded Theory*. Inicialmente, apresenta-se a metodologia de pesquisa, com o intuito de expor ao leitor a dinâmica da *Grounded Theory*.

O desenvolvimento do texto está dividido em três etapas. Na etapa inicial se descreve, comenta e analisa os dados das primeiras imersões em campo, recorrendo-se à literatura que versa sobre o contexto de imigração no Brasil. A segunda etapa contempla outras imersões a campo e análises de dados com um olhar já direcionado para as relações de trabalho que envolvem os imigrantes e novas nuances em meio a este contexto como, no caso, as relações de poder. A terceira etapa consiste na teorização dos dados a ser produzida, de acordo com a proposta de análise desta tese. Neste momento, as imersões a campo já terão sido bem direcionadas através da análise e refinamento dos dados, culminando na apresentação das Premissas Gerais, as quais são elevadas, posteriormente, à condição de Premissas Conceituais que atuam no campo das relações de poder entre os atores sociais das RTs, com o foco nos imigrantes.

2 Metodologia

2.1 A *Grounded Theory* e seus desdobramentos na concepção de Charmaz

A procura por uma metodologia de pesquisa qualitativa que ancore uma tese nem sempre se mostra um processo fácil. Na medida em que se determina à temática e as relações de um ou mais objetos de pesquisa, os caminhos metodológicos parecem ser selecionados simultaneamente. No entanto, cabe ao pesquisador a decisão de eleger o método que melhor o ajude a sustentar seu estudo, ainda que, por vezes, essa escolha pareça já ter sido realizada pela própria pesquisa. No entanto essa “aderência” do objeto ao método não necessariamente precisa acontecer nesta ordem, considerando que, por vezes, a metodologia constrói, molda e define o objeto de pesquisa, como no caso deste estudo.

O interesse em adentrar em uma temática ainda pouco discutida na área de administração, apesar de não estranha aos ouvidos por sua recorrência diante do contexto dos estudos sócio históricos mais atuais, demandava uma metodologia em que não apenas se pudesse aplicar algo, uma vez que os conhecimentos prévios acerca do tema se mostravam limitados. Fez-se necessário, então, uma metodologia que possibilitasse o envolvimento do pesquisador em descobrir e traçar objetivos ainda não definidos sobre a temática. Assim, a abordagem da *Grounded Theory* surge como uma possibilidade interessante para o desenvolvimento desta pesquisa.

A *Grounded Theory*, também conhecida como “Teoria Fundamentada”, surge a partir dos estudos de Glaser e Strauss ainda em 1976. Posteriormente toma novos contornos e entendimentos construídos por Glaser (1978), Strauss (1987), Goulding (2002), Strauss e Corbin (2008) e Charmaz (2009). Esta última autora apresenta a abordagem da *Grounded Theory* sob uma perspectiva construtivista e interpretativista, que garante novas implicações práticas na aplicação da metodologia citada.

Dentre a gama variada de metodologias qualitativas que podem ser utilizadas nas áreas das ciências humanas e sociais, a *Grounded Theory* foi operacionalizada em estudos como os de Petrini e Pozzobon, (2008), Bianchi e Ikeda (2010), Pinto e Santos (2012), Uhlmann e Erdmann (2014), Cepellos (2016), Rodrigues de Aro e Perez, 2017.

Como estratégia de pesquisa, a *Grounded Theory* tem um papel fundamental nas pesquisas de análise qualitativas. Nela os dados são trabalhados, sistematizados e analisados e deles emerge então uma “nova teoria”, fruto do processo e refinamento de pesquisa

(Goulding, 2009). A teoria fundamentada, pensada pelos precursores Glaser e Strauss, é construída considerando dois elementos - chave: a comparação constante e a amostragem teórica (Suddaby, 2006). Nessa abordagem são construídos códigos e categorias de análise, construção de memorandos para elaboração das categorias e refinamento constante desses, além da análise passar por uma revisão bibliográfica. A teoria fundamentada possibilita que o pesquisador reflita sobre os dados coletados e dê forma a eles, o que aprofundará ainda mais a pesquisa. Pode-se pensar que essa metodologia proporciona ao pesquisador um “mergulho no campo” e dessa imersão irão emergir os dados, na medida em que eles vão sendo codificados pelo pesquisador:

Como pesquisadores adeptos à teoria fundamentada, estudamos os nossos primeiros dados e começamos a separar, classificar e sintetizar esses dados por meio da codificação qualitativa. Codificar significa associar marcadores a segmentos de dados que representam aquilo de que se trata cada um dos segmentos. A codificação refina os dados, classifica-os e nos fornece instrumento para que assim possamos estabelecer comparações com outros segmentos de dados. Os pesquisadores que utilizam da teoria fundamentada enfatizam aquilo que ocorre na cena no momento em que codificam os dados. (Charmaz, 2009, p.16).

A teoria fundamentada nos dados permite a criação de códigos, pelos quais explicações teóricas que emergem de análise de dados qualitativos respondam e suscitem respostas a questões sociais e fenômenos do mundo real (Henwood & Pidgeon, 2010). Deste modo, os dados, quando comparados e analisados, podem fazer emergir conceitos teóricos que os expliquem, gerando de uma “nova” teoria fundamentada nos dados. Vale salientar que esses dados precisam ser sistematicamente coletados e analisados, e que o processo de evolução da pesquisa torna-se um produto da interação, análise e coleta de dados pelo pesquisador (Goulding, 2009).

Straus e Corbin (2008, p. 35) ponderam que “teoria denota um conjunto de categorias bem desenvolvidas (ex.: temas, conceitos) que são sistematicamente inter-relacionados através de declarações de relação para formar uma estrutura teórica que explique alguns fenômenos[...]”. Desta forma, os autores aludem que o pesquisador tece condições de transformar sistematicamente os produtos da sua análise em uma teoria que explique, ou ajude na melhor compreensão do fenômeno observado.

Suddaby (2006) pontua que a *Grounded Theory* não é perfeita e também não é fácil de realizar, pois sua construção depende da sensibilidade teórica dos pesquisadores, do modo como interpretam os dados e sua abertura para novas construções a serem estabelecidas a partir deles, além da habilidade de relacionar a literatura já consolidada com os dados dessas

experiências. Assim, a análise dos dados não implica algo subjetivo, pautado apenas em interpretações razas do pesquisador, uma vez que “o rigor da análise passa pela validação e ajuizamento científicos”, como enfatizam Santos e Luz (2012, p. 17).

Depois do trabalho precursor de Glaser e Strauss (1967) duas visões sobre a abordagem da *Grounded Theory* passaram a veicular na literatura, a visão da abordagem conhecida como clássica de Glaser e a visão Straussiana, difundida com a obra *Qualitative Analysis for Social Scientists*, publicada em 1987. A vertente difundida por Strauss e Corbin (1998) teve muitos adeptos nas ciências sociais aplicadas, justamente pelo seu entendimento do papel do pesquisador em meio à abordagem da teoria fundamentada, dentre eles Kathy Charmaz (2006, 2009) tem se destacado.

Em seu estudo sobre a teoria fundamentada, Charmaz (2009) baseia suas discussões sob uma perspectiva interacionista, e pondera que essa teoria parte de uma ação construtivista. Ou seja, o pesquisador não se mostra neutro neste processo, mas faz parte dele, seja pela sua participação direta na pesquisa, ou ainda por tecer percepções e interpretações dos dados que coleta. Sua leitura do objeto constitui também a base de todo o procedimento da pesquisa. Desta forma, o pesquisador não é inerte; ao contrário, tem papel central na pesquisa. Este justamente é o ponto de divergência das visões de Glaser e Strauss, após o trabalho seminal sobre a *Grounded Theory*.

De outro lado está, então, a teoria fundamentada objetiva, pautada mais na corrente positivista, que compreende que a verdade centra em si mesma. Nesta visão os dados já existem e representam fatos objetivos sobre um mundo já posto, conforme critica Charmaz (2009).

Vale salientar que este estudo se centrará pela perspectiva teórica proposta por Charmaz (2009), a partir da concepção interacionista simbólica, em razão da aderência à crença de que as teorias representam uma construção da realidade interpretada pelo pesquisador. No entendimento de Charmaz (2009, p. 173), a *Grounded Theory* deve ser entendida pela perspectiva construtivista. Essa corrente de pensamento acredita que a realidade é algo que é construído. Desta forma, os construtivistas são inseridos no fenômeno e ajudam a moldá-lo. Nesta perspectiva, a abordagem da *Grounded Theory* procura mais “a compreensão e não a explicação”. Nesse processo, compreender um fenômeno o tornaria mais claro do que à luz de uma teoria já previamente estabelecida para explicar esse mesmo fenômeno. Para a autora, esta abordagem em questão compreende que nem os dados e tampouco as teorias seriam descobertos, mas sim construídos por meio do envolvimento do

pesquisador (suas interações e interpretações) com o mundo, sobretudo nos contextos em que ele observa e captura os dados. Assim, na teoria substantiva, entendida como uma perspectiva construcionista da *Grounded Theory*, adotada pela autora em questão, o que se constrói é uma interpretação do fenômeno, podendo haver várias outras (Charmaz, 2009).

No que tange ao método na leitura de Charmaz (2009), a teoria fundamentada pode garantir ao pesquisador uma maior flexibilidade no desenvolvimento da pesquisa. Ela adverte ao afirmar que “a teoria fundamentada pode lhe fornecer diretrizes flexíveis e não prescrições rígidas” Charmaz (2009, p. 32). Desta forma, questões iniciais de pesquisa, como o problema e objetivos, podem ser revisitados, reformulados, redefinidos, conforme o andamento da pesquisa suscitar. Assim, o pesquisador tem a liberdade de direcionar seu estudo e, ao mesmo tempo, deixar sua imaginação fluir. No entanto, a autora também adverte para as formulações ingênuas e superficiais a respeito do objeto observado. Salienta que há formas de minimizá-los ainda na construção dos dados que serão coletados/observados durante as entrevistas. Para tal, basta que se observem os quesitos a seguir:

- ✓ Observar as ações e processo, bem como as palavras.
- ✓ Delinear o contexto, as cenas e as circunstâncias da ação com cautela.
- ✓ Registrar quem fez o que, quando ocorreu, por que aconteceu, e como ocorreu.
- ✓ Identificar as condições nas quais determinadas ações, intenções e processos emergem ou são abrandados.
- ✓ Procurar caminhos para interpretar esses dados.
- ✓ Concentrar-se nas palavras e expressões específicas às quais os participantes parecem atribuir um significado especial.
- ✓ Descobrir as suposições tidas como óbvias e ocultas de vários participantes; demonstrar a forma como são reveladas por meio da ação e como a afetam (Charmaz, 2009, p. 39).

Pode-se observar que as considerações apontadas por Charmaz permitem a utilização da teoria interpretativista para coletar e posteriormente analisar os dados, não demandando que as relações que se estabelecem entre os construtos sejam tão somente lineares.

Como a teoria fundamentada demanda várias etapas e procedimentos distintos, a sistematização pode auxiliar na visão geral desta abordagem. Com esse intuito apresenta-se a seguir (Quadro 01) o processo da teoria fundamentada.

Pode-se perceber, por meio do processo da *Grounded Theory*, que a etapa inicial consiste em elencar objetivos e definir o problema de pesquisa, ainda que de forma provisória, uma vez que eles podem ser redefinidos ao longo das etapas seguintes. Essa primeira etapa talvez seja facilitada com a construção de uma revisão de literatura sobre a temática pesquisada. Essa pesquisa na literatura, conforme salientam Strauss e Corbin (2008), não precisa ser intensa e demasiadamente aprofundada a ponto de o pesquisador ficar preso à

literatura abordada, mas deve ser pensada a fim de que norteie o pesquisador, auxiliando-o na construção de relações que se possam estabelecer com a teoria que se pretende desenvolver mais à frente no processo de consolidação da pesquisa.

Uma vez findada a etapa da revisão inicial de literatura, inicia-se o processo de coleta de dados. Surge então a primeira imersão no campo de pesquisa. Charmaz (2009) pondera que a teoria fundamentada aceita variadas formas de dados. Vale salientar que estes dados serão sistematizados e comparados ao longo de toda a pesquisa. Conforme pontuam Santos e Luz (2012, p. 17), a utilização da *Grounded Theory* pressupõe que “em todos os procedimentos de codificação, o questionamento dos dados e a comparação sejam constantes”, o que confere rigor e sistematização ao estudo realizado.

Neste sentido, para efeitos deste estudo, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas com imigrantes, empregadores, coordenadores de instituições que trabalham com imigrantes, presidentes e membros de associações de imigrantes, conforme especificadas no quadro 01 a seguir. Utilizaram-se também informações transcritas de gravações em áudio de entrevistas e palestras ministradas por agentes da Missão Paz de São Paulo - SP e Centro Pastoral para Migrantes de Cuiabá-MT. Documentos institucionais das organizações mencionadas também incorporam os dados dessa pesquisa, além de notas e observações realizadas no campo e anotadas no diário de campo do pesquisador.

Quadro 01- Coleta de dados conforme as imersões no campo

Ordem da Imersão no campo	Ator/ Instituição/ Espaço/ abordado	Local/ Data	Código identificador das Entrevistas	Técnicas de coleta de dados utilizadas
1º	Visita agendada e entrevista com agente da Polícia Federal responsável pelo setor de imigração, jurisdição de Sinop-MT	Sinop-MT, outubro 2015	ESR 01	Entrevista sem roteiro predefinido
2º	1º Visita agendada na Missão Paz com pesquisadores do NERHURT do PPGA da PUC Minas (01) entrevista com a bibliotecária do CEM- Missão Paz	Novembro 2015	ES 02	Observação; Entrevista semiestruturada
3º	2º Visita agendada na Missão Paz (01) entrevista com diretor da Missão Paz (01) entrevista com coordenadora do Eixo Trabalho- Missão Paz (03) entrevistas com empregadores (02) entrevistas com imigrantes	SP/ junho 2016	ES 03 ES 04 ES 05 a ES 07 ESR 08 e ESR 09	Observação Entrevistas semiestruturadas Entrevistas sem roteiro predefinido
4º	3º Visita agendada na Missão Paz e ao Eixo trabalho da Missão Paz (01) entrevista com empregador (03) entrevistas com imigrantes	SP/ julho 2016	ESR 10 ESR 11 a ESR	Observação participante Entrevistas sem roteiro predefinido

			13	
5º	Participação no VII Fórum Mundial das migrações, realizado em São Paulo	SP/ julho 2016		Observação
6º	Voluntariado no curso de Português para imigrantes no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), campus Sinop-MT. (01) entrevistas com a coordenadora (02) entrevistas com os professores do projeto	Sinop-MT/Ago-setembro 2016	ESR 14 ESR 15 e ESR 16	Observação participante Entrevistas sem roteiro predefinido
7º	(02) Entrevistas com empregadores de imigrantes	Sinop-MT/ setembro 2016	ES 17 e ES 18	Entrevistas semiestruturadas
8º	(10) Entrevistas com imigrantes no IFMT	Sinop-MT/ setembro 2016	ES 19 a ES 28	Entrevistas semiestruturadas
9º	Participação no Fórum do Conselho Nacional de Imigração em São Paulo	SP/ Nov 2016		Observação
10º	4º Visita a Missão Paz- Observação da palestra intercultural e mediação para o trabalho	SP/ Nov 2016		Observação
11º	1º Visita no Centro de pastoral para migrantes (CPM)	Cuiabá-MT/ Jan 2017		Observação
12º	(01) Entrevista com Auditora fiscal do Ministério sobre intermediação e orientação para o trabalho dos imigrantes, na Superintendência Regional do Trabalho.	Cuiabá-MT/ Fev 2017	ES 29	Entrevista semiestruturada
13º	2º Visita no Centro de pastoral para migrantes (CPM) (01) Entrevista com coordenadora do Centro de pastoral para migrantes (CPM)	Cuiabá-MT/ Mar 2017	ES 30	Observação Entrevista semiestruturada
14º	Organização de Simpósio Relações de Trabalho e imigração na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Cuiabá Abril 2017		Organização geral
15º	(05) entrevistas com trabalhadores imigrantes sobre aspectos das relações de trabalho em diversas empresas de Cuiabá.	Cuiabá Abril 2017	ES 31 a ES 35	Entrevistas semiestruturadas
16º	(05) entrevistas com empregadores de imigrantes sobre aspectos das relações de trabalho em diversas empresas	Cuiabá-MT/ Abr 2017	ES 36 a ES 40	Entrevistas semiestruturadas
17º	Participação em comunicações no III Seminário Internacional Religião e Migração na PUC de SP	SP/ Junho 2017		Participação/Comunicação Oral
18º	5º Visita a Missão Paz e observação do fluxo de migrantes	SP/ Julho 2017		Observação
19º	3º Visita ao CPM de Cuiabá-MT (18) entrevistas com imigrantes no CPM de Cuiabá	Cuiabá-MT/ Jul 2017	ES 41 a ES 58	Entrevistas semiestruturadas
20º	6º Visita a Missão Paz Participação do Seminário de 30 anos da Revista Travessia- Revista do Migrante	SP/Nov/2017		Observação
21º	4º Visita ao CPM de Cuiabá-MT (01) Entrevista com assessora da OIT que realiza intermediação entre imigrantes comunidade local	Cuiabá-MT/ Mar/2018	ES59	Entrevistas semiestruturadas
22º	7º Visita à Missão Paz Voluntariado no Setor de Capacitação e Cidadania e cursos de Português para	São Paulo-SP/Mar-Jun/2018	ES60	Observação participante; Entrevistas

	imigrantes. (01) entrevista com a coordenadora do Setor de Capacitação e Cidadania (05) entrevistas com alunos imigrantes		ES 61 a ES 65	semiestruturadas;
23	Voluntariado na Missão Paz, Eixo Trabalho. (01) entrevista com a coordenadora do Eixo Trabalho (sobre RT e poder). (02) entrevistas com imigrantes (03) entrevistas com alunos imigrantes	São Paulo-SP/Mar-Jun/2018	ES 66 a ES 71	Observação participante. Entrevistas semiestruturadas.
24	Participação do lançamento do Atlas Temático Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Internacionais, na FAPESP	São Paulo-Abril/2018		Observação
25	(01) Entrevista com um dos Diretores Missão Paz (02) Entrevistas com imigrantes (02) entrevista com empregadores	São Paulo-SP/Junho/2018	ES 72 ES 73 e ES 74 ES 75 e ES 76	Entrevistas semiestruturadas.
26	Aluna especial de Disciplina sobre Michel Foucault, cursada no Instituto de Educação-USP.	São Paulo-SP/Mar-Jun/2018		Participação como aluna, disciplina de 60 horas.
27	Participação do V Seminário Internacional Religião e Migração.	São Paulo-SP/Junho 2018		Participação/Comunicação Oral
28	Participação no lançamento da pesquisa intitulada “Caminhos para o Refúgio no Brasil”, do pesquisador Leandro Carvalho (UnB), com gestores de RH em SP.	São Paulo-SP/Junho 2018		Observação
29	Participação do lançamento do Atlas Temático Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Refugiadas, no Museu da Imigração SP	São Paulo-Junho/2018		Observação
30	(01)Entrevista com empregador (01) Entrevista com imigrante	Cuiabá-MT/Julho/2018	ES 77 e ES 78	Entrevistas semiestruturadas
31°	(01) entrevista com membro da Associação dos Haitianos e imigrantes de Mato Grosso.	Cuiabá-Set/MT/ /2018	ES 79	Entrevistas semiestruturadas
32°	5° Visita ao CPM de Cuiabá-MT Voluntária na secretaria 01)Entrevista com Coordenadora do CPM. (01) Entrevista com Coordenadora do Setor de Inserção Laboral do COM	Cuiabá-Set/MT/ /2018	ES 80 e ES 81	Entrevistas semiestruturadas
33°	(01)Entrevista com empregador (01) Entrevista com imigrante	Cuiabá-MT/Set/2018	ES 82 e ES 83	Entrevistas semiestruturadas
34°	(01) entrevista com presidente da associação dos imigrantes Senegaleses de Mato Grosso.	Cuiabá-Set/MT/ /2018	ES 84	Entrevistas semiestruturadas
35°	(02) Empregadores (04) Imigrantes	Cuiabá-Set/MT/ /2018	ES 85 e ES 86 ES 87 a ES 90	Entrevistas semiestruturadas

Fonte: elaborada pela autora com dados da pesquisa.

Com o intuito de tornar mais didática a descrição das inserções a campo e facilitar a compreensão do leitor do modo como foram coletados os dados desta pesquisa, apresentar-se-

á em seguida, no quadro 02, uma adaptação da metodologia proposta por Charmaz (2009) para o estudo em questão.

Entre a primeira coleta de dados e o refinamento de conceitos, há várias fases de coleta e análise de dados que Charmaz (2009), denominada como codificação da teoria fundamentada. Esse processo inicia-se com a codificação inicial (aberta) em que dados são coletados e comparados com outros conjuntos de dados, por meio de métodos de comparação constantes, com o objetivo de se estabelecer distinções analíticas desses conjuntos de dados, buscando estabelecer semelhanças e diferenças e fazer agrupamentos por meio de notas e registros durante a análise. Deste modo, surgem os memorandos, que possibilitam ao pesquisador projetar e registrar com detalhes informações escritas e sobre o processo de coleta e análise dos dados (Charmaz, 2009).

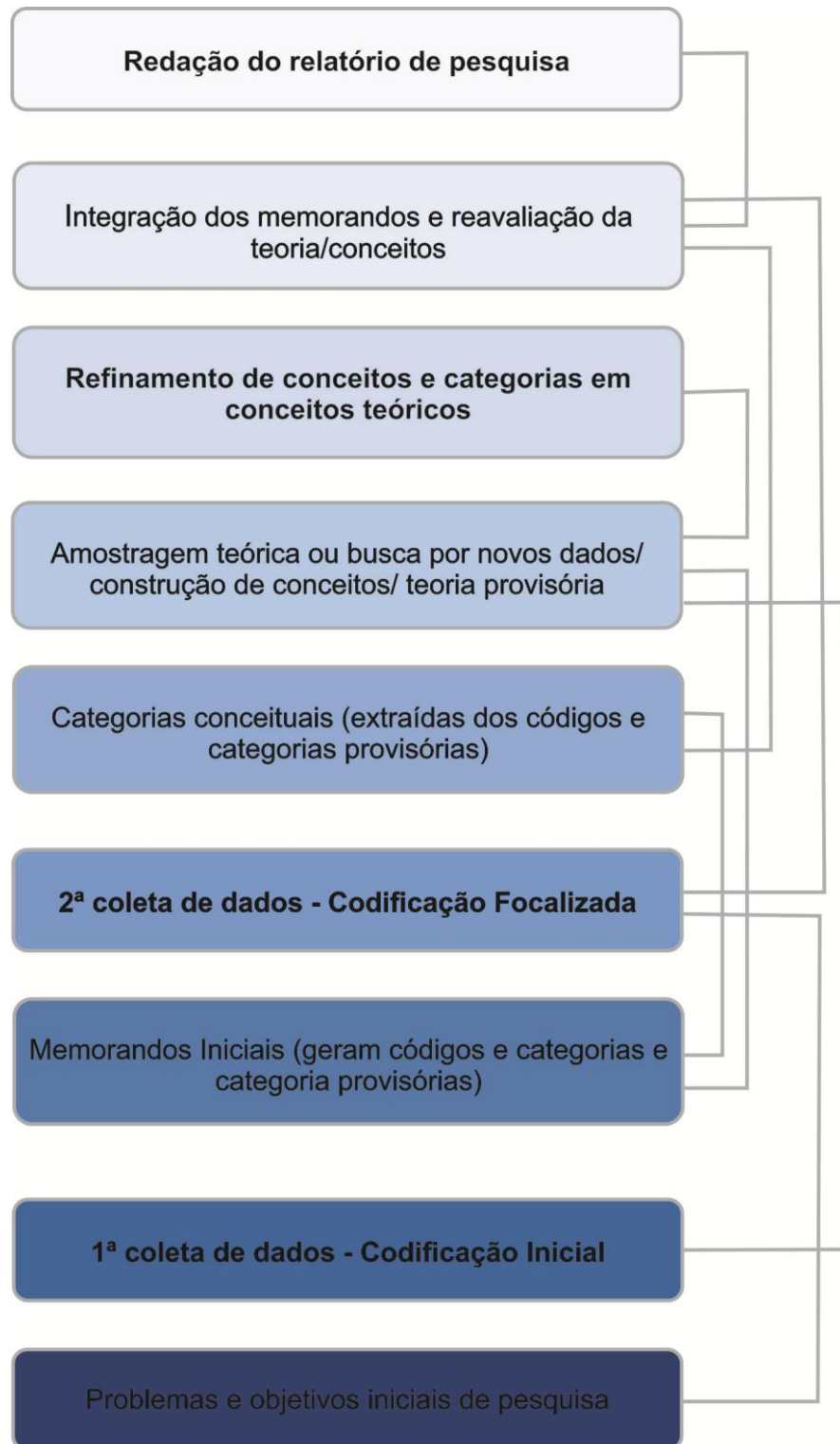
A fase seguinte, da codificação focalizada, é caracterizada por uma segunda imersão do pesquisador no campo, com o intuito de aprofundar a coleta dos dados; porém, nesta etapa, pode-se “utilizar os códigos anteriores mais significativos e/ou frequentes para analisar minuciosamente grandes montantes de dados” (Charmaz, 2009, p. 87). Neste momento o pesquisador deve se posicionar em relação aos códigos iniciais e pontuar aqueles que melhor lhe forneçam compreensão analítica, a fim de categorizá-los posteriormente.

Uma vez definidas as categorias, ainda que provisoriamente, emergentes da codificação inicial e focalizada, parte-se para a codificação teórica, onde as categorias provisórias, após analisadas e submetidas ao refinamento dos dados, serão promovidas a categoria conceituais. Esse refinamento em relação aos dados subsequentes tem o papel de validar os códigos teóricos. Charmaz (2009, p. 99) aponta que “os códigos teóricos podem intensificar o seu trabalho com uma margem analítica bem definida. Eles podem acrescentar precisão e clareza - contanto que eles se ajustem aos seus dados e à sua análise substancial”. Desta forma, a autora chama a atenção para a validação da teoria fundamentada, exprimindo a necessidade de um processo recursivo de revisão e validação ao longo da pesquisa.

Findadas as codificações, segue-se para o desenvolvimento da teoria fundamentada pela perspectiva construcionista proposta por Charmaz (2009), ou seja, a teoria substantiva propriamente dita. Segundo a autora, essa teoria centra-se na elaboração de esquemas conceituais ou, ainda, categorias por meio da indução a partir da construção e análise de dados coletados. Assim, podem-se explicar as categorias analíticas como frutos que emergem ou se fundamentam; por isso “teoria fundamentada” nos dados.

Em resumo, pode-se dizer que o processo de desenvolvimento da teoria substantiva perpassa então diversas etapas, conforme se pode observar no esquema 01.

Esquema 01 - Sistematização do processo da Teoria Fundamentada.



Fonte: adaptado de Charmaz(2009).

Desde predefinições de objetivos e problemas de pesquisa, imersões para coleta de dados, refinamento e análises dos dados simultâneas, categorizações provisórias e recorte de amostragem teórica para validação da teoria, através da teorização fundamentada em que se classificam e integram as categorias (Charmaz, 2009).

Diante disso, percebe-se que a abordagem da *Grounded Theory* pode ser pensada e planejada não apenas como uma perspectiva de pesquisa qualitativa acabada, mas capaz de se remodelar e ancorar métodos, aplicações e operacionalização com critérios claros e de grande rigor científico, desmistificando-se, deste modo, a ideia de que as metodologias qualitativas são construídas sem qualquer rigor científico ou de maneira subjetiva.

A *Grounded Theory* pode ser compreendida com uma abordagem metodológica que se constrói concomitantemente com o próprio ato de pesquisar determinado fenômeno, com sucessivas imersões no campo de pesquisa, reflexões sobre estas ações ao longo do processo, bem como uma sucessiva e continuada construção e reconstrução teórica. Tudo isso possibilitado por um modo de estruturação de ideias, correlação de dados e insights sobre o objeto, moldados pela percepção do pesquisador e por sua vivência com o fenômeno. Neste sentido, na construção da teoria substantiva o pesquisador, ao invés de se distanciar, busca ressignificar os dados através de seu entendimento sobre eles, por entender-se também parte deste processo da pesquisa.

O presente trabalho se utilizou da abordagem da *Grounded Theory*, por meio da perspectiva construcionista proposta por Charmaz (2009) e buscou ao longo deste trabalho apresentar uma teoria substantiva que possa sustentar e possibilitar uma interpretação do fenômeno observado. Para tal, as dinâmicas de refinamento de dados e análises realizadas neste estudo foram construídas e amplamente discutidas, e serão apresentadas nos próximos capítulos, conforme quadro de sistematização do refinamento dos dados abaixo.

Entende-se que a abordagem adotada por Charmaz (2009) possibilite uma maior flexibilidade ao pesquisador no processo de construção da teoria substantiva, de modo que as etapas de codificação suscitem *insights* que estabeleçam conexões e inter-relações entre os dados. Espera-se, então, além da formulação de uma nova teoria, que esta metodologia possibilite uma maior compressão do fenômeno estudado.

O quadro 02, a seguir, apresentará, de modo sistematizado, as ações desenvolvidas pela pesquisa, o ordenamento de imersões a campo realizadas pela pesquisadora e os locais em que essas ações aconteceram, com o intuito de esclarecer ao leitor o percurso da pesquisa pautado nas premissas da *Grounded Theory*, segundo concepção de Charmaz (2009).

Quadro 02- Sistematização do refinamento de dados

Etapa de Codificação	Ordem de Imersão no campo	Ações Desenvolvidas	Local/ Data	Entrevistas realizadas	
Etapa Inicial	1º	Visita agendada e entrevista com agente da Polícia Federal responsável pelo setor de imigração, jurisdição de Sinop-MT	Sinop-MT, outubro 2015	01	
	2º	1º Visita agendada na Missão Paz pesquisadores NERHURT (01) entrevista semiestruturada com a bibliotecária do CEM - Missão Paz	Novembro 2015	01	
	3º	2º Visita agendada na Missão Paz (01) entrevista semiestruturada com diretor da Missão Paz (01) entrevista semiestruturada com coordenadora do Eixo Trabalho (03) entrevistas semiestruturada com empregadores (02) entrevistas sem roteiro predefinido com imigrantes	SP/ junho 2016	07	
	4º	3º Visita agendada na Missão Paz e ao Eixo trabalho da Missão Paz (01) entrevista sem roteiro predefinido com empregador (03) entrevistas sem roteiro predefinido com imigrantes	SP/ julho 2016	04	
	5º	Participação no VII Fórum Mundial das migrações, realizado em São Paulo	SP/ julho 2016	00	
	6º	Voluntária em curso de Português para imigrantes, entrevistas sem roteiro predefinido com a coordenadora (01) e os professores do projeto(02)	IFMT - Sinop-MT/Agosto a setembro 2016	03	
	7º	(10) Entrevistas semiestruturadas com imigrantes sobre aprendizagem da língua e trabalho	Sinop-MT/ setembro 2016	10	
	8º	(02) Entrevista semiestruturadas com empregadores de imigrantes	Sinop-MT/ setembro 2016	02	
	9º	Participação no Fórum do CNig em São Paulo	São Paulo/ Novembro	00	
	10º	4ºVisita a Missão Paz e observação da palestra intercultural e mediação para o trabalho	São Paulo/ Novembro 2016	00	
		Subtotal de imersões	Resumo das ações na Etapa Inicial	Instituições observadas	Subtotal
		10	Entrevistas, observações e visitas	05	28
Etapa Focalizada	11º	1º Visita e observação no Centro de pastoral para migrantes	CPM de Cuiabá-Cuiabá-MT/ Janeiro 2017	00	
	12º	(01) Entrevista com Auditora fiscal do Ministério sobre intermediação e orientação para o trabalho dos imigrantes, na Superintendência Regional do Trabalho	SRTE-Cuiabá-MT/ Fevereiro 2017	01	
	13º	2º Visita no Centro de pastoral para migrantes (CPM) (01) Entrevista com coordenadora do Centro de	CPM-Cuiabá-MT/ março 2017	01	

	pastoral para migrantes (CPM)		
14°	Organização de Simpósio Relação de trabalho e imigração	UFMT, Cuiabá-MT- Abril 2017	00
15°	(05) entrevistas semiestruturadas com trabalhadores imigrantes sobre as relações de trabalho	Diversas empresas, Cuiabá-MT/ Abril 2017	05
16°	(05) entrevistas semiestruturada com empregadores de imigrantes sobre as relações de trabalho	Diversas empresas, Cuiabá-MT/ Abril 2017	05
17°	Participação em comunicações no Seminário Internacional Religião e Migração	PUC-SP/Junho 2017	00
18°	5° Visita a Missão Paz e Observação do fluxo de migrantes	SP/ Julho 2017	00
19°	3° Visita ao CPM de Cuiabá-MT (18) entrevistas semiestruturadas com imigrantes sobre as relações de trabalho e dificuldade de inserção laboral	CPM, Cuiabá-MT/ julho 2017	18
20°	6° Visita a Missão Paz Participação do Seminário de 30 anos da Revista Travessia- Revista do Migrante	SP/Nov/2017	00
21°	4° Visita ao CPM de Cuiabá (01) entrevista com assessora da OIT que realiza intermediação entre imigrantes comunidade local	CPM, Cuiabá-MT/ Março 2018	01
22°	7° Visita à Missão Paz Voluntária, no Setor de Capacitação e Cidadania e cursos de Português para imigrantes. (01) entrevista com a coordenadora do Setor de Capacitação e Cidadania. (05) entrevistas com alunos imigrantes	Missão Paz, São Paulo-SP/Mar - Jun/2018	06
23°	Voluntária no Eixo Trabalho (01) entrevista com a coordenadora do Eixo Trabalho (sobre RT e poder) (02) entrevistas imigrantes (03) entrevistas com alunos imigrantes	Missão Paz, São Paulo-SP/Mar - Jun/2018	06
24°	Participação do lançamento do Altas Temático Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Internacionais,	Fapesp, São Paulo- Abril/2018	00
25°	(01)Entrevista com um dos Diretores da Missão Paz (02) Entrevistas com imigrantes (02) entrevista com empregadores	Missão Paz, São Paulo-SP/Junho/2018	05
26°	Aluna especial de Disciplina sobre Michel Foucault	USP, São Paulo-SP/Mar - jun/2018	00
27°	Participação do lançamento da pesquisa Caminhos para o Refúgio no Brasil do pesquisador Leandro Carvalho (UnB), com gestores de RH em SP.	São Paulo-SP/ Junho 2018	00
28°	Participação do V Seminário Internacional Religião e Migração - Apresentação de comunicação oral	PUC-SP, São Paulo-SP/ Junho 2018	00
29°	Participação do lançamento do Altas Temático Observatório das Migrações em São Paulo –	Museu da Imigração,	00

		Migrações Refugiadas,	São Paulo- Junho/2018	
	Subtotal de imersões na	Resumo das ações na etapa Focalizada	Instituições observadas	Subtotal
	19	Entrevistas, observações, participação em congressos, visitas, aulas, trabalho voluntário	12	48
Etapa de teorização	30°	(01) Entrevista com empregador (01) Entrevista com imigrante	Cuiabá- MT/Junho/2018	02
	31°	(01) entrevista com membro da associação dos haitianos e imigrantes de MT.	Curso de português no IFMT, Cuiabá-MT/2018	01
	32°	5° Visita ao CPM de Cuiabá-MT Voluntária na secretária (01) Entrevista com Coordenadora do CPM. (01) Entrevista com Coordenadora do Setor de Inserção Laboral do CPM.	Cuiabá- MT/Set/2018	02
	33°	(01)Entrevista com empregador (01) Entrevista com imigrante	Cuiabá- MT/Set/2018	02
	34°	(01) entrevista com presidente da associação dos imigrantes Senegaleses de Mato Grosso.	Cuiabá- MT/Set/2018	01
	35°	(02) Empregadores (04) Imigrantes	Cuiabá- Set/MT/ /2018	06
	Subtotal de imersões na	Resumo das ações na etapa de teorização	Instituições observadas	Subtotal de
	06	Entrevistas, observações, visitas e trabalho voluntário	07	14
Total Geral	35	Entrevistas, observações, participação em congressos, visitas, aulas, trabalho voluntário	21	90

Fonte: elaborado pela autora, com os dados da pesquisa.

Ao longo desta pesquisa, foram realizadas 90 entrevistas, conforme se pode acompanhar no quadro acima. Os 35 processos de imersões a campo possibilitaram à pesquisadora observar 21 instituições ou espaços em que os imigrantes circulam ou acessam em busca de serviços e trabalho. Foram realizadas 57 entrevistas diretamente com imigrantes de diferentes nacionalidades, sendo que 5 destas entrevistas foram realizadas sem roteiro previamente definido (ESR) e 52 com roteiro semiestruturado (ES). Realizou-se 17 entrevistas com empregadores de imigrantes, 02 entrevistas com membros de associações de imigrantes, além de entrevistas com diretores, coordenadores, funcionários e parceiros das 02 principais instituições de acolhida de imigrantes em São Paulo-SP e Cuiabá-MT.

Nos próximos capítulos será apresentada, de modo mais específico, a sistematização do refinamento de dados coletados pela pesquisa, a fim de se formular uma teoria

fundamentada. Para tal, serão descritas as imersões a campo e realizadas as análises dos dados coletados respaldados pela metodologia proposta por Charmaz (2009).

Os recortes das entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa serão apresentados em ordem numérica crescente no texto e identificados por meio de códigos, (R001... R xx), visando com isso facilitar a identificação dos entrevistados e dos excertos de suas entrevistas. Utilizar-se-á o código (ES xx) para indicar entrevistas semiestruturadas e (ESR xx) para indicar entrevistas sem roteiro predefinido. Para seguir a mesma lógica, as observações das imersões realizadas pela pesquisadora também serão codificadas e numeradas, conforme (OBS 001... OBS xx). Os memorandos codificados pelos termos (MEMO 001... MEMO xx) são muito utilizados na *Grounded Theory*. Eles são fruto das observações durante as imersões realizadas pela pesquisadora. Após serem reestruturados, refletem não apenas a descrição do campo, mas também o direcionamento do olhar do pesquisador para o fenômeno que observa. Os grifos constantes nos recortes das entrevistas chamam a atenção para os elementos discursivos que marcam o enfoque da pesquisa.

Com intuito de facilitar a localização dos memorandos construídos ao longo desta pesquisa, segue a seguir um quadro que torna possível sua sistematização conforme as etapas de imersões a campo. Os memorandos foram construídos com base nos códigos *in vivo* conforme definidos por Charmaz (2009). Estes códigos, após minuciosa análise dos dados, sinalizam: significados condensados, experiências com significados inovadores e termos específicos que reflitam a perspectivas dos entrevistados. Os quadros representam uma compilação dos memorandos, cuja análise perpassou pela codificação focalizada e, posteriormente, pela codificação teórica, fazendo emergir as premissas conceituais.

Quadro 03- Sistematização dos Memorandos

Etapa Inicial	Memo 01	O complexo Missão Paz – uma visão holística
	Memo 02	Ator de mediação para o trabalho
	Memo 03	Concepção dos empregadores de imigrantes em São Paulo
	Memo 04	Pressupostos sobre a inserção laboral de imigrantes na Missão Paz.
	Memo 05	Visão dos empregadores norte mato-grossenses sobre os imigrantes
Etapa Focalizada	Memo 06	Visão dos imigrantes e dos empregadores sobre o trabalho em contexto norte mato-grossense
	Memo 07	Situações que podem evidenciar as relações de poder entre os atores das RTs
	Memo 08	Reflexões sobre o curso Subjetividade e Verdade

Etapa de Teorização	Quadro 09	Interação entre Empregadores e Imigrantes (EI)
	Quadro 10	Interação entre Imigrantes e Mediadores (IM)
	Quadro 11	Interação entre Empregadores e Mediadores (EM)
	Quadro 12	Interação entre Empregadores, Imigrantes e Mediadores (EIM)

Fonte: elaborado pela autora, com os dados da pesquisa.

Para Charmaz (2009, p. 107) “a redação do memorando é a etapa intermediária fundamental entre a coleta de dados e a redação dos relatos de pesquisa”. Deste modo, os memorandos apresentados buscaram compilar o que “ecoou” de cada entrevista ou conjunto de entrevistas, e também das observações realizadas a cada “mergulho no campo”. Serão anexados aos memorandos o que aqui se convencionou chamar de premissas, o que na leitura de Charmaz (2009) seriam os códigos, posteriormente elevados a categorias conceituais.

A fim de tentar traçar um breve perfil dos imigrantes entrevistados ao longo da pesquisa, o quadro 04 visa possibilitar ao leitor a construção de uma imagem destes imigrantes. Esse “retrato” dos imigrantes entrevistados também pode contribuir no entendimento dos recortes e contextos que foram descritos por eles durante as entrevistas.

Quadro 04- Breve perfil dos imigrantes entrevistados

Código de Identificação	Idade	Sexo	Nacionalidade	Tempo no Brasil (ano/mês)	Trabalha ou Trabalhou no Brasil	Local que Reside
ESR 08	24	M	Haitiano	1/ 10 meses	Sim	São Paulo-SP
ESR 09	22	M	Angolano	2 meses	Não	São Paulo-SP
ESR 11	26	M	Haitiano	7 meses	Sim	São Paulo-SP
ESR 12	38	F	Congolês	1/5 meses	Não	São Paulo-SP
ESR 13	19	M	Venezuelano	1 mês	Não	São Paulo-SP
ES 19*	27	M	Haitiano	1/ 4	Sim	Sinop-MT
ES 20*	43	M	Haitiano	1/7	Sim	Sinop-MT
ES 21	45	M	Haitiano	2/9 meses	Sim	Sinop-MT
ES 22*	37	M	Haitiano	1/ 3 meses	Sim	Sinop-MT
ES 23*	35	M	Haitiano	1/3 meses	Sim	Sinop-MT
ES 24	29	M	Haitiano	3/6	Sim	Sinop-MT
ES 25*	26	M	Haitiano	1 ano	Sim	Sinop-MT
ES 26*	25	F	Haitiana	1/5 meses	Sim	Sinop-MT
ES 27	40	M	Haitiano	5 anos	Sim	Sinop-MT
ES 28*	24	M	Haitiano	1/1 mês	Sim	Sinop-MT
ES 31*	28	M	Haitiano	1/5 mês	Sim	Várzea Grande-MT
ES 32	30	M	Guiné Bissau	9 anos	Sim	Cuiabá-MT
ES 33*	32	M	Haitiano	4/10meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 34*	22	F	Haitiana	1/8 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 35	50	M	Congolês	2/6 meses	Sim	Várzea Grande-MT

ES 41	45	M	Cubano	3 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 42	38	F	Haitiana	7 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 43	19	M	Haitiano	8 meses	Sim	Várzea Grande-MT
ES 44	38	M	Haitiano	3 anos	Sim	Cuiabá-MT
ES 45	32	M	Haitiano	4 anos	Sim	Várzea Grande-MT
ES 46	26	M	Haitiano	2/3 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 47	23	M	Haitiano	3 anos	Sim	Cuiabá-MT
ES 48	38	M	Angolano	1/6 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 49	32	M	Haitiano	½ meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 50*	26	M	Equatoriano	2 meses	Não	Cuiabá-MT
ES 51	30	M	Venezuelano	11 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 52*	31	M	Haitiano	3 anos	Sim	Cuiabá-MT
ES 53	37	M	Haitiano	2/6 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 54*	30	M	Haitiano	4 anos	Sim	Várzea Grande-MT
ES 55	28	M	Haitiano	3/1 mês	Sim	Cuiabá-MT
ES 56	23	F	Haitiana	5 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 57	21	F	Haitiana	10 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 58	33	M	Congolês	2/6 meses	Sim	Várzea Grande-MT
ES 61*	30	M	Venezuelano	3 meses	Sim	São Paulo - SP
ES 62*	32	F	Venezuelana	3 meses	Não	São Paulo-SP
ES 63*	38	M	Senegalês	2 meses	Não	São Paulo-SP
ES 64*	28	M	Sírio	3 meses	Não	São Paulo-SP
ES 65	25	F	Haitiana	5 meses	Não	São Paulo-SP
ES 67*	35	F	Venezuelana	8 meses	Sim	São Paulo-SP
ES 68*	42	M	Haitiano	4 anos	Sim	São Paulo-SP
ES 69*	34	F	Venezuelana	3 meses	Não	São Paulo-SP
ES 70*	32	M	Venezuelano	3 meses	Sim	São Paulo-SP
ES 71*	31	M	Iraquiano	2 anos	Sim	São Paulo-SP
ES 73	31	F	Togolesa	10 meses	Sim	São Paulo-SP
ES 74	26	F	Haitiana	7 meses	Sim	São Paulo-SP
ES 77*	40	M	Haitiano	4 anos	Sim	Cuiabá- MT
ES 82*	22	M	Boliviano	6 meses	Sim	Cuiabá- MT
ES 84*	30	M	Senegalês	2 anos	Sim	Cuiabá-MT
ES 87*	40	M	Venezuelano	7 meses	Sim	Cuiabá-MT
ES 88*	43	M	Venezuelano	5 meses	Não	Cuiabá-MT
ES 89*	18	M	Venezuelano	2 meses	Não	Cuiabá-MT
ES 90*	28	F	Cubana	3 meses	Não	Cuiabá-MT

Fonte: Fonte: elaborado pela autora, com os dados da pesquisa.

*Recortes destas entrevistas compõe a análise.

Todas as 57 entrevistas realizadas com os imigrantes passaram por processos de refinamento de dados que compõem uma forma de análise da *Grounded Theory*; no entanto, foram selecionadas algumas, cujos recortes compõem o trabalho de análise e servem como suporte para a validação dos resultados obtidos, o que, na concepção de Charmaz (2009), traduz-se como teoria fundamentada.

Os quadros 01, 02, 03 e 04 apresentados nesta seção compilam informações que auxiliaram o leitor na compreensão de como a pesquisa foi se estruturando, além de mostrarem que o método qualitativo de pesquisa também pode ser sistematizado. As diretrizes da teoria fundamentada, proposta dentro da concepção da *Grounded Theory*, possibilita esta e

outras sistematizações, apresentação e direcionamentos dos dados. Deste modo, além de descrever as etapas do processo, apresenta-se também os modos de sua operacionalização e condução. Charmaz (2009) pontua que a forma adotada pelos pesquisadores de construção e utilização das diretrizes da teoria fundamentada não é neutra, assim como os pressupostos adotados para suas pesquisas também não o são. A autora deixa claro que as diretrizes básicas da teoria fundamentada são plenamente aderentes a outras abordagens metodológicas do século XXI, como as explicitadas por Bryant (2002), Clarke (2005), Clarke e Star (2008), Morse *et al* (2016) e Clarke (2016). Essas vertentes desses teóricos podem ser consideradas diferentes; no entanto, podem se complementar.

ETAPA INICIAL DE PESQUISA

3. Imigração contemporânea no Brasil: principais aspectos

A coleta de dados proposta por este estudo já se inicia nas primeiras imersões a campo, com o intuito de compreender a dinâmica que move a imigração e seus principais aspectos. Os dados coletados nesta etapa figuram como elementos que norteiam o início da pesquisa e balizam as reflexões iniciais que foram se consolidando e se moldando conforme o campo ia acontecendo. Esse processo nem sempre acontece de modo linear, considerando que os avanços e *insights* da pesquisa ocorrem na medida em que se constroem e reconstruem as análises.

A etapa inicial de coleta de dados aconteceu em espaços e contextos diferenciados; no entanto vale ressaltar que se buscou observar os mesmos aspectos relacionados ao fenômeno estudado, inicialmente o contexto de imigração. Assim, a imersão no campo iniciou-se em São Paulo na Missão Paz e voltou-se ao contexto do centro oeste do país, no Centro de Pastoral para Migrantes (CPM) localizado na capital mato-grossense Cuiabá, além de contextos do interior deste estado, como os do município de Sinop-MT, na região do agronegócio. Todos estes diferentes contextos têm sido extremamente ricos e possibilitaram observações e constatações interessantes sobre o fenômeno observado.

3.1 Mergulho no campo: Missão Paz

A Missão Paz está localizada no bairro Liberdade, na grande capital paulista. Pertence à congregação dos missionários Scalabrinianos, conhecidos também como Missionários de São Carlos, que iniciou suas atividades em São Paulo na década de 1940. A instituição surge para auxiliar os imigrantes italianos que chegavam ao Brasil para trabalharem nas lavouras de café, e mais tarde abre seus serviços para demais migrantes. Em 1977 foi incorporado o Centro Pastoral do Migrante e, um ano depois, ocorre a criação da Casa do Migrante, junto à Igreja Nossa Senhora da Paz.

A Missão Paz em São Paulo foi a primeira porta que se abriu para a inserção da pesquisadora no “mundo da imigração”. No entanto, a inquietação por esta temática surgiu em um local distante dali, no interior do estado de Mato Grosso, local em que as mudanças substanciais no cotidiano das pessoas passam a ser percebidas em curtos períodos de tempo.

O relato de observação da pesquisadora, apresentado a seguir, chama a atenção para a forma com que os imigrantes são percebidos nos locais em que se inserem, e essa percepção incitou o desejo de iniciar uma pesquisa doutoral em meio a este universo:

(OBS001)

Quase como mágica, de um dia para o outro, situações e elementos que antes não existiam ou não eram percebidos nestes contextos passaram a ser notados pela comunidade local e, mais do que isso, os rostos por trás desse tema (imigração) começaram a se destacar e os imigrantes⁵ passaram a ser “vistos”. Talvez não apenas pelo fato de destoarem da população local, já que muitos imigrantes que chegaram nesta região e na capital do estado são nacionais do Haiti, mas, sobretudo porque muitos estavam à procura de trabalho, de documentação, de saúde, de educação, de moradia, de uma vida melhor. A busca por essas demandas pontuais que todas as pessoas precisam para sobreviver nas cidades, sendo elas interioranas ou não, fez com que esses novos imigrantes se tornassem percebidos no norte do estado mato-grossense. Porém, a aceitação dos imigrantes nesses espaços parece estar condicionada ao grau de não dependência dos imigrantes pelos serviços públicos ali ofertados, ainda que precários, ou a utilidade como mão de obra barata na região. Dito em outras palavras, emana-se um discurso de que os imigrantes podem até quiçá serem aceitos neste local, se não onerarem os serviços públicos e se “cooperarem” no que se entende por desenvolvimento local (Primeira observação sobre os imigrantes em MT, setembro, 2015).

A situação observada acima foi um dos elementos embrionários de um projeto de pesquisa de doutorado em administração que começou a se consolidar ainda em meados de 2015. Em outubro deste mesmo ano, foram levantadas informações junto à Polícia Federal de Mato Grosso, jurisdição de Sinop-MT, sobre a situação dos imigrantes na região. Em conversa com o agente responsável pelo setor de imigração da PF, foram pontuados alguns aspectos em relação aos imigrantes que se encontravam no interior de Mato Grosso, tais como: a chegada de um número expressivo de imigrantes haitianos no estado (só em 2015 já haviam registros de 884 pedidos de vistos de permanência de haitianos em MT); a necessidade de regularização da situação migratória dessa população; e a necessidade de acolhimento e ofertas de trabalho, carências percebidas entre os municípios (Diário de campo da pesquisadora, outubro, 2015).

Arelado aos fatos acima mencionados e em diálogo com os pesquisadores do Núcleo de Estudos em Recursos Humanos e Relações de Trabalho – NERHURT, vinculado ao

⁵ Adotar-se-á neste estudo termo imigrante para designar a pessoa de origem estrangeira que adentrou ao Brasil. Essa terminologia é ainda aceita e veiculada nas áreas da sociologia e geografia, embora se entenda que há na literatura atual sobre o tema uma evolução para o uso do termo “migrante”, pois este contemplaria aquelas pessoas que entram e saem de seus territórios, independente de fronteiras nacionais ou internacionais. A terminologia utilizada mantém o entendimento do imigrante conforme descrito no inciso II, § 1º, Art. 1º da Lei 13.445/2017 (Lei de Migração).

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA da PUC Minas, do qual a autora desta tese é membro, a imigração surge como temática praticamente ausente em pesquisas na área da administração. Na medida em que os imigrantes incorporam os espaços organizacionais e suas demandas passam a representar desafios aos gestores, sobretudo os de recursos humanos, a necessidade de maiores investigações neste campo evidencia-se. Assim, observar a dinâmica da imigração em contextos organizacionais ou atrelados a eles passou a fazer parte de uma agenda de pesquisa, não apenas desta pesquisadora, mas do grupo NERHURT como um todo.

Com a demanda acima mencionada, os pesquisadores do NERHURT se deslocaram de Belo Horizonte – MG - até a capital paulistana para conhecer a Missão Paz. A primeira visita da equipe realizou-se em novembro de 2015. A equipe foi recebida pela bibliotecária da instituição, que apresentou a configuração da estrutura, as políticas, práticas e dinâmicas diárias das quatro frentes de atuação da entidade: a Igreja Nossa Senhora da Paz; o Centro de Estudos Migratórios (CEM); a Casa do Migrante; e o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes. Abaixo se apresenta o relato da visita à instituição, conforme anotações e observação dos pesquisadores.

(OBS002)

Na visita dos pesquisadores do NERHURT à Missão Paz, realizada em novembro de 2015, coletamos uma entrevista em profundidade com a bibliotecária, tivemos acesso a diversos exemplares da revista Travessia – Revista do Migrante que é constituída por artigos, resenhas, relatos, crônicas e contos sobre a realidade dos imigrantes, no Brasil. Além deste documento, também tivemos acesso às cartilhas informativas para os imigrantes, que tratavam, basicamente, da cultura brasileira e mercado de trabalho. Outras cartilhas analisadas foram as que apresentavam a Missão Paz para os imigrantes interessados.

A bibliotecária do Centro de Estudos Migratórios nos mostrou toda a estrutura física e de serviços que a Missão Paz disponibiliza aos imigrantes, incluindo o alojamento onde já se encontravam mais de 100 imigrantes naquele momento. Além disso, durante a visita, conversamos com outros funcionários da instituição, como porteiro, auxiliares de limpeza, cozinheiras e supervisor.

Posteriormente, participamos como espectadores de uma palestra, com duração de 4 horas, ministrada por uma das assistentes sociais da Missão Paz. Essa palestra era destinada a possíveis empregadores da mão-de-obra imigrante, ou seja, representantes de empresas que estivessem interessados em contratar imigrantes para comporem seus quadros de funcionários. Para tanto, eram apresentados dados diversos sobre o movimento migratório, aspectos culturais e legislação, a fim de esclarecer dúvidas do público. Além disso, a assistente social explicava o papel da Missão Paz na intermediação entre os imigrantes e o mercado de trabalho (Diário de campo da equipe de pesquisadores do NERHURT, novembro, 2015).

Já a segunda imersão dos pesquisadores a campo aconteceu entre os dias 05 e 10 de junho de 2016. Nesta visita a recepção aconteceu com um dos padres diretores da Missão Paz. No momento, ele apresentou toda a estrutura da entidade e explicou seu funcionamento, além de conceder uma entrevista em profundidade aos pesquisadores, que durou cerca de uma hora.

Na entrevista, realizada no primeiro dia de visita, 05 de junho de 2016, o diretor da Missão Paz mencionou a origem da congregação dos scalabrinianos, ordem religiosa à qual a Missão Paz está vinculada. Explicou também como a instituição surgiu e foi se reconfigurando na estrutura organizacional que apresenta atualmente. Ponderou sobre o papel da igreja católica com relação às questões sociais, e salientou sobre a preocupação desta igreja com as questões humanas, sobretudo dos migrantes, foco dos scalabrinianos. O padre/diretor mencionou durante a entrevista que o papel da igreja católica não está apenas relacionado com as demandas espirituais das pessoas, mas entende que as necessidades materiais como alimentação, moradia, trabalho, dentre outras, também precisam ser resguardadas, respeitando-se a integridade do ser humano.

O padre/diretor entrevistado demonstrou grande conhecimento sobre o fenômeno migratório, devido à sua enorme experiência junto aos migrantes, bem como sobre meios de articulação política e organizacional das instituições públicas, privadas e do terceiro setor envolvidas. Pode-se perceber que o poder de articulação do diretor teve contribuição significativa na reestruturação da instituição, que sofreu mudanças expressivas a partir de 2011, com a implantação dos serviços aos migrantes na configuração atual, a partir de 2012.

Em relação às dinâmicas de serviços ofertados para os imigrantes e o modo como eles se estruturam e são organizados, foram pontuados e relatados no diário de campo, conforme se pode observar no recorte abaixo:

(OBS003)

Atualmente, a Missão Paz atua em quatro frentes de apoio e assistência aos imigrantes, sendo elas: a Igreja Nossa Senhora da Paz; o Centro de Estudos Migratórios; a Casa do Migrante; e o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes. Atuando conjuntamente, essas frentes buscam acolher e integrar os imigrantes na sociedade. Para tal, as ações realizadas pela Missão Paz atendem a diferentes dimensões, tais como: política, assistencial, cultural, religiosa, mediação para trabalho, saúde, educação. Procuram trabalhar de forma integrada, com um único propósito de melhorar as condições e situação dos imigrantes de modo a assegurar-lhes os direitos básicos a qualquer pessoa. Essa complexa estrutura organizacional articula diferentes ações e equipes conforme breve descrição apresentada.

A Igreja Nossa Senhora da Paz, juntamente com a Paróquia Pessoal dos Latino-Americanos e a Paróquia Pessoal dos Italianos oferece auxílio espiritual, quando solicitada, por meio dos Padres e voluntários das paróquias.

O Centro de Estudos Migratórios- CEM se ocupa em buscar informações sobre as características do fenômeno migratório. Busca, também, conhecer as condições em que vivem os imigrantes, orientar os agentes públicos, privados e do terceiro setor que trabalham diretamente com essas pessoas e informar a sociedade sobre as ações que envolvem a imigração. Também compete ao CEM organizar e preservar os registros dos atendimentos realizados pela Missão Paz, através da elaboração de documentos institucionais.

A Casa do Migrante dispõe de abrigo para 110 pessoas, as quais, na data da visita, eram 85 homens e 25 mulheres, em alojamentos divididos em ala feminina e masculina. A seleção para ingresso e permanência temporária na casa se dá pelo critério de maior vulnerabilidade. A Casa do Migrante tem como principal objetivo fazer com que o acolhido se sinta bem, em segurança e se relacione com o ambiente como se fosse sua própria casa. Na casa de acolhida oferece aos migrantes diferentes serviços: café da manhã, almoço, jantar, lavanderia, atendimento religioso, distribuição de roupas, atividades de lazer, palestras informativas e acompanhamento psicológico. Além disso, a casa disponibiliza profissionais para auxiliarem os imigrantes, encaminhando-os para cursos profissionalizantes e orientação sobre os serviços oferecidos na cidade de São Paulo. A equipe da Missão Paz está composta por 11 funcionários e 6 voluntários que se revezam nos três turnos. A Casa do Migrante mostra-se aberta a acolher migrantes e refugiados que chegam de diferentes destinos sem ter um lugar aonde ir, em busca de emprego e melhores condições de vida. Funciona como um ponto de referência e uma das poucas alternativas para os imigrantes quando se veem em situação de necessidade extrema. No ano de 2015, 998 migrantes passaram pela casa, entre homens, mulheres e crianças. A maioria das pessoas atendidas em 2015 é de nacionalidade haitiana ou de países sul-americanos. O Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (quarta frente da Missão Paz), trabalha em conjunto com a Casa do Migrante e as demais frentes, uma vez que tenta propiciar condições para que o imigrante consiga se estruturar minimamente e então, deixar a casa de acolhida, cedendo lugar para um imigrante mais necessitado. Foi relatada pela coordenadora do eixo trabalho a aparente preocupação dos imigrantes em relação ao tempo de permanência na Casa do Migrante e a dificuldade em encontrar um emprego dentro deste período. Encontrar um emprego para os imigrantes é muito importante, pois a partir do momento que conseguem trabalho, eles passam a ter condições de arcar despesas de moradia, alimentação, transporte etc., e, portanto, não ficam mais tão dependentes dos serviços da casa de acolhida. Dentre os serviços oferecidos pelo Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes estão: assistência às famílias, com o acompanhamento de suas necessidades, visitas às suas casas e busca pela integração com a comunidade local; auxílio no processo de regularização da documentação junto ao fisco brasileiro, ação realizada por advogados da Missão Paz. Estes ainda orientam e acompanham os trâmites legais para permanência dos imigrantes no país e também oferecem assistência jurídica para as demandas particulares; acompanhamento médico básico e psicológico, realizados por uma técnica em saúde e psicóloga, respectivamente, a fim de atender as demandas físicas e psíquicas, com orientação sobre acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). O Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes também busca encaminhar os imigrantes em idade escolar às instituições de ensino públicas.

O Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, ganha um destaque importante na Missão Paz, através do Eixo Trabalho, uma vez que promove a intermediação para o trabalho entre empregadores e imigrantes. Uma ajuda bastante significativa, considerando que um dos elementos que move a imigração é o trabalho. A equipe do Eixo Trabalho desenvolve uma ação efetiva de intermediação para o trabalho, que compreende dois momentos: um direcionado ao imigrante, e outro, ao empregador. O processo inicia-se com o preenchimento de uma ficha pelo imigrante, na qual são disponibilizadas informações sobre sua profissão e experiência de trabalho. Essa ficha é disponibilizada aos migrantes e pode ser preenchida em diferentes idiomas, tais como: português, inglês, francês ou espanhol. Posteriormente, o imigrante é convidado a participar de uma palestra intercultural, que acontece uma vez por semana, no período vespertino, nas dependências da Missão Paz, com intuito de apresentar os elementos fundamentais da cultura brasileira e seus direitos enquanto trabalhador. Esta palestra é ofertada em diferentes idiomas. A participação dos imigrantes na palestra intercultural é condição para que o mesmo possa participar das ofertas de emprego que são disponibilizadas pelas empresas que ofertam vagas de trabalho por intermediação da Missão Paz. Os empregadores que se dispõem a contratar um imigrante nas dependências da instituição devem passar primeiramente por um processo de identificação da empresa, para então, apresentarem as vagas a serem ofertadas. Em seguida, devem assistir a uma palestra ofertada pela equipe do Eixo Trabalho, cujo tema visa sensibilizar os empregadores sobre as demandas dos imigrantes e desmistificar estereótipos em relação a esta população a fim de minimizar possíveis formas de exploração. A palestra trata da igualdade de direitos e deveres em relação aos imigrantes.

Geralmente essa palestra é ministrada duas vezes por semana pela coordenadora do Eixo Trabalho, com a presença dos empresários interessados ou funcionários responsáveis pelas contratações das empresas em que trabalham. Esta palestra é o momento em que todos devem esclarecer dúvidas a respeito da contratação de um imigrante e os empregadores tem todo o direito de desistir de continuar o processo após o curso, antes de iniciar a próxima etapa. Após a etapa cadastral e informativa, os empregadores selecionados podem disponibilizar as vagas de emprego no auditório da Missão Paz e podem conversar com os imigrantes interessados. Essa conversa é assistida pela equipe do Eixo Trabalho a fim de auxiliar na intermediação, evitando qualquer tipo de constrangimento e eventual exploração. Além disso, a equipe da Missão Paz também se coloca à disposição para explicar as atividades a serem desenvolvidas, localização da empresa, salário e demais informações necessárias aos imigrantes.

Uma vez acordada a contratação do imigrante, a empresa assina um termo de compromisso ético com a Missão Paz, em que se compromete a respeitar todas as leis trabalhistas. O Eixo Trabalho ainda se preocupa em acompanhar a inserção do imigrante no local de trabalho e como forma de sondar e acompanhar a efetividade de seus serviços efetua visitas periódicas ao local de trabalho.

Só em 2015, 1488 imigrantes foram contratados por intermédio da Missão Paz, e 556 empregadores puderam participar desse processo. Entre 2012, quando a dinâmica foi implantada, e 2015, mais de 6000 imigrantes conseguiram emprego por meio das ações do Eixo Trabalho. A partir desses dados percebe-

se a importância desse agente no processo de inserção do imigrante ao trabalho (Diário de campo da pesquisadora, Julho, 2016).

MEMO 01- O complexo Missão Paz – uma visão holística

O complexo Missão Paz (palavra bastante apropriada para definir este local de acolhida) configura-se como uma instituição centenária que atua com imigrantes na cidade de São Paulo. O comprometimento com essa população já se fez notar na primeira visita realizada à Instituição. O modo com que tratam os imigrantes é diferente do que se pode observar em muitas instituições públicas, por exemplo, dado ao despreparo. Além de apresentarem um complexo de atendimento digno de agentes públicos para lidar com os imigrantes e refugiados, percebe-se o caráter pessoal com que são tratadas estas pessoas, tratamento digno que propicia estreitamento de laços afetivos entre as duas partes.

O espaço promove uma interação não apenas entre funcionário e imigrantes, mas circulam pela organização outros agentes que operam com as demandas da migração, sejam pessoas que buscam informações, voluntários oferecendo ajuda, pessoas fazendo doações, pesquisadores em busca de dados, empresas buscando funcionários, mídia à procura de notícia, organizações civis buscando parcerias, dentre outras. Esse emaranhado de pessoas tem em comum a temática migratória, ainda que seus objetivos sejam díspares; assim a Missão Paz se constitui também em um ponto de encontro entre os interlocutores da migração e os migrantes.

Esse espaço não apenas acolhe os imigrantes. Sua função social vai muito além desta fronteira, perpassa pela acolhida, auxílio e promoção dos imigrantes, busca não apenas ouvi-los, mas promove ações para que a voz desta minoria não permaneça silenciada.

As duas primeiras visitas à Missão Paz proporcionaram aos pesquisadores um novo olhar sobre o fenômeno da imigração que se pretendia compreender. De imediato, pode-se contatar a complexidade deste fenômeno e perceber que suas dimensões não se limitavam aos espaços ocupados por esta população, sejam eles organizacionais ou não.

Pode-se constatar através das visitas e ouvindo seu histórico o comprometimento da instituição e seus colaboradores para com os imigrantes. É notório o engajamento de toda a equipe em promover serviços de qualidade a esta população, que encontra não apenas apoio para suas necessidades mais urgentes, como comida e abrigo, mas também acolhimento humano e respeito por suas diversidades.

O complexo Missão Paz poderia suscitar inúmeras abordagens sobre a migração, no entanto, o primeiro recorte que se faz neste universo se dá pelo olhar do pesquisadora, que não é imune ao seu processo formativo, deste modo, direciona-se o olhar ao que lhe soa mais familiar, assim o Eixo Trabalho da Missão Paz passou a ser uma das frentes que buscou-se observar mais intimamente.

Dentre todos os serviços oferecidos pelo complexo da Missão Paz, a dinâmica do Eixo Trabalho possui uma interface com administração, sobretudo pelas suas ações de intermediação laboral, observadas pela perspectiva das relações de trabalho, no caso a intermediação de mão-de-obra imigrante e a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Assim, iniciou-se um processo de delimitação do objeto a ser pesquisado; considerando-se que o fenômeno da imigração se mostra muito abrangente, surge a necessidade de direcionar o olhar para uma de suas muitas dimensões. Deste modo, a questão do trabalho vinculado ao movimento migratório chama atenção da pesquisadora e direciona seu olhar para as próximas imersões no campo.

A entrevista com a assistente social que coordena as intermediações de trabalho que acontecem na Missão Paz possibilitou entender melhor o funcionamento do processo de contratação da mão-de-obra imigrante e as dinâmicas de auxílio ao imigrante que busca por trabalho. Seguem abaixo alguns recortes dos pontos mais relevantes desta entrevista.

(R001)

Eu fui contratada aqui na missão, junto com a turma toda do eixo mediação, no ano de 2012. Eu fui contratada para trabalhar com família e comunidade, mas na semana de inauguração do programa de mediação, a mídia disse que os haitianos estavam na missão paz em busca de trabalho, e que se a sociedade brasileira não fizesse alguma coisa eles iam cair na bandidagem, enfim. E isso foi dito com uma imagem do Haiti devastado atrás da pessoa que estava falando. A gente sabe que a mídia tem esse jogo do sensacionalismo, umas são mais responsáveis, outras nem tanto. Então, essa matéria na imprensa fez com que os telefones da missão paz bombassem, com muitas ligações de pessoas interessadas em contratar imigrantes haitianos. Então, como no meu currículo tem uma pós-graduação em recursos humanos, eles então me convidaram a... “ficar com esse assunto do trabalho”. Eu disse “claro, vamos ver o que dá para fazer”. Então, eu recebi do padre uma pastinha incolor, com uma folha sulfite dentro escrito eixo trabalho. O eixo trabalho é agregado ao programa mediação. Ele nasce sem verba, sem espaço, sem nada. então, eu atendi o ano de 2012 sozinha, não tinha nenhuma equipe, nem voluntários nem nada, sozinha[...] (ES 04, 09 de junho 2016).

(R002)

Eu acredito nisso, nesse paradigma do jogo do ganha-ganha que diz que o crescimento de um é o crescimento de todos. Então, as duas partes precisam, as duas partes... outro dia eu ouvi uma brincadeira de um colega falando “aqui é a mesma coisa de trabalhar na google”. Porque tudo que a gente decide a gente decide junto, hoje o eixo trabalho tem essa estrutura mais organizada. A gente sempre acredita que pode melhorar alguma coisa, não está fechado. A gente está longe da perfeição, mas a gente está no caminho. Mas já houve tempos muito mais turbulentos. Nossa metodologia... a gente não tinha nenhuma referência, nada, desse tipo de mediação. **E isso feito por uma assistente social, como é que é isso, mediar as duas partes: a classe trabalhadora, a**

classe explorada e a classe exploradora. Uau, como é que é isso? Desafio né? Entendeu, e ser coesa, e ser ética. Como é que você lida com ética num assunto desse? Você é advogada do diabo ou o que você é? Lidar com essa situação de uma maneira ética, de uma maneira harmônica, de uma maneira orgânica, não é brincadeira. No dia a dia mesmo, aí, é a gente lutando para que esse momento, esse movimento aqui na missão paz não se torne uma agência de emprego. Então, nós lidamos com pessoas. O nosso número é um número alto, é um número grande? É sim, mas é um número grande de pessoas né, que estão em um momento de emergência, de sobrevivência né. Tá num momento de alta vulnerabilidade [...](ES 04, 09 de junho de 2016).

(R003)

Uma vez, eu ouvi de um empregador numa palestra quando eu falei sobre horários, dias e horários que precisam ser absolutamente claros e tal, ele disse “ah, mas eu preciso de uma pessoa pra trabalhar 24 horas, 31 dias num mês.” Se o mês tiver 31. Que eu tive que convidá-lo a se retirar, porque aqui não é o lugar dele contratar essa pessoa, aqui ele não vai conseguir contratar essa pessoa, não sob nossa responsabilidade.

Porque a gente fez palestra para mais de 1500 pessoas em 2014, mas 500 contrataram. Entendeu, então acontece na palestra um filtro natural. A pessoa que percebe que não dá conta de suprir a necessidade do imigrante, ela diz “foi um prazer te conhecer, mas não posso”. (ES 04, 09 de junho de 2016).

A entrevista com a coordenadora do Eixo Trabalho mostrou-se produtiva para a pesquisa, pois apresenta os principais desafios que a equipe enfrenta na tentativa de auxiliar os imigrantes a encontrarem um emprego, o que nem sempre é fácil, considerando os entraves pontuados na entrevista.

MEMO 02- Eixo Trabalho – Ator de mediação para o trabalho

Dentro da Missão Paz as atividades do eixo trabalho mantem uma posição de destaque na instituição, o que é notório, não no sentido de desmerecer as outras frentes de atuação, mas sim por demonstrar o quanto as questões laborais estão intimamente ligadas com as demandas migratórias. A própria criação destes serviços junto à Missão Paz pode expressar essa questão: um dos diretores informou que as empresas vinham e colavam papezinhos nos murais da instituição oferecendo vagas de trabalho aos imigrantes; assim surgiu a proposta do eixo trabalho, de uma demanda externa da sociedade em empregar migrantes. Desde o processo de criação do Eixo Trabalho até as configurações atuais do setor é possível perceber o comprometimento com os migrantes e, sobretudo o entendimento dessa população como agente de direitos, partindo-se do pressuposto que o imigrante, como qualquer outra pessoa, tem direito a um trabalho digno e de não ser explorado durante o desempenho de suas atividades profissionais.

O Eixo Trabalho foi aprimorando as experiências ao longo dos anos, aprendendo com acertos e erros a mediar “a classe trabalhadora” e “a classe exploradora”, como pontua a coordenadora durante a entrevista. Essa mediação caracteriza-se por uma conversa informal com imigrantes e empregadores até uma apresentação mais formalizada a estes dois públicos sobre as leis que regulamentam o trabalho no país. Pode-se pensar nesta intermediação como alguém que estabelece uma ponte entre duas partes que não se conhecem, mas que tem objetivos que coadunam; no entanto, isso não garante que uma destas partes, vez ou outra, vislumbre no outro uma possibilidade de mais valia, de exploração.

Esta questão da exploração da mão-de-obra imigrante não só foi possível de ser observada na fala da coordenadora, mas também em diferentes discursos, seja do empregador que vem contratar, seja do imigrante que expressa o medo de ser explorado, seja dos funcionários, diretor e voluntários que atuam no setor, de modo que a possibilidade de exploração do trabalhador imigrante se constitui em pano de fundo para se pensar as relações de trabalho contemporâneas.

As ações desenvolvidas pelo eixo trabalho contemplam desde uma primeira acolhida aos imigrantes e empregadores até uma avaliação e acompanhamento deles no ambiente de trabalho; esse processo todo é tutelado pelo setor. Há preocupação da coordenadora para que seu trabalho não se configure como um agenciamento de emprego, podendo ser compreendido pela dinâmica particular da instituição, que também se diferencia pelo próprio método de funcionamento. O Eixo trabalho procura chamar a atenção para a vulnerabilidade da condição imigrante sem que haja sua vitimização, entendendo que o processo de atuação da instituição possibilita que as duas partes assistidas sejam beneficiadas. A atuação do Eixo Trabalho diferencia-se das ações de agências de emprego por visarem a autonomia desses imigrantes sem requerer remuneração em troca, apenas comprometimento e conduta ética dos envolvidos. Neste sentido, fica evidente sua atuação como importante elemento nessas relações de emprego, além de sua atuação como novas formas de se pensar as relações de trabalho e seus atores.

Ainda nesta segunda visita à Missão Paz, pôde-se acompanhar o processo de intermediação do trabalho. Desde a visita anterior, já se sentiu a necessidade de um olhar mais aguçado sobre a dinâmica desenvolvida pelo Eixo Trabalho, e depois da entrevista com a coordenadora, essa curiosidade em compreender melhor o processo se intensificou. Dessa forma, o acompanhamento das intermediações possibilitou não apenas ter informações sobre o processo, mas participar efetivamente dele. A intermediação entre empregadores e imigrantes é realizada todas as terças e quintas-feiras nas dependências da Missão Paz, no período vespertino. Para poderem se candidatar para as vagas de emprego, os imigrantes devem ter participado anteriormente da palestra intercultural, ao passo que os empregadores também precisam ter participado da palestra de preparação ofertada pela equipe do Eixo Trabalho. Ambas as palestras acontecem semanalmente na Missão Paz e são ofertadas no período matutino. As principais observações feitas pela pesquisadora sobre estes momentos (palestra intercultural e mediação para o trabalho) serão apresentadas abaixo:

(OBS004)

Na tarde do dia 06 de julho de 2016, acompanhamos a palestra intercultural oferecida aos imigrantes na Missão Paz em parceria com a *Society for Intercultural Education, Training and Research* (SietarBrasil), uma organização não-governamental composta por membros filiados cujo principal objetivo é a pesquisa, o treinamento e as atividades educacionais no campo das relações interculturais. A palestra aconteceu das 13:00 as 16:00 horas e é ofertada nas dependências da instituição acolhedora em diferentes idiomas como: português, francês, inglês e espanhol. Observamos neste dia a palestra em língua portuguesa, que teve como público uma maioria de imigrantes angolanos, com presença expressiva de mulheres com crianças de colo. Essa palestra articulada pela Missão Paz tem como objetivo aumentar as chances de integração social dos imigrantes, sobretudo no mercado de trabalho. Foram abordados aspectos da cultura brasileira, além de informações sobre acesso ao mercado de trabalho. As responsabilidades e direitos dos trabalhadores e os mecanismos de defesa em caso de violação das leis trabalhistas brasileiras, tomando como base a CLT, também foram citadas. Os imigrantes assistiram muito interessados à palestra com a interculturalista e ao final surgiram perguntas, principalmente a respeito do trabalho. Foi notório o estranhamento dos participantes e a quantidade de informações apresentadas, nos permitiu perceber o choque de realidade, uma vez que muitos deles chegam com grandes expectativas de conseguir facilmente um emprego, o que na maioria das vezes não se concretiza facilmente ou em um período curto de tempo. A interculturalista tentou motivar os participantes apresentando a realidade com bastante cautela e de forma otimista. No entanto, não deixou de mencionar que o processo de inserção, sobretudo laboral, não era tão simples, como fora apresentado aos imigrantes.

No dia 07 de julho de 2016, a intermediação para o trabalho iniciou-se a partir das 13:30 horas. No entanto, quando chegamos ao pátio da instituição, nos surpreendemos com o número de imigrantes que lá estavam, mais de 130 pessoas, enfileiradas próximo à porta do auditório; era possível notar nos olhos de muitos a ansiedade daquele momento. Enquanto esperávamos as portas se abrirem, fomos convidadas a ver o outro lado da história. Em uma sala na parte interna, encontravam-se os empregadores que vieram naquele dia ofertar as vagas de emprego. Não eram necessariamente os proprietários das empresas; em alguns casos os que ali se encontravam eram gestores de RH.

A equipe do Eixo Trabalho já estava organizando e coletando junto aos seis empregadores as vagas de trabalho que seriam ofertadas. As informações sobre a vaga/função, salário, benefícios, carga horária, e outras, ficavam expostas em murais próximos às mesas em que aconteceriam as entrevistas. Assim que o portão do auditório se abriu, os imigrantes se direcionavam até estes murais e observavam se poderiam concorrer às vagas; se atendidos minimamente os requisitos, o imigrante aguardava ali mesmo, por ordem de chegada, para ser entrevistado. Uma equipe de tradutores voluntários também ficava à disposição dos empregadores e dos imigrantes para ajudar na comunicação.

As entrevistas observadas foram feitas de modo bastante sucinto, limitando-se a questionamentos sobre o país de origem, idade, experiência na função e localização da família. Nenhum roteiro prévio foi utilizado. A língua por vezes mostrou-se como um limitador da veiculação das informações trocadas entre empregador e imigrante, minimizado, em alguns casos, pelo auxílio dos

intérpretes. O processo por vezes tornou-se cansativo para ambas as partes, pois para algumas vagas havia mais de 40 candidatos, e como se respeitava as regras instituídas pela Missão Paz, todos os imigrantes deveriam ter direito à entrevista. Os critérios de escolha entre os candidatos eram bastante subjetivos e passavam, não raro, pela empatia entre entrevistador e imigrante.

Uma vez findada as entrevistas, os empregadores selecionavam os imigrantes que contratariam e informavam a equipe para que comunicassem os escolhidos. Esse momento mostrava-se bastante difícil para os empregadores, pois o auditório estava repleto de imigrantes que estavam desesperados à procura de trabalho, e o número de vagas oferecidas era imensamente menor. Havia aproximadamente 130 imigrantes para 11 vagas.

No momento em que se divulgavam os eleitos, no auditório ocorria um misto de emoções entre alegria, tristeza, frustração, mas também solidariedade entre os imigrantes, sobretudo entre os compatriotas. Percebemos que muitos vinham parabenizar os escolhidos, mesmo tendo disputado a mesma vaga. A emoção de muitos dos contratados era contagiante e chamou bastante atenção não apenas de nós, pesquisadores, mas dos empregadores também.

Após esse momento, eram selados os contratos de cooperação ética entre a empresa contratante e a Missão Paz. Os empregadores combinavam com os imigrantes detalhes sobre a contratação. (Diário de campo da pesquisadora, Junho, 2016).

A segunda visita à Missão Paz ainda oportunizou a coleta de entrevistas semiestruturadas com três empregadores de mão de obra imigrante que ofertaram vagas de trabalho nos dias em que os pesquisadores do NERHURT estiveram na entidade para tratar da experiência com a intermediação promovida pela Missão Paz, além de entrevistas sem roteiro predeterminado com dois dos imigrantes que lá se encontravam. Também foi possibilitado aos pesquisadores acesso aos formulários preenchidos pelos empregadores interessados em contratar imigrantes, e também às estatísticas internas da Missão Paz sobre o número de atendimentos realizados entre 2012 e 2015, período de nova estruturação da instituição. As entrevistas com os empregadores forneceram elementos iniciais que sugerem por onde passa a relação com o trabalhador imigrante:

(R004)

Então, **você tem um giro muito alto de funcionários (brasileiros), eles passam um ano e já querem receber seguro-desemprego, já acham uma maneira de pedir a conta e o imigrante não, ele vem com vontade de trabalhar.** Então, esse foi o diferencial. Porque mão de obra aqui a gente ainda tem, mas o diferencial é que aqui, com tantos incentivos do governo, acabou atrapalhando, ensinou o trabalhador a pedir em vez de trabalhar [...] (ES 05, 09 de junho de 2016).

(R005)

No total, nós estamos com 10 imigrantes hoje. Porque também tem um número pela CLT que a gente pode contratar, um número máximo. Você não pode somente trabalhar com mão de obra de estrangeiro, você tem um

número, tipo uma cota. Então a gente está bem abaixo do número que a gente pode empregar. Estamos dentro do que é possível [...]. O nosso ramo é a mulher mesmo que é a mão de obra utilizada. Então, inicialmente, cargo sem instrução nenhuma, sem um nível profissional nenhum, que é na parte de camareira, limpeza; algumas estão de destacando e aí a gente oferece outras oportunidades dentro da empresa. Pela dificuldade que elas têm com o idioma e tudo e pelos costumes que a gente tem aqui, é basicamente para coisas básicas. **Mas a gente tem uma que virou encarregada, ela já fala um pouco o idioma, talvez recepção, talvez quem sabe até um dia gerência.** Mas inicialmente, é sempre para esses cargos mais baixos (ES 05, 09 de junho de 2016).

(R006)

Essa parte de caseiro é uma coisa fácil, você pega uma roçadeira, liga e vai. **Agora semana passada eu vim pegar uma coisa mais específica, um eletricista, aí apareceram 7 que sabiam, fiz entrevista, eu sei, eu sei, eu sei, aí eu peguei aquele que era mais simpático, azulão, falava um pouco de português, por que estou lá no Morumbi, então uns cara meio feio, tem gente que nem entra, por que tem medo, meu cachorro tem medo desses caras, imagina o cliente, fica com pé atrás, meu cachorro não chega perto dele, ou seja, ele falou, eu sei, eu entendo, aí eu falei você vem na oficina, quarta-feira 8:00 da manhã, ele estava lá 6:00 da manhã esperando, abriu a oficina. Você conhece? Peguei meu carro e falei: tira a roda aí e inverte. “Com o macaco?” Educadíssimo. Pegou o macaco, olhou, e ele já ia levantar o carro pelo câmbio, pelo câmbio estoura tudo, aí já vi que não funciona [...]**Hoje eu já vim mais preparado, vim com a ferramenta que é pro cara testar (ES 06, 09 de junho de 2016).

(R007)

É, por que eu estou lá para trabalhar, ele falou: você ensina? **Eu falei, eu ensinava, hoje eu não ensino mais, por que você vai ensinar esses caras aí e o cara aprende e vai trabalhar em outro lugar** (ES 06, 09 de junho de 2016).

(R008)

Então ele quer trabalhar, por que ele precisa levar dinheiro dele para lá. Esse caseiro meu, ele tem cinco irmãos para sustentar, os pais, mais a esposa. **Então eu pago para ele 1000 líquido, mas sai pra mim do meu bolso 1.700 reais, por que tenho que pagar o fundo de garantia, contador, fora que ele me gasta, então fica caro, mas se eu for pegar um nacional, primeiro momento todo mundo é bom, ele pelo menos fez dois meses e tá tudo bom, quero ver no quarto mês, se não funcionar, meu querido: não deu, volto pra cá venho aqui e pego outro. Aqui é a fonte. Eu até dependo do pessoal, só que precisa ver meu lado também, por que eu sou o empregador, estou dando a casa, cesta básica, a casa quer ver, tem dois andares, a parte de baixo tem cozinha, copa e sala-de-estar, a parte de cima tem quarto** (ES 06, 09 de junho de 2016).

(R009)

Pela legislação, porém, pelo hora-homem, que é o HH, que é o que mais pesa pra nós, **a gente tem uma vantagem muito grande com o imigrante, por que**

não atrasa, não há falta, não já justificativa de médico, não é que eles não sejam humanos, é que eles não procuram dar pra nós justificativas pra gente demiti-los ou não ficar contente com eles.[...] por que é lamentável, na situação que está o país, você ter funcionário que te dá trabalho disciplinar, que não quer trabalhar, que não acerta condição, mas que quer receber sem fazer nada, então nós temos uma atrás da outra, reclamação trabalhista, pessoas que pegam advogados em porta de quartel que você sabe quem são, pra ficar 6, 7 meses sem trabalhar, numa empresa que é pequena, imagino uma grande indústria aí (ES 07, 09 de junho de 2016).

(R010)

[...] então se você tem um percentual de HH por falta, você acaba tendo um percentual menor, por isso hoje é muito sensível o custo, então a gente tem essa grande vantagem. Segunda grande vantagem: **são muito obedientes, eles passam a ser até submissos a você, se eu tivesse lá com trabalho escravo seria maravilhoso, mas não é o caso, e mesmo não sendo o caso eles são muito obedientes, respeitam muito a hierarquia.** Então é um pessoal que se eu não cumprimentar eles na hora que eu chego eles ficam chateados. Então isso demonstra consideração, respeito e agradecimento. **Todos os dias eles me falam obrigado. Então é uma questão que eu vou te falar, são vantagens que você não tem no “peão” brasileiro** (ES 07, 09 de junho de 2016).

(R011)

Não, por conta da cor não, por que tenho outros funcionários. Nós também não incentivamos isso. Mas tem a questão do que eu falei para vocês **que é do odor que se exala da própria raça, o negro brasileiro é diferente do negro africano, é uma verdade que a gente sente, mas com o tempo, eles mesmo estão se percebendo, por que eles vão sentindo. Isso eu nunca conversei, até por que é um assunto delicado, mas isso incomoda por que o pessoal acaba afastando na hora do almoço, não sentam do lado,** por que tem o refeitório, tem a mesa e eles não sentam ao lado (ES 07, 09 de junho de 2016).

Nos recortes acima é possível perceber que o que motivou os empregadores a contratarem imigrantes para trabalharem em suas empresas é o descontentamento com os funcionários nacionais. Nas reclamações dos três empregadores entrevistados, pode-se constatar esse argumento, além do fato de os imigrantes mostrarem-se como uma mão de obra mais barata em relação aos trabalhadores brasileiros. A relação custo-benefício com a contratação de imigrantes também é reiterada pelos entrevistados, que frisaram os impactos econômicos da legislação trabalhista na contratação de funcionários.

A forma com que o imigrante encara o trabalho parece ser percebida pelos empregadores brasileiros como um diferencial em relação aos trabalhadores nacionais. Diferentes conflitos parecem permear o ambiente de trabalho e seus atores sociais, sejam entre os empregadores e imigrantes, entre os imigrantes e empregados brasileiros, ou ainda entre o empregador e empregados brasileiros por conta dos imigrantes, como pode ser

compreendido pelas razões expressas nos recortes R006, R010 e R011 que expressam preconceito e xenofobia em relação aos imigrantes.

As condições de trabalho a que os imigrantes são expostos também foram ressaltadas pelos empregadores, de modo que se constata a predominância de trabalhos menos qualificados, o que “justificaria” menores salários e menores recompensas aos contratados. A visão de que os imigrantes são limitados em seu potencial para galgar postos mais elevados de trabalho, ou, ainda, serem alocados em cargos superiores nas empresas contratadas, também se mostra presente no discurso dos empregadores entrevistados, sobretudo no recorte R005.

Através destes recortes das entrevistas pode-se compreender que o processo de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho é complexo, pois não se trata apenas de conseguir um emprego para quem precisa trabalhar. As condições para se manter esses imigrantes empregados geram desafios para os diferentes atores das relações de trabalho que fogem das fronteiras organizacionais, implicando em demandas econômicas, políticas, sociais, culturais, dentre outras, que mereceriam estudos mais específicos.

Desta imersão na Missão Paz, além do trabalho da organização em relação aos migrantes, o que parece ecoar são as questões pontuadas pelos empregadores entrevistados, pois seus discursos evidenciam questões que já fazem parte de um contexto de imigração e outras que ainda carecem ser estudadas, como o processo de interação entre empregador e empregado imigrante. Pontua-se, no memorando abaixo, questões suscitadas pelas entrevistas e observações de campo que parecem fazer ressoar diferentes enunciados ou sobreposição deles. Até o momento, esses aspectos iniciais figuraram apenas como premissas iniciais a serem mais bem investigadas no decorrer deste trabalho, a fim de maiores esclarecimentos sobre as relações que se estabelecem entre os imigrantes, empregadores e as organizações que procuram intermediar essas partes.

Ao se tentar compilar a visão dos empregadores sobre os imigrantes e o processo de inserção deles no mercado de trabalho formal, parece vir à tona diferentes perspectivas que reiteram estereótipos conhecidos em relação à população imigrante, além de aspectos novos e pouco explorados pela literatura que envolve as questões de trabalho dentro do universo migratório. Seguem, no memorando abaixo, algumas premissas apontadas direta ou indiretamente pelos empregadores em relação aos imigrantes e sua inserção no mercado de trabalho brasileiro:

MEMO 03- Concepção dos empregadores de imigrantes em São Paulo.

- ✓ A comparação entre os funcionários migrantes e não migrantes;
- ✓ Comprometimento maior dos imigrantes com o trabalho;
- ✓ Imigrantes tem necessidade maior de se manter no emprego;
- ✓ Reclamação do alto custo da formalização dos empregados para as empresas;
- ✓ O não domínio da língua portuguesa como limitador das chances de emprego;
- ✓ Relação de trabalho e não de amizade para com o imigrante;
- ✓ Falta de sensibilização para o drama dos imigrantes;
- ✓ Vulnerabilidade dos imigrantes e refugiados;
- ✓ Imigrante apenas visto como força de trabalho;
- ✓ Obediência e respeito à hierarquia organizacional por parte dos imigrantes;
- ✓ Equidade entre remuneração dos trabalhadores imigrantes pesquisados,
- ✓ Maior relação custo x benefício na contratação de mão de obra imigrante;
- ✓ Reiteração dos estereótipos em relação aos imigrantes pelos colegas autóctones (Rouba trabalho traz doença, aumenta criminalidade, dentre outros);
- ✓ Preconceitos raciais arraigados no ambiente de trabalho;
- ✓ Diferença de sentido do trabalho para o imigrante e para o autóctone;
- ✓ Propensão dos imigrantes a empregos mais desvalorizados;
- ✓ Impacto da contratação de imigrantes nas empresas;
- ✓ Interação entre os funcionários brasileiros e os imigrantes
- ✓ Desvalorização da classe trabalhadora, imigrante ou não;
- ✓ Redução das pessoas a um senso utilitário;
- ✓ Percepção de que a Missão Paz é local onde se encontra facilmente mão de obra imigrante e que o imigrante que lá se encontra aceitará qualquer proposta de emprego;
- ✓ Entendimento de que a mão de obra é facilmente substituível, sobretudo a imigrante.

O terceiro deslocamento à Missão Paz ocorreu entre os dias 07 e 10 de julho de 2016. Naquele momento a visita foi também direcionada a observar mais uma vez a dinâmica do Eixo Trabalho, por ocasião da intermediação para o trabalho. Nesta visita não foram realizadas entrevistas formais, considerando que os empregadores que se fizeram presentes naquele momento estavam ofertando vagas pela primeira vez na Missão Paz; deste modo não havia histórico sobre experiência da empresa com imigrantes. Ainda assim, realizou-se uma entrevista sem roteiro predeterminado com um empregador e conversas informais com alguns imigrantes.

Na mesma semana os pesquisadores participaram do VII Fórum Social Mundial das Migrações, que aconteceu na Universidade Zumbi dos Palmares, em São Paulo. A motivação pela participação neste fórum se deu em função de se conhecer quais as principais discussões que a sociedade civil organizada e a academia estavam trazendo sobre os movimentos

migratórios. A dinâmica do fórum aconteceu conforme descrição abaixo, pontuada nos relatos de observação das pesquisadoras:

(OBS005)

O primeiro dia do Fórum começou à noite com uma conferência inaugural cuja temática foi “migrantes construindo alternativas”. No segundo dia do Fórum, que iniciava às 08h e terminava às 21h, percebemos que muitas atividades seriam expostas nos mesmos horários, e como estávamos em três pesquisadoras, acreditamos ter sido necessário nos dividirmos para que cada uma pudesse participar de um debate e anotar as observações, para posteriormente depois discutirmos. Separamos as discussões que mais nos atraíram, sendo elas as voltadas especificamente para o tema relações de trabalho e migração. Dessa forma fomos conduzindo nossa participação todos os dias no fórum.

Além de participar das rodas de conversas, também conhecemos outros pesquisadores de diferentes áreas: serviço social, direito, antropologia, teologia e psicologia. Vale ressaltar que não nos deparamos com ninguém da área da administração. Também conhecemos outros imigrantes de diferentes nacionalidades, como bolivianos, argentinos, uruguaios, colombianos, haitianos, sírios e africanos. Em muitas salas de debates, os depoimentos de imigrantes diante das situações vividas no Brasil eram constantes, fazendo com que a realidade fosse exposta de maneira mais clara e muito rica.

Nas palestras centrais, que ocorriam em um imenso auditório, normalmente no começo da manhã, havia pessoas traduzindo em inglês, francês, português e espanhol o discurso dos palestrantes. Entre as conferências de cada eixo, atividades culturais eram apresentadas no pátio central da universidade. Elas eram realizadas pelos próprios imigrantes, que apresentavam alguma coisa típica da sua região, como um estilo de dança, canto, etc. Além dessas manifestações culturais também tinham diversas barraquinhas com comidas típicas feitas pelos próprios imigrantes.

Fomos ao Fórum todos os dias e participamos no total de nove conferências, e todas trataram, em algum momento, das questões do trabalho para imigrantes.

(Diário de campo, participação dos pesquisadores do NERHURT no VII Fórum Social Mundial das Migrações, julho 2016).

A dinâmica do fórum contemplou sessões de discussões em seis eixos distintos, a saber:

(OBS006)

Eixo 1: A crise sistêmica do modelo capitalista e suas consequências para a migrações;

Eixo 2: Resistências e alternativas desde os sujeitos migrantes;

Eixo 3: Migração, gênero e corpo;

Eixo 4: Migração, os direitos da mãe natureza, o clima e as disputas norte-sul;

Eixo 5: Movimentos sociais e direitos humanos: moradia, educação, saúde, trabalho decente;

Eixo 6: Direito à cidade, inclusão social e cidadania de imigrantes.

(Diário de campo, participação dos pesquisadores do NERHURT no VII Fórum Social Mundial das Migrações, julho 2016).

Pode-se perceber no fórum a diversidade de temáticas que perpassam pelo mundo da imigração, além da enorme demanda que esses temas suscitam aos pesquisadores e desafios àqueles que trabalham diariamente com essa população. Nas conferências dos seis eixos apresentados, as questões relacionadas ao trabalho e inserção de imigrantes no mercado laboral foram pontuadas, em algumas de modo mais indireto, e em outras de maneira bastante incisiva, como no caso do eixo 5. Essas questões passaram, então, a aguçar ainda mais o olhar da pesquisadora a respeito da relação entre imigração e trabalho.

A experiência com a participação no fórum das migrações proporcionou, ainda, conhecer outros atores por traz do mundo da imigração, tais como: entidades que trabalham com imigrantes, movimentos sociais simpáticos à causa, representantes de órgãos públicos responsáveis pelas demandas de imigrantes, agentes de movimentação política que atuavam para a aprovação da nova lei de migração, pesquisadores e, sobretudo, muitos imigrantes.

Durante as conferências do VII Fórum das Migrações, os pesquisadores do NERHURT se deslocaram até a Missão Paz para presenciarem um dia de intermediação para o trabalho. Novamente o pátio da Missão Paz estava tomado por imigrantes que procuravam emprego; no entanto, para surpresa da equipe, naquele dia apenas um empregador compareceu, ofertando uma vaga de trabalho para uma função bem específica, que não foi preenchida, na área de elétrica automotiva. Novamente a decepção estampada nos rostos dos imigrantes que lá estavam se fez perceber. Na oportunidade pôde-se conversar com alguns imigrantes de modo informal sobre a situação do mercado de trabalho, e a carência das vagas de emprego.

Nestas conversas informais, os imigrantes que aceitaram conversar com as pesquisadoras eram de nacionalidade haitiana e angolana, e pontuaram sobre as dificuldades com a falta de emprego. Afirmaram que cada dia estava mais difícil conseguir um trabalho, que estavam enfrentando muitas dificuldades, que não conseguiam ajudar a família; mencionaram ainda a dificuldade em conseguir os passes de ônibus e metrô para se deslocarem até a Missão Paz para novas tentativas de emprego.

Em conversa com a equipe do Eixo Trabalho, as questões levantadas pelos imigrantes que conversaram com os pesquisadores foram reiteradas. Segundo a coordenadora, o número de empresas que compareciam havia caído bastante nos últimos meses, e o de vagas de trabalho também.

Interessante observar que as dinâmicas diárias vivenciadas pelos imigrantes puderam ser acompanhadas em diferentes espaços. Primeiramente, durante as discussões que foram

acompanhadas no VII Fórum das Migrações. Depois, por ocasião do momento da intermediação para o trabalho que aconteceu na Missão Paz. Posteriormente, na oportunidade de diálogo direto com os imigrantes. Pode-se constatar que nestes espaços pontuavam-se discursos muito próximos e coesos sobre os desafios que circundam o fenômeno da imigração, dada a sua complexidade.

Ainda em novembro de 2016, entre os dias 08 e 10 aconteceu uma quarta visita à Missão Paz; naquela oportunidade apenas esta pesquisadora compareceu e pôde acompanhar a palestra intercultural. Essa ação acontece todas as quartas-feiras e é levada a cabo por uma equipe de interculturalistas da Sietar Brasil, parceiros da Missão Paz. O relato dessa imersão a campo e observações realizadas na dada serão apresentados a seguir.

(OBS006)

Naquele dia, cerca de 80 imigrantes participaram da palestra ofertada em português e inglês. No dia seguinte, com intenção de acompanhar mais uma intermediação para o trabalho, a pesquisadora se deslocou até a Missão Paz. Como habitualmente acontecia, os imigrantes, desta vez em menor número, já estavam aguardando em frente ao auditório onde aconteciam as entrevistas; porém, nenhuma empresa compareceu naquele dia. A equipe do Eixo Trabalho aguardou até as 14:00 horas e então comunicou o fato aos imigrantes que lá estavam, cerca de 60 pessoas. Em conversa com a coordenadora do Eixo Trabalho, ela relatou que nos últimos dias aquela era a segunda vez que acontecia de não comparecer nenhuma empresa, e afirmou que a situação estava bastante complicada naqueles dias, pois as ofertas de trabalhado haviam diminuído muito, o que, provavelmente, era um sinal evidente do agravamento da crise econômica no país. (Diário de campo da pesquisadora, Novembro, 2016).

Também em novembro de 2016 a pesquisadora participou do Fórum de Participação Social do CNIg - Conselho Nacional de Imigração. O CNIg realizou um Fórum de Participação Social, promovido em duas etapas: a primeira aconteceu *online* e a segunda de forma presencial no dia 05 de novembro de 2016 na Faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo, das 8h às 19h. A ação teve o objetivo de aumentar o processo de participação da sociedade civil, de migrantes ou entidades que atuam no campo das migrações, ou ainda de qualquer cidadão interessado na causa com o intuito de propiciar subsídios para a construção de políticas migratórias no Brasil.

As atividades deste fórum promoveram diálogos com participação social que se centraram na discussão de 7 eixos, a saber:

Eixo 1 - Processo contínuo de construção da política migratória: Diálogos entre o CNIg e a sociedade civil;

Eixo 2 - Atualização da política nacional de migração e proteção dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes;

Eixo 3 - Direito dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes;

Eixo 4 - Integração sócio laboral (qualificação profissional, acesso a mercado de trabalho e documentação);

Eixo 5 - Recepção e informação ao trabalhador e à trabalhadora migrante;

Eixo 6 - Diversidade e gênero na política de migração laboral;

Eixo 7 - Emigração e trabalhadores e trabalhadoras retornados (as).

O Fórum de Participação Social do CNIg teve caráter consultivo e foi informado aos participantes que os resultados das discussões ali apresentadas seriam encaminhados ao plenário do CNIg.

(OBS007)

Pode-se perceber que algumas frentes compostas por vários atores da sociedade civil organizada se articulam conjuntamente em favor de reivindicar melhores condições aos imigrantes. Essas entidades parecem ter percebido que ações isoladas são percebidas como boas práticas. No entanto, sozinhas e em descompasso, não dão conta das demandas trazidas pelos imigrantes. Assim, estabelecer articulações entre elas garante seu fortalecimento e um trabalho mais engajado destes atores sociais coletivos, que estão agindo no jogo de poder mais amplo na sociedade, a fim de se conseguir maior representatividade e poder de incidência política frente às questões migratórias. Durante o Fórum de Participação Social do CNIg, representantes de entidades como a Missão Paz, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC, Conectas, Caritas, dentre outras, além de pesquisadores sobre a temática, fizeram-se presentes (Diário de campo da pesquisadora, novembro, 2016).

Posterior às imersões acima apresentadas, houve um direcionamento das observações no campo e uma delimitação do espaço a ser pesquisado em virtude de um corte transversal que a pesquisa demandou. Desta forma, atrelada às pesquisas científicas sobre a temática migratória que o momento requisitou, houve também um direcionamento do olhar sobre migração e seus atores para o centro oeste brasileiro, sobretudo para a região norte mato-grossense e, posteriormente, para a capital Cuiabá-MT.

Diante das escolhas epistemológicas que esta pesquisa demandou, uma nova imersão na Missão Paz foi realizada em 2018 entre os meses de Março e Junho, oportunizando à pesquisadora desenvolver um trabalho de caráter voluntário junto à instituição. Esse momento favoreceu uma aproximação mais aprofundada do cotidiano dos imigrantes que chegam ao

país, possibilitando que novas reflexões sobre o objeto de pesquisa fossem realizadas. Nestes quatro meses de interação junto à Missão Paz, a pesquisadora participou de diferentes atividades como, por exemplo, professora voluntária no curso de português e atuação junto ao Setor de Capacitação e Cidadania, além de outras atividades que fazem parte do cotidiano da instituição.

Nos primeiros dias de março de 2018, assim que a pesquisadora chegou à Instituição houve um estranhamento, pois nas outras visitas, bem mais pontuais, não conseguia acompanhar toda a dinâmica da casa. O estranhamento se deu em função das dinâmicas dos serviços oferecidos, dos horários de trabalho das diferentes frentes, da comunicação entre os setores e da interação entre eles, nem sempre bem articulada. No entanto, ainda assim pôde-se observar que as equipes conseguem conversar entre si. Percebeu-se trocas de experiências entre as assistentes sociais sobre dificuldades encontradas tanto em relação aos atendidos quanto às questões internas da instituição. O relato dessa imersão nas dependências da Missão Paz e algumas observações realizadas durante o período serão apresentados abaixo:

(OBS008)

Ao chegar à Missão Paz no dia 06 de março de 2018, conversei com um de seus diretores sobre a possibilidade de fazer um trabalho voluntário, do desejo em me aproximar mais dos imigrantes e poder conhecer melhor suas dinâmicas, com possibilidade de conversar e entrevistar alguns funcionários e imigrantes que se encontravam na instituição. O diretor me contou um pouco sobre a dinâmica da casa e disse que certamente poderia contribuir e muito; afirmou que um dos setores que mais precisava de ajuda, naquele momento, era o de Capacitação e Cidadania, que trabalha atrelado ao Eixo Trabalho, pois em virtude dos preparos para receber os venezuelanos que chegariam com a proposta de interiorização do governo federal, iriam precisar de pessoas para as aulas de português, confecção de currículo e outras atividades. Ministrei aulas no curso de português durante três meses, uma ou duas vezes por semana, conforme a necessidade de voluntários.

No dia 05 de abril de 2018 participei do encontro do Grupo de Pesquisa sobre migrações, vinculado ao CEM. O grupo reúne professores e pesquisadores de diferentes instituições para estudar sobre migração; esses encontros funcionam de forma alternada, ora na Missão Paz, ora na USP (no Departamento de Ciências da Religião). Fui convidada pelo coordenador do grupo a fazer parte da equipe de pesquisadores que se reúnem mensalmente. Neste dia contou-se com a participação do pesquisador Luiz Felipe Magalhães, que apresentou para o grupo sua tese que tratava sobre o contexto de migrações internacionais em Santa Catarina, com foco nos imigrantes haitianos. Sua fala foi bastante interessante para minha pesquisa, pois uma das nacionalidades de imigrantes que mais havia entrevistado até o momento fora a haitiana.

No dia 18 de abril de 2018 participei do lançamento do Atlas Temático Observatório das Migrações – Migrações Internacionais na Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. O livro produzido pelo Observatório das Migrações em São Paulo, projeto sediado no Nepo (Núcleo de Estudos de População) da Unicamp, e contou com financiamento da Fapesp. A coordenadora da pesquisa, Rosana Baeninger, afirmou que o atlas aponta para as migrações não apenas como algo histórico, mas também como um fenômeno atual, embora reconheça que ainda haja resistência em reconhecer o caráter dinâmico do fenômeno no cenário contemporâneo. Já no dia 13 de maio de 2018, em virtude do Diálogos no CEM, um encontro que acontece mensalmente na Missão Paz, pude acompanhar o lançamento do livro Migrações sul-sul, que foi organizado também pela professora Rosana Baeninger e demais professores da Unicamp e USP.

O encontro “Diálogos no CEM”, que aconteceu no dia 18 de maio de 2018 com a participação do pe. Alfredo Gonçalves, discutiu sobre migração e fronteiras. Este diálogo contribuiu muito para esclarecer sobre as fronteiras que se colocam neste tema. Na visão do palestrante, haveriam três fronteiras: geográfica, jurídico-política e cultural-religiosa. A abordagem que Pe. Alfredo constrói sobre o tema foi muito interessante e contribuiu para a tese que desenvolvo, pois as fronteiras que pontua são facilmente perceptíveis nas entrevistas e estão presentes no discurso de muitos imigrantes que entrevistei.

Entre os dias 10 a 14 de maio de 2018 ajudei a coordenadora Josicleide na elaboração de um projeto para o Setor de Capacitação e Cidadania. O objetivo era de ofertar oficinas de trabalhos manuais para mulheres imigrantes, uma vez que a coordenadora apontava - e era mesmo visível - para a dificuldade destas mulheres imigrantes de conseguirem trabalho, pois muitas tinham bebês de colo, o que limitava ainda mais as chances de ingressarem no mercado de trabalho. Assim, o projeto visava ofertar rápidas oficinas de trabalhos manuais como forma de incentivar essas mulheres à autonomia e geração de renda. O projeto foi escrito e apresentado ao diretor da Missão Paz, que gostou da ideia e autorizou a implantação das oficinais. No entanto, para que o projeto acontecesse era necessária contrapartida financeira de parceiros.

No dia 19 de maio de 2018, um grupo de alunos de administração da Faculdade São Judas veio conhecer a instituição; acompanhei-os durante a visita junto com a coordenadora, e mostramos a eles o projeto das oficinas. Os alunos se interessaram e comprometeram-se em mobilizar parceiros para que as oficinas acontecessem. Dentre as oficinas, estavam cursos de manicure, pedicure, bordados, tricô, crochê.

Entre os dias 29 e 03 de junho de 2018 pude participar dos bastidores do IV Simpósio de Religião e Migração, evento com parceria entre Missão Paz, Puc-SP e Scalabrini International Migration – SIMI. Coube à equipe do CEM a organização geral do evento, desde organizar as inscrições dos participantes até as seções de comunicação que foram apresentadas durante o simpósio. O evento teve como lema “Menos muros, mais pontes - Diagnósticos sobre os fluxos migratórios na América Latina e na Europa, e contou com a participação de pesquisadores renomados sobre a temática migratória e sua interface com a religião. A sua programação diferenciada destacava a Conferência de Abertura intitulada *Panorama dos estudos sobre fluxos migratórios na América Latina*, do Prof. Dr. Jorge Martínez Pizarro (CELADE - División de Población de la CEPAL), que trouxe dados muito interessantes da migração na América latina. No segundo dia houve a apresentação da Conferência intitulada *Fluxos migratórios na Europa*, ministrada pelo Prof. Dr. Aldo Skoda (SIMI-

Urbaniana), com a proposta de que os migrantes devem ser tratados na perspectiva dos verbos proferidos pelo papa Francisco (acolher, inserir, proteger e promover). A conferência da prof. Rosana Baeninger também foi muito rica no sentido de abordar as novas demandas migratórias e a discrepância entre os imigrantes que chegam ao país e aqueles idealizados, ou seja, “brancos, europeus e civilizados”. A pesquisadora pontuou que o Brasil não se configura mais como apenas um país de destino dos imigrantes, mas também como lugar de trânsito em que ocorrem imigração e emigração. Entre os dias 14 a 19 de junho, fui convidada pela coordenadora do Eixo Trabalho da Missão Paz e pelo diretor para elaboramos uma primeira versão do projeto *Cultura do encontro*, que será encabeçado pela equipe do Eixo Trabalho com parceria de pesquisadores e voluntários do setor. Esse projeto visa promover a mediação/interação entre os atores das relações de trabalho, bem como a integração, acolhida e proteção dos migrantes que buscam se inserir no mercado de trabalho brasileiro. A proposta foi pensada como resposta a diferentes demandas que se apresentaram ao longo dos anos ao setor, e também a uma pesquisa que constatou a falta de preparação dos gestores de recursos humanos para contratação de imigrantes; eles, porém, sinalizaram interesse em conhecer mais sobre esse público para ajudar no processo de contratação. No dia 20 de junho de 2018, participei da socialização da pesquisa do Dr. Leandro Carvalho, aluno de pós-doutorado da UnB, na escola de Gestão da USP em São Paulo. A pesquisa “Os caminhos para o refúgio” contou com a participação de 386 gestores de RH da região metropolitana de São Paulo e buscou apresentar como essa população entende ou não a questão do refúgio no Brasil, além do impacto da contratação de imigrantes nos diferentes setores da economia. Os dados foram bem interessantes e sinalizam para o despreparo e desconhecimento por parte dos gestores de RH sobre as demandas migratórias. No dia 21 de junho de 2018, acompanhei o lançamento do Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Internacionais e Migração Refugiada. O evento aconteceu no Museu da Imigração em SP, e contou com a participação de Luiz Pontel de Souza (Secretário Nacional de Justiça); André Zaca Furquim (Diretor do Departamento de Migrações – Ministério da Justiça); Bernardo de Almeida Tannuri Laferté (Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados); Alessandra Almeida (Diretora do Museu da Imigração); Rosana Baeninger (Unicamp); Maria Beatriz Bonna Nogueira – ACNUR São Paulo. A professora Rosana Baeninger, coordenadora da pesquisa realizadora do atlas, falou sobre as parcerias feitas para sua elaboração com a Casa de Passagem Terra Nova, com a Missão Paz, com a ACNUR, com a Fapesp, com a Prefeitura de Campinas e outras instituições. Após o lançamento do atlas aconteceu uma conferência apresentada pelo secretário de justiça Luiz Pontel, retratando “*A Situação do Refúgio no Brasil*”. Na fala engessada do secretário, dentro dos moldes dos discursos do atual governo em que dados da realidade não são considerados, ficou evidente que o governo não está preocupado em resolver o problema dos venezuelanos. Pontel explanou sobre a situação dos venezuelanos em Roraima e como o governo vem lidando com a questão; afirmou que cifras foram investidas e que a situação estava sendo controlada pelo governo, apresentando dados quantitativos e informações que não condizem com a realidade de Boa Vista. A discrepância entre o discurso do secretário de Justiça e a realidade só foi constatada porque os números e informações apresentados por ele divergem

daqueles que chegam até a Missão Paz e a outras frentes que atuam com os venezuelanos. Só para se ter uma ideia, o secretário apontou que todos os venezuelanos que participaram do projeto de interiorização haviam sido documentados, o que não é verdade, pois dos mais de 100 imigrantes que chegaram a Cuiabá poucos tinham sequer a carteira de trabalho, o que pôde ser confirmado pela coordenadora do CPM de Cuiabá na semana anterior. Isso tanto é verdade que houve uma força tarefa do Ministério do Trabalho em Cuiabá para expedir carteiras de trabalho aos venezuelanos recém-chegados ao Brasil.

Já finalizando minha temporada em São Paulo, nos dias 23 e 24 de julho de 2018, participei da equipe da Missão Paz na quermesse que organizam todos os anos. Naquele final de semana, também foi organizado uma almoço da paróquia Nossa Senhora da Paz. Os preparativos implicavam em limpeza do espaço, preparação da comida, além de outras atividades. Minha contribuição voluntária foi atuar junto ao Bazar beneficente que a Missão Paz oferece todos os anos. Nele são vendidas roupas a um preço simbólico que foram doadas por empresas como a Zara e a CEA; dentre as barraquinhas presentes na festa, a que mais foi visitada durante a quermesse foi o Bazar da Paz. A festa acontece em três finais de semana consecutivos, e é organizada por uma equipe de voluntários e funcionários da Missão Paz, além de ser coordenada pelos padres da instituição. A festividade integra o calendário de comemorações que acontece na Paróquia Nossa Senhora da Paz. (Diário de campo da pesquisadora, Março a Junho, 2018).

Durante o período de voluntariado na Missão Paz, de 09 de março a 26 de junho de 2018, a pesquisadora atuou como voluntária no Setor Capacitação e Cidadania, ministrando aulas de português, além de outras atividades. Dessa forma, pôde vivenciar muitos momentos com os imigrantes e participar de conversas informais, festividades de diferentes comunidades, além de acompanhar a dinâmica do dia a dia nas dependências da instituição. Essa vivência contribuiu imensamente para aprofundar seu conhecimento sobre os desafios dos imigrantes, seus dramas e dificuldades no processo de inserção social. A seguir apresenta-se algumas destas situações e reflexões que elas suscitaram.

As percepções da primeira visita à Missão Paz foram reconstruídas com base no conhecimento adquirido ao longo das demais observações sobre a instituição e seu trabalho desenvolvido com os migrantes. O olhar de encantamento foi amadurecido pela percepção de que a realidade não apresenta, de fato, todas suas facetas, havendo, assim, um universo de situações por traz de diferentes rostos que solicitam auxílio. Porém, esta última imersão, por oportunizar momentos mais próximos e convivência diária com os imigrantes, possibilitou reflexões mais aprofundadas sobre a realidade migratória daqueles que chegam ao Brasil em busca de melhores condições de vida e tentam desesperadamente se inserirem na sociedade

em seus diversos espaços. Algumas situações vivenciadas no período chamaram bastante atenção e são dignas de nota.

Ao acompanhar a intermediação de uma empresa de lavanderia que veio ofertar 03 vagas de trabalho, pôde-se perceber que os empregadores também desconhecem as surpresas que o momento pode lhes reservar. No início a empregadora queria contratar apenas homens, mas foi sensibilizada pela equipe e acabou contratando apenas mulheres naquele dia. Após entrevistas de mais de 35 mulheres, deveriam ser escolhidas apenas 03, mas a empregadora resolveu naquele momento empregar 05. O que não se esperava era o assédio de muitas imigrantes pedindo ajuda para arrumar emprego; ao final das contratações efetivadas, isso foi tão marcante que fez a empregadora se emocionar. Ela disse que aquele momento era difícil também para ela, pois entendia a necessidade por que passavam as migrantes. Confidenciou-me que não tinha intensão de contratar cinco pessoas; no entanto, dado o número bem além do esperado por ela, sentiu-se na “obrigação” de aumentar o número de vagas. Afirmou também que não havia melhor forma de se sensibilizar do que aquela que a Missão Paz realizava ao colocar o empregador “cara a cara” com o imigrante.

Uma situação que também chamou bastante atenção foi a forma de marcação da ordem de chegada dos imigrantes para a mediação com as empresas. Para evitar que tivessem que permanecer horas na fila, os imigrantes enfileiravam, em frente da porta do auditório, objetos diversos, pois assim não precisavam ficar expostos ao sol e nem mesmo em pé na fila, visto que não eram distribuídas senhas para estes serviços. Nesse sentido, eles tinham o direito de adentrar no salão em que acontecem as intermediações para o trabalho por ordem de chegada. Pôde-se observar, durante os quatro meses de atuação voluntária, que as filas eram a cada dia mais extensas e que não havia uma regularidade de ofertas de vagas; além disso, em muitas ocasiões as vagas ofertadas eram bem específicas, tais como: mecânico especializado em injeção eletrônica de veículos leves, cozinheiro especialista em comida vegana, designer de interiores para móveis planejados; isso sem contar que alguns empregadores procuravam empregar imigrantes apenas de uma determinada nacionalidade. O dia em que mais houve vagas ofertadas foram feitas 13 contratações, mas também houve dias em que nenhuma empresa apareceu.

Outra situação presenciada retratou a dura realidade dos imigrantes no desespero de conseguirem dinheiro e trabalho. Em uma noite fria no jardim da Casa do Migrante, já por volta das 23 horas, um imigrante venezuelano, exausto, relatou que em seu trabalho de 12 horas em um restaurante de bolivianos, próximo ao Brás, mal teve tempo de se alimentar

durante a jornada, e recebeu ao final do dia R\$ 60,00 reais como pagamento, enquanto sua esposa ficou cuidando da filha do casal, um bebê de seis meses, nas dependências da Missão Paz. O imigrante afirmou ainda que a oferta deste “bico” fora feita no pátio da Missão Paz por um boliviano, e que aceitara o trabalho, pois fora a única oportunidade que havia aparecido até aquele momento. O diretor da Missão Paz comentou que aquilo não era certo nem justo, mas que não tinha como evitar, pois os imigrantes estavam precisando muito de dinheiro e se submetiam à exploração; o religioso também disse que é de conhecimento dele que outros casos como aquele aconteciam não raras vezes. Afirmou também saber que imigrantes exploram outros imigrantes recém-chegados, ou mais vulneráveis. Mesmo que a equipe da Missão Paz alerte para as questões de exploração laboral, a necessidade os faz aceitar esses trabalhos, segundo o diretor. A alternativa para minimizar estes casos é a informação e a possibilidade de aumento das vagas de trabalho formal, o que não acontece rapidamente, conforme se pode constatar no cenário atual.

Dentre as ocorrências que se destacaram da experiência de voluntariado, a importância dos cursos de português para os imigrantes fez-se evidente em várias situações, seja nas solicitações de serviços, na busca de informações, nas interações com os não compatriotas, na participação das festas e, sobretudo, na busca por emprego. O domínio, ainda que mínimo da língua, não impede o imigrante de conseguir trabalho, mas restringe muito suas chances de contratação e de manter-se empregado. É recorrente ouvir dos empregadores frases como “precisa falar um pouco de português”, “tive de dispensá-lo porque não falava o português”, “não entende o que eu falo, não fala português”; esses e outros discursos presentes nas entrevistas e também nas conversas informais denotam a importância das questões de comunicação, pois podem abrir ou fechar portas para os imigrantes em seu processo de inserção laboral. A equipe da Missão Paz parece compreender bem esta dinâmica; observou-se um esforço enorme dos professores voluntários para fazer com que as aulas fossem interessantes e produtivas para os imigrantes. Mesmo aqueles professores que não tinham formação na área de ensino demonstraram preocupação com o aprendizado e com o método utilizado, embora outras questões institucionais de cunho administrativo, por vezes, tenham dificultado e restringido a ampliação e maior produtividade dos cursos ofertados.

O perfil dos imigrantes que chegaram à Missão Paz também foi se alterando durante as sucessivas imersões lá realizadas. Na primeira visita que aconteceu em 2015, a nacionalidade mais expressiva que circulava nas dependências da instituição era do Haiti, e em 2017 imigrantes dos países africanos eram os mais vistos por lá. Atualmente, a onda de imigrantes

que ocupa a maioria das vagas de acolhida da Missão Paz é de venezuelanos em razão da crise humanitária que atinge aquele país. Interessante observar que, apesar da presença maciça na Casa do Migrante de venezuelanos em 2018, os nacionais do Haiti seriam os mais assíduos nas intermediações de trabalho quando se observa seu registro no auditório em que acontecem as intermediações. Observa-se também que, ao se comparar essas duas nacionalidades (haitianos e venezuelanos) em relação ao tempo médio para sua inserção laboral, nota-se uma maior rapidez dos nacionais da Venezuela para conseguirem emprego, seja pelas vias da Missão Paz ou não. Isso pode ter relação com diversos fatores, como por exemplo: maior proximidade cultural entre Brasil e Venezuela, maior proximidade linguística, leve retomada da economia brasileira, o que pode ter fomentado o aumento dos postos de trabalho, embora as vagas ofertadas nas intermediações tenham caído em relação à época de chegada em massa dos haitianos. A mão de obra dos venezuelanos pode ser considerada mais atraente para os empregadores que a dos haitianos; porém, há questões inerentes ao preconceito racial, além de outros fatores que podem influenciar na inserção laboral do imigrante haitiano, o que demandaria uma investigação mais aprofundada.

A interação da Missão Paz com os diferentes atores que trabalham com os imigrantes também foi notória. Setores da comunidade acadêmica, organizações filantrópicas, organizações públicas e privadas, diferentes tipos de mídias, além de associações e demais coletivos que simpatizam com a temática migratória encontram-se constantemente nas dependências da instituição, seja para buscar informações, participar de festividades, requerer serviços, selar parcerias, ofertar empregos, entre outras atividades. Essa circulação propicia uma interação com diferentes frentes sociais, e coloca a Missão como um forte articulador político das demandas migratórias.

As situações acima mencionadas e demais observações oriundas do campo, além das primeiras reflexões, serão compiladas no memorando que se segue, além de premissas que resumem ou suscitaram *insights* relacionados à inserção laboral dos imigrantes.

MEMO 04- Pressupostos sobre a inserção laboral de imigrantes na Missão Paz

- ✓ A Missão Paz tem um histórico de atuação no auxílio a imigrantes, oferecendo diversos serviços, com destaque para a inserção laboral, por meio do Eixo Trabalho;
- ✓ As ações do eixo trabalho são sensíveis aos fluxos migratórios que chegam ao Brasil, mais precisamente a São Paulo e à dinâmica atual do mercado de trabalho;
- ✓ A atuação de mediação do eixo trabalho representa uma oportunidade a mais aos imigrantes, pois em outras situações precisam arrumar trabalho sozinhos ou por meio de agências que cobram pelos serviços;
- ✓ As visitas à empresa, após a contratação de imigrantes, representam uma forma de tutela não apenas aos empregados, mas também aos empregadores, pois muitos se sentem compromissados com a instituição;
- ✓ A presença de aliciadores nas dependências da instituição é frequente, mas a equipe aposta na informação ao imigrante para que essas ações sejam minimizadas, o que nem sempre é possível de garantir;
- ✓ A ideia de que os imigrantes são vulneráveis não impede que eles sejam explorados por empregadores e mesmo por outros imigrantes, compatriotas ou não;
- ✓ Empregadores e imigrantes utilizam-se da indicação de amigos para a contratação de novos imigrantes;
- ✓ A sensibilização que a Missão Paz oferece aos empregadores busca desmistificar a ideia de que os imigrantes são melhores ou piores do que os trabalhadores brasileiros, e isso faz com que muitos empregadores desistam da contratação, além da obrigatoriedade em seguir a CLT e ofertar um emprego formal;
- ✓ As melhores vagas de trabalho que foram ofertadas na Missão Paz entre março e junho de 2018 foram bem específicas, sendo a maioria no setor de serviços. Destaque para as vagas conjuntas (para casal), o que fazia, às vezes, com que casais de imigrantes surgissem por improviso;
- ✓ Com a chegada dos venezuelanos e o impacto que sua interiorização teve na mídia, alguns empregadores passaram a restringir vagas para a nacionalidade, o que não era aceito pela Missão Paz. Porém, eles encontravam outra forma de selecionar os ditos desejáveis;
- ✓ Apesar de mostras de solidariedades entre as diferentes nacionalidades presentes na Instituição, percebeu-se a formação de guetos e certo desconforto de algumas nacionalidades em relação a outras;
- ✓ As formas de recrutamento de pessoal apresentaram-se bastante variadas e pouco estruturadas. Mesmo quando os gestores de RH vinham para recrutar, as entrevistas eram bastante informais e partiam mais da empatia do que propriamente da competência;
- ✓ Muitas vagas ofertadas exigiam dos imigrantes um nível intermediário de português; os envolvidos na oferta dos cursos de português da Missão Paz entendiam a necessidade dos imigrantes dominarem o idioma para ingressarem no mercado de trabalho. A evasão do curso e problemas metodológicos representam questões a serem discutidas.

Após as imersões no campo descrito, observações e apontamentos suscitados pela pesquisadora demandaram em aprofundamento teórico sobre a temática migratória, o que se

buscou estruturar por meio de um panorama do contexto de imigração contemporânea no Brasil, conforme se segue.

3.2. O contexto contemporâneo de imigração no Brasil – I aporte teórico

Nos últimos anos, a capacidade do Brasil em atrair imigrantes se intensificou por diferentes razões, a saber: crescimento populacional brasileiro em queda, aumento das restrições a imigrantes nos países mais cobiçados pelos migrantes internacionais, economia favorável (Krein & Manzano, 2014, OIT, 2016). Outros ainda acrescentam a esta lista, os preparativos para a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 (Tramarim, 2012). Grande parte dos imigrantes que aqui se encontram provém dos países sul-americanos como a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e, mais recentemente, o Haiti e Venezuela. No entanto, os fluxos migratórios se mostram, a cada dia, mais diversificados (OIT, 2016).

O fenômeno da imigração não é um fato recente na sociedade brasileira (Patarra, 2005; Faria, 2015; Baeninger & Bonk Mesquita, 2016, Baeninger & Peres, 2017), e menos ainda em outras localidades do mundo (Soares, Lobo & Matos, 2015). A *International Organization for Migration* (OIM) divulgou, com base em dados até 2015, que 21,3 milhões de pessoas tiveram que cruzar fronteiras internacionais por conta de conflitos violentos em seus países de origem. Outro ponto apontado pela agência é a concentração de mais de 51% dos imigrantes internacionais em um número limitado de 10 países, sobretudo europeus e países vizinhos àqueles em que há presença de conflitos armados. Esse montante é uma cifra bastante considerável da população de imigrantes do planeta, o que impõe aos países de origem e de destino ou, ainda, de trânsito (Faria, 2015), a complexidade e a diversidade da migração internacional, além dos desafios do transnacionalismo, da relação da migração e com o desenvolvimento econômico, tal qual pontuadas por Baeninger (2015), Baeninger e Bonk Mesquita (2016).

Vezzoli, Bonfiglio e Haas (2017) chamam atenção para o fato de que as pesquisas sobre migração internacional têm voltado seu olhar demasiadamente para específicos fluxos migratórios, centrando-se nas tendências demográficas sem se atentar para os determinantes das migrações futuras e para o impacto nas mudanças regionais e globais que podem afetar os novos padrões de migração. Dentre alguns destes estudos que apresentam uma visão mais estrutural e previsível sobre a migração internacional ou sobre as dinâmicas dos imigrantes internacionais pode-se mencionar Kaczmarczyk e Okólski (2005); Wallace e Vincent (2007);

Bijak, Kupiszewska e Kupiszewski (2005; 2008). Na concepção de Vezzoli, Bonfiglio e Haas (2017), estudos desta envergadura limitam o desenvolvimento de cenários de migração internacional mais abrangente; no entanto, eles abordam variáveis mais fáceis de ser mensuradas e previstas, dadas as incertezas que perpassam essa temática.

As migrações internacionais mostram-se como um desafio aos cientistas sociais, no sentido de lhes impor observações e constatações considerando sua dinâmica própria que, ao mesmo tempo, mescla-se com elementos relacionados à geopolítica, fontes de recursos naturais e energia, xenofobia, avanços tecnológicos, suporte aos meios de produção, estruturas dos mercados de trabalho (Vezzoli, Bonfiglio & Haas, 2017).

As migrações internacionais se intensificaram nos últimos anos, não somente no Brasil, mas em todos os continentes do mundo (Illes, Timóteo & Fiorucci, 2008; Krein & Manzano, 2014, Patarra & Fernandes, 2011; Faria, 2015; OIM, 2016, Baeninger et al, 2018). O fenômeno migratório contemporâneo apresenta ondas simultâneas de imigração e emigração, não se configurando mais como algo isolado e restrito a um país ou continente (Faria 2015). Os múltiplos direcionamentos das migrações podem ser observados nas informações e estudos apresentados pela Organização Internacional das Migrações (OIM). A *Global Migration* apresentou em 2015 estimativas de 123 países que tiveram fluxos migratórios (imigração + emigração) de mais de 100.000 pessoas entre 2005 e 2010. O estudo coordenado pelo NEPO da Unicamp aborda a dinâmica das chamadas migrações sul-sul, ou seja, aquelas cuja mobilidade humana acontece entre países do hemisfério sul (Baeninger *et al*, 2018). Essas migrações sul-sul entre e em direção à América Latina, também conhecidas como migrações entre países em desenvolvimento, representam metade de todos os movimentos migratórios no mundo segundo a OIM (2016). Essas migrações tem ganho destaque em âmbito mais amplo, o das migrações transnacionais, pois impactam na divisão internacional do trabalho e também na mobilidade do capital.

Fica evidente o fato de que a mobilidade humana é um movimento que vem se intensificando em todas as partes do planeta e não se limita às direções geográficas pré-estabelecidas ou facilmente compreendidas. Os movimentos migratórios acontecem em âmbito nacional, transnacional, continental e ainda transcontinental (Abel, 2013; Sander, Abel, Bauer & Schmidt, 2014). Esses movimentos são incentivados por diferentes motivações, que vão desde ordem pessoal a motivos relacionados diretamente à política, à economia, perseguição religiosa, crise ambiental, dentre outras, como as pontuadas por Black et al (2011).

A Organização Internacional das Migrações (OIM) destaca que 1 bilhão de pessoas são migrantes; dito de outro modo, em cada 7 pessoas no mundo uma é migrante (OIM, 2016) e, 1 em cada 110 pessoas é forçada a sair de seu país de origem (ACNUR, 2018). As cifras em 2015 registram que há mais de 244 milhões de migrantes internacionais. Os números mais expressivos desse contingente provem da Índia (16 milhões), do México (12 milhões), da Rússia (11 milhões), da China (10 milhões) e da Síria (5 milhões). Estima-se que 65 milhões de indivíduos no mundo são considerados refugiados (OIM, 2017).

O Brasil não ficou imune à dinâmica das migrações internacionais. Entre 2000 e 2015, o Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros – SINCRE registrou a entrada de mais de 879 mil imigrantes no Brasil (PF, 2018). O número de imigrantes tem aumentado nos últimos anos, embora o país não se mostre com uma população de imigrantes significativamente alta em relação ao número de habitantes (OIT, 2016; Parise, 2016), se comparado a alguns países europeus e aos Estados Unidos, por exemplo.

Informações do Ministério da Justiça apontavam que entre 2010 e até o primeiro trimestre de 2016 havia mais de 53 mil vistos de permanência emitidos, isso sem contabilizar os imigrantes não documentados que, conforme estimativas da Polícia Federal, ultrapassariam 128 mil de diferentes nacionalidades. Dos imigrantes que se apresentaram às autoridades brasileiras, grande maioria é de nacionalidade Haitiana, seguidos dos peruanos, dos coreanos, dos chineses e dos africanos (Martes, 2016).

Em 10 anos o número de imigrantes legalmente documentados no Brasil teve um aumento de 150 pontos percentuais, segundo estimativas da Polícia Federal. Em 2017, conforme dados emitidos pelo SINCRE, constam mais de 103 mil registros de estrangeiros no Brasil (PF, 2018). No entanto, nota-se que, os imigrantes não chegam a representar 1% da população total do país; estimativas computam que eles somam 0,9% da população (OIT, 2016). Porém estudiosos sobre o tema, como Patarra e Fernandes (2011), sinalizam que este quadro de imigrantes no país tende a aumentar ao longo dos anos. O cenário atual de migração no país é reflexo não apenas do seu processo de desenvolvimento, mas também de mudanças nas situações socioeconômicas de outros países, fronteiriços ou longínquos (Fernandes, 2015).

Essas questões evidenciam e ajudam a compreender a diversidade dos fluxos migratórios, de modo que as categorias “país de origem” e “país de destino” não podem ser tão facilmente identificadas, uma vez que esse local ainda pode ser apenas transitório para os imigrantes, configurando o que se convencionou chamar de país de trânsito (Castles, Haas &

Miller, 2013). Faria (2015) chama atenção para a volatilidade dessas categorias por considerar que esses países podem apresentar simultaneamente movimentos migratórios de entrada e saída, com destinos nacionais, transnacionais, continentais e transcontinentais (Baeninger, 2015; Baeninger, 2016).

Frente às crises econômicas e conflitos armados que motivam os diferentes fluxos migratórios contemporâneos para o Brasil, percebe-se que, ao mudar o contexto geopolítico mundial, também mudam as configurações das migrações. “O Brasil entra na rota das migrações internacionais no século XXI, tanto pela emigração de brasileiros como pela imigração internacional, particularmente no momento em que se fecham as fronteiras do norte – Estados Unidos e da Europa” (Baeninger, 2018)⁶. Compreender a dinâmica de restrições internacionais impostas aos imigrantes pode ajudar a entender melhor a motivação dos fluxos migratórios mais recentes no Brasil. Ainda que o país não se configure como economicamente atraente, parece interessante para os imigrantes, mesmo para aqueles que não o vislumbram como seu local de destino, mas de trânsito (Baeninger, 2016).

As motivações para a migração são bastante diversificadas, como já fora mencionado anteriormente; porém, o fenômeno da imigração contemporânea é motivado, sobretudo por razões econômicas (Patarra, 2005; Tamarim, 2012; Patarra & Fernandes, 2011; Faria, 2015; Stefanelli & Bastos, 2016). Esse motivo tem implicação direta no mercado de trabalho em que adentram esses imigrantes. Eles procuram se inserir neste contexto, seja pelas vias do trabalho formal ou informal. Um mercado de trabalho atraente, como se mostrou o do Brasil, pelo menos até há pouco tempo atrás em 2014, configura-se num atrativo poderoso para os estrangeiros que migram buscando melhores condições de vida (Tamarim, 2012, Patarra & Fernandes, 2011, Stefanelli & Bastos, 2016).

Como Patarra e Fernandes advertem, “o Brasil não tem escassez de mão de obra, interessa-se por migração qualificada” (2011, p. 15). Esse olhar seletivo sobre os imigrantes também foi discutido por Silva (2016); observando o caso dos haitianos no mercado de trabalho em Manaus-AM, o autor atenta para a percepção desses imigrantes apenas como “força de trabalho”, perspectiva também pontuada no contexto do interior mato-grossense, conforme estudos de Pellizari e Roque-Faria (2017) e Leão et al (2017), nos estudos de Santa

⁶ Pesquisadora da Unicamp e coordenadora do grupo NEPO/Unicamp, em entrevista a Camila Boehm da Agência Brasil. Imigrantes estão distribuídos pelo interior do Brasil, mostra pesquisa. Acessado em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/imigrantes-estao-distribuidos-pelo-interior-do-brasil-mostra-pesquisa>. Consultado em 14 abril 2018.

Catarina, retratados pelas pesquisas de Magalhães (2017) e Magalhães e Baeninger (2017), Osinski, Roman e Favretto (2018), dentre outros.

Matos (2013) discute a importância dos imigrantes nos processos de desconcentração demográfica contemporânea, e pondera que os imigrantes figuram positivamente nos segmentos de mercado de trabalho de microrregiões afastadas dos grandes centros urbanos brasileiros (referindo-se a São Paulo e Rio de Janeiro), como no caso de Cuiabá. O atlas temático Observatório das Migrações em São Paulo, que trata das migrações internacionais, foi organizado por pesquisadores do NEPO da Unicamp e publicado em 2017, e já apresenta indícios da capilarização das migrações contemporâneas no Brasil. Uma das coordenadoras do estudo aponta que “a rota das migrações internacionais no Brasil passa pelas fronteiras, segue para as metrópoles, principalmente das regiões Sul e Sudeste do país, e se espalha para outros estados” (Baeninger, 2018; Boehm, 2018).

Outro aspecto das migrações históricas chama a atenção para o despreparo e baixa qualificação desses imigrantes que aqui chegavam (Matos, 2013). Essa questão pode ajudar a explicar, ao menos em parte, o fato de que a taxa de informalidade dos imigrantes é ainda maior do que a dos trabalhadores nacionais, independentemente destes imigrantes estarem regulares ou não no país (OIT, 2016).

O estudo de Patarra e Fernandes (2011) chama a atenção para o fato de que as migrações no Brasil entre 2000 e 2010 traziam um perfil de imigrantes não qualificados. No entanto, esse cenário tem mudado, pois as migrações mais recentes tem apresentado uma qualificação bem mais expressiva dos imigrantes, conforme postulado por Schwrtzman e Schwrtzman (2015) e pela pesquisa do Observatório das migrações em São Paulo (Atlas Temático, 2017). Esses e outros dilemas devem ser incorporados quando se busca observar e compreender as dinâmicas que envolvem os fluxos migratórios contemporâneos.

Estimativas da Polícia Federal computam que, entre 2010 e 2015, mais de 72 mil haitianos adentraram no país, dos quais cerca de 10 mil já deixaram o Brasil, no mesmo período, perfazendo um saldo de cerca de 60 mil haitianos residindo em território nacional (Observatório das migrações internacionais - OBMIGRA, 2016). Entre meados de 2017 e 2018, estimativas dão conta de que mais de 40 mil venezuelanos ingressaram no Brasil pela fronteira norte, no estado de Roraima (PF, 2018). Entretanto, os imigrantes que se encontram em solo brasileiro não se limitam a estas nacionalidades. Instituições que acompanham e acolhem esse contingente afirmam que os imigrantes chegam de inúmeros países (Parise, 2016). Essa diversificação de imigrantes também é apresentada nas estatísticas da Polícia

Federal, conforme dados extraídos em 2016. Amado (2016) salienta a diversidade de imigrantes que chegam ao Brasil:

São haitianos fugindo de um país devastado pelo terremoto ocorrido em 2010, nigerianos perseguidos por milícias terroristas como o Boko Haram, sírios expatriados de sua nação em guerra desde 2011 e acuados pelo autodenominado Estado islâmico, congoleses vindos de um território dividido em dois países por conflitos violentos, colombianos fugidos da guerra do narcotráfico... Além desses, em grupos um pouco menores também chegam iraquianos, palestinos, paquistaneses, bengaleses, camaroneses, sudaneses... todos aportando no Brasil seja por via aérea, terrestre ou marítima, e carregando consigo as marcas do sofrimento e do terror vividos (2016, p. 69).

Essa dinâmica de diferentes nacionalidades provenientes dos fluxos migratórios, segundo Martes (2016), provoca as agendas educacionais para tratar de língua, cultura, identidade, cidadania, dentre outros aspectos direcionados a este contingente. Ao se propor a discutir sobre o processo migratório deve-se levar em conta uma série de questões; dentre elas não apenas os fatores, em si, que motivam os imigrantes a deixarem seu país, mas também as condições sociais, culturais e subjetivas tanto daqueles países que “recebem” quanto daqueles que “enviam” os migrantes. Deste modo, entende-se que o fenômeno migratório deva ser compreendido a partir dos processos de mudanças conjunturais dos diferentes países envolvidos (Moraes, Andrade & Mattos, 2013).

Estudos sobre a questão da “nova onda de imigração” no Brasil, como os de Soares, Lobo e Matos (2015) ainda estão se consolidando nos centros de pesquisa por ser este um fenômeno relativamente novo, ainda que ele sempre estivesse presente na constituição histórica do país (Patarra & Fernandes, 2011). Mesmo que apresentando enfoques diversificados, por serem expostos por áreas de conhecimento também diversas, ou, ainda, por constituírem leituras sob perspectivas díspares sobre os imigrantes, alguns assuntos são tratados nessa literatura com recorrência, dentre eles: a carência de políticas públicas de acolhimento, necessidade de métodos mais contundentes de inclusão social para estrangeiros, mecanismos de garantia dos direitos humanos aos imigrantes, sobretudo de equidade, erradicação de qualquer forma de preconceitos que atinja esta população, inserção ao mercado de trabalho, políticas linguística e cultural, além de outras que foram já elencadas por estudiosos como Costa (2010), Amado (2011), Cotinguiba e Pimentel (2012), Patarra e Fernandes (2011), Thomaz (2013), Moraes, Andrade e Mattos (2013), Baptiste e Vieira (2014), Zeni e Filippim (2014), Soares, Lobo e Matos (2015), Schwartzman e Schwartzman (2015), Jaqueira e Martins (2015), Stefanelli e Bastos (2016), Amado (2016), Milesi,

Andrade, Cory e Parise (2016), Silva e Chaves (2017), Cardoso e Cabreira (2017), Carvalho Neto et al (2017), Baeninger et al (2017), Magalhães, Bógus e Baeninger (2018), Roman e Matos (2018).

Em entrevista a Camila Boehm da Agência Brasil (2018), a coordenadora do estudo que deu origem ao Atlas Temático Observação das Migrações em São Paulo – Migrações internacionais, professora Rosane Baeninger, pondera que:

Uma questão importante da transformação do fluxo do século XX para o século XXI é a documentação. Houve uma mudança particularmente em 2010 [com o visto humanitário para haitianos] e nos últimos cinco anos nós estamos falando muito mais de uma migração documentada, seja por visto humanitário, pelo acordo de residência temporária [do Mercosul] ou pela solicitação de refúgio. Isso em termos de políticas sociais e políticas migratórias é fundamental (Baeninger, 2018).

Neste sentido, dentre as variadas questões que podem ser levantadas a partir das contribuições do atual Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações internacionais, pontuam-se alguns aspectos, tais como: as diversificadas nacionalidades dos migrantes nos últimos anos, o que pode ser confirmado pela entrada de imigrantes de mais de 260 países de diferentes continentes; uma migração de rostos femininos, considerando o aumento crescente de mulheres que migram sozinhas fugindo de violências; uma migração mais qualificada, ainda que junto a uma menos qualificada, o que trará impactos significativos nas dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro. Além disso, há os filhos de migrantes que passaram a intermediar a inserção social dos pais, pois demonstram assimilar mais facilmente a língua e cultura do Brasil que os adultos; há também as contribuições do novo marco legal para os migrantes, o que também é pontuado pela equipe do observatório das migrações, sobretudo no sentido de ampará-los legalmente e facilitar sua documentação; porém, adverte que a lei sozinha não garante a efetividade de políticas de migração, as quais se mostram cada vez mais necessárias, dada a atual conjuntura das migrações internacionais em que o país se insere (Baeninger & Fernandes, 2017).

Zeni e Filippim (2014) tratam da problemática da implementação de políticas públicas para o acolhimento destes imigrantes, pontuando o quanto essas questões são delicadas e carecem de maiores discussões. Os resultados de sua pesquisa atentam para o não atendimento coordenado das necessidades dos imigrantes pelo governo. Nesse sentido, há uma ideia de que a inserção social destes imigrantes, da forma como é tratada atualmente no contexto brasileiro, não ocorra de fato.

Amado (2016) analisa a dificuldade de inserção social dos imigrantes, sobretudo aqueles oriundos de migrações forçadas (os refugiados) pelo viés do ensino da língua portuguesa. “O português – ainda que reconhecido como uma das prioridades na integração do refugiado no país, não tem estado, porém, na agenda das instâncias governamentais” (Amado, 2016, p. 72). A integração desses imigrantes por meio da língua também pode ser fortalecida pelas redes migratórias pautadas por Truzzi (2008); elas desempenham função estratégica para os imigrantes, uma vez que se fortalecem os “vínculos que se estabelecem no período de integração à nova sociedade, a partir de padrões residenciais, ocupacionais matrimoniais e das associações étnicas” (Silva, 2018, p. 366).

Em relação às associações de imigrantes, Joseph (2016) considera que “é perceptível à capacidade de mobilização sociopolítica dos haitianos. Essa instrumentalização da política no contexto da migração haitiana revela-se no fato de, em cinco anos, os haitianos já terem criado aproximadamente vinte associações espalhadas por diferentes Estados brasileiros, de norte a sul” (Joseph, 2016, p. 61). O estudo de Joseph (2016) buscou analisar a dinâmica das associações criadas por imigrantes e como elas contribuem para a organização da vida social em contexto migratório. O autor chama atenção para a capacidade de mobilização organizacional dos imigrantes haitianos. O estudo também pontua que o associativismo tem desempenhado um papel importante na reafirmação dos laços sociais. Os eventos festivos promovidos por estas associações, além de promoverem a interação entre os compatriotas, servem como espaço em que a dimensão simbólica da migração é exposta. As reuniões das associações “também são aproveitadas para trocar ideias sobre as atividades de trabalho e mudança de empresa quando não se sentem satisfeitos com a sua” (Joseph, 2016, p. 62).

Talvez uma das razões que fomente esse sentimento de solidariedade entre os compatriotas os haitianos se deva aos percalços da inserção social desses imigrantes com a sociedade local, conforme pontuam Cotinguiba e Pimentel (2012). Eles evidenciam as dificuldades da inserção dos imigrantes no contexto brasileiro, direcionando seus estudos para os imigrantes haitianos que chegam a Porto Velho, capital da Rondônia, muito atingida por este fenômeno demográfico por estar relativamente mais próxima de um dos “portões de entrada” desses imigrantes, ou seja, os municípios de Tabatinga/AM e Brasiléia/AC que se constituíam como uma das rotas utilizadas para ingressar no país.

Cardoso e Cabreira (2017) apresentam análise sobre a importância do trabalho no fenômeno da migração ao discutir a relevância na construção de uma vida mais digna para aqueles que chegam ao país. Dentre as questões mencionadas pelas autoras, elas sinalizam

outra vez a necessidade de políticas públicas que sejam capazes de acolher os migrantes, promover dignidade, evitando condições de submissão nas relações de trabalho.

Já o estudo realizado por Carvalho Neto et al (2017) trata da relação entre a empregabilidade de imigrantes e a linguagem. Esta pesquisa evidencia como a barreira da língua tem se mostrado dificultadora do processo de inclusão de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Ao observarem as dinâmicas de mediação para o trabalho realizadas por organizações como a Missão Paz - SP, a barreira linguística mostrou-se um fator a ser considerado quando os imigrantes buscam ou mesmo encontram um trabalho. O entendimento da língua falada, ainda que minimamente, é a forma com que empregadores e trabalhadores utilizam para se comunicar. Deste modo, o conhecimento/domínio da língua portuguesa para os imigrantes passa a configurar-se como língua de sobrevivência e um desafio a imigrantes e organizações, sejam elas as que acolhem ou empregam esse público (Carvalho Neto et al, 2017; Pellizari & Roque-Faria, 2017).

Os resultados dos estudos como os ora mencionados sinalizam uma problemática para o Brasil e também para os imigrantes que aqui chegam, uma vez que, na maioria das vezes, desamparados pelo poder público, estão mais suscetíveis às injustiças sociais. Alguns deles encontram instituições que se mostram abertas a acolher, por compreenderem a necessidade de ações que promovam esse acolhimento, além de outros serviços que visem o empoderamento desses imigrantes, como a Missão Paz, conforme apresenta Stefanelli e Bastos (2016). Porém, somente uma fração dos estrangeiros que busca ajuda consegue ser recebida por estas instituições de amparo. Ademais, a problemática da imigração não se resume em acolhimento, ainda que isso seja indispensável àqueles que chegam sem dinheiro, trabalho, moradia, documentos, sem conhecer o idioma local.

Derrida (2001) salienta que o país que recebe o estrangeiro pode até rejeitá-lo, porém se ele for pacífico e se mantiver em sua condição não será visto como inimigo. Desta forma, busca-se inserir os imigrantes na sociedade, mesmo que esta sociedade nem sempre se mostre adepta a recebê-lo (Patarra & Fernandes, 2011) e que os mecanismos para manter sua estadia no país sejam facilitados. Manetta (2012) afirma que grande parte desta criação de estereótipos dos imigrantes é reforçada e até gerada pela grande mídia brasileira. O autor cita o caso dos imigrantes bolivianos que são os mais atingidos pelas deturpações e generalizações pejorativas veiculadas na mídia sobre a população boliviana. Salienta que “os projetos pessoais frustrados são ignorados pela grande mídia”, veiculam apenas “aspectos negativos relacionados à presença de bolivianos no Brasil” (Manetta, 2012, p. 268).

Na medida em que os imigrantes ingressam em território nacional, o Estado precisa reconhecer e garantir que os direitos humanos sejam atendidos, já que são responsabilizados por garantir equidade desses direitos e não discriminação (Ramos, 2005). Desta forma, com o fortalecimento do regime internacional dos direitos humanos, os Estados se veem cada dia mais forçados a repensar suas fronteiras, em razão da garantia de universalização dos direitos individuais. O que, na leitura de Reis (2004), mostra-se conflituoso para muitos países, pois acreditam que sua soberania esteja sendo enfraquecida, já que não teriam mais condições de definir quem pode ou não se fixar em seu território. Mais uma vez, pode-se perceber que a problemática da imigração está interligada às relações internacionais, à responsabilidade compartilhada entre os Estados e também entre os atores sociais internos. Essas questões demandam regras transnacionais de coordenação dos movimentos migratórios e a exigência de regulação das contratações de imigrantes para, a partir daí, pensar sua inclusão em um determinado contexto social (Ramos, 2005).

A luta por tentar tornar a vida do imigrante menos dificultosa já vem sendo travada. Talvez a ação mais concreta neste sentido tenha ocorrido com a aprovação, pela câmara dos deputados, da chamada “Nova Lei da Migração” do Brasil, que prioriza a defesa dos direitos humanos (Jaqueira & Martins, 2015; Martes, 2016; Silva & Chaves, 2017). A PL n. 2516/2015 propôs alterações substanciais no atual Estatuto do Estrangeiro regido pela Lei n. 8615/80, alterada pela Lei n. 6964/81. Esta lei, cunhada ainda no período da ditadura, percebia os imigrantes estrangeiros como fontes de ameaça à segurança nacional (Brasil, 1980; Brasil, 1981). Recentemente a Nova Lei de Migração foi sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada no Diário Oficial da União em 25 de Maio de 2017. Após 180 dias de sua sanção, passou a vigorar a partir de 23 de novembro do mesmo ano. A Lei de n. 13.445/2017 define os direitos e os deveres do migrante e do visitante no Brasil, estabelece regulamentos quanto à entrada e à permanência de estrangeiros e impõe normas de proteção aos brasileiros que estejam no exterior. Para Assis (2018) esse dispositivo mostra-se um avanço e parece colocar o Brasil em situação de vanguarda no que se refere a um marco regulatório das migrações no plano internacional, pois se observa que ela contempla o imigrante sob uma nova ótica, mais humanizada do que aquela imposta pelo Estatuto do Estrangeiro anterior, além de se mostrar muito mais avançada que em países como os Estados Unidos e outros da Europa Ocidental.

Ainda assim, a aprovação da Lei referida foi feita com muitos vetos, e não ficou a contento de grupos da sociedade civil organizada, pois foram suprimidas da lei garantias

consideradas importantes para o contexto atual de migração (Vedovato & Assis, 2018). Dentre os vetos mais polêmicos estavam: concessão de autorização de residência aos imigrantes que já se encontravam no país, ainda que não documentados; garantia que possibilitava os imigrantes de exercerem cargo, emprego ou função pública (Conectas, 2017; Missão Paz, 2017). No entanto, a aprovação da Lei foi comemorada pelas entidades que se colocaram à frente desta mobilização, afirmando que sua essência foi mantida. Logo após a publicação da Lei estas entidades vêm criticando a forma de condução do Governo na sua regulamentação, a qual não foi discutida com a sociedade civil e, menos ainda, com representações de imigrantes, emigrantes e apátridas, os principais interessados. Diversas tentativas de se discutir o processo de implementação da lei foram solicitadas pela sociedade civil organizada, sugerindo-se audiências públicas para debate da regulamentação; porém, não foram atendidas pelo Governo. O decreto sobre a lei ficou em disposição *online* para a consulta por menos de 15 dias. Desta forma, algumas das entidades que apoiaram e trabalharam muito para a elaboração da lei formalizaram por meio de uma carta aberta a ausência de participação social na regulamentação da Lei 13.455/17, elencando alguns dos pontos sobre a minuta do decreto que não contemplariam ou estariam em desacordo com a própria lei. Mais de 50 organizações e movimentos sociais que atuam com imigrantes assinaram o manifesto. Na carta divulgada pela Missão Paz (2017), são levantados os pontos centrais dessa lacuna, conforme abaixo citados:

- ✓ Apresenta sérias lacunas postergando, para “atos ministeriais futuros”, critérios e condições para acesso a direitos;
- ✓ Mantém possibilidades de arbitrariedades e discricionariedades ao não disciplinar e definir termos amplos previstos em lei, como “atos contrários aos princípios e objetivos constitucionais”;
- ✓ Mantém a confusão entre justiça criminal e migração quando condiciona o acesso ao direito de migrar à ausência de antecedentes penais e condenação penal, concretizando uma dupla penalização;
- ✓ Mantém a pessoa aguardando expulsão no Brasil sem a possibilidade de regularização migratória;
- ✓ A regulamentação contradiz a Lei, que garante a não criminalização de migrantes por sua condição migratória, e prevê a prisão de migrantes devido à sua condição migratória;
- ✓ Inclui previsão de prisão para fins administrativos, prática vedada pela Constituição Federal;
- ✓ Dificulta ou restringe as possibilidades de reunião familiar;
- ✓ Reduz de 90 para 30 dias o prazo para que o migrante se apresente à Polícia Federal após publicação no D.O.U., com vista a regularizar documentos/residência permanente;

- ✓ Não estabelece parâmetros sobre as condições, prazos e requisitos para a emissão do visto humanitário, uma vez que se trata de um dos temas mais emblemáticos do novo conjunto normativo sobre Migrações no Brasil;
- ✓ Cria um sistema complexo e intrincado de tipologias de vistos e residências, atrelando o acesso a documentos às motivações, ocupações e condições limitadas e provisórias;
- ✓ Restringe a obtenção de visto de trabalho e não esclarece o que quer dizer com prioridade para "mão-de-obra estratégica", mantendo a lógica seletiva do Estatuto do Estrangeiro;
- ✓ Mantém a atual prática do uso do “protocolo” pelos imigrantes que restringe o acesso a direitos já garantidos;
- ✓ Ao detalhar apenas alguns motivos (“por motivo de raça, religião, nacionalidade, pertinência a grupo social ou opinião política”) que determinam a “não devolução”, reduz o conceito de refúgio, na medida em que essas não são as únicas razões que ameaçam a vida das pessoas;
- ✓ Dá poder a PF para disciplinar via portaria sobre matérias centrais (como deportação, expulsão e repatriação). A PF, no entanto, é um ente subordinado que aplica as normativas e não pode regulá-las ou ser discricionário na matéria. É aplicador da normativa e não formulador das regras;
- ✓ Não há prazos previstos para edições dos atos complementares, tampouco a previsão de participação social em suas elaborações (Missão Paz, 2017).

Um dos pontos da Lei contestados acima sobre o visto de trabalho para os imigrantes, que garante a eles permanência no país, não deixa claro quais seriam as condições de emprego que garantiriam aos imigrantes o direito de permanência. A maioria das Resoluções Normativas que regulam a concessão de vistos de trabalho permite que os estrangeiros trabalhem em território nacional; porém, mostram-se seletivas quanto às formas de trabalho, conforme se pode constatar no quadro 05 em seguida.

Quadro 5 - Resoluções Normativas (RN) para autorização de trabalho de um a dois anos no Brasil a estrangeiros

(RN 01) Professores, Pesquisadores ou Cientistas estrangeiros;
 (RN 05) Reunião familiar;
 (RN 62) Administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão e concomitância; artistas estrangeiros para realização de evento no Brasil;
 (RN 63) Estrangeiro representante de instituição financeira sediada no exterior;
 (RN 70) Concessão de visto permanente para estrangeiro designado para administrar entidades sem fins lucrativos
 (RN 76) Atleta profissional;
 (RN 77) Estrangeiro em união estável com brasileiro;
 (RN 81) Profissional para trabalho a bordo de embarcação de pesca estrangeira;
 (RN 84) Investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil;
 (RN 93) Permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas;
 (RN 99) Profissionais com contrato de trabalho no Brasil de até 2 anos
 (RN 27) Situações especiais e casos omissos analisados pelo CNIg (CGIg/CNIg/MTE).

Vale destacar que, além das resoluções normativas descritas abaixo, outras sob jurisdição do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça podem determinar a permanência de cidadãos estrangeiros no Brasil a trabalho, como foi o caso dos haitianos, com a concessão de vistos humanitários (Dutra, Almeida, Tonhati & Palermo, 2015). No entanto, o decreto que regulamenta a Lei 13.445/2017 parece ainda manter a garantia deste direito dentro de uma hierarquia de ocupações. Estudo recente de OIT (2017) chama atenção para o volume mais expressivo de vistos concedidos a imigrante com nível superior de escolarização. No estado do São Paulo, onde o estudo foi realizado, em 2015, 55% dos vistos de trabalho foram autorizados a imigrantes já graduados.

Dentre as contribuições mais significativas da Lei 13.445/2017, há aquela que prevê a simplificação no processo de ingresso de estrangeiros no país, além da possibilidade de concessão de vistos humanitários a determinados países, desde que eles estejam em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grandes proporções e de grave violação de direitos humanos. Porém, esse ponto ainda se mostra uma incógnita na regulamentação da lei. Hoje, no Brasil, o visto humanitário ainda só é disponibilizado aos nacionais do Haiti e Síria (Brito, 2016). Pode-se entender que a nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) configura-se como uma iniciativa no sentido de não apenas regulamentar a situação dos estrangeiros que aqui vivem, mas também como uma forma de auxiliar e tornar mais ameno o processo de inclusão social, tendo em vista a informação e garantia de seus direitos mais básicos. Outras discussões sobre a aplicabilidade da Lei 13.445/2017, assim como sua efetividade direta junto aos migrantes, estão sendo articuladas entre os atores sociais que ajudaram na formulação da lei e pressionaram o Governo pela aprovação.

Enquanto os imigrantes esperam poder usufruir das facilidades da Nova Lei, eles continuam a ter diante de si inúmeros desafios, tais como a inserção em uma nova ordem sociocultural, como salientam Patarra e Fernandes (2011), Baeninger (2012a), Soares, Lobo e Matos (2015), Baeninger et al (2017), Silva e Chaves (2017). De toda forma, tentativas de resolução ou minimização dos problemas e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, ainda que de modo incipiente, parecem emergir com o apoio de algumas instituições, de agentes da sociedade civil organizada e também pelo próprio Governo Federal, Estados e municípios que convivem mais proximamente com essa população.

As estatísticas trazem indícios evidentes de que diariamente chegam novos imigrantes ao Brasil de diferentes países e continentes, cruzando as fronteiras por via área, marítima ou

terrestre (Martes, 2016). Na sua condição de imigrante, o estrangeiro traz consigo não apenas o estranhamento de chegar a um país diferente do seu, de precisar se comunicar em uma língua estranha, de lidar com uma cultura que se revela distante da que ele conhece (Carvalho Neto et al, 2017; Pellizari & Roque-Faria, 2017). Essas mudanças geram conflitos de vários matizes, dentre eles: emocionais, físicos, morais, culturais e outros que nem sempre conseguem ser identificados e mensurados (Thomaz, 2013; Pacífico & Pinheiro, 2013; Zeni & Filippim, 2014, Amado, 2016). Mesmo assim, pouco se menciona em âmbito nacional sobre as políticas públicas de inserção social que visam garantir condições mínimas para que estes imigrantes retomem as diretrizes de suas vidas e mecanismos que busquem minimizar os possíveis conflitos que podem se originar a partir desse movimento demográfico (Thomaz, 2013; Pacífico & Pinheiro, 2013; Zeni & Filippim, 2014).

Pellizari e Mazaro (2017) voltam o olhar para as políticas de inserção laboral que são desenvolvidas no estado de Mato Grosso em relação aos imigrantes e consideram que, apesar de haver ações concretas promovidas por parcerias que envolvem a sociedade civil organizada, como instituições que acolhem imigrantes e refugiados, o Governo do Estado e município, as políticas públicas de inserção laboral, ainda se mostram desarticuladas e denotam um processo em construção.

Patarra (2005) enfatizou em seu estudo que a demanda acentuada dos imigrantes ultrapassa ajudas pontuais como informação, acolhimento e emprego. Outras pesquisas sinalizam para o “clamor” dos imigrantes para serem inseridos no mercado de trabalho e para que tenham condições de usufruir o que é previsto pelos direitos humanos (Sassen, 2002; Ramos, 2005; Reis, 2004).

A ótica de se perceber o imigrante pelas vias dos direitos humanos é sinalizada em muitos estudos, como os de Nicoli (2011), Saladini (2011) Jaqueira e Martins (2015) e Jaqueira (2016) que atestam que o direito a igualdade se sobressai ao regime jurídico, uma vez que atinge elementos sociais e culturais onde se inserem estes imigrantes. Na visão destes autores, a igualdade perante os direitos humanos só será possível nesta sociedade por meio de uma reestruturação social e econômica, além da necessidade de passar por um processo de desestigmatização da forma como vê e interage com o imigrante.

Além das demandas sociais geradas pelo ingresso dos imigrantes no país, os trabalhos publicados sobre a população imigrante buscam apresentar elementos que explicam os reais motivos da vinda ao Brasil e a situação atual dessas pessoas em contexto local. Esses estudos apontam que a vinda de imigrantes ao país é motivada por variados aspectos, dentre eles:

mudanças e catástrofes ambientais, problemas de ordem política, econômica e religiosa (Baeninger, 2012a; Soares, Lobo & Matos, 2015, Faria, 2015, Baptiste & Vieira, 2016).

Teóricos respaldados pela Teoria Neoclássica pontuam que os aspectos econômicos são o que mais influenciam as pessoas na decisão de migrar. Deste modo, o sujeito faz uma avaliação racional para migrar em que pesam os ganhos e perdas desse ato, considerando aspectos como remuneração e qualidade de vida no país que reside em relação àquele para onde pretende migrar (Barricarte, 2010). O recente fluxo significativo de venezuelanos para o Brasil se encaixa nesta perspectiva, além dos haitianos e outros.

No entanto, as motivações para migrar nem sempre são facilmente compreendidas e fogem a padrões pré-estabelecidos, também variando de acordo com a nacionalidade do imigrante. Esse movimento pode ser compreendido como reflexo da ampliação das relações entre os países vizinhos, conforme Soares, Lobo e Matos (2015). Para esses autores, isso pode explicar um significativo aumento de imigrantes paraguaios e bolivianos que entraram no Brasil entre 2000 e 2010.

Já Côrtes (2012) entende que o que motivou a vinda dos paraguaios para o Brasil foi a perseguição aos opositores do governo e a reestruturação fundiária daquele país. O autor afirma que o mercado de trabalho também tem importante papel no sentido de direcionar o destino da população boliviana e paraguaia que aqui chega. Côrtes e Silva (2012) advertem que a concentração de imigrantes bolivianos e paraguaios no ramo têxtil não se explica por nichos étnicos, mas sim por haver uma afinidade neste segmento de mercado entre brasileiros, bolivianos e paraguaios. Souchad (2012) também reconhece a presença significativa desses imigrantes nas oficinas de costura. Porém, adverte que o ramo da confecção não só deve ser percebido como nicho étnico que abriga imigrantes bolivianos e paraguaios não documentados. Segundo ele, deve-se perceber também um nicho econômico, pois as oficinas também promovem a inserção e ascensão social dos imigrantes por meio da integração dessas pessoas ao mercado de trabalho (Souchad, 2012).

O estudo de Magalhães, Bógus e Baeninger (2018) busca retratar a imigração de haitianos e bolivianos com um olhar nas transformações urbanas da capital Paulista. A pesquisa aponta para uma mudança dos rostos da imigração histórica para aqueles presentes na migração contemporânea, tomando como recorte os haitianos e bolivianos que vivem em São Paulo. Analisou-se também o processo de inserção laboral e interação sociocultural, o que permitiu observar uma mudança na paisagem social urbana. Embora os imigrantes circulem

pelos espaços nobres, eles ocupam locais deteriorados do centro, como é o caso dos haitianos que residem no Glicério e dos bolivianos no Brás e Pari.

A migração da população haitiana, tendo em vista a dimensão sócio-política que esse fenômeno atingiu, nem sempre é movida apenas pela catástrofe que assolou aquele país, muito embora esta seja uma das razões mais pontuadas por eles conforme Thomaz (2010), Godoy (2011), Thomaz (2013), Alessi (2013), Metzner (2014), Magalhães (2014), Baptiste e Vieira(2016) Magalhães e Baeninger (2016). Joseph (2017) apresenta um estudo que evidencia a presença de haitianos no Brasil ainda em 1940, obviamente não nas proporções que se viu entre 2010 e 2015. Atenta para o fato de que a mobilidade haitiana no mundo se dá em direção aos espaços transnacionais em que haja presença de haitianos como tradição migratória desde o início do século XX.

O estudo coordenado por Fernandes (2014), encomendado pelo Ministério do Trabalho e a Organização Internacional para Migração (OIM), em parceria com a PUC Minas revela que, dentre as principais razões que levaram os imigrantes haitianos a virem para o Brasil estão à busca por trabalho, estudo e melhores condições de vida (Cotinguiba & Cotinguiba, 2014; Magalhães, 2014, Filippim, Sjlender & Dalpiaz, 2016).

Já reflexões como as de Coggiola (2010), apontam para questões bem mais complexas de cunho social, econômico e político, atentando para as fortes pressões internacionais que o Haiti sofre desde sua independência. Para este autor, o terremoto de 2010 foi uma catástrofe que apenas intensificou uma situação já bastante complicada devido a diferentes demandas políticas e sociais, fazendo com que os haitianos não vislumbrassem libertação do poder internacional e do sistema operante, o qual pode ser considerado responsável pela desestabilização do país há anos. A pesquisa de Magalhães (2014) traz uma análise que talvez ajude a compreender as raízes dos problemas sociais e políticos do Haiti, assim como a falta de perspectiva dos nacionais daquele país que veem na migração uma alternativa de sobrevivência em um contexto de precarização da vida. A manutenção da riqueza na mão de pouquíssimas empresas, respaldada pelo sistema capitalista de produção, visa o “desenvolvimento do subdesenvolvimento, fórmula central para se entender como o Haiti passou de colônia mais próspera do mundo no século XVIII a país mais pobre da América atualmente” (Magalhães, 2014, p. 223).

Diante deste contexto, percebe-se que a motivação que há por traz dessas migrações nem sempre se dá por escolhas voluntárias daqueles que partem. Pode-se pensar no caso das pessoas que solicitam refúgio. Os dados mais recentes foram apresentados pela *The UN*

Refugee Agency - UNHCR⁷, agência internacional da ACNUR que apresentou um relatório no qual cerca de 68,5 milhões de pessoas foram forçadas ao deslocamento em 2017. Desta cifra, 25,4 milhões de pessoas deslocaram-se para outras nações, 40 milhões não conseguiram sair das fronteiras limítrofes de seus países (destes, a grande maioria vive em campo para refugiados) e 3,1 milhões são solicitantes de refúgio em diferentes países. Esse número aumentou em relação aos dados da mesma agência apresentados em 2015, quando haviam 65,3 milhões de deslocados, refugiados e solicitantes de refúgio no mundo. Muitos nacionais estão migrando para manterem-se vivos, seja por conta de suas convicções políticas, religiosas ou situações de guerra.

Dados informados pelo Ministério da Justiça demonstram que de 2010 até 2016 o número de solicitações de refúgio tem aumentado expressivamente. A maioria dos solicitantes era originária da Síria, Angola, Colômbia e Congo (Portal Brasil, 2016).

O Atlas Temático Observatório das Migrações em São Paulo - Migração refugiada, lançado recentemente, computa que entre 2010 e 2017 o Brasil recebeu mais de 127 mil solicitações de refúgio, com registros mais expressivos de venezuelanos no ano de 2017 e de haitianos entre 2013 e 2015 (Baeninger & Fernandes, 2018). Embora o número de solicitantes de refúgio tenha aumentado essa quantidade de refugiados ainda é pequena se comparado a outros países; no entanto, as políticas de acolhimento aos refugiados tiveram avanços, como o Estatuto do Refugiado, criado pela Lei 9.474/97 (Brasil, 1997). Vale ressaltar que se entende por refugiado aquela pessoa que migra por sofrer algum tipo de perseguição que coloca sua vida em risco (ACNUR, 2004). A Lei 9.474/97 criou também o Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, que analisa os pedidos e concede o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado. Cabe a este comitê orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio aos refugiados (CONARE, 2016).

Em 2016 a maior população de refugiados no Brasil era de nacionalidade Síria (CONARE, 2016). Godoy (2014) adverte que “os impactos da guerra civil nos países vizinhos e próximos do Estado Sírio tem indicado uma situação prolongada de refúgio, sem perspectivas de soluções duradouras, dada a extensa destruição e colapso econômico gerado pelos conflitos”. Embora as causas que forcem os refugiados a se deslocarem ao Brasil sejam diferentes daquelas empregadas aos imigrantes, os refugiados ajudam a somar e moldar o atual panorama de imigração brasileiro (Martes, 2016).

⁷ Maiores informações em HNUCR Global Trends in Forced Displacement in: <http://www.unhcr.org/global-trends-2017-media>

A nova onda migratória para o Brasil é constituída principalmente de nacionais da Venezuela em função do agravamento da crise política, escassez de alimentos e medicamentos daquele país (Missão Paz & Conectas Direitos Humanos, 2017). O estudo de Silva (2018, p. 357) pondera que “a migração venezuelana para o Brasil ainda é um fenômeno social recente e, por isso, um vasto campo de investigação. Trata-se de um país que, historicamente, recebe muitos migrantes e cujo povo não tem tradição de emigração”. No entanto, só em 2017 foram registrados mais de 17800 solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil (Baeninger & Fernandes, 2018). Recentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados sobre o número de imigrantes venezuelanos que estão no Brasil, aproximadamente 30,8 mil pessoas, destas, quase 10 mil chegaram entre janeiro e junho de 2018 (IBGE, 2018). Esse número divulgado pelo IBGE pode ajudar a desmistificar o exagero que se observa em certos discursos midiáticos e que são replicados por pessoas desinformadas, de que o Brasil estaria recebendo grande parte da população venezuelana que emigrou, o que conforme dados acima, não se confirma, ainda frente a estimativas mais otimistas de que 85 mil venezuelanos adentraram as fronteiras brasileiras; número pouco expressivo se comparado com a Colômbia, que conforme Pereira, Carvalho & Parise (2018) atestam, já teria recebido mais de 1 milhão destes imigrantes entre 2016 e 2018.

Os estados da região norte do Brasil, pela proximidade com a Venezuela, são os que mais receberam os imigrantes desse país. O estado de Roraima, além de abrigar a grande maioria dos venezuelanos recém-chegados, é também o estado em que essa população solicita o pedido de refúgio, especialmente em 2016 e 2017 (Simões, 2017; Silva, 2018). Porém, o estado não consegue absorver todo o contingente de imigrantes, que passaram a viver nas ruas da capital Boa Vista e nos abrigos mantidos por organizações da sociedade e ONGs, além daqueles oportunizados pelo governo após pressão da sociedade civil e de organizações internacionais, como a OIM e ACNUR (Missão Paz e Conectas Direitos Humanos, 2017, Silva, 2018).

A pesquisa de Jarochinski Silva (2018) apresenta um breve perfil dos imigrantes venezuelanos que se concentram no estado de Roraima:

Na comparação entre migrantes indígenas e não indígenas nesse fluxo de venezuelanos é possível observar algumas diferenças, entre as quais a que nos indígenas a vinculação com seu grupo é muito forte, o que os leva a realizar movimentos migratórios em conjunto, resultando em algumas dificuldades específicas, tais como encontrar locais com estrutura de recepção para esse contingente mais volumoso e que não se dispersa. Além disso, nota-se entre esse grupo, em diversos casos, a presença de indivíduos mais vulneráveis, tais como crianças, acompanhando seus pais, e idosos. Outra distinção é o fato de os indígenas não possuírem redes (no sentido de vinculações sociais anteriores) para estabelecerem seus destinos e locais de abrigo (Jarochinski Silva, 2018, p. 643).

Por conta das restrições observadas pelo estudo de Jarochinski Silva, grande parte dessa população acaba utilizando-se do subterfúgio do refúgio por encontrar dificuldade de regularização de sua situação migratória. Nesse sentido, Silva (2018, p. 357) afirma que: “A maioria tem apenas o protocolo de solicitação de refúgio ou simplesmente está indocumentado”. Jarochinski Silva salienta que, em observação aos argumentos legais que garantem o refúgio, os venezuelanos, dependendo da interpretação legal conforme atesta Sartoretto (2018), não serão beneficiados com essa prerrogativa, “a não ser que as autoridades brasileiras enquadrem as pessoas dessa nacionalidade como sujeitas a uma grave e generalizada violação de direitos humanos” (Jarochinski Silva, 2018, p. 644). A Resolução n. 126/2017 do CNIg, publicada em 03 de março de 2017, não conseguiu atingir os efeitos de evitar que os venezuelanos tentassem regularizar-se pelas vias do refúgio, mostrando-se uma política migratória reativa e inadequada, na leitura de Jarochinski Silva (2018).

O governo brasileiro ainda não se posicionou a respeito da expedição do visto humanitário para os venezuelanos nos moldes do que foi realizado com aos haitianos (Fernandes & Faria, 2017). Apesar do visto humanitário não ser a medida mais adequada de regularização da situação migratória dos venezuelanos, pelo menos da forma como vem sendo aplicada - restringindo-se nacionalidades e com corte temporal -, essa tem sido a maneira encontrada para que os venezuelanos consigam permanecer no país, conforme pontuam alguns membros de entidades que acompanham esse ordenamento jurídico, como é o caso da agente de *Advocacy* da Missão Paz (Missão Paz, 2018).

O visto humanitário facilitou a regularização de muitos imigrantes haitianos, pois a portaria interministerial nº 10, de 6 de Abril de 2018, prevê “a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti” (Brasil, 2018, p. 57); no entanto, políticas migratórias como essa trouxeram demandas não esperadas pelo governo, como pontuam Fernandes e Faria:

A falta de planejamento e avaliação do alcance e das consequências das medidas adotadas pode, como aconteceu no caso dos haitianos, ter efeitos inversos aos desejados. Não adianta criar medidas para resolver uma situação emergencial sem ter em conta os impactos sobre as estruturas existentes, físicas e humanas, nem tratar a migração como tema de uma única nacionalidade, em lugar de entender a complexidade dos sistemas migratórios (Fernandes & Faria, 2017, p. 157).

As dificuldades de ingresso em território nacional, somadas aos problemas de regularização migratória maiores ou menores dependendo da nacionalidade e motivação da

migração, configuram-se apenas como alguns dos emblemáticos dramas dos imigrantes que, uma vez solucionados ou não, são adicionados aos percalços para a sua inserção social. Essa discussão perpassa até mesmo sobre o que, de fato, deve ser considerado como inclusão social. Mas não tão questionável mostra-se o trabalho como meio de inserção social, já que, por meio dele, o imigrante pode construir as condições necessárias para acessar outros benefícios. Assim, a busca pelo emprego é uma das necessidades mais urgentes de uma pessoa na condição de imigrante. Pela dinâmica do trabalho é que o imigrante conseguirá sair da vulnerabilidade rumo ao empoderamento enquanto cidadão de direito (Colombro, 2015; Da Silva & Giovanetti, 2015, Parise, 2016). No entanto, conseguir um emprego parece cada dia mais complicado dado à conjuntura socioeconômica brasileira.

A sociedade civil organizada tem promovido ações de auxílio nos serviços de acolhida temporária, com ações que vão desde orientação jurídica, ensino da língua portuguesa, serviços de saúde, capacitação profissional básica e mediação para o trabalho. Esses serviços são oferecidos aos imigrantes por organismos governamentais ou não, como o caso da Missão Paz, que promove em São Paulo ações desta ordem (Stefanelli & Bastos, 2016). A capital paulistana é a cidade que recebe a maior parte desse contingente de pessoas no país (Cortês, 2012). Estudos como o de Bueno, Manthey e Ramos (2015), cujo objetivo aborda dilemas presentes no ambiente organizacional por conta da multiculturalidade organizacional formada com a inclusão de diferentes nacionalidades no mesmo ambiente de trabalho identificam a cultura e o idioma (Carvalho Neto et al, 2017) como dificultadores na vida dos imigrantes que buscam um emprego. A dificuldade em relação ao ingresso no mercado de trabalho por conta das dificuldades de domínio da língua praticada no país acolhedor restringe o acesso a outras demandas (Carvalho Neto et al, 2017; Dias & Pinto, 2017). Desta forma, o não domínio da língua é tratado como um dos principais empecilhos ao ingresso no mercado de trabalho (Amado, 2011; Amado, 2015; Carvalho Neto et al, 2017).

Esses problemas perpassam as questões levantadas na pesquisa de Cotinguiba e Pimentel (2015), que observam que desde 2009 tem se intensificado a presença de imigrantes no Brasil, muito embora haja ausência de uma política migratória que regulamente determinados aspectos, como o acesso às instituições de ensino tanto para os adultos quanto para as crianças. Esses autores entendem que a tônica da educação é um critério de base para inserção dos imigrantes na sociedade (Cotinguiba & Pimentel, 2015). A falta de políticas públicas direcionadas ao ensino da língua portuguesa aos imigrantes é um dos pontos

levantados por muitos autores nas discussões teóricas presentes na literatura atual, no que se refere à imigração (Amado, 2011; Amado, 2016; Costa, 2016).

A aprendizagem da língua portuguesa parece ser condicionante para se conseguir um emprego mais qualificado ou mais rapidamente (Carvalho Neto et al, 2017). Assim, os imigrantes se inserem nos cursos de português oferecidos por instituições como o Serviço Social da Indústria - SESI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Universidades públicas, ONGs, Instituições religiosas, para conseguir aprender a língua e terem mais chances de ingressar no mercado de trabalho. Estudos como os de Amado (2016) e Dias e Pinto (2017), dentre outros, sinalizam, além da importância do imigrante em conseguir se comunicar por meio da língua, a falta de políticas linguísticas para imigrantes. Os autores mencionam o caráter voluntário dos professores que se faz presente nos cursos de português para falantes de outras línguas. Outro elemento pontuado é a necessidade de se construir material didático para dar apoio a estas pessoas que se oferecem para ajudar no ensino da língua, uma vez que nem todos possuem formação específica na área de ensino (Amado, 2011; Amado, 2016, Dias & Pinto, 2017).

Dominando mesmo que minimamente o idioma, seja na formalidade ou informalidade, os imigrantes buscam desesperadamente por emprego, o que os torna vulneráveis e passíveis de trabalharem em condições análogas às de escravo (Brasil, 2013; Merçon, 2015; Pitz, 2016). A vulnerabilidade dos imigrantes faz com que sejam vítimas mais fáceis de trabalhos degradantes, realidade que ainda persiste em algumas regiões do Brasil (Merçon, 2015; Colombo, 2015; Suzuki & Casteli, 2016, Da Silva & Giovanetti, 2015; Amaral Filho & Marchiori, 2016).

Rocha e Brandão (2013) afirmam que, entre os anos de 1995 a 2012, cerca de 39.000 trabalhadores foram encontrados em situações de trabalho análogo ao de escravo. Esta infração é tipificada na legislação brasileira no artigo 149 do Código Penal Brasileiro em vigor (Brasil, 1984). Este dispositivo visa proteger mais do que a liberdade individual do trabalhador, independentemente de ser imigrante ou não, pois resguarda a dignidade da pessoa humana. Este direito está respaldado pela Constituição Federal de 1988, em seu inciso III do artigo 1º (CF, 1988). Os autores mencionam que, entre esses trabalhadores que foram resgatados, encontravam-se mulheres, crianças, homens, brasileiros e estrangeiros. Os indícios sobre trabalho escravo envolvendo imigrantes já foram pontuados em muitas reportagens veiculadas pela mídia. Santini (2014) levantou a questão dos aliciadores, ou seja, pessoas que buscam usufruir dos serviços prestados por imigrantes, e que os recrutam para

trabalharem em condições degradantes. Destacou ainda que esse fato ocorre não apenas nas regiões interioranas do país, mas em grandes centros como São Paulo. O aliciamento de imigrantes não é apenas para o trabalho, pois também há denúncias de exploração sexual e tráfico de pessoas, o que já foi confirmado pela Polícia Federal (Santini, 2014).

As autoridades brasileiras não conseguem fiscalizar a contento as situações de exploração. Moraes, Araújo e Rocha (2010, p. 17) afirmam que “fica claro que o Brasil tem um sistema legal que supre apenas em parte as necessidades dos imigrantes em situações de escravidão, assim como a própria escravidão em todas as suas formas”; os autores também pontuam a falta de políticas públicas voltadas aos imigrantes. Na concepção deles, a escravidão contemporânea, da qual os imigrantes também são atores, não se restringe apenas à cor, raça ou etnia, pois está ligada a outros fatores sociais. O principal deles é a ausência de condições de subsistência do trabalhador e de sua família (Silva, 2006; Lisboa, 2007; Illes, Timóteo & Fiorucce, 2008; Moraes, Araújo & Rocha, 2010).

Illes, Timóteo e Fiorucci (2008) consideram que o trabalho escravo é fruto de um sistema social complexo e desigual, que beneficia alguns em detrimento de outros, gerando vulnerabilidade social, uma vez que não há prioridade nas políticas públicas que proporcionem garantia de direitos àqueles que mais precisam. Somado a isso, o subdesenvolvimento econômico e as redes articuladas de tráfico de pessoas fazem com que os imigrantes sejam expostos a trabalhos análogos ao período da escravidão. Esses autores chamam a atenção para a precariedade de trabalho encontrada no setor de costura, a que muitos imigrantes bolivianos foram submetidos: “são jornadas exaustivas de até 18 horas; salários inferiores ao mínimo; má alimentação; retenção de documentos; cerceamento do direito de ir e vir por meio de portas trancadas e/ou câmeras de vigilância; descontos nos pagamentos relativos a despesas com alimentação, moradia e viagem Bolívia-Brasil” (Illes, Timóteo & Fio, 2008, p. 8). Ainda neste estudo, a vulnerabilidade das mulheres imigrantes apresentou-se como um agravante, o que propicia um terreno ainda mais fecundo à exploração, como também mencionado por Lisboa, (2007).

Conforme estudos de Dutra, Almeida, Tonhati e Palerm, (2015), pautados nos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, gerida pelo MTE, o número de estrangeiros com vínculo formal de trabalho aumentou 19,0% em 2012 e 27,8% em 2013, quando comparados com os anos anteriores, respectivamente. Os haitianos eram os imigrantes que ocupavam o primeiro lugar no mercado de trabalho formal em 2013, posto que vinha sendo ocupado pelos portugueses nos dois anos anteriores. A força de trabalho formal de

imigrantes também apresenta nacionais Peruanos (crescimento de 54,1%-2013/12); Paraguaio (crescimento de 25,4% -2012/13); Bolivianos (crescimento de 29,4% (2012/13); Chilenos (com crescimento negativo de aproximadamente -3% no período analisado).

É sabido que nem todos os imigrantes que chegam ao Brasil passaram por este cenário. No entanto, infelizmente ele ainda perdura, pois poucos imigrantes conseguem ser absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Resta para muitos deles a alternativa do trabalho autônomo, via cada vez mais utilizada por este contingente, devido ao fato do mercado de trabalho formal se encontrar desaquecido atualmente. Martuscelli (2016) buscou analisar o perfil de trabalhadores imigrantes sul-americanos que trabalham de forma autônoma e que passaram pela Missão Paz em SP. Seu estudo buscou compreender, através de uma amostra de 98 imigrantes (dentre eles argentinos, bolivianos, chilenos, colombianos, paraguaio e peruanos), o perfil de trabalhadores autônomos, ou seja, aqueles que perante o Ministério de Trabalho e Emprego são caracterizados como informais. A pesquisadora salienta em seu estudo a dificuldade desses imigrantes em conseguirem comprovar sua renda perante o fisco brasileiro. Informa que a Missão Paz os auxilia também neste sentido, além de outros serviços prestados (Stefanelli & Bastos, 2016).

Os efeitos da atual crise econômica do Brasil são recentes, e ainda estão se consolidando na literatura. No entanto, variados tipos de mídia tem divulgado, de modo até incisivo, reflexos desta crise a partir de diferentes perspectivas, dentre elas a dos imigrantes.

Sobre a atuação do Instituto de Migrações e Direitos Humanos – IMDH, Milesi e Andrade (2015) enfatizam a atual conjuntura econômica do Brasil e seu impacto na vida dos imigrantes e refugiados. Os autores afirmam que os imigrantes são os que mais fortemente foram atingidos pela atual crise, sobretudo os haitianos, o que pode ser compreendido, já que eles também figuram como o maior grupo de estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro desde 2013 (MTE, 2016), representando atualmente cerca de 0,5% dos trabalhos formais (MTE, 2016). Não conseguindo trabalho, muitos imigrantes estão saindo do Brasil e buscando outros países que ofereçam melhores oportunidades de trabalho. Ir para o Chile e para os Estados Unidos tem sido a alternativa adotada por muitos desses, o que não representa garantia de emprego e tampouco sucesso (Brito, 2016).

Para aqueles imigrantes que optam por permanecer no país, seja por vontade própria ou porque não possuem condições de migrar novamente, várias situações demandam da sociedade novas medidas e ações. As instituições que trabalham diretamente com esse público tentam ajudar. Procuram aperfeiçoar seus serviços de modo a atender a real necessidade dessa

população e buscam outras formas de auxílio junto à sociedade civil. Porém, este esforço mostra-se às vezes insuficiente (Siciliano, 2013).

Silva e Assis (2016) salientam que as políticas públicas migratórias do Brasil são marcadas pelo desrespeito aos direitos humanos referentes aos estrangeiros. Para Baraldi e Waldman (2015), ações mais pontuais do governo federal são necessárias não somente na articulação para a aprovação de um novo marco regulatório, mas também para a coordenação nacional e a oferta imediata de políticas públicas que sejam coerentes com a realidade migratória atual.

Se o novo marco regulatório que acabou de entrar em vigor for capaz de garantir que ao menos a situação dos imigrantes possa ser direcionada de modo a assegurar-lhes acesso aos serviços públicos e mais dignidade enquanto cidadãos de direito, independentemente de sua nacionalidade, talvez ele não se mostre promotor por si só de inclusão social dessa população, mas um caminho que começa a ser trilhado na busca desse direito. A efetividade da nova Lei de Migração irá incorrer na medida em que ela atender às demandas mais pontuais dos imigrantes (Baraldi & Waldman, 2015). Parise (2016) pontua que a alteração do marco regulatório da migração em si não garante que as políticas migratórias sejam planejadas e articuladas. É preciso interligação entre essas políticas migratórias nos três níveis da esfera política (federal, estadual e municipal).

Em relação à nova Lei de Migração n. 13.445/2017, Assis (2018, p. 622) aponta que:

A nova lei migratória procurou retirar o ranço autoritário das legislações anteriores, mas convive com as contradições e paradoxos de um país que tem um discurso de acolhimento aos imigrantes, mas ao mesmo tempo, continua tratando certos grupos de migrantes na categoria de indesejados e cria mecanismos que podem favorecer a migração qualificada produzindo seletividade migratória. Traduzir a nova lei para novas práticas de acolhimento e diálogo intercultural com os migrantes contemporâneos permanece um desafio a ser enfrentado.

O que Assis (2018) menciona acima pode ser ilustrado por meio de atos governamentais, como a Resolução Normativa Conjunta n. 01, aprovada em dezembro de 2018. O fato de o imigrante estar empregado pode servir até como elemento condicionante para garantia de direitos de alguns em detrimento de outros. A Resolução Normativa Conjunta n. 01 garante o direito de autorização de residência para fins de trabalho aos solicitantes de refúgio que comprovarem que estavam trabalhando formalmente no país anteriormente à aprovação da Lei de Migração, que ocorreu em 21 de novembro de 2017 (Brasil, 2019). A autorização de residência será concedida pelo CNIg, e terá duração de 02 anos. A saída do Brasil do Pacto Global das Migrações anunciada pelo governo Bolsonaro em seus primeiros dias de mandato também traz evidências de como o novo governo pretende tratar a questão

dos imigrantes e refugiados, o que coloca novos desafios aos que lutam por igualdades de direitos de toda pessoa humana.

Diante desse cenário se tentou denotar a realidade de uma população que busca não apenas estar em um determinado espaço geográfico, mas sobreviver, permanecer e se ver como elemento integrante de uma dada sociedade. O trabalho não se mostra apenas um modo de “ganhar a vida”, mas uma via de acesso ou de ascensão social aos imigrantes.

Se se considerar a assimetria de poder entre os atores sociais, já mencionada anteriormente, presente no modelo de RTs de Dunlop (1993), entende-se que compreender as relações de poder imersas nesse contexto pode auxiliar no entendimento e na compreensão do papel social ocupado por esses imigrantes e como esses atores desencadeiam mecanismos de poder e reiteram ou modificam posições sociais nas relações de trabalho.

4 Imigração e Relações de Trabalho

Este capítulo tem o propósito apresentar, de forma sucinta, um panorama sobre as relações de trabalho em sua perspectiva macro, que observa o mercado de trabalho brasileiro em meio ao contexto de fluxos migratórios contemporâneos, fenômeno que vem ocorrendo não apenas no Brasil, mas que se mostra presente também em diferentes países e continentes (Faria, 2015; Fernandes, 2015; Baeninger, 2015).

Empregadores, empregados e demais atores sociais que intermediam as relações de trabalho, na figura do Governo, políticas públicas, associações, sindicatos, entidades de classe, dentre outras, se relacionam em meio a um mesmo contexto social. No entanto, esses atores o compreendem de maneiras diversas, o que pode causar conflitos de interesses entre essas partes. As relações de trabalho se constroem a partir da inter-relação entre os atores sociais, e suas ações é que estabelecem as regras que, coerentes ou não, impactam suas vidas em maior ou menor grau, podendo gerar situações mais ou menos conflituosas. Esses conflitos de interesse podem ser intensificados, na medida em que uma das partes acredita ou percebe que pode se sobressair em relação à outra. Assim, as relações de poder se manifestam também nas relações de trabalho e apresentam seu caráter assimétrico (Dunlop, 1993).

A presença de imigrantes como um dos atores das relações de trabalho pode ser promotora de conflitos diferentes daqueles gerados entre atores sociais pertencentes a um mesmo país. Não que no modelo atual de relações de trabalho brasileiro as forças dos atores sejam simétricas, mas quando se envolve pessoas oriundas de outros contextos esse (des)equilíbrio⁸ pode se mostrar evidenciado, já que, pela cultura aqui predominante, os imigrantes não seriam “merecedores” e não gozariam dos mesmos direitos dos cidadãos nacionais brasileiros (Cotinguiba & Pimentel, 2012; Pimentel & Cotinguiba, 2014).

Estudos como os de Clark e Drinkwater (2008), Cooke e Wood (2011), Tannock (2013) e Cooke e Wood (2014) sinalizam que os imigrantes, devido ao fato dos fluxos migratórios no mundo terem se intensificado, constituir-se-iam como novas demandas do mercado de trabalho contemporâneo, pois se faz evidente a necessidade de prospectar os impactos e efeitos que as migrações trarão às relações de trabalho, sobretudo em economias emergentes. Os imigrantes passaram a incorporar as agendas de discussões das empresas na medida em que essa mão de obra passa a ser uma alternativa para a cadeia produtiva. Consideram-se os imigrantes como força de trabalho aliada ao ponto de vista da relação

⁸ Utilizar-se-á este termo devido à preocupação da pesquisadora em não realizar julgamentos prévios.

custo-benefício em um contexto de maior flexibilização das leis trabalhistas e modernização das relações de trabalho (McGovern, 2007; Hopkins, Dawson & Veliziotis, 2016).

Bellemare (2000) evidenciava a necessidade de uma expansão do escopo do que se entende atualmente por atores do sistema de RTs. O estudioso chamava a atenção para a incorporação de grupos e organizações da sociedade civil como os novos atores a comporem este sistema de relações de trabalho. Cooke e Wood (2014) apontam para a mudança contextual específica, fundada no aumento dos níveis de migração e sua relação com as agências de emprego, de modo que elas passaram a facilitar, em alguns casos, essa migração.

A incorporação de novos agentes das RTs também foi discutida no trabalho de Hopkins e Dawson (2016) em relação a uma pesquisa realizada no Reino Unido, a qual aponta para o fato de que os imigrantes situados em empregos temporários estão obtendo esses postos de trabalho através das agências de emprego. Desta forma, os autores percebem o papel dessas agências como novos atores das relações de trabalho. O estudo de Hopkins e Dawson (2016) ainda considera que a dificuldade dos imigrantes em conseguirem empregos regulares se deve ao pouco domínio da língua inglesa, o que precariza suas possibilidades de passarem por uma entrevista de emprego. Neste ponto, a agência faz o papel de intermediador entre as empresas e os imigrantes, evidenciando seu caráter como membro das RTs, assim como o são algumas associações de imigrantes e ONGs que atuam nesta área, conforme pautado por Joseph (2016).

Diante dessas breves ponderações, algumas questões podem ser trazidas para fomentar a discussão que aqui se pretende levantar. Como se dão as relações de trabalho entre esses diferentes atores sociais? Que tipo de relação social emerge a partir das relações de trabalho entre imigrantes e nacionais brasileiros? Como os empregadores brasileiros compreendem a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho?

As questões acima levantadas começaram a fazer parte do percurso desta pesquisa na medida em que se observa o quanto o mundo do trabalho está intimamente ligado às questões migratórias. Assim, direcionaram-se as seguintes imersões no campo. Primeiramente, com uma experiência de voluntariado da pesquisadora em um curso de ensino de língua portuguesa para imigrantes haitianos e posteriormente com entrevistas com imigrantes e empregadores de imigrantes no contexto norte-mato-grossense.

4. 1. Mergulho no campo – Curso de Português para Imigrantes –IFMT- Sinop-MT

O Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT – é uma escola federal de educação com foco no ensino médio profissionalizante. Iniciou suas atividades docentes no campus de Sinop - MT em 2015 e conta com turmas profissionalizantes de automação elétrica e engenharia de alimentos. O convite para participar do curso aconteceu primeiramente pela professora Helenice Roque de Faria, doutoranda da UnB em linguística aplicada. Na oportunidade a professora foi convidada a ministrar uma aula no Curso de Língua Portuguesa para Imigrantes que havia iniciado há poucos dias no IFMT. O curso acontecia aos sábados à tarde, das 15:00 as 18:00 horas. Em um primeiro momento os professores do IFMT ministravam as aulas; no entanto, a dinâmica do curso possibilitava que professores de fora da instituição fossem convidados a apresentar aulas interdisciplinares, de modo que a cada sábado os imigrantes tivessem contato com uma temática diferenciada, o que poderia contribuir com os seus conhecimentos sobre história, geografia, arte, literatura, legislação trabalhista, mercado de trabalho, dentre outros. A seleção e o convite aos professores para ministrarem as aulas diversificadas se dava pela coordenação do projeto.

A primeira interação que a pesquisadora teve com os alunos imigrantes do IFMT foi à companhia da professora Helenice Roque de Faria acima mencionada, que sabia do interesse desta pesquisadora por este público. A experiência e o contato com esses imigrantes foram muito enriquecedores e auxiliaram esta pesquisadora na compreensão da relação entre o ensino/aprendizagem de língua e o mercado de trabalho. Algumas das observações do primeiro contato com os imigrantes do curso do IFMT podem ser notadas nos recortes abaixo:

(OBS009)

A temática escolhida para a aula do dia 30 de julho de 2016 foi o gênero literário poesia. A professora Helenice apresentou aos imigrantes um poema do angolano Mia Couto, *Identidade*. Nesta aula a ministrante abordou aspectos do gênero escolhido e aprofundou no tema do poema. Trabalhou sobre as questões de identidade, muito simbólica para os alunos, já que, na condição de imigrantes, essas questões por vezes passam por reconfigurações. Por meio de uma dinâmica de grupo os imigrantes que, no início da aula estavam bastante tímidos, foram se soltando e a aula foi bastante descontraída. A professora deu abertura para os alunos se expressarem, e a dificuldade com a língua se fazia notar de ambos os lados (porque a professora não falava o crioulo – o créole dos haitianos e nem os alunos tinham compreensão plena do português). As trocas linguísticas aconteciam ora em inglês, ora em espanhol, ora por mímicas, mas a aula foi produtiva e os alunos demonstravam-se muito entusiasmados. A alegria e satisfação por estarem estudando se fazia notar e foi mencionada por muitos deles durante a aula (Diário de campo, julho de 2016).

As demandas pontuadas pelos imigrantes eram muitas, assim como os sonhos que eles traziam consigo para uma terra que se mostrava ao mesmo tempo desafiadora e também cheia de oportunidades. A aula da professora Helenice suscitou questões sobre relações entre identidades culturais que estavam sendo construídas a partir do movimento migratório e inserção social desses imigrantes. Os alunos mencionaram as dificuldades de se chegar em um lugar estranho, ser percebido como um estrangeiro e o processo de se identificar com o lugar. Pontuaram aproximações e distanciamentos sobre os costumes e culturas dos diferentes países (Brasil e Haiti), sem deixar de lado um objetivo que pareceu unânime entre todos os 42 imigrantes que lá estavam naquele dia: o desejo de melhorar sua condição de vida e poder ajudar a família que, na grande maioria dos casos, ainda se encontrava no país de origem.

Ao final da primeira aula, a pesquisadora pôde perceber que aquele espaço de interação com os imigrantes poderia trazer muitas contribuições à sua pesquisa. Então solicitou aos professores do IFMT a possibilidade de observar algumas outras aulas. O convite para participar como voluntária do curso e para ministrar uma aula sobre o processo de contratação, abordando questões sobre entrevista de emprego e seleção de pessoal, veio naquele momento e prontamente foi aceito pela pesquisadora.

Nos sábados que se seguiram a pesquisadora acompanhou a dinâmica das aulas como voluntária. Isso possibilitou uma aproximação maior com os imigrantes. Além desta aproximação e trocas de experiências, pode-se aprofundar as observações na tentativa de compreender diferentes motivações que faziam com que muitos dos imigrantes estivessem lá. Com o passar das aulas, foi possível perceber o quanto aqueles imigrantes valorizavam as oportunidades de estudo. Muitos trabalhavam aos sábados e chegavam às vezes sem almoço para o curso. Em alguns casos, os imigrantes precisavam antecipar o horário de entrada no trabalho para conseguirem participar das aulas. A valorização do estudo, independentemente do grau de escolarização já adquirido por eles, pôde ser notada em vários momentos do curso e foi verbalizada muitas vezes. Alguns dos alunos já haviam iniciado o curso superior no Haiti, mas em decorrência das dificuldades financeiras com o agravamento das condições do país, tiveram que abandonar os estudos e migrar.

O curso teve uma duração de quatro meses e teve como objetivo, além do ensino básico da língua portuguesa, promover conhecimentos interdisciplinares que pudessem auxiliar os imigrantes no processo de inserção social. O material que os alunos utilizavam foi doado pela instituição de ensino. Os professores utilizaram também uma cartilha elaborada pelo Ministério do Trabalho com informações sobre as leis trabalhistas, além de uma apostila

para o ensino de língua portuguesa. Durante as aulas, os professores traziam outros materiais didáticos, como livros literários, filmes, músicas, dentre outros.

As principais dificuldades com o rendimento dos alunos no curso deram-se pela falta de nivelamento dos alunos, pois alguns imigrantes estavam bem mais adiantados nos estudos em relação a outros. Essa questão dificultou o trabalho dos ministrantes, pois nem toda a turma conseguia acompanhar as aulas de maneira satisfatória. Este problema foi atacado com a ajuda de voluntários, que se dedicavam a acompanhar e dar maior suporte aos alunos com maior dificuldade, o que nem sempre foi possível, já que alguns alunos não haviam sido sequer alfabetizados na língua materna.

Durante os dois meses que a pesquisadora acompanhou o curso muitas questões foram levantadas pelos imigrantes como, por exemplo, as diferenças entre os ensinados brasileiro e haitiano, pois no Haiti grande parte da formação escolar não é custeada pelo governo como aqui no Brasil. Questões sobre o motivo de os brasileiros não falarem uma segunda língua, como o inglês ou o espanhol, que são ensinadas nas escolas públicas, foram apresentadas pelos imigrantes, além das dificuldades com costumes e adaptação ao mercado do trabalho. As dificuldades dos imigrantes são muitas, como a falta de domínio da língua para comunicação no trabalho, falta de informações sobre as leis trabalhistas, casos de exploração no trabalho, dificuldade em renovar a carteira de trabalho - procedimento que acontecia apenas na capital distante 500 quilômetros -, salários mais baixos pagos aos imigrantes do que aos brasileiros que faziam as mesmas funções, atrasos de salários, dificuldade em conseguir emprego, dentre outras.

A partir destas demandas, os professores convidaram uma advogada trabalhista para vir ministrar uma aula para os imigrantes. O objetivo desta aula foi tentar esclarecer dúvidas sobre a legislação trabalhista. Naquele dia, a professora explicou algumas questões sobre o mercado de trabalho brasileiro e sobre os direitos e deveres do trabalhador. Os imigrantes interagiram bastante neste dia e fizeram muitas perguntas, demonstrando que a falta de conhecimento da legislação trabalhista e da dinâmica do mercado de trabalho geravam dúvidas e insegurança nos imigrantes. A advogada propôs esclarecer casos particulares em seu escritório e se prontificou a sanar maiores dúvidas que surgissem.

No dia 13 de agosto de 2016, a pesquisadora ministrou uma aula a pedido da coordenadora para os imigrantes sobre algum tema relacionado à administração. Na aula anterior os alunos sinalizaram dificuldades em organizar seus currículos e como deveriam se portar em uma entrevista de emprego. Deste modo, a pesquisadora procurou trazer à turma

algum assunto relacionado à gestão de pessoas. Assim, a aula abordou o marketing pessoal, em que se explanou sobre como organizar um currículo. Foram também abordadas questões sobre o processo de contratação, além da dinâmica de entrevista e seleção de pessoal que aconteciam nas empresas. O relato desta aula pode ser observado abaixo:

(OBS010)

No dia 13 de agosto de 2016, cheguei ao IFMT por volta de 15:00 horas para instalar o equipamento, pois iria ministrar uma aula para eles sobre Marketing pessoal e comentar sobre o processo de seleção. Compareceram na aula 28 imigrantes. A aula foi tranquila e bem produtiva; os alunos demonstraram interesse pela temática, fizeram perguntas, argumentaram e participaram de uma dinâmica de grupo que abordou a questão da autoimagem. Neste momento da aula, os alunos relacionaram aspectos de identidade já trabalhados pela professora anteriormente. A aula prevista para durar 1 hora e meia se estendeu por quase duas horas e os alunos pareciam ter apreciado (Diário de campo, 13 de agosto de 2016).

Cada interação com os imigrantes possibilitou algum aprendizado. Os olhares desconfiados das primeiras aulas cederam lugar a convites para esta pesquisadora conhecer a casa e a família dos alunos. Na medida em que os laços de confiança e amizade foram sendo estreitados pela convivência no curso, puderam-se conhecer melhor os hábitos, a cultura, as crenças e compreender o modo diferente de se pensar. Notadamente uma lógica bastante diferente daquela veiculada pela cultura brasileira. A relação que aqueles imigrantes estabelecem com as formas de ensino e o processo de aprendizagem, além da relação com e no trabalho, não obedecem às mesmas dinâmicas que os brasileiros estão habituados. Deste modo, podem-se compreender alguns dos muitos motivos de conflitos que foram relatados durante as aulas de língua portuguesa.

Pode-se constatar, através da convivência mais próxima com os imigrantes, que o fenômeno da imigração se mostra bastante complexo e que uma de suas muitas faces perpassa pelas dinâmicas do trabalho, de modo que as relações que se constroem e se ordenam em determinados espaços demandam estudos e podem fornecer contribuições significativas para a área de gestão. Desta forma, entendeu-se que o campo da administração poderia de alguma forma trazer contribuições mais específicas para as questões que envolvem relações de trabalho e o fenômeno migratório.

4.2 Mergulho no campo - As relações de trabalho e o mercado de trabalho em Mato Grosso

Uma das questões bastante recorrentes no discurso dos imigrantes durante o curso de Língua Portuguesa ofertado pelo IFMT foi a dificuldade com a comunicação no ambiente de trabalho por conta da língua. A limitação de compreender e se fazer compreender durante o cotidiano do trabalho motivou muitos dos imigrantes a ingressarem no curso. No intuito de compreender como se dava este processo e investigar as dificuldades com a língua nas relações de trabalho, foram entrevistados 10 (dez) imigrantes e 02 (dois) empregadores - um do ramo de gastronomia e o outro de jardinagem - que haviam contratado imigrantes e os mantinham em seus quadros funcionais. Utilizou-se entrevistas semiestruturadas. Elas aconteceram entre os meses de julho e setembro de 2016 no município de Sinop-MT, região norte de Mato Grosso, no coração do agronegócio, por assim dizer.

Alguns dos recortes (Rxx) destas entrevistas serão apresentados a seguir. Eles serão numerados e identificados por meio de códigos (ESxx ou ESRxx) para facilitar as correlações que podem ser estabelecidas entre os excertos das entrevistas. Os grifos são da pesquisadora:

(R012)

Olha eu nunca tive problema aqui no restaurante com relação a brasileiros e haitianos. Nunca, nunca a gente teve problema, discussão, alguma coisa. Eu sou muito respeitoso nessa questão. (...) eu dei muita sorte (...) porque a gente quando faz a seleção das pessoas eu prefiro sempre ter uma indicação de alguém deles. É por exemplo: **eles mesmo me indicam “olha tal pessoa não”, “essa não”, “essa daqui, sim”** Então, eles entre eles já conhecem as pessoas e eles vão me indicando as pessoas, **“olha essa pessoa vai dar certo aqui.”** Aí contrata e a gente vai e trabalha essa pessoa (ES 18, 05 de agosto de 2016).

(R013)

A grande dificuldade ainda é que a gente não tem muitos haitianos que falam muito bem o português. Até essa semana nós estávamos conversando com o pessoal da cozinha, e assim, a partir do momento que o pessoal tiver preparado eles vão vir para a sala também. Eu não tenho preconceito nenhum com o pessoal e coisa. Ah, o pessoal está trabalhando só na cozinha, não! É uma questão assim, **quando eu treino as pessoas pode ter certeza que essas serão os melhores profissionais, pode ter certeza que vão aprender tudo dentro do restaurante, vão aprender dentro da cozinha, da sala, tudo!** E daí depois vamos trabalhar sobre o atendimento ao cliente aqui na frente. Então, pode ter certeza que essa pessoa formada dessa forma ela vai ser muito superior às pessoas que só vem trabalhar no salão. Uma pessoa vai pedir uma explicação e ela não vai saber explicar o quê que é que ela está servindo. (ES 18, 05 de agosto de 2016).

(R014)

...um pouco é a questão de você se comunicar, é a comunicação que você tem com o empregado do outro país. A grande maioria deles, que eu já fiz entrevistas com outros profissionais. O que acontece, a gente tem uma dificuldade em se entender, porque a nossa língua portuguesa, ela tem algumas coisas que (...) é complicado para os outros entenderem. E acaba que essa é o ponto mais negativo que a gente percebe. A comunicação, eu passar uma informação e ele entender o que eu 'tô' passando. **Às vezes, eu tenho que explicar de duas ou três formas diferentes usando outras palavras ou às vezes gestos, ou desenhos para poder se comunicar com a pessoa. Então, eu acho que seria o maior ponto negativo deles. A língua, a questão de comunicação entre (...) empregador e empregado** (ES 17, 29 de julho de 2016).

(R015)

... tem muitos pontos positivos: **eles são muito esforçados, eles são muito trabalhadores, ... a educação que eles têm é (...) de país de origem deles é uma educação muito humilde.** Tudo para eles é ótimo, é muito bom. Porque eu acho que, como eles veem de uma região que é muito pobre e acaba tendo (...) poucas oportunidades trabalhando aqui no Brasil, eles acabam vendo o mundo de outra forma, achando que aqui tudo é maravilhoso, totalmente diferente do que é o dia a dia deles lá. E, então, assim (...) eles são trabalhadores, educados, prestativos, pontuais entendeu? **A gente não tem reclamações, não reclama do serviço que a gente passa para ele, entendeu? Então, assim, eles são profissionais muito bons no que eles fazem. Eles dedicam muito e desempenham a função com muita excelência, com muito profissionalismo. Então, o que a gente passa para eles é executado com perfeição** (ES 17, 29 de julho de 2016).

(R016)

Então, as vezes dá esse choque de sociedade, de uma pessoa muito do "hahaha", muito da brincadeira e o outro muito no muito sério, muito fechado, dá pouca abertura para a brincadeira, às vezes que até uns que não toleram. Então, **a gente consegue ver nitidamente a diferença cultural dos dois países.** Então, é isso que implica no 'esbarramento' do trabalhar em conjunto. Mas, aqui na loja, perante isso, a gente não teve muita dificuldade (ES 17, 29 de julho de 2016).

Pode-se observar nas entrevistas dos empregadores o quanto as questões da língua impactam no trabalho, seja dificultando a simples comunicação de dar e receber ordens, e também no estreitamento das relações de trabalho entre empregador e imigrante, ou, ainda, entre os próprios colegas de trabalho. A necessidade do domínio da língua portuguesa, sobretudo nestes espaços, é evidenciada pelos dois empregadores entrevistados nos recortes (R013 e R014), de modo que, para que as barreiras sociais que colocam os imigrantes à margem sejam por eles vencidas, aprender a língua falada mostra-se prioritário.

As funções que os imigrantes desenvolvem em ambos os casos são geralmente atreladas ao setor de serviços nas empresas, o que não requer grande grau de escolaridade,

bastando ao imigrante ser “serviçal”. A relação entre o imigrante e o empregador parece ser sensível ao grau de aceitação das ordens recebidas pelo empregador. O discurso de que os imigrantes são bons em cumprir ordens é veiculado pelos dois empregadores entrevistados.

A falta de experiência de alguns imigrantes para desempenharem as funções para as quais foram contratados, além da ansiedade de conquistar certa estabilidade capaz de garantir sua sobrevivência no país, torna-os menos questionadores e mais assíduos no emprego. Essa maior submissão, que põe em evidência o jogo de poder entre os atores sociais, foi também pontuada pelos empregadores como um diferencial em relação aos trabalhadores brasileiros. As relações entre os compatriotas também impactam as relações de trabalho, na medida em que os imigrantes têm a possibilidade de indicarem ou não seus compatriotas a novos postos de trabalho, conforme recorte (R012).

As diferenças culturais e os embates que podem surgir no ambiente de trabalho em que se inserem os imigrantes também foram registrados pelos empregadores, demonstrando que as questões culturais que incidem direta ou indiretamente no trabalho, se não levadas em conta pelo empregador, podem ser fontes de conflitos.

Neste momento, tendo em vista os diferentes espaços de imersão, mostra-se necessário estabelecer relações entre os dados encontrados, fazendo-se oportuno uma reflexão sobre esses achados em campo; esse exercício parece surgir quando inevitavelmente passa-se a comparar os dados das entrevistas dos empregadores paulistas com os das entrevistas realizadas com os empregadores em contexto norte mato-grossense. A comparação entre os dados é uma das características mais marcantes da *Grounded Theory*, e uma ação necessária na medida em que se avança nas imersões no campo. Desta forma, embora as realidades a serem comparadas sejam distintas, resguardando-se as devidas proporções, algumas considerações parecem plausíveis.

A percepção dos empregadores entrevistados em relação aos imigrantes não se mostrou tão diferenciada daquela já visualizada pelos empregadores em São Paulo. Há indícios nos enunciados de que se segue a mesma lógica de pensamento em relação aos imigrantes em contexto de inserção laboral. Reiteram-se aqui as perspectivas já mencionadas no MEMO 03, e apresentam-se a seguir novas ponderações que se fazem emergir das entrevistas realizadas com os empregadores no norte de Mato Grosso. Vale salientar que essas premissas não são excludentes, mas se somam aquelas já mencionadas. Assim sendo, o memorando a seguir busca sintetizar pontos de interação para, a partir deles, redefinir as diretrizes que continuaram a nortear essa pesquisa.

MEMO 05- Visão dos empregadores norte mato-grossenses sobre os imigrantes

Dentre as novas premissas que ecoam dos enunciados dos empregadores mato-grossenses, podem-se destacar:

- ✓ Vagas de trabalho escassas e cada vez mais específicas em MT ;
- ✓ Novas contratações de imigrantes atreladas ao sucesso de experiência positiva anterior;
- ✓ Reclamação por parte de agências de emprego de que os imigrantes já estariam aculturados e isso os desqualifica para o emprego, já que desta forma, teriam introjetado os costumes dos trabalhadores brasileiros ao adentrarem no mercado de trabalho atual;
- ✓ Dificuldades de comunicação devido à falta de domínio da língua portuguesa dos imigrantes restringem suas chances de arrumarem empregos;
- ✓ As influências das redes migratórias no processo de inserção laboral dos imigrantes;
- ✓ A indicação de compatriotas para ocupar novos postos de trabalho;
- ✓ A falta de experiência profissional dos imigrantes vista como característica positiva pelo empregador, uma vez que, eles afirmam que assim podem moldar os profissionais recém-chegados.
- ✓ As diferenças culturais provocam estranhamento no ambiente de trabalho;
- ✓ A maior facilidade de inserção dos venezuelanos no setor agrícola do que trabalhadores de outras nacionalidades;
- ✓ A busca de empregadores por vagas de emprego conjuntas (casal).
- ✓ A grande oferta de mão de obra imigrante e o desaquecimento do mercado de trabalho passam a justificar salários menores e empregos mais precários.

Os recortes que serão apresentados abaixo se referem a algumas das 10 entrevistas com os imigrantes do curso de Língua Portuguesa oferecido pelo IFMT. Essas entrevistas foram gravadas em áudio e realizadas fora do ambiente de trabalho dos imigrantes.

(R017)

eu deixei um currículo lá, eu estava desempregado, aí não me chamo, aí eu depois de um tempo eu volto na firma, ... **na filma eu fala com moça na RH, aí eu falo que eu deixei currículo mas não mi chamo, eu passo para ver se assim não tem uma vaga, aí a psicóloga me chamo convelso comigo, aí ele falo que tem uma vaga, mas se eu posso fazer, aí eu falei que posso aí já me combino pra eu faze os exame.** É assim que eu entrei lá (ES 19. 03 de setembro de 2016).

(R018)

Mas essa língua eu aprendo porque eu sou inteligente como a gente fala, é porque desde que eu entrei, dois meses três meses eu não tava entendendo nada, **mas aí como eu falo a outro idioma, aí fica melho pra mim pode fala**

essa idioma, porque a idioma portuguesa é uma idioma que tem a inglesa dentro dela e tem espanhol e também tem Flances, aí como eu falo espanhol, eu falo Flances, aí fica fácil pra mim poder fala.[...] humm, pra me ajuda no trabalho e lá fola também de trabalho. Porque como este curso que estou fazendo aí depende que outro que não fiz, do jeito que eu vou fala, polque a minha forma é diferente do jeito que eu vou fala po causa desse curso, aí eles não vão te essa oportunidade pra pode fala do mesmo jeito comigo. (ES 19. 03 de setembro de 2016).

(R019)

Pode me ajuda que quando eu saí na rua pedindo selviço, eu tenho que fala um pouco milhó (ES 22. 03 de setembro de 2016).

(R020)

eu conversa em Crioule com haitiano e com blasilelo em português, é que eu não fala muito bem, eu fala um pouquito blasilelo. (ES 23. 09 de setembro de 2016).

(R021)

Eu venho legal, aí vim de Haiti, eu passa em Panamá, faze escala em Panamá, vem pra cá de SP e em São Paulo pego o VIS e vem pra Cuiabá e fazei todo o document e depois vem pra cá em Sinop. [...] **no quan chego aqui no Brasil eu entendi nada, depois aí eu fala quandi trabaio se fala com colega trabaio eu aplende e aplende mais.** (ES 25. 09 de setembro de 2016).

R(022)

[...] alguma vez tem dificuldade pla fala com blasilero, **você sabe essa língua nó meu língua (...).** (ES 28. 09 de setembro de 2016).

Nos excertos acima se pode observar que os imigrantes expressam suas necessidades por meio de subjetividade linguística e pleiteiam oportunidades de trabalho por intermédio da língua. Os recortes (R019 e R021) demonstram que é possível, pela língua, produzir caminhos e construir, pela competência intercultural, novas formas de relação e interação no contexto de trabalho.

Os imigrantes reconhecem que o curso que estavam fazendo é capaz de promover também a inserção social. Como eles não dominam a língua portuguesa plenamente, para dar conta das interações diárias no ambiente de trabalho, ou até mesmo fora dele, acabam fazendo uso de outras línguas, como o inglês e o espanhol, intercambiando linguisticamente como saída para situações muitas vezes de embaraço. Isso se justifica dada a intimidade com essas outras duas línguas que mais da metade dos 38 alunos regulares do curso possuía. A rapidez com que muitos assimilavam a língua portuguesa também foi constatada pela equipe de professores do IFMT, os quais acreditavam se dever à competência linguística que esses alunos detinham; isso certamente os favorecia na aprendizagem de uma nova língua.

Pode-se observar entre os entrevistados e em conversas informais com os alunos durante o curso que muitos deles conseguiam emprego por indicação de seus compatriotas; deste modo, a relação que estes imigrantes mantinham em seus ambientes de trabalho tinham o potencial de abrir ou fechar oportunidades de emprego para outros imigrantes. Um dos empregadores entrevistados, em conversa informal, menciona que, se fosse possível, devido às restrições da lei, contrataria apenas imigrantes para compor seu quadro funcional. Essas afirmações suscitaram novos questionamentos e *insights* à pesquisadora, pois expressa o quanto as relações de trabalho tem potencial de promover novos modos de interação entre os atores sociais, como por exemplo, o jogo de poder imerso nessas relações.

A determinação e a vontade de aprender um novo idioma, ou, ainda, de conquistar uma nova função no trabalho, fica evidente nas falas daqueles que frequentaram o curso no IFMT. O modo como os entrevistados pensam, situam e se relacionam no ambiente escolar e de trabalho demonstra respeito pela alteridade e sinaliza as diferenças; no entanto, é por causa dessas diferenças que os imigrantes são reconhecidos e também se reconhecem, o que pode ser evidenciado nos recortes (R015, R016, R020 e R022).

A experiência com o voluntariado no curso de Língua Portuguesa para Imigrantes oferecido pelo IFMT, além das entrevistas com seu público e com os empregadores de imigrantes no município de Sinop-MT, fez com que a pesquisadora procurasse direcionar e aprofundar mais o olhar sobre algumas questões que envolvem as relações de trabalho dessa população. Esse momento possibilitou a elaboração de mais um memorando, em que se faz um exercício de repensar e sistematizar as premissas iniciais e redefinir perspectivas da pesquisa.

4.3 Relações de trabalho e o atual mercado de trabalho brasileiro – II Aporte Teórico

Antes de tentar estabelecer a ponte que se pretende construir entre os constructos “relações de trabalho” e “imigração”, acredita-se ser importante evidenciar o que de fato compreende-se por relações de trabalho e alguns aspectos do mercado de trabalho brasileiro, além dos agentes que estão envolvidos nessa interação.

As Relações de Trabalho (RTs) constitui-se como um campo de pesquisa que tem como objeto o trabalho e sua dinâmica de interação entre os atores sociais coletivos. Interessa-se pela observação do nível, macro, meso e micro das relações que se estabelecem por meio do trabalho, sejam aquelas que envolvem diretamente os trabalhadores ou não (Melo &

Carvalho Neto, 1998; Nabuco & Carvalho Neto, 1999). Na medida em que se observa não apenas o nível micro (entendido como o ambiente das organizações), esse campo amplia seu objeto, pois outros indivíduos, não apenas empregadores e empregados, são também inseridos neste corpus. As discussões que apresentam ligação direta ou indireta sobre o trabalho, seja ele atrelado ou não às organizações, são de interesse das RTs (Carvalho Neto, Siqueira, Silva & Santos, 2009; Carvalho Neto & Sant'anna, 2011).

As RTs são discutidas atualmente a partir dos mais variados pontos, devido ao seu caráter multidisciplinar. A literatura que envolve RTs tem expressão significativa nas áreas da administração e da economia conforme estudos de Locke (1999), Melo e Carvalho Neto (1998), Carvalho Neto (1999), Carvalho Neto (2001), Kochan (2004), Katz (2005), Kochan (2006), Freeman, Boxall e Haynes (2007), Flori (2008), Carvalho Neto (2012), Carvalho Neto e Sant'ana (2013), Oliveira (2013), Veloso et al (2014), Krein e Manzano (2014), Hayter (2015), Keune (2015), Gonzalez Candia e Zapata Chaffeld (2015). Esses autores apresentam as dinâmicas das RTs em seus três níveis e diferentes atos sociais, sejam eles na figura dos sindicatos de empregadores e de trabalhadores, representantes de empresas e governos.

Também se discute sobre relações de trabalho pela perspectiva da sociologia (Cardoso, 2000; Fligstein & Dauter, 2007; Costa, 2007, Guimarães, 2009, Patarra & Fernandes, 2011, Cardoso 2013). Neste campo o que mais se evidencia é as dinâmicas sociais que envolvem o trabalho e seus impactos na sociedade. Já na área do Direito do Trabalho (Jaqueira & Martins, 2015; Jaqueira, 2016), as discussões centram-se nas garantias de direitos dos atores das RTs. Estudos da antropologia enfocam os aspectos culturais inerentes aos atores sociais das RTs (Mascarenhas, 2002; Mascarenhas, Dias & Baptista, 2015).

Os estudos dos autores acima mencionados, por mais diferentes que pareçam, aproximam-se no sentido de trazerem à tona discussões direcionadas a atores sociais comuns: empregados, empregadores e seus mediadores ou reguladores (na figura do governo ou de entidades de classes, sejam elas associações, sindicatos, dentre outras).

Atualmente, o termo RTs é utilizado conforme a nomenclatura que se tornou conhecida a partir dos estudos seminais de Dunlop ainda em 1958, quando ele apresentou estudos sobre as relações industriais presentes nos Estados Unidos (Melo & Carvalho Neto, 1998; Carvalho Neto, 1999). Na França, utiliza-se o termo “relações profissionais”, ao passo que, no Brasil, essas interações promovidas pelo elemento trabalho são reconhecidas academicamente como relações de trabalho (Carvalho Neto, Siqueira, Silva & Santos, 2011).

Em meio a um contexto de mudanças significativas como o que cerca as RTs, em que o modelo tradicional teve que ceder espaço a novas práticas de trabalho e emprego, delimitar um conceito unívoco para essas relações mostra-se, no mínimo, complicado (Locke, 1999; Carvalho Neto, 2001). Nesse processo de afastamento do modelo tradicional de trabalho, a estabilidade dos empregos tende a ser substituída pela flexibilidade da organização do trabalho. A especialização taylorista das tarefas passa a ser complementada com trabalhos polivalentes, e a estabilidade dos salários e cargos é substituída pela imprevisibilidade do desempenho pessoal e das funções, além da força sindical apresentar-se com menor poder de influência. Tudo isso contribuiu para que o modelo de RTs dunlopiano sofresse questionamentos, impostos pela volatilidade e competitividade do mercado atual (Kochan, Katz e MacKersie, 1986; Locke, 1999; Galvão & Trindade, 1999; Mascarenhas, Dias & Baptista, 2015; Azevedo, Tonelli & Silva, 2015). A flexibilização das relações de trabalho pode configurar-se como um destes novos horizontes que circundam essas relações (Guimarães, Hirata & Sugita, 2009; Lima, Santos, Zuppani, Amorim & Fischer, 2013, Oliveira, 2013).

A flexibilização das relações de trabalho não se deve somente a mudanças organizacionais ou àquelas que acontecem em nível micro, pois são respostas a alterações de ordem maior que envolvem aspectos não mensuráveis e dinâmicas sociais próprias de cada época (Guimarães, Hirata & Sugita, 2009; Carvalho Neto & Sant'anna, 2013; Carvalho Neto, 2012).

As dinâmicas sociais, como a presença maciça de trabalhadores em uma área geográfica, a exemplo dos imigrantes venezuelanos em Roraima, podem impactar fortemente nas relações de trabalho daquela região, a ponto de tornar os trabalhadores análogos a escravos, resguardando aí as nuances da contemporaneidade em relação ao tema. Recentemente, com os desafios que os venezuelanos estão tendo que enfrentar devido à crise socioeconômica do país sul-americano, grande parte da população tem deixado o país. Uma reportagem da Deutsche Welle - DW, emissora internacional da Alemanha no Brasil, veiculada em 29 de agosto de 2018, denuncia a exploração de mão de obra imigrante na região próxima a Boa Vista. Na matéria, Boechat (2018) afirma que “em desespero, imigrantes aceitam trabalhos com salários muito abaixo do mínimo e longas jornadas, e alguns vivem em situação análoga à escravidão.” O drama dos venezuelanos, além de impactar os fluxos migratórios desta população para o Brasil, tem causado mudanças consideráveis nas relações de trabalho que envolvem os imigrantes, sobretudo aqueles que se

concentram em regiões fronteiriças. Na matéria jornalística se evidencia, ainda, que a exploração dos trabalhadores imigrantes não acontece apenas nas zonas rurais, mas também nas cidades. O Ministério Público do Trabalho de Boa Vista reconhece a gravidade da situação e pontua que as irregularidades são muitas, tais como exploração de trabalho, exploração infantil e exploração sexual. Na reportagem, o presidente da Associação de comerciantes de Pacaraima afirma que muitos brasileiros querem ajudar, mas como não conseguem pagar o salário mínimo dos empregos formais, acabam oferecendo menos aos imigrantes; no entanto, essa “ajuda” implica em salários mensais de R\$ 300,00 reais e diárias por serviços domésticos de R\$ 15,00 reais, o que constituem valores muitíssimo abaixo dos praticados inclusive pelo mercado informal e mais ainda muito abaixo do previsto em lei. Boechat (2018) apresenta na matéria que muitos venezuelanos se sujeitam a essa exploração, pois a outra opção que lhes restaria seria viver nas ruas de Pacaraima ou Boa Vista, o que, segundo os entrevistados, seria muito pior. A difícil situação dos venezuelanos que vivem nas ruas na fronteira norte do país amplia as chances de diversas formas de exploração. Crimes contra esses trabalhadores são acompanhados pelo governo e instituições que deveriam coibir tais ações; porém, poucas iniciativas parecem se mover nesse sentido, justificadas apenas pela afirmativa de que “há muitos venezuelanos em Roraima”.

Desta forma, pode-se dizer que o campo de estudos das RTs revela-se vasto, pois, além de envolver o contexto macro nos aspectos sócio-político, econômico, tecnológico e cultural, também discute o nível meso e micro (Melo & Carvalho Neto, 1998; Carvalho Neto, 2001, Carvalho Neto & Sant’anna, 2013; Carvalho Neto, 2012). Desta forma, esse campo de estudos envolve tanto os fatores externos à organização quanto os internos.

Dentre os fatores externos, considerando-se o nível macro, podem-se mencionar o poder dos sindicatos, a legislação, a economia, o mercado de trabalho e as questões sociais e políticas. Já no que diz respeito aos elementos internos que influenciam as relações de trabalho, pode-se referir aos que estão atrelados ao nível micro, dentro das organizações, como a organização do processo de trabalho, dentre outras (Carvalho Neto & Sant’anna, 2013; Carvalho Neto, 2012; Veloso, Trevisan, Amorim, Silva, Fischer & Dutra, 2014).

Autores como Carvalho Neto e Sant’anna (2013) e Amorim, Silva, Fischer e Dutra (2014) tecem discussões que visam o estreitamento dos laços ente RTs e recursos humanos. Eles acreditam que estes dois campos poderiam trabalhar de modo mais vinculado, ainda que tenham focos distintos, por entenderem que estes dois campos pertencem a duas faces de uma mesma moeda. A delimitação dos elementos pertencentes a cada campo de estudo, recursos

humanos e/ou RTs pode variar de acordo com a compreensão de cada autor. No entanto, pode-se perceber um consenso na literatura, no sentido de constatar que a dinâmica que movimenta os fatores externos e internos à organização acaba por influenciar as RTs de modo direto ou indireto (Melo & Carvalho Neto, 1998). Quando essas RTs ultrapassam esse local, são pensadas em seu escopo macro (Melo & Carvalho Neto, 1998; Carvalho Neto, 2012).

Vale salientar que, para a construção deste estudo, optou-se observar as RTs em nível macro e meso, uma vez que se pretendeu inicialmente averiguar a forma com que se apresentam as RTs que envolvem um determinado público, no caso, os imigrantes no mercado de trabalho da região de Cuiabá, não se configurando como proposta discutir o nível micro de recursos humanos em uma única realidade organizacional.

Como evidenciam Melo e Carvalho Neto (1998, p. 22), o campo das RTs “é o *locus* privilegiado de manifestação das relações de força existentes entre os atores sociais, dentro da empresa e na sociedade”. Pode-se constatar, então, que as RTs consideram os embates de poder entre os sujeitos, e que o conflito entre os atores é inerente a esse tipo de relação, reiterando, ainda, os preceitos tecidos por Dunlop em que as RTs expressam também o poder, o qual se manifesta de modo assimétrico nessas relações (Dunlop, 1993; Melo & Carvalho Neto, 1998; Carvalho Neto, 2001). Deste modo, entende-se que as relações de poder ao mesmo tempo moldam e se configuram dentro das relações de trabalho. As relações que se estabelecem entre esses construtos e o modo como os atores sociais se comportam pode dar contorno à discussão que se pretende estabelecer ao longo desta tese.

Os indivíduos deste conjunto interagem entre si e compartilham de uma mesma ideologia que define o papel de cada ator, sua percepção do lugar que ocupa e do lugar ocupado pelo outro dentro do contexto das RTs. Melo e Carvalho Neto (1998, p. 41) salientam que “essa ideologia comum é fruto do consenso em torno das regras do jogo”. Pode-se perceber que os atores ocupam postos diferenciados nesta dinâmica, e estas diferenças precisam ser “aceitas” pelo todo para que o “jogo” então aconteça. A aceitação da ideologia comum, defendida por Dunlop, regularia e até controlaria o SRT, mas não eliminaria o conflito, uma vez que, devido o poder que cada ator social coletivo detém, em dado momento essas “regras do jogo” podem ser reelaboradas por uma das partes envolvidas, o que demandaria uma nova negociação para que o jogo continue. Por esta razão, a negociação entre os atores seria uma forma de resolver esses impasses que por ventura possam ocorrer (Dunlop, 1993).

Dessa forma, a negociação coletiva entra em cena no que diz respeito às RTs. Ela pode ser compreendida, grosso modo, como a negociação entre uma empresa ou seu representante e um ou mais sindicatos ou até mesmo com uma associação que represente os interesses dos imigrantes, na ausência de algum sindicato (Dunlop, 1993; Melo & Carvalho Neto, 1998; Carvalho Neto, 2001). Para Amorim e Junior (2011, p. 28) “a estrutura de negociação coletiva é a forma como patrões e empregados, sob certas condições, organizam o relacionamento intra e interpartes no campo das relações de trabalho”. As negociações coletivas seriam, então, promotoras de regras que, coerentes ou não, regem o sistema de relações de trabalho, e o acordo representaria não um consenso entre empregadores e empregados, mas condições aceitáveis entre as partes (Melo & Carvalho Neto, 1998; Amorim & Junior, 2011; Veloso, Trevisan, Amorim, Silva, Fischer & Dutra, 2014). A negociação coletiva impõe que uma das partes abra mão de algum interesse para que haja o acordo. Assim, quanto mais um dos atores abdica de elementos de sua causa, mais força nessa relação o outro parece ter.

Como nem todos os setores produtivos são organizados e pautados sobre as convenções coletivas oriundas das negociações coletivas, na medida em que os sindicatos estão a cada dia perdendo sua representatividade (Bernardo, 1997; Locke, 1999; Rodrigues, 1999, Carvalho Neto, Amorim & Fischer, 2016), os sistemas de relação de trabalho vão se configurando e apresentam novos atores sociais, como os imigrantes, que se moldam no sentido de mediar às relações de trabalho, ainda que de modo díspar do que se propunha a negociação coletiva tradicional. Assim, percebe-se fragmentação da ação sindical, promovida em parte pela perda do poder de representatividade e de pressão da classe trabalhadora ao longo dos últimos 40 anos (Locke, 1999; Cardoso, 2014). Deste modo, a negociação coletiva, que antes estava quase sempre atrelada à figura dos sindicatos de classe, sobretudo dos trabalhadores, atualmente mostra-se mais diluída no poder de negociação de agentes mediadores dos outros dois atores que integram as RTs. Eles podem caracterizar-se pela figura do Estado, através de políticas públicas que regulamentam a relação de trabalho, ou entidades que visem, de algum modo, a mediação da relação entre trabalhadores e empregadores, podendo se manifestar na figura de associações de sociedade civil organizada, como ONGs, dentre outras formações institucionais ou não, que podem assumir a forma deste terceiro ator social, uma vez que visam acordos aceitáveis entre as demais partes que compõem as RTs.

Ao se observar os aspectos que moldam o mercado de trabalho, os elementos em nível macro das RTs são apresentados. O modo como o trabalho vem sendo pensado e as relações

que se estabelecem a partir dele vem mudando ao longo dos últimos 40 anos (Locke, 1999; Carvalho Neto, 2001; Oliveira, Bernardes & Carvalho Neto, 2004; Rodrigues, 2013). Há uma gama de discussões sobre o entendimento e o foco das áreas que integrariam as RTs e sobre os elementos que cada uma delas observa.

Locke (1999) já previa há quase 20 anos atrás o futuro das RTs, e muito do que fora pontuado em seus estudos se concretizou e continua a vigorar. Na visão deste autor, o mundo do trabalho em sua perspectiva futura se caracterizaria pelo *empowerment* dos trabalhadores, pelo trabalho polivalente e altamente qualificado, pela virtualização dos locais de trabalho, convivendo com aumento da precarização do trabalho e terceirizações em massa. Locke (1999) salientou ainda que, no que concerne ao mundo do trabalho, os padrões de emprego tenderiam à flexibilização; os salários pagos aos trabalhadores seriam respaldados pelo mérito e, tão logo, mais flexíveis; a perda de influência do poder dos sindicatos constituiria o cenário de mudanças no mundo do trabalho (Locke, 1999, Rodrigues, Ramalho & Conceição, 2008; Rodrigues, 2013, Cardoso, 2014).

As transformações nas dinâmicas das RTs não param de acontecer e são sensíveis a muitos fatores. Carvalho Neto (2001) ponderou sobre as mudanças nas RTs na virada do século XXI e, em consonância com Locke (1999), indicou que a insegurança e precariedade no trabalho, além de informalidade dos empregos, seriam elementos marcantes. Este cenário se deve, em grande parte, ao avanço do ideário liberal em que o Estado exerce ação mínima em relação aos atores sociais coletivos e o mercado se autorregularia em sua dinâmica própria. Os impactos disso no mundo do trabalho seriam profundos, somando-se a maior competição do mercado internacional, que incentiva o desmantelamento dos direitos trabalhistas para tentar minimizar os custos do trabalho (Carvalho Neto, 2001; Oliveira, Bernardes & Carvalho Neto, 2004; Rodrigues & Ramalho, 2009). A reforma trabalhista aprovada em 2017 no Brasil é um exemplo claro desta tendência.

Cruz, Nakabashi, Porcile e Scatolin (2007) também chamam a atenção para a ocorrência de mudanças na estrutura produtiva da economia do Brasil que acontecem há anos, intensificadas a partir da década de 90 em que se evidencia uma perda de representatividade da indústria de transformação brasileira, sobretudo no que diz respeito ao valor agregado dos produtos e à composição ocupacional. Elas promoveram alterações relevantes no mercado de trabalho brasileiro e conseqüentemente impactaram as RTs atuais. Pichler (2010), ao discutir sobre as mudanças no mercado de trabalho brasileiro em seu recorte temporal (que compreende os anos de 2000 a 2008), enfatiza que este período foi marcado pelo crescimento

da economia, pelo aumento da taxa de emprego, pela redução dos índices de desemprego e, como consequência desses dois últimos, pela diminuição da precariedade no mercado de trabalho.

Pauli, Nakabashi e Sampaio (2012), observando as transformações estruturais na economia brasileira entre 1985 e 2007 e seus impactos nas RTs, advertem que o principal ganho do mercado de trabalho foi no setor de serviços, na mão de obra empregada. No entanto, a demanda por trabalhadores qualificados não aumentou no período (Pauli, Nakabashi & Sampaio, 2012).

No Brasil, qualquer desestabilização do setor produtivo que implique na diminuição dos custos do trabalho afeta diretamente uma parcela muito considerável da sociedade, ou seja, os trabalhadores (Cardoso, 2013). Quando esse grupo social se vê refém de uma economia desaquecida, busca outras formas para driblar as dificuldades financeiras e manter suas necessidades mais básicas atendidas. De acordo com Neto, Namir e Kosovits (2012), o baixo poder aquisitivo de grande parte dos brasileiros, somado às ainda deficitárias políticas de melhorias sociais, fazem com que os trabalhadores não possam se manter desocupados. Deste modo, procuram rapidamente sair dessa condição, e uma das formas de fazê-lo se dá pelas vias do emprego informal - aqui entendido como os indivíduos que estabelecem relação de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária do país. Desta maneira, uma vez que o mercado de trabalho formal não se mostra aquecido, a informalidade tende a aumentar, e com ela a luta dos trabalhadores pela sobrevivência, buscando romper as mazelas da pobreza e acentuada falta de assistência social (Reis & Aguas, 2014).

Embora o país não tenha sofrido intensamente com variações drásticas na economia nos últimos 15 anos, não considerando a atual instabilidade na conjuntura socioeconômica e política dos últimos dois anos (2015- 2017), o Brasil manteve o mercado de trabalho aquecido em diferentes áreas de ocupação. Em 2012 fechou o ano com uma taxa de desemprego de 5,5%, taxa histórica desde 2002 (Brasil, 2013). O Ministério do Trabalho e Emprego- MTE justificou estas taxas com o êxito das políticas de incentivos à produção concedida nos governos Lula e primeiro mandato de Rousseff. Incentivos que, segundo o MTE (2013), impulsionavam o consumo e geração de empregos, mesmo diante de um cenário mundial instável. Em 2012 mais de 49% dos trabalhadores possuíam carteira assinada, fruto do emprego formal na iniciativa privada. (Brasil, 2013). O estudo de Krein e Manzano (2014)

divulgado pela OIT⁹ sinaliza que o Brasil registrou uma taxa de formalização de emprego de 56,6% em 2012, e que este índice teve elevação de 13,9 pontos percentuais em 10 anos.

Cardoso (2013), do ponto de vista sociológico, busca apresentar a estruturação do mercado de trabalho brasileiro e contrasta os argumentos contundentes da onda de otimismo em relação aos indicadores de emprego a partir do ano 2000. Apesar de demonstrar dados quantitativos favoráveis em relação ao mercado de trabalho até 2012, o autor também chama a atenção para as disparidades de gênero, cor, idade e classe social dos atores desse mercado. Explica que isso reflete cicatrizes da história do Brasil, marcada pelas desigualdades e grandes problemas de ordem econômica e social.

Depois da turbulência na economia mundial em 2008 que originou a crise econômica que atingiu fortes mercados como o norte americano (Farhi, Prates, Freitas & Cintra, 2009; Bresser-Pereira, 2010), a economia do Brasil, em tese, não chegou a sofrer fortemente, o que não significa que os efeitos dessa crise não chegassem jamais, ou que novas crises não emergiriam (Oreiro & Basilio, 2012). Muitos economistas informaram que a crise no Brasil aconteceu de forma endógena, resultado de uma crescente fragilidade financeira do setor privado que não se manteve mesmo com o otimismo de mercado gerado sobretudo pelo Governo Federal (Oreiro & Basilio, 2012).

Se os efeitos da crise econômica de 2008 não atingiram significativamente o mercado de trabalho brasileiro naquele período, outros efeitos, frutos de antigos e novos problemas de ordem econômica, política e social começaram a se mostrar já no fim de 2014 e meados de 2015, e perduram até o momento (Silva, 2015). Ao se observar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁰ - IBGE, o desemprego nos primeiros três meses de 2015 chegou a 8%, o que significa dizer que mais de 8 milhões de trabalhadores encontravam-se desocupados¹¹ naquele período (IBGE, 2017). Silva (2015) apresenta alguns efeitos da crise econômica e política que vigoram no Brasil, trazendo na sua leitura números assustadores. O desemprego mostra-se crescente. O principal centro econômico do país, São Paulo, registrou em junho de 2015 uma taxa de desemprego de mais de 13%, de acordo com Silva (2015).

Os reflexos da crise se mostram mais acentuados se compararmos com as estatísticas de 2016 e 2017. No primeiro trimestre de 2017, o país registrou o recorde de 14,2 milhões de

⁹Análise da OIT de boas práticas na redução do emprego informal na América Latina e no Caribe: Estudo de caso no Brasil, 2014).

¹⁰ Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>>. Recuperado em 01 de dezembro, 2017.

¹¹ Considera-se pessoa desocupada conforme IBGE, as pessoas sem trabalho e que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho na semana de referência da pesquisa.

desempregados, com uma taxa de desemprego de 13,7%, 2,8 pontos percentuais acima do que havia sido registrado no mesmo período em 2016 (IBGE, 2017).

Silva (2015) também apresenta indícios do futuro reservado ao mercado de trabalho informal brasileiro. O trabalho informal entra em cena e parece que em tempos sombrios só vai elevar ainda mais seus índices. Estudos como os de Reis e Aguas (2014) apresentam fatores que podem contribuir ou favorecer a entrada de trabalhadores na informalidade. Esses autores ponderam que períodos longos de desemprego, em decorrência de crises no mercado de trabalho, podem influenciar na probabilidade destes indivíduos retornarem à atividade laboral, seja ela formal ou não, além de estarem mais propensos à inatividade.

O aumento significativo dos Microempreendedores Individuais - MEIs também foi pontuado por Silva (2015) como sendo uma alternativa de combate à crise e saída para o desemprego, avalizado pelo Governo. Em sua leitura da atual conjuntura socioeconômica e crise política que assola o país, Silva (2015) pondera que o mercado de trabalho será marcado pela informalidade, desregulamentação e flexibilização. Esse cenário tende ao que ele chama de precarização da economia formal, uma vez que se espera que novos empresários tentem manter a economia ativa.

Em contrapartida, os registros nos MEIs vêm aumentando consideravelmente, sobretudo no setor de serviços, com o incentivo do Governo. Desta forma, exime-se este ator social de garantia das políticas públicas que incentivem o aumento dos empregos formais, já que o número de desocupados tende a cair. Em contrapartida, o Governo transfere a outrem não apenas a responsabilidade de promover novos empregos, como também de ativar a economia. Nestes moldes, “o informal pode ser tanto ‘espaço de sobrevivência’ quanto de ‘ascensão social’” (Pamplona, 2013, p. 229).

Silva (2015) tece críticas à postura que o Governo atual vem tomando em relação às MEIs, utilizando-as como forma de “desoneração por meios alternativos da pactuação do trabalho”. O autor aponta para o retrocesso social desta ação, pois o mercado de trabalho formal não irá num futuro breve reabsorver todos os trabalhadores que perderam seus empregos entre 2014 e 2016. Os novos MEIs terão dificuldades em manter seus negócios e não terão incentivos para créditos, já que o momento atual é de crise. Como se isso não bastasse, os grandes grupos empresariais e industriais utilizam do cenário para forçar ainda

mais a precarização do trabalho, como mostrou a ação da Confederação Nacional da Indústria- CNI¹² na reforma trabalhista.

Ao se pensar na informalidade do mercado de trabalho, as populações mais vulneráveis passam a compor este cenário, e os imigrantes figuram neste contexto (Mountian & Rosa, 2015), sobretudo aqueles provenientes de países devastados por problemas ambientais, sociais, econômicos e de conflitos armados. Em uma nota conceitual emitida pelo escritório da Organização Internacional do Trabalho - OIT no Brasil, que visou discutir meios de se promover a formalidade da economia informal para os trabalhadores migrantes, pontuou-se que a questão da informalidade pode desempenhar um papel importante na vida desses trabalhadores, pois dificulta ou facilita seu acesso a fontes de renda (OIT, 2016).

Informação do escritório da OIT em Lima, no Peru, sinaliza para o fato de que existem milhões de trabalhadores migrantes na América Latina e no Caribe e que a maior parte deste contingente, sobretudo daqueles que se veem em situação não regulamentada, inserem-se no mercado de trabalho informal (OIT, 2015).

Pode-se constatar que, com a acentuada redução do emprego formal no contexto brasileiro, a informalidade vem se tornando uma alternativa duradoura para muitos trabalhadores, dentre eles os imigrantes. Dados do IBGE (2017) do terceiro trimestre de 2017 apontam que 91,3 milhões de pessoas trabalham por conta própria e outros 22,9 milhões, embora estejam trabalhando na iniciativa privada, não possuem carteira assinada, alimentando assim os números da informalidade, porém reduzindo as taxas de desemprego. No entendimento de um dos coordenadores do IBGE, a queda nos índices de emprego formal se deve em função de pioras das condições do mercado de trabalho nos últimos anos. Azevedo (2017)¹³ ressalta que “na comparação com o mesmo período de 2014, o Brasil perdeu 3,4 milhões de empregos com carteira assinada”.

Pamplona (2013) acrescenta novos elementos ao tocante crescimento da informalidade em virtude da queda da oferta de emprego no mercado de trabalho. Destaca que “a existência do setor informal foi também resultado do incremento da população em idade ativa resultante do crescimento vegetativo e das migrações” (Pamplona, 2013, p. 233).

¹² Disponível em:< <http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081379A7BEB0137BDBC309064FD.htm>>. Recuperado em 07 de dezembro, 2017.

¹³ Informações do coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE. Disponível em:< <http://admin.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081379A7BEB0137BDBC309064FD.htm>>. Consultado em 07 dez 2017

ETAPA FOCALIZADA

5. O contexto de imigração e relações de trabalho em Cuiabá-MT

Ao se observar as dinâmicas do mercado de trabalho e suas relações, pode-se facilmente observar a presença dos imigrantes neste contexto. O número deles em território nacional teve expressivo aumento de 160 pontos percentuais na última década, conforme registros da Polícia Federal em 2016. Muitos dos imigrantes que adentraram no país são provenientes do Haiti e de países vizinhos, como Bolívia, Colômbia, Chile e Argentina, dentre outros.

Entre 2000 e 2015 Mato Grosso teve registro de 5087 imigrantes internacionais dentre os mais de 879 mil que chegaram ao Brasil neste período, conforme dados do Atlas Temático de Observação das Migrações (Baeninger et al, 2017). No entanto, estimativas de entidades locais como o Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá - CPM calculam que o número de imigrantes no estado seria bem superior, intensificado em 2014 e 2015 com a chegada dos haitianos e, mais recentemente, com a vinda dos venezuelanos ao estado, avivada pela proposta de interiorização desses imigrantes.

Só em 2015, mais de 117 mil imigrantes entraram no país (PF, 2016); porém, o estado de Mato Grosso não se mostra como destino final de muitos desses imigrantes. No entanto, o Estado registrou um aumento expressivo desta população nos últimos anos, conforme estudo de Pellizari e Mazaro (2017). A maioria dos imigrantes que chegou em Mato Grosso foi motivada pelas oportunidades de trabalho intensificadas, na época, pelo contexto promovido pela Copa do Mundo de 2014, cenário laboral que não se manteve nos dois anos subsequentes.

Recentemente, um balanço apresentado pela Polícia Federal no estado de Mato Grosso, com base no Sistema Nacional de Cadastro e Registros de Estrangeiros – SINCRE, revelou que há mais de 13.800 estrangeiros no estado, sendo que 32,3% deles são haitianos (PF, 2018). Outras nacionalidades mais presentes são de bolivianos, americanos, portugueses, paraguaios, libaneses, italianos, colombianos, além de outras em porcentagens menos expressivas. O balanço também apontou que o número de solicitações de refúgio tem aumentado em 2018, pois só no primeiro semestre foram computadas 197 solicitações, em sua maioria, feitas por haitianos, seguidas das de cubanos. Apesar da chegada de muitos

venezuelanos ao estado de Mato Grosso, nestes últimos meses o fenômeno ainda não fora computado nestas estatísticas de modo expressivo (Deus, 2018).

A busca por oportunidade de trabalho é sempre uma das razões que permeia o discurso dos imigrantes. A opção pela região também se dá em função da busca pelo emprego, pois alguns imigrantes mencionam que nos grandes centros urbanos o trabalho não seria tão facilmente encontrado, e que os salários seriam menores do que no estado de MT, pois o custo de vida das grandes cidades tende a ser mais elevado. Fato é que muitos deles não tiveram direito de escolher o local de trabalho, ou então já vieram movidos por oportunidades previamente direcionadas, como no caso da interiorização dos venezuelanos que chegaram ao estado de Mato Grosso.

A capital mato-grossense não seria a primeira escolha de destino dos imigrantes que ali residem. Porém, a grande quantidade dessas pessoas nos grandes centros, sobretudo nas regiões sul e sudeste do Brasil, fez com que muitos deles migrassem para outras regiões do país onde a competição com outros imigrantes fosse menor, como Cuiabá e cidades do interior do estado (Pellizari & Roque-Faria, 2017).

Como as oportunidades de trabalho escassearam bastante após a Copa do Mundo e a conjuntura econômica se tornou bastante desfavorável, muitos desses imigrantes foram embora para outros países e estados brasileiros; porém, a grande maioria deles permaneceu na busca de oportunidades e melhores condições de vida, considerando que a região ainda oferece melhores condições do que a dos países de origem.

Em menor número e de locais diversificados, os imigrantes continuam a chegar a Cuiabá. Do início de 2016 até a presente data, o Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá, um dos espaços observados pela pesquisadora há mais de um ano, não parou de receber imigrantes, ainda que em proporções bem menores do que em 2014. A casa de acolhida ainda registra em média estadia de 70 imigrantes por mês, além de prestar outros atendimentos, mais recentemente foi selecionada pelo OIT e ACNUR a compor o quadro de organizações que fariam parte do projeto de interiorização dos imigrantes venezuelanos que se concentram no norte do país.

O processo de interiorização dos imigrantes proposto pelo governo brasileiro, em resposta ao expressivo fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, contemplou a capital Cuiabá como um dos destinos dos 66 imigrantes venezuelanos que participaram da primeira etapa da proposta, tendo sido acolhidos no município por uma entidade da igreja católica, o CPM (Lessa, 2018). Sobre esse processo, a ACNUR salienta que:

A interiorização é um processo voluntário que busca criar melhores condições de integração para as venezuelanas e venezuelanos que estão vivendo no Brasil. O governo e a ONU articulam com municípios e entidades da sociedade civil interessados em acolher essas pessoas. Com a disponibilidade de vagas, solicitantes de refúgio e migrantes que queiram participar do processo são selecionados, passam por exame de saúde, regularizam documentação, são imunizados, abrigados na cidade de destino e acompanhados no abrigo, com realização de cursos profissionalizantes e de português (ACNUR, 2018)¹⁴.

Vale salientar que, antes mesmo do processo de interiorização pensado pela OIT e pelo Governo, o estado de Mato Grosso já vinha recebendo um número expressivo de imigrantes de diferentes nacionalidades que vêm procurar melhores condições de vida e oportunidades de emprego fora dos grandes centros urbanos do país.

A capital Mato-grossense foi uma das cidades que recebeu os imigrantes venezuelanos, seja pelo projeto de interiorização ou por vias espontâneas. Na primeira etapa em abril de 2018 chegaram 66 imigrantes; na segunda etapa em maio de 2018 foram 29 venezuelanos deslocados, enquanto que na quinta etapa 24 imigrantes vieram para Cuiabá. Todos eles foram atendidos pelo Centro de Pastoral para Migrantes, instituição mantida pela igreja católica que tem tradição em atender essa população (Casa Civil, 2018).

5.1 Mergulho no campo: Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá- CPM

A descoberta sobre a entidade ligada aos missionários scalabrinianos presente na capital mato-grossense se deu em uma das visitas da equipe de pesquisadores do NERHURT à Missão Paz em São Paulo. Na oportunidade os diretores forneceram o contato da coordenadora da CPM, caso houvesse interesse em conhecer. Assim, a primeira visita ao Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá-MT realizada pela pesquisadora aconteceu em janeiro de 2017. Na visita, a recepção aconteceu pela coordenadora.

Ao chegar ao CPM, a pesquisadora pôde constatar a presença de muitos imigrantes nas dependências da entidade de nacionalidades diversificadas; no entanto, havia uma presença maior de haitianos. Eles esperavam atendimento da coordenadora em frente à sala da secretaria. Na medida em que os imigrantes foram sendo atendidos pôde-se perceber que as demandas que eles traziam eram diversas e que apenas a coordenadora era quem fazia todo o trabalho. Assim que a coordenadora conseguiu atender mais alguns imigrantes e despachar encaminhamentos de outros, a pesquisadora conseguiu conversar com ela, que se mostrou muito solícita e apresentou toda a dinâmica do centro, além de mostrar toda a estrutura física

¹⁴ Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/2018/05/15/onu-brasil-apoia-nova-interiorizacao-de-cidadaos-venezuelanos-para-cuiaba/>. Consultado em 15 maio 2018.

que ofertavam aos imigrantes acolhidos. Em seguida ela falou sobre a história do CPM e seu funcionamento. O relato desta visita pode ser observado abaixo:

(OBS011)

O CPM atualmente está localizado na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 2785, Bairro Carumbé, no município de Cuiabá, Mato Grosso. A instituição de cunho filantrópico é parte integrante da ordem dos missionários scalabrinianos, foi fundada em agosto de 1980 por meio de uma parceria com a Arquidiocese de Cuiabá-MT. O centro surge com o objetivo de auxiliar os migrantes internos que chegavam de outros estados do país, sobretudo daqueles vindos do nordeste do país para trabalharem na capital ou até mesmo do interior do estado. Ao longo dos anos, o público atendido pela casa foi se diversificando, e nos últimos anos o CPM tem atendido migrantes internacionais, vindos de diferentes países e continente.

O CPM de Cuiabá é dirigido atualmente pelo padre Pedro Freitas Rodrigues, pároco da Paróquia Divino Espírito Santo. Apresenta uma estrutura física adequada e organizada, com capacidade para acolher 100 imigrantes e/ou refugiados diariamente, servindo-lhes três refeições diárias (café, almoço e jantar). A casa de acolhida ainda contempla em sua estrutura: secretaria, refeitório, sala de reunião, sala de aula, sala de TV, área de convivência compartilhada, sala de oração, espaço de lavanderia, banheiros, dentre outros. No momento em que se realizou a pesquisa, a casa estava em reformas, (troca de revestimentos e ampliação da sala de TV) para garantir aos acolhidos mais conforto e bem-estar.

A CPM de Cuiabá tem 8 colaboradores que trabalham nos diferentes tipos de serviços oferecidos. Além de contarem com a ajuda dos voluntários da comunidade Divino Espírito Santo, eles se revessam para manter a qualidade de atendimento aos imigrantes e refugiados.

Na conjuntura atual, o CPM funciona como um lugar de acolhida aos migrantes, imigrantes e refugiados até que consigam se estabelecer minimamente, e assim ceder a vaga de estadia a outro mais necessitado. O tempo de máximo de permanência na casa é até 60 dias; no entanto, dada as dificuldades dos imigrantes e refugiados em conseguir trabalho, este tempo por vezes pode se estender um pouco mais.

A partir de 2013, o CPM tem expandido suas ações para suprir a demanda dos fluxos migratórios atuais, que foram intensificadas com a chegada dos nacionais do Haiti, de modo mais expressivo, naquele ano. (Diário de campo da pesquisadora, 26 de janeiro de 2017).

A estada no CPM foi de grande importância para esta pesquisa, pois, a partir daquele momento, delimitou-se o espaço geográfico que se pretendia observar, ou seja, a região de Cuiabá-MT. Embora o fenômeno da imigração e suas facetas mostre-se generalista, direcionar o olhar a um espaço ainda não observado por este prisma traria contribuições científicas significativas, além de seu ineditismo.

Na oportunidade da visita, além de conhecer a dinâmica da casa e um pouco de sua história, pode-se perceber, resguardadas as proporções, situações muito próximas às aquelas visualizadas na Missão Paz em SP, sobretudo na procura dos imigrantes pelos serviços oferecidos pela entidade. No entanto, a casa de acolhida de Cuiabá apresenta uma estrutura bem menos robusta e com um número de serviços e profissionais bastante enxuto em relação à Missão Paz em São Paulo. Esta questão foi levantada pela própria coordenadora do CPM, que confirmou a dificuldade quanto à limitação do quadro funcional. Ela ainda sinalizou para a centralização das atividades de atendimento a imigrante e gestão em uma única pessoa, e que isso, por vezes, compromete um atendimento de maior qualidade.

Ainda que o CPM tenha limitações de atendimento e serviços, sua atuação em Cuiabá mostra-se crucial na região, pois se configura como a única opção de auxílio imediato aos imigrantes que chegam à cidade e não tem para onde ir. Ainda no momento da visita, foram apresentadas pela coordenadora as estatísticas de atendimento do CPM entre os anos de 2013 e 2016. Neste período, 3955 migrantes passaram pelo Centro de Pastoral para migrantes de Cuiabá-MT. Deste número, 3.379 pessoas são provenientes do Haiti, 140 oriundas de outros países e 406 migrantes internos (CPM de Cuiabá-MT, 2017).

As estatísticas chamam atenção para a quantidade de imigrantes que ingressaram no CPM do ano de 2013, bem mais acentuadas do que as de 2016, sendo 1635 e 520 respectivamente. Porém, o que vale se observar é que, mesmo em tempos de crise, Cuiabá-MT, ainda que não apresentasse grandes vantagens para os imigrantes, continuava recebendo-os em menor número. Os imigrantes e refugiados que chegaram à casa nos últimos meses são provenientes da Venezuela, Cuba, São Domingos e do Haiti.

Nesta primeira visita ao CPM, a coordenadora mencionou as parcerias que a instituição mantinha com outras entidades, tais como: a associação Scalabrini, a Prefeitura Municipal de Cuiabá, o Ministério Público do Trabalho (23ª Região), a Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o Ministério Público Estadual, a Paróquia do Divino Espírito Santo, a Universidade do Federal de Mato Grosso - UFMT, dentre outras. Destacou que algumas atividades vinham sendo desenvolvidas por algumas destas frentes, conforme observações abaixo.

(OBS012)

As parcerias que o CPM mantém com outras instituições promovem ajudas pontuais aos imigrantes e refugiados, que percebem o CPM de Cuiabá como um local de apoio para suas demandas mais básicas, e a única referência de ajuda a esta população na capital mato-grossense. Dentre as ações promovidas

por estas parcerias, pode-se destacar: o projeto de extensão desenvolvido pela Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, que tem acompanhado cerca de 70 mulheres haitianas, que foram acolhidas pelo Centro. O Balcão de Direitos Trabalhistas, que visa garantir aos imigrantes e refugiados um trabalho na estrutura formal, orientando-os sobre seus direitos perante a legislação brasileira. Além do Projeto de Ação Integrada - PAI, que visa lutar pela erradicação do trabalho escravo ou análogo a escravo, realidade que ainda acontece no estado e que faz dos imigrantes e refugiados vítimas, conforme salientou a coordenadora do CPM (Diário de campo da pesquisadora, 26 de janeiro de 2017).

Pode-se constatar que, por meio das parcerias com agentes governamentais e da sociedade civil organizada, o CPM vem tentando expandir sua atuação junto à comunidade em favor dos imigrantes e refugiados que se encontram na região de Cuiabá-MT. A coordenadora pontuou algumas atuais dificuldades de interação com alguns órgãos públicos, como a prefeitura, que anteriormente disponibilizava uma assistente social para atender na entidade e, atualmente, por conta de mudanças na direção política do município, a parceria foi suspensa. Do mesmo modo, o Serviço Nacional de Emprego - SINE/MT, devido à crise que se instaurou na capital e às políticas do governo federal também deixou de se fazer presente no CPM. Mesmo com essas limitações e dificuldades, uma série de serviços são oferecidos pelo CPM. Dentre os principais estão: regularização de documentação; preenchimento de formulário e agendamentos na Polícia Federal; emissão de guias para pagamento; solicitação de declarações e certidões consulares; preenchimento de formulários de pedido de refúgio e outros; renovação de passaporte e certidões junto às embaixadas consulares; consulta de processos e orientações; encaminhamento para assessoria jurídica; encaminhamentos para áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social. Todo esse trabalho é realizado pela coordenadora da casa e por uma voluntária auditora fiscal do trabalho, ela é responsável pelo Balcão de Direitos do Trabalho. Essas ações são fruto de um projeto de parceria entre o CPM e a Superintendência Regional do Trabalho de Cuiabá. A respeito da mediação laboral, a coordenadora do CPM salienta a importância do trabalho desenvolvido pela voluntária: “ela é o braço do Ministério do Trabalho na cobrança de políticas públicas junto ao próprio governo” (ES 29, 09 de Fevereiro de 2017). Observa-se que a própria coordenadora da instituição percebe a importância de se ter membros das entidades públicas como parceiros do CPM, pois isso auxilia no processo de conquistas junto à própria comunidade de empregadores e possibilita cobranças mais pontuais dos agentes públicos para as demandas dos imigrantes.

Após conhecer um pouco sobre os serviços e demandas dos imigrantes em Cuiabá-MT, mostra-se evidente a necessidade de maiores investigações. Assim, a pesquisadora agendou nova visita ao CPM e uma entrevista com a coordenadora. Recortes desta entrevista apresentam-se a seguir:

(R023)

Em 2012, com a vinda dos imigrantes haitianos, nós tivemos que reestruturar o nosso trabalho. Porque aí, as necessidades de prazo maior na casa, de trabalho, moradia, inserção em todas as políticas públicas do município, elas se mostraram mais urgentes né (ES 30, 09 de março de 2017).

(R024)

[...] porque não era a nossa expertise né, o mercado de trabalho, o nosso cuidado sempre foi inserir o imigrante no mercado de trabalho formal. Mas como é que vamos fazer isso? A gente teria que desviar nossa atenção do atendimento, pra começar a mexer com a questão do trabalho. E aí, nós fomos atrás do Ministério do Trabalho. [...]Entrar em contato com o empregador, conferir CNPJ, ver **condições de trabalho, sabe?! Carga horária, e depois, é claro, da conversa, da informação sobre direitos e deveres com os migrantes da casa, a inserção no mercado de trabalho.** Mas isso com relação ao trabalho, e aí?! Vieram outras demandas, questão da saúde, muitas mulheres, gestantes, alguns doentes, o que gente tinha que fazer: fomos atrás de outros parceiros (ES 30, 09 de março de 2017).

(R025)

[...] o próprio departamento de polícia federal já encaminha, já vê a dificuldade que as pessoas têm de fazer a leitura do que é necessário, alguns né, não são todos, alguns têm acesso à internet, esses aí conseguem, não precisam passar pela casa, mas a casa está aqui pronta para ajudar aqueles que necessitam. Então, encaminham, o departamento de polícia encaminha pra cá para a gente ver, “olha, qual é a sua necessidade?”. “É visto? Você chegou com visto? É esse documento que você vai precisar”, “você é reunião familiar, é transformação de visto?”. As crianças que nascem aqui, então é passaporte pra criança brasileira... no caso dos haitianos, na renovação do passaporte nós conseguimos esse preenchimento de formulário por aqui, em uma parceria com a sua embaixada... para outras nacionalidades tem essa dificuldade maior (ES 30, 09 de março de 2017).

Ao se observar os dados da entrevista da coordenadora do CPM pode-se perceber a atenção especial que se tem em relação ao Balcão de Empregos, pois a equipe entende que esta ação pode promover melhorias pontuais aos imigrantes, como oportunizar que eles

consigam ser protagonistas de sua própria história. Faz-se interessante agora apresentar algumas informações sobre o Balcão de Direitos do Trabalho, conforme relato abaixo:

(OBS013)

O Balcão de Direitos do Trabalho é um projeto do CPM, que iniciou através de um termo de cooperação técnica entre o CPM e a Superintendência Regional do Trabalho-MT. Iniciou suas atividades no CPM de Cuiabá-MT, no final de 2012, e teve seu auge em 2013 e 2014, período de maior presença de imigrantes na região, por conta das obras da Copa do Mundo. O projeto tinha como objetivo garantir a imigrantes, em especial aos Haitianos por representarem a imensa maioria de nacionais estrangeiros na capital, um trabalho formal, orientando essa população sobre os direitos e deveres perante a legislação trabalhista brasileira (Diário de campo da pesquisadora, 26 de janeiro de 2017).

É interessante observar que o projeto Balcão de Direitos do Trabalho foi uma iniciativa da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo de Mato Grosso (COETRAE/MT), entidade tripartite com representantes de diferentes atores sociais, como o Governo do Estado de Mato Grosso, Ministério Público do Trabalho - MPT, Superintendência Regional do Trabalho e emprego de Mato Grosso - SRTE-MT, Organização internacional do Trabalho - OIT e CPM de Cuiabá. Todas essas instituições possuem agentes que estabelecem diálogos interpessoais e organizacionais a fim de promover ações em prol dos imigrantes da região. Essa articulação foi responsável por muitas conquistas, segundo a coordenadora do CPM e a auditora fiscal da SRTE-MT, e algumas delas se mantem; porém, outras, com a mudança do quadro político municipal e estadual e diminuição dos postos de trabalho, findaram.

Um retrato sobre a situação que os imigrantes enfrentam em Mato Grosso é apontado pela coordenadora do CPM, como se pode observar:

(R 026)

E nesse momento passou aquele *boom*, eram muitos haitianos que vinham em 2014, que passavam Cubanos, Colombianos, agora nós temos também Venezuelanos, Equatorianos que estão buscando também aqui, Cuiabá, Mato Grosso. **Então às vezes chegam aqui muito iludidos, esquecem que Mato Grosso é uma terra do Agronegócio, então a maioria das ofertas de trabalho é nas fazendas, não é aquela habilidade que a pessoa tem, não é o que a pessoa veio procurar, não consegue uma colocação com a sua qualificação profissional** (ES 30, 09 de março de 2017).

Pode-se observar na entrevista com a coordenadora do CPM que os imigrantes continuam a chegar em Mato Grosso, ainda que em fluxos menores. O desconhecimento da região também foi apontado na entrevista, assim como a frustração dos imigrantes após o estranhamento da chegada e dificuldade em arrumar emprego. Apesar de o Estado ter uma economia forte nos municípios do eixo do agronegócio, a região de Cuiabá foge a essa dinâmica, o que dificulta ainda mais a inserção destes imigrantes neste nicho de mercado. Outra questão é que o agronegócio em Mato Grosso, além de empregar poucas pessoas, exige qualificação bastante específica, dada a alta tecnologia utilizada no setor.

Em entrevista agendada no dia 09 de Fevereiro de 2017 com a auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego da jurisdição de Cuiabá, pôde-se saber mais sobre o Balcão de Direitos do Trabalho que acontece no CPM. As ações junto aos imigrantes e refugiados oferecidas pelo Balcão de direitos do trabalhador são diversificadas e compreendem: o balcão de empresas com orientação/mediação/encaminhamento para mercado de trabalho; acordos de reclamações trabalhistas por parte dos imigrantes; assessoria jurídica por meio de advogados voluntários e universidades; capacitação e formação por meio de cursos de língua portuguesa em parceria com a universidade UFMT; rescisão de contrato de trabalho; cadastramento para confecção e renovação de Carteira de Estrangeiro; dentre outros.

Os serviços oferecidos pelo Balcão acontecem às terças e quintas-feiras, no período vespertino, nas dependências do CPM de Cuiabá, na forma de trabalho voluntário da auditora fiscal do Ministério do Trabalho. Os atendimentos e serviços do Balcão de Direitos do Trabalho são executados pela auditora fiscal, que por sua experiência de anos atuando como servidora do Ministério do Trabalho e Emprego, já se tornou conhecida na comunidade cuiabana por muitos empregadores, o que, segundo ela, facilitou o processo de inserção laboral de alguns dos imigrantes acolhidos pelo CPM. A auditora relata que a principal atuação do Balcão de Direitos do Trabalho, quando foi criado, era o encaminhamento dos imigrantes para o mercado de trabalho. Ela relata como era feita essa intermediação:

(R 027)

[...] as empresas vinham lá, deixavam todas as informações, quantidade de trabalhadores, a proposta, aí eu chamava olha, tenho esta proposta, com estas condições, vai ter um salário de mil reais, com alojamento, ou sem alojamento, com vale transporte, almoço, sem almoço e tal, quem aceita?. Aí a gente chamava a empresa, reunia esses trabalhadores e a empresa passava a políticas dela, e aí que fechava os contratos ou não (ES 29, 09 de Fevereiro de 2017).

A auditora fiscal considerou durante a entrevista que nem sempre era fácil o processo de intermediação para o trabalho ainda quando havia uma oferta maior de vagas, sobretudo pela dificuldade dos imigrantes em compreender a legislação trabalhista brasileira. Por esta razão, uma das grandes preocupações do Balcão de Direito do Trabalho era informar aos empregadores que as contratações deveriam respeitar a lei trabalhista, a CLT. A entrevistada ainda pontuou, **“o que a gente deixava sempre claro!, tem que obedecer todas a legislação trabalhista,... porque eles não tem nenhuma diferença, no momento em que eles estiverem aqui com carteira assinada..... e assim nós conseguimos mais de 2000 empregos...”** (ES 29, 09 de Fevereiro de 2017).

Atualmente, o Balcão de Direito do Trabalho está com um atendimento reduzido para apenas uma tarde por semana, pois a oferta de trabalho caiu muito nos últimos meses. No entanto, os atendimentos pontuais àqueles imigrantes que precisam são realizados diretamente na SRTE-MT, pela mesma voluntária que atua no CPM. Pode-se perceber que os imigrantes recebem toda atenção não apenas no CPM, mas também na superintendência, pois na oportunidade da entrevista com a auditora fiscal, ocorrida nas dependências da SRTE-MT, a pesquisadora pôde constatar a presença de imigrantes esperando o atendimento da voluntária que os recebia mesmo durante seu experiente de trabalho, o que era possível devido ao acordo de cooperação entre as instituições.

No período em que aconteceu a entrevista (Fevereiro de 2017), a principal dificuldade enfrentada pelos imigrantes e pelo CPM provinha da diminuição drástica na oferta de emprego na região. O desaquecimento do mercado de trabalho local, reflexo da crise econômica que atinge o país, tem dificultando a vida dos imigrantes e refugiados que residem em Cuiabá. Nesse sentido, a auditora fiscal pondera que: **“não está faltando trabalho só pra haitianos, está faltando trabalho também para o brasileiro”** (ES 29, 09 de Fevereiro de 2017).

Em todos os lugares em que esta pesquisadora deparou-se com imigrantes, seja em São Paulo, no interior mato-grossense ou ainda na capital Cuiabá- MT, o discurso “queremos trabalho” parece ecoar entre essa população. Na oportunidade das duas visitas realizadas ao CPM e à auditora fiscal na SRTE-MT, esta pesquisadora convidou as entrevistadas a participarem de um seminário sobre imigração e trabalho que aconteceria na UFMT e que já tinha presença confirmada de um dos diretores da Missão Paz de São Paulo; ambas aceitaram o convite. O seminário aconteceu em Abril de 2017, realizado em parceria entre os cursos de administração e psicologia da universidade. O evento oportunizou uma troca de informações e

comparações entre diferentes cenários de imigração, da capital paulista e de uma região do interior do país.

No intuito de compreender melhor as dinâmicas de trabalho dos imigrantes em Mato Grosso, uma nova imersão a campo foi realizada na região de Cuiabá-MT. Nessa etapa foram feitas 10 entrevistas, 05 com empregadores de imigrantes de diferentes setores e 05 com imigrantes de diferentes nacionalidades (Congo, Haiti e Guiné-Bissau). A escolha dos entrevistados aconteceu por indicação da coordenadora do CPM e da auditora fiscal voluntária que lá atua, de modo que as empresas visitadas e alguns dos imigrantes entrevistados já haviam passado pelo processo de intermediação de trabalho promovido pelo Balcão de Direitos do Trabalho do CPM.

Nessas entrevistas entre os imigrantes e os empregadores sobre como eram as relações no ambiente de trabalho, pode-se perceber que em ambos os casos havia certa desconfiança e apreensão sobre as questões que seriam levantadas pela pesquisadora, de modo que as respostas pareciam engessadas e não representavam de fato o cotidiano. Nas entrelinhas e observações realizadas durante as entrevistas, pode-se perceber certo incômodo, sobretudo por parte dos empregadores entrevistados. Os recortes das entrevistas que chamaram mais a atenção podem ser visualizados abaixo:

(R 028)

si eu veio direto, poque **quando eu cheguei aqui eu traviá no frigolifico, e aí ele trouxe nós de lá... Acle, e depois de um ano fecho, aí no oltro mês eu ploculá oltro selviço e agola eu tenho.** Vai faze quatro mês que eu tá num oltro selviço, num selaria (ES 31, 12 Abril de 2017).

(R029)

eu tenho 4 anos (...), quase 5 anos aqui no Brasil, mas meu tempo todinho passei por lá Porto Velho, entendeu (?). **Como eu tava trabalhando e daí me mandou embora depois acaba a firma di lá fui pro Haiti, depois eu voltei di lá também, daí meu irmão tava fichado aqui na empresa e daí ele arrumo a vaga pra mim, eu vim pra cá.** [...]como a gente tava (...) eu tava precisando, tava desempregado e daí como ele tinha fichado primeiro, ele chegou aqui, primeiramente que eu então (...) ele foi lá no RH, e converso com os pessoal, e como eu trabalho di armador, tinha a vaga di armador, então eu venho indicado (ES 33, 19 Abril de 2017).

(R030)

Para mim eu acha uma coisa que você pode faz uma reunião poque na verdade eu não posso fala di tudo ... tem coisa que vai fica. **Poque não tem nada que fica respondi pra você, que é o que que foi, o que é verdade, poque você está gravando minha voiz.**

Pesquisadora: Como é a relação aqui no seu trabalho com seu chefe? hum... eu não podi responde.

E com seus colegas brasileiros?. eu também não que, não podi responde.... risos.

E lá no seu país, como era, tem diferença? Lá no meu país todo mundo quando trabalha é como uma família, aqui tem que familiarizá pra pode cresce, mas aqui.... risos ... eu não podi responde. (ES 34, 20 Abril de 2017).

(R031)

Optei empregar imigrante porque é uma mão-de-obra abundante aqui em Cuiabá, eles moram próximos da empresa. **Eles também têm disponibilidade para trabalhar em cargos operacionais, coisa que brasileiro não quer. E também claro, custo benefício favorável** (ES 36, 08 de março de 2017).

(R032)

As relação de trabalho é tudo certo, tudo normal! (ES 38, 08 de março de 2017).

(R033)

De forma velada, existe muito preconceito a ser combatido, tanto racial quanto religioso, contudo, são casos isolados (ES 38, 08 de março de 2017).

Nas entrevistas com os imigrantes pode-se perceber que o ambiente de trabalho não é tão amistoso quanto os empregadores afirmam ser. Nos recortes (R032 e R033) que se referem ao mesmo empregador, pode ser constatada essa contradição. Na percepção deste empregador, as relações entre seus funcionários imigrantes e não imigrantes eram normais; no entanto, ele mesmo pontuou a questão do preconceito racial e religioso no ambiente de trabalho. Vale salientar que nesta empresa havia dois imigrantes haitianos trabalhando, sendo que um deles é o imigrante do recorte (R030), indicando, assim, que o perfil dos imigrantes diferia muito dos demais funcionários.

Ao se observar os recortes acima, pode-se inferir que a dificuldade do imigrante com as relações de trabalho inicia-se antes mesmo dele ingressar no emprego, durante o período que está empregado e também quando fica sem trabalho. Algumas empresas trouxeram os imigrantes de Rondônia para trabalharem em Mato Grosso; no entanto, o estabelecimento fechou e eles ficaram desempregados e sem perspectiva, restando a alternativa de retornarem ao seu país, o que implica em novas dívidas. Esses relatos dos imigrantes, de idas e vindas ao país de origem, foram recorrentes nas entrevistas.

A indicação de compatriotas aos postos de emprego, sobretudo de parentes, também foi pontuada em várias entrevistas, até mesmo pelos empregadores, que veem nos imigrantes uma mão de obra oportuna para determinados setores, conforme (R031). As relações interpessoais no trabalho, mesmo com os colegas de trabalho brasileiros e com os superiores,

não pareceu em alguns casos tranquila, pois, como se pode observar no recorte (R030) em que o ambiente de trabalho parece ser opressor a ponto de impedir a entrevistada de falar, haveria restrições e talvez até represálias capazes de influenciar em seu comportamento no ambiente de trabalho. As “relações de exploração econômica” que acometem o trabalhador imigrante, ainda que dentro da legalidade, ou na tensão entre o que a CLT estabelece e o que não prevê, puderam também ser evidenciadas ao longo as entrevistas, tanto nos discursos dos empregadores como dos imigrantes.

Dentre as várias visitas realizadas pela pesquisadora ao CPM durante a elaboração desta tese, uma das mais marcantes ocorreu entre os dias 17 e 21 de setembro de 2018, em que houve a última imersão feita naquele espaço:

(OBS014)

Ao chegar à Instituição na segunda feira dia 17 de setembro de 2018, deparei-me com uma grande quantidade de imigrantes, em sua maioria haitianos, que esperavam o horário de atendimento para solicitar documentação. Cerca de 60 pessoas aguardavam para solicitar agendamento na PF para regularização de situação migratória, solicitação de residência temporária no Brasil, certidões consulares, solicitação de carteira de trabalho e outros tipos de documentos que o CPM ajuda a conseguir. A coordenadora avisou que não conseguiria atender a todos porque o sistema da Polícia Federal (PF) não estava funcionando, o que causou descontentamento e confusão entre os imigrantes que, aos poucos, foram embora. A coordenadora ligou para um dos atendentes da PF, que confirmou a inconsistência do sistema e comunicou que no dia seguinte deveria se normalizar.

Ainda naquela tarde tive a oportunidade de conversar com alguns imigrantes que estavam na casa alojados, que me contaram da dificuldade nos agendamentos dos últimos dias e que o número de imigrantes a solicitar os serviços da pastoral também se intensificou. Naquela semana haviam chegado aproximadamente 80 haitianos em Cáceres, uma cidade fronteira do MT que fica a 200 km de Cuiabá. Alguns destes imigrantes foram recebidos no CPM e, segundo me informaram, ao contrário do que se postula, não eram imigrantes que já tinham passado pelo país, mas sim que chegavam pela primeira vez de outros países da América Latina, sobretudo do Chile e Argentina; alguns seguiriam para outros estados, outros optaram por ficar. O CPM acolheu seis imigrantes deste grupo só na semana em que estive lá.

No dia 18 de setembro de 2018 pela manhã fui até ao CPM e acompanhei a rotina da casa, limpeza, organização dos quartos, preparo do almoço. Acompanhei também como os imigrantes se dispõem a ajudar nos serviços da casa, formando “panelinhas”, ora pela aproximação da língua, pelo compatriotismo, por afinidade. Alguns imigrantes alojados já haviam conseguido trabalho e saíam pela manhã bem cedo, só retornando ao fim do dia. As crianças (05 venezuelanos) foram à escola perto da casa, após o almoço. Observei também que alguns venezuelanos que estavam hospedados na casa estavam pedindo dinheiro no sinal próximo à Pastoral. Eles portavam cartazes identificando-se como venezuelanos, e pediam trabalho e ajuda

financeira. Relataram-me que recebiam ajuda dos brasileiros, mas que também eram insultados por outros brasileiros enquanto se mantinham no sinal.

Também conversei com algumas mães venezuelanas que estavam morando na casa, três delas com crianças de colo. Perguntaram-me como deveriam conseguir creche para seus filhos, e expliquei um pouco como deveriam proceder; informei-as também da dificuldade em se arrumar vagas; fiquei com as crianças (08) e conversei com elas, que tinham entre 5 e 12 anos; eram venezuelanas e haitianas, e me contaram um pouco de onde vinham, como eram suas vidas em seus países, o que me deixou profundamente triste, pois relataram as diversas agressões que tinham sofrido e presenciado até chegar em Cuiabá.

Atualmente o CPM está com um número significativo de venezuelanos na casa de acolhida; a maioria deles vindos a Cuiabá por meio do projeto de interiorização do Governo Federal em parceria com outras instituições, entre abril e setembro de 2018; só pelo projeto já foram acolhidos 143 venezuelanos, e mais imigrantes desse país não param de chegar, também de modo espontâneo, além da nova onda de haitianos vindos do Chile e outros países vizinhos.

(Diário de campo da pesquisadora, 21 de setembro de 2018).

As entrevistas com os imigrantes e com os empregadores realizadas em Mato Grosso, além da problemática do trabalho ou do processo de inserção dessa população no mercado de trabalho brasileiro, seguem de forma semelhante ao processo realizado em São Paulo, acreditando-se, também, que estas mesmas situações se repetem em outras localidades, pois se trata de um fenômeno generalista. No entanto, buscar-se-á, aqui, destacar as perspectivas já mencionadas no MEMO 05 e apresentar a seguir novas ponderações que se fazem emergir das entrevistas, de modo que essas premissas não sejam excludentes entre si, mas se sobreponham uma sobre as outras e tragam novas interfaces para as relações de trabalho.

MEMO 06- Visão dos imigrantes e dos empregadores sobre o trabalho em contexto norte mato-grossense.

Dentre as novas premissas que ecoam dos enunciados dos empregadores e dos imigrantes, podem-se destacar que:

- ✓ Em alguns municípios do estado de Mato Grosso, a exemplo de Sinop e Sorriso, a chegada dos imigrantes ainda causa estranheza nos empregadores;
- ✓ O desconhecimento das migrações contemporâneas é evidenciado em muitas ações que fomentam estereótipos antigos sobre os imigrantes que impedem ou minimizam as chances de contratação;

- ✓ A solidariedade em ajudar os imigrantes por vezes foi evidenciada por razões históricas particulares. Ao se analisar o histórico de vida das pessoas que se mostram mais sensíveis ao fenômeno migratório, percebe-se que este fenômeno em algum momento perpassou sua trajetória familiar. Por exemplo, descendentes de imigrantes, pessoas que já migraram, dentre outras relações afetivas com imigrantes;
- ✓ A crença de que os imigrantes são mais comprometidos com o trabalho foi relatada por quase todos os empregadores;
- ✓ A legalização da contratação é buscada posteriormente ao acordo de trabalho;
- ✓ A influência das redes migratórias no processo de inserção laboral dos imigrantes;
- ✓ A indicação de compatriotas para ocupar novos postos de trabalho foi relatada por imigrantes e empregadores;
- ✓ A falta de experiência profissional dos imigrantes vista como característica positiva pelo empregado, já que ele não apresenta vícios de experiências posteriores. Desta forma, o empregador pode desenvolver no empregado, as habilidades que julga necessário.
- ✓ A adaptação do imigrante condicionada à permanência no emprego e ao crescimento profissional;
- ✓ O medo velado ou até explícito do imigrante de perder o emprego;
- ✓ Imigrantes percebem que aceitar as regras do trabalho e relacionar-se bem com o empregador é a melhor garantia de manter o emprego;
- ✓ O imigrante visto como arrimo migratório, no sentido de ser aquele membro da família considerado mais forte para sair e garantir a sobrevivência de quem ficou no país de origem;
- ✓ A interação com os brasileiros no ambiente de trabalho é relatada pelos imigrantes como positiva;
- ✓ As diferenças culturais provocam estranhamento no ambiente de trabalho;
- ✓ As associações de imigrantes como redes que fortalecem a união e os integram no contexto social, dentre eles, o de trabalho.
- ✓ Exploração de mão de obra de imigrantes, ainda que velada.
- ✓ Assujeitamento dos imigrantes a condições mais precárias de trabalho (menores salários, jornadas mais longas, sem descanso remunerado, sem horas extras, dentre outras);
- ✓ Empregadores procuram ofertas vagas específicas para uma determinada nacionalidade, em detrimento de outra;
- ✓ Formação de guetos por compatriotas, tanto venezuelanos quanto haitianos;
- ✓ Sentimento de rivalidade entre os imigrantes há mais tempo no Brasil e os recém-chegados, motivadas pelas preferências dos empregadores na oferta de trabalho.

Ao se observar as entrevistas realizadas até o presente momento da pesquisa, o que chama a atenção cada vez mais é a afinidade das relações de trabalho com as relações de poder que envolvem o sujeito imigrante e os outros atores inerentes a essa interação social. No intuito de aprofundar esse olhar analítico, a pesquisa centrar-se-á, a partir deste momento,

na compreensão das relações de poder que moldam as relações de trabalho, tendo como foco os imigrantes.

5.2 Imigrações *versus* relações de trabalho *versus* relações de poder

Dentro das ciências sociais, um dos papéis da administração, por vezes, é observar aspectos da vida privada, frequentemente das organizações e de seus indivíduos. As relações que se constroem no trabalho podem ser vislumbradas também pelo viés dos indivíduos pertencentes a estas organizações. Neste sentido, as relações de trabalho podem ser discutidas a partir das mais variadas perspectivas, como a da imigração, a qual apresenta diferentes concepções de acordo com seus atores sociais.

O estudo das relações de trabalho envolve, a priori, três atores sociais coletivos: os empregados, os empregadores e o governo; este último, na figura de seus diversos agentes, bem como via instrumentos regulatórios, instituições sindicais e outras organizações sociais de caráter representativo do coletivo, como associação de imigrantes, por exemplo, que visam sustentar as relações sociais entre esses atores.

Essas relações também podem ser desenvolvidas em diferentes níveis da esfera social, do macro ao micro (Melo e Carvalho Neto, 1998; Carvalho Neto, 2001; Carvalho Neto, 2012). Este estudo tem como escopo a reflexão sobre as relações de trabalho por compreender que elas promovem a interação entre os atores ora mencionados e, a partir dessa interação, pode-se então observar as relações que se estabelecem entre empregadores e imigrantes no estado de Mato Grosso, tendo como recorte a região da capital do Estado, Cuiabá. Configura-se, assim, um estudo sobre as relações de trabalho em nível meso, uma vez que se pré-determina toda uma região em que se observam os fenômenos.

Os atores das RTs se relacionam em meio a um mesmo contexto social; no entanto, compreendem esse espaço de modo diferente, o que pode causar conflitos ou convergência de interesses. Assim as RTs se estabelecem a partir da inter-relação entre os atores sociais, cujas ações e condutas são pautadas pelas regras; entretanto situações conflituosas podem ocorrer. O conflito de interesses pode ser intensificado quando uma das partes acredita que pode se sobressair sobre outra; neste momento, as relações de poder se manifestam também nas relações de trabalho e apresentam seu caráter assimétrico (Dunlop, 1993).

No entanto, uma vez empregados na estrutura formal, os trabalhadores imigrantes adquirem os mesmos direitos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que tem os demais trabalhadores brasileiros, direitos asseverados também pela nova Lei de

Migração (Lei 13.445/2017). Desta forma, os imigrantes podem representar e serem representados perante as instituições reguladoras do mercado de trabalho e/ou sindicais.

Quando se menciona o processo migratório deve-se levar em conta uma série de questões. Dentre elas, não apenas os fatores em si que motivam os imigrantes a deixarem seu país, mas também as condições sociais, culturais e subjetivas tanto daquele que “recebe” quanto daquele que “envia” seu povo. Sendo assim, o processo migratório deve ser compreendido a partir dos processos de mudanças conjunturais dos dois países envolvidos (Moraes, Andrade e Mattos, 2013).

Para Moraes, Andrade e Mattos (2013), uma das principais molas propulsoras do processo de migração são as desigualdades econômicas regionais. Isso pode demonstrar o quanto o processo de migração pode ser complexo, uma vez que a maioria dos países, a exemplo do Brasil, não tem recursos socioeconômicos para suprir as demandas dessas pessoas (Thomaz, 2013; Zeni e Filippim, 2014). Fato é que, mesmo sem condições econômico-financeiras e infraestruturas básicas, o Brasil recebeu milhares de imigrantes nos últimos anos, e ainda hoje recebe, em menor proporção, imigrantes que adentram em suas fronteiras. Muitos deles ainda não são documentados e apresentam situações migratórias diversas, necessitando de diferentes tipos de auxílio de ordem social, econômica e cultural (Thomaz, 2013).

Estudos anteriores à aprovação da Lei da Migração, como o de Pacífico e Pinheiro (2013), discutem sobre a imigração haitiana em direção a terras brasileiras sob a ótica das políticas públicas que o Brasil elaborou em razão desse movimento. Segundo esse trabalho, o *status* dos imigrantes haitianos era de deslocados ambientais, já que na época do estudo eles não eram amparados pelas leis nacionais. Ainda em 2013 os autores concluem a pesquisa, sinalizando a importância de se desenvolver leis que regulamentassem a entrada e permanência dessas pessoas aqui, incorporando-as ao sistema social brasileiro. Eles também apontaram ser necessário ampliar o regime de refúgio ou desenvolver um sistema de proteção específico para os deslocados ambientais (Pacífico, Pinheiro, 2013). Anterior à Lei da Migração, que só veio ser sancionada em 2017, algumas tentativas de resolução do problema, mesmo que de modo incipiente, foram tomadas pelo governo, como por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Imigração – CNIg. No entanto, a nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017) se configura atualmente como uma resposta que tenta auxiliar legalmente essa população.

A Lei 13.445/2017 é fruto de uma construção e pressão social, fomentada pela sociedade civil organizada, ou seja, por instituições que trabalham e acolhem migrantes e outras frentes de movimentos sociais populares que apoiam a causa. Essa Lei prevê regulamentação dos direitos e deveres do migrante no país, determina regras para a entrada e a permanência de estrangeiros, além de impor normas de proteção aos brasileiros que estejam no exterior. Ela foi criada com o objetivo de substituir o Estatuto do Estrangeiro, oriundo da época da ditadura militar, mas que ainda vigorava atualmente e percebia os imigrantes como ameaça à nação. A criação da Lei de migração, ainda que tenha sofrido cortes severos em seu texto original, pode ser considerada como um avanço em relação ao antigo Estatuto do Estrangeiro, mas que ainda carece de regras mais claras para sua regulamentação, o que não tem sido facilitado pelo Governo.

Outra questão que merece atenção, neste mesmo sentido, são as políticas públicas mais incisivas de inserção social dos imigrantes, as quais pretendem articular e criar propostas que possam otimizar as demandas que se originam a partir desse movimento demográfico (Thomaz, 2013; Pacífico & Pinheiro, 2013; Zeni & Filippim, 2014; Pellizari & Mazaro, 2017).

Ao tomar ciência da dinâmica da imigração no Brasil, pode-se perceber que os conflitos sociais serão eminentes, seja pelo aparente despreparo das instancias federais, estaduais ou mesmo regionais para receber os imigrantes, ou pela falta de infraestrutura econômica, social e política nestes mesmos escopos. (Pacífico & Pinheiro, 2013; Zeni & Filippim, 2014; Pellizari & Mazaro, 2017).

Dentre os desdobramentos sociais oriundos do contexto imigratório citados nos estudos de Pimentel e Cotinguiba (2014a, 2014b), podem-se perceber aqueles relativos às relações de trabalho e situações que envolvem a empregabilidade desses imigrantes nas regiões pesquisadas. Nesse sentido, as características das relações de trabalho e dos atores sociais devem ser consideradas na tentativa de melhor compreender suas dinâmicas de funcionamento, na medida em que podem estar relacionadas diretamente com o processo de inserção social desses imigrantes em determinadas regiões.

Uma pesquisa realizada recentemente com gestores de RH na região metropolitana de São Paulo aponta que mais de 90% dos 386 entrevistados afirmam não dominar os procedimentos para a contratação de migrantes e refugiados, além de demonstrar confundirem a condição de refugiado com a de imigrante empobrecido. Outro dado interessante é que mais de 47% dos profissionais de RH dizem evitar a contratação de imigrantes e refugiados por

medo de auditorias do ministério do trabalho. A pesquisa também revelou certas características e comportamentos estereotipados que os gestores de RH associavam aos indivíduos oriundos de outros países. As características de força física foram mais associadas aos imigrantes do continente africano (74,5%), ao passo que a capacidade de gestão foi reconhecida a estes estrangeiros em apenas 10,5% dos respondentes. Já os imigrantes europeus foram mais associados à capacidade de gestão (49,3%) pelos participantes, conforme Carvalho (2018). As questões levantadas pela pesquisa de Carvalho (2018) chamam a atenção para alguns aspectos da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, como o elevado grau de desconhecimento de gestores de RH e recrutadores sobre esse processo, além da presença de preconceitos em relação aos imigrantes e refugiados, o que tenciona ainda mais o processo de inserção laboral desta população.

Em função da conjuntura socioeconômica desfavorável por que passa o país - Cuiabá não fica imune -, uma série de discussões e até alguns conflitos sociais de ordem local mostram o aparente despreparo da sociedade organizada local e dos órgãos de governo para lidar com tal situação, que implica em estabelecer relações com uma alteridade cultural. A infraestrutura da capital não consegue atender as demandas básicas desses imigrantes por emprego, educação, moradia e saúde. No entanto, a prefeitura sabe informar a quantidade de estrangeiros que chegam, desenvolvendo projetos que visam sua integração, juntamente com entidades filantrópicas, ONGs, universidades, empresas locais, oferecendo, na medida do possível, cursos de língua portuguesa, cursos profissionalizantes e outros, a fim de inseri-los no mercado de trabalho. A Igreja Católica também tem se mobilizado neste sentido.

As empresas de serviços e o comércio em geral tentam se mobilizar para absorver esse novo contingente, embora as oportunidades de emprego formal tenham diminuído muito desde 2016, fenômeno que se pode constatar nos grandes centros como São Paulo e em regiões do interior como a capital Cuiabá-MT. Assim, é comum ver imigrantes trabalhando nas empresas locais e cada vez mais na informalidade (camelôs, construção civil, em barracas de feiras livre, dentre outros). Essas questões poderão contribuir para o entendimento das novas formas de trabalho, diferentes daquelas caracterizadas pelo *empowerment* dos trabalhadores que integram equipes polivalentes e altamente qualificadas, mas caracterizadas pelo trabalho mal remunerado (Locke, 1999; Rodrigues, 2014) e até análogo ao trabalho escravo contemporâneo (Mascarenhas, Dias & Baptista, 2015).

Um estudo recente da OIT, promovido em parceria com pesquisadores da Unicamp e da PUC – Minas, trouxe contribuições interessantes sobre a situação laboral dos migrantes, mostrando

que transitam entre a formalidade e informalidade. A pesquisa foi realizada no estado de São Paulo e aponta, em linhas gerais, que as condições de trabalho dos migrantes ainda se mostram precárias em relação aos demais trabalhadores brasileiros, tanto no mercado formal quanto no informal. Com o estudo pode-se ainda auferir outras considerações, como as que seguem abaixo:

É preciso identificar as relações sociais e de poder nos nichos étnicos para romper com as formas precárias de trabalho. Se, de um lado, o nicho étnico traz uma forte solidariedade étnica, por outro lado, traz a conformação de pouco contato com a população brasileira. **Isto reforça as relações de poder no grupo étnico, ampliando a informalidade no mercado de trabalho.** Portanto, é a partir da permeabilidade das fronteiras do nicho étnico que será possível a migrantes terem acesso a informações sobre diferentes setores da economia brasileira e sua oportunidade de inserção laboral (OIT, 2017, p. 21 – 22).

Ao pesquisarem sobre as relações de trabalho que envolve os migrantes, os pesquisadores puderam constatar outros tipos de relações sociais, como, por exemplo, as relações de poder atreladas diretamente aos nichos étnicos; porém, acredita-se que possam também ocorrer de modo mais ou menos sutil entre os demais atores sociais das RTs que envolvem migrantes.

Dentre os conflitos existentes, aqueles que envolvem as relações de trabalho e os imigrantes merecem destaque, uma vez que têm impacto não apenas na vida dos recém-chegados, mas também da sociedade local e do governo. Com base no contexto ora mencionado, as relações de trabalho que envolvem os imigrantes apresentam aspectos sociais e individuais relevantes, sejam eles positivos ou negativos (Prado & Coelho, 2015).

É notório que a assistência social promovida pela iniciativa pública aos imigrantes mostra-se insuficiente. Conflitos sociais que envolvem moradores locais e imigrantes já podem ser sentidos, sobretudo nos bairros em que há maior concentração dessa população (Cotinguiba, Pimentel, 2012; Moraes, Andrade, Mattos, 2013). A necessidade de interação social dos imigrantes, por vezes, esbarram no preconceito, estereótipos e na falta de conhecimento dos nacionais em relação aos imigrantes. Isso pode ser percebido nas relações sociais de modo geral e também nas relações de trabalho em que os imigrantes figuram como atores.

Ao se deparar com as diferentes situações das relações de trabalho que envolvem imigrantes e empregadores através das sucessivas imersões no campo em que se situam esses atores sociais, uma nova questão passa a chamar atenção: as relações de poder exercidas pelo e sobre os atores nas relações de trabalho. Deste modo, esse enfoque passa a direcionar as próximas imersões e trazer novos *insights* à pesquisa, promovendo novas conexões e análises de dados.

Assim, as relações de poder, inicialmente, não configuravam parte do fenômeno que se pretendia observar. Em verdade, elas sequer foram pensadas naquela etapa; porém, de acordo com o método da *Grounded Theory*, delimitado para esta tese, à medida em que a pesquisa foi sendo aprofundada por meio das imersões no campo e realizadas observações mais minuciosas, essas relações de poder passaram a chamar atenção, e sua recorrência passou então a nortear novo aporte teórico e os processos de análise, coleta e refinamento de dados.

As relações de trabalho podem também expressar situações de exploração econômica do trabalho, ainda que isso seja vetado pela legislação brasileira. No entanto, sabe-se que explorações desta ordem são praticadas e que a vulnerabilidade do trabalhador impacta nestas condições (Colombro, 2015). Deste modo, imersas nas relações de trabalho, as relações de poder podem ir além das simples relações de exploração econômica do trabalho, o que possibilita que sejam pensadas na perspectiva de poder pautada pelos preceitos de Michel Foucault, conforme pontuado no estudo de Silveira (2005).

A partir do enfoque sobre as relações de poder demandados pelo mergulho no campo, a busca por compreender como os atores sociais se comportam diante dessas dinâmicas passa a incorporar e sinaliza a necessidade de se reconfigurar os objetivos inicialmente previstos da tese. Desta forma, a discussão propõe uma reflexão em torno das relações de trabalho, por compreender que elas promovem a interação entre os atores sociais envolvidos e que, a partir dessa interação, podem-se observar as relações de poder que ali se estabelecem. Assim, busca-se apresentar e analisar as relações de poder estabelecidas pelos atores sociais nas relações de trabalho pela perspectiva foucaultiana, com o intuito de compreender os mecanismos de funcionamento do poder e o modo como as ações desses sujeitos o exercem nas relações de trabalho.

Deste modo, as delimitações do objeto de estudo justificam-se no sentido de apresentar as relações de trabalho às quais os imigrantes estão submetidos, bem como as relações de poder que se travam entre os atores sociais envolvidos, considerando-se as premissas do Modelo Dunlopiano de Relações de Trabalho em que os atores sociais não possuem poder de barganha simétrico (Melo, Carvalho Neto, 1998; Carvalho Neto, 2001). Desta forma, as relações de poder incorporadas nas relações de trabalho são “(des)equilibradas”, na medida em que os atores sociais ocupam diferentes posições e pesos nesse jogo social. Compreender essas dinâmicas e o modo como elas se inserem no contexto observado, a fim de se conseguir analisar as características das relações de poder entre os trabalhadores imigrantes e os empregadores locais, além

daqueles que intermediam essas relações, como os agentes governamentais, parece mostrarem-se alternativas consideráveis e que justificam esforços para mover este estudo.

Diante deste contexto, mostra-se oportuno o desenvolvimento de estudos que ousem abordar os aspectos das relações de trabalho, bem como as relações de poder que busquem estabelecer relações com diferentes atores sociais situados relativamente às margens da sociedade brasileira, mas também “pertencentes” a ela, até mesmo no intuito de se quebrar estereótipos. Observar as relações de poder presentes nas relações de trabalho que envolvem os imigrantes da região pode contribuir para um maior entendimento das questões sociais, políticas, e culturais, além de suscitar novas possibilidades e propostas para que a maneira de se relacionar com esses grupos seja repensada socialmente, o que poderia contribuir, também, para o desenvolvimento social local e novas configurações de relações de trabalho, menos conflituosas e, quiçá, relações de poder menos assimétricas entre os atores sociais.

6. As relações de poder entre os atores sociais coletivos das Relações de Trabalho

Ao iniciar esta pesquisa, com o intuito de compreender um pouco melhor as dinâmicas da imigração contemporânea no Brasil, percebeu-se a necessidade de um olhar mais específico sobre as relações de trabalho que envolvem os imigrantes, devido ao fato de se considerar que o trabalho é um elemento marcante na mobilidade humana.

Ao entrar na seara das relações de trabalho em que se inserem os atores sociais imigrantes, novos conceitos inerentes a essas relações começaram a se tornar recorrentes na medida em que a pesquisa avançava. Os últimos mergulhos no campo tornaram evidente a presença das relações de poder nessas relações de trabalho, trazendo a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre o que seria poder e suas características de acordo com a visão do filósofo francês Michel Foucault. Este filósofo foi escolhido para essa pesquisa justamente porque se percebeu que a noção tradicional de poder como uma força unilateral que se exerce sobre dominados indefesos seria muito simplista e não daria conta da complexidade do fenômeno percebido nas relações sociais e de trabalho. Ou seja, a ideia de que o poder seria um jogo de ações e de resistências de caráter multivetorial exercido nos embates das relações sociais por vários e diferentes atores, sem se deixar apreender por um único detentor ou instituição, parece refletir melhor a realidade das relações de trabalho que se pretende aqui analisar.

6.1 As relações de poder: perspectiva de Michel Foucault – III Aporte teórico

Neste instante, faz-se necessário abordar a obra de Michel Foucault em seus três momentos: arqueologia, genealogia e ética, que não são estanques e até mesmo comunicar-se-iam entre si. Ou seja, o teórico não faz rompimentos bruscos e nem divisões rígidas entre cada etapa (Silveira, 2005; Veiga-Neto, 2007). Nesse sentido, na arqueologia Foucault analisa as práticas discursivas de certos domínios do saber, tais como da psiquiatria, da medicina e das ciências humanas. Esses estudos estão presentes principalmente nas obras intituladas *O nascimento da clínica* (1977), *A arqueologia do saber* (1979), e *As palavras e as coisas* (1979). Importante observar que o teórico não teve intenção de atestar a veracidade ou não dos ensinamentos dessas áreas do conhecimento. Seu intuito então foi “tratar sobre o que foi dito por estas *ciências* como *discursos-objeto*, buscando clarificar quais são as regras que regem os discursos científicos. Assim, a arqueologia é o método próprio à análise da

discursividade” (Silveira, 2005, p. 42). Nesse processo, Foucault vai encaminhando-se para uma análise dos saberes, mas sem romper radicalmente com a arqueologia (Silveira, 2005).

Na obra *A ordem do discurso*, o teórico já aponta para uma transição da arqueologia para a genealogia, enfatizando a necessidade de uma mudança metodológica para sua investigação. Foucault aponta, inclusive, para o fato de ambas serem complementares metodologicamente, pois a arqueologia seria o método mais afeito à análise das discursividades locais, e a genealogia, a partir dessas discursividades locais, “coloca os saberes em jogo, liberados da sujeição que surgem delas” (Foucault, 2005, p. 17). Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a genealogia examina o processo da teia discursiva, enquanto que a arqueologia realiza um recorte, analisando um determinado momento traduzido por uma produção discursiva. Nesse sentido, “ao invés de separação entre elas, o que se observa claramente é uma sucessiva incorporação de uma pela outra, num alargamento de problematizações e respectivas maneiras de trabalhá-las” (Veiga-Neto, 2007, p. 38).

Veiga-Neto (2007) enfatiza que a classificação da obra de Michel Foucault combina critérios metodológicos e também cronológicos. Salaria que, como qualquer classificação, há inconsistências, de modo que isso implica em ganhos em termos didáticos, porém em perda em rigor. Costumeiramente, ouve-se mencionar sobre os três momentos, fases ou ainda etapas de Foucault, no que se refere aos critérios metodológicos: Arqueologia, genealogia e ética. Deleuze (1991) atesta que, em cada uma destas fases, Foucault se ateu à tentativa de responder a questões salutareis, tais como: o ‘que posso saber?’, o ‘que posso fazer?’ e ‘quem sou eu?’; esses questionamentos são considerados referentes à arqueologia, genealogia e ética, respectivamente.

Veiga-Neto (2007) compila a tripartição proposta por Morey (1991), conforme Quadro 06, e a entende como uma saída satisfatória diante da periodização convencional atribuída à obra do filósofo. Veiga-Neto (2007) prefere apontar para os três eixos tidos como domínios foucaultianos que movimentam a obra do pensador, sendo eles: ser-saber, ser-poder e ser-consigo.

Foucault parte, então, do conceito de genealogia de Nietzsche para investigar “as relações entre verdade, teoria, valores e instituições e também as práticas sociais nas quais tais relações emergiam” (Silveira, 2005, p. 42). O filósofo não mais se preocupa apenas em analisar o funcionamento do discurso que constitui certos saberes, mas também as relações estabelecidas socialmente capazes de produzir verdades, saberes e instituições, deparando-se,

enfim, com a questão do poder, sem se referir a um sujeito dono de seu discurso, senhor de si e do saber como preconizava o sujeito cartesiano.

Quadro 06 – Os três Foucault- critérios ontológicos de Morey (1991)

Domínio Ser- saber	Domínio Ser-poder	Domínio Ser-consigo
Como nos tornamos o que somos, como sujeitos...		
Sujeitos de conhecimento	Sujeitos de ação	Sujeitos constituídos pela moral
HS- <i>História da Loucura</i>	HL- <i>História da Loucura</i>	HL- <i>História da Loucura</i>
NC- <i>O nascimento da Clínica</i>	VP- <i>Vigiar e Punir</i>	HSVS- <i>A vontade de saber</i>
PC- <i>As palavras e as Coisas</i>	OD- <i>A ordem do discurso</i>	HSUP- <i>O uso dos Prazeres</i>
AS- <i>Arqueologia do Saber</i>		HSCS- <i>O cuidado de Si</i>

Fonte: Adaptado de Morey (1991) e de Veiga-Neto (2007).

Niezsche (2008), em *Genealogia da moral*, já combatera a ideia de um *homo sapiens* detentor e criador da ciência e do conhecimento como se fosse um deus. Ao dessubstancializar a verdade, o filósofo aponta para a condição arbitrária e artificial das verdades, pois seriam construtos de linguagem que não existiriam em si e nem conteriam essência alguma, atendendo, assim, a objetivos bem humanos e mundanos, como os de dominação.

Essa questão abre caminho para que Foucault trabalhe a noção de poder, que se encontra principalmente nas obras intituladas *Vigiar e punir* (1987), *A história da sexualidade: a vontade de saber* (1988), *Microfísica do poder* (1979) e *A verdade e as formas jurídicas* (1999). Nessas obras, fica claro que o poder não está presente em um único ator social ou instituição, e sim em um conjunto de forças que atravessa as relações sociais ao mesmo tempo em que é produzida por elas. Ao contrário da noção de poder tradicional que pressupõe um detentor do poder (o Estado, por exemplo) que o exerce contra subjugados desprovidos desse mesmo poder, Foucault constrói a ideia de um poder multivetorial que é exercido por vários atores sociais, instituições e organizações, implicando sempre em jogo de forças e resistências. Nesse sentido, o poder seria semelhante a uma rede de pesca (Silveira,

2005) em que os nós seriam atravessados por vários fios; porém, esses fios seriam instáveis e não fixos, movendo-se de acordo com o cenário do jogo social. Ou seja, toda relação de poder contida nas relações sociais implica em ações (que já foram determinadas por relações de poder anteriores a elas) que resultam em reações (obediência ou não; resistência ou não) que, por sua vez, podem ter desdobramentos imprevisíveis naqueles atores que praticaram as ações primeiras, com possibilidade de envolver, inclusive, outros atores e instituições não previstos anteriormente por nenhum deles. Consequentemente, nova cadeia de ações baseadas nas anteriores pode ser desencadeada, e assim sucessivamente. Em *Vigiar e punir*, Foucault afirma que:

Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que “não tem”; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que eles os alcança. O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade do mecanismo e de modalidade (Foucault, 2001, p. 26-27).

Nesse sentido, Foucault aponta para o caráter volátil e instável do poder em funcionamento nas relações e instituições sociais, inclusive nos presídios, que é o foco desta obra. Ao observar diferentes tipos de instituições, tais como as prisões, os hospitais, as escolas, as fábricas, dentre outras, o teórico francês considerou que ambas apresentavam uma dinâmica funcional muito semelhante àquela praticada pelo modelo do panóptico, conforme postulado por Bentham (2000). Neste modelo, instaura-se um sistema de vigilância que rompe com a relação direta entre “ver e ser visto”, de modo que alguém possa sempre ser observado sem saber quem o vigia. Para Foucault, essa dinâmica do modelo panóptico mostra-se uma forma de se exercer o poder, na medida em que cada preso, paciente, aluno ou trabalhador é observado. Assim, “o formato panóptico de exercer o poder prescreve a cada um seu lugar. Um poder onipresente e onisciente subdivide e distribui cada um de acordo com o que lhe pertence, suas capacidades, sua história, sua origem” (Trindade, 2014, p.02). Neste sentido o poder panóptico, por meio da visibilidade que impõe ao sujeito, configura-se como uma armadilha para si.

Inapreensível de modo efetivo, o poder pode ser compreendido como algo que só existe nas relações sociais como produto de embates que influencia e, ao mesmo tempo, é

influenciado, determinando, assim, as ações e dizeres dos sujeitos e instituições via discurso. Para o teórico, o poder não está naquele que exerce uma violência física, e sim naquele que altera a conduta de outro(s) através do discurso. Por sua vez esse ator pode sofrer a ação e conseqüentemente a influência de outros atores e instituições, via discurso. Ou seja, é no discurso produzido nas relações sociais que as relações de poder são criadas.

Em outro momento de seu trabalho intelectual, Foucault vai priorizar a ética e o sujeito em suas pesquisas: “estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito” (Foucault, 1995, p. 11). Principalmente nas obras *História da sexualidade: o uso dos prazeres* (2003) e *História da sexualidade: o cuidado de si* (2002), o teórico tratará da questão da constituição do sujeito, tendo como referência uma ética de si que se realiza na forma particular como cada sujeito “se constrói” (ou é construído) nos contextos variados das relações de poder. Sujeito e poder apresentam íntima relação, pois os modos de subjetivação ocorrem justamente porque os sujeitos reagem ao poder, moldando não apenas seus próprios comportamentos e dizeres, mas também suas verdades, sua ética e moral de forma mais ou menos padronizada, de acordo com o grau de autonomia de cada sujeito nesse processo inserido na grande cadeia simbólica, que é a própria cultura. Determinadas práticas com o corpo, por exemplo, proibidas ou não, são concebidas, introjetadas e até mesmo modificadas pelos sujeitos ao longo do tempo, condicionando, em maior ou menor grau, os comportamentos e práticas em relação ao corpo. Ou seja, o sujeito se torna como tal pelos modos de transformação, investigação e pelas práticas que aplica a si próprio e aos outros, criando, assim, os modos de subjetivação. Segundo o autor, as fases anteriores de seu percurso teórico influenciaram nesta posterior que trata do sujeito e sua ética:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos (Foucault, 1995, p. 231).

Nesta fase, Foucault trata dos modos de subjetivação (ética) que se constroem via discurso (arqueologia) através de um conjunto incessante de relações de poder (genealogia) que permeiam todo o funcionamento das sociedades. Neste ponto, após esse breve resumo do percurso teórico de Foucault, pretende-se adentrar efetivamente nas questões sobre o poder. Nesse sentido, o conceito de poder faz-se necessário para o início desta discussão. Para Foucault,

[...] o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional de poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, do outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder (Machado, 2005, p. XIV).

Foucault (2005) sinaliza que o poder não se centra ou é inerente a um único sujeito ou instituição. O poder deve ser compreendido em meio às relações que se estabelecem entre os sujeitos ou entidades e pela ação, ou seja, interação entre dois ou mais atores sociais. Foucault ainda acrescenta um elemento que caracteriza sua concepção de poder: “onde há poder há resistência; não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (Foucault, 2005, p. XIV). Assim, não haveria relação de poder se não existisse ao menos um ponto de resistência, e é justamente neste ponto de resistência que o poder mostra sua força, ainda que neste jogo essas forças estejam implícitas. O teórico considera ainda que “o poder está em toda parte” (Foucault, 2005, p. 89). Essa concepção destoa da visão tradicional sobre poder, entendida como uma força exercida unilateralmente do mais forte sobre o mais fraco, e também como a representação de algo negativo (Guirado, 2009).

Para compreender a noção de poder preconizado por Foucault, é preciso que se tenha uma pré-disposição para um novo olhar em relação ao termo, o que requer “pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei” (Foucault, 2005, p. 87). Para o filósofo, o poder se constitui no espaço social como forma de os sujeitos interagirem, influenciando-se mutuamente via discurso. Assim, é necessário compreender que o poder está vinculado aos atores sociais e às ações que eles desenvolvem entre si (Foucault, 2005). O exercício do poder não se dá apenas pela relação entre os sujeitos, mas “no modo de ação de uns sobre outros” (Foucault, 1983, p. 242).

Veiga-Neto pontua sobre o deslocamento da noção de poder, de objeto para a relação entre objetos. “Foucault prefere não centrar a discussão sobre ‘o que é poder’, mas sobre ‘como ele funciona’, ‘como age o poder’, o que equivale a dizer que a questão não é ir atrás de um princípio fundamental e geral em que se assentaria o poder, mas examinar os agenciamentos em que se cruzam as práticas” (Veiga-Neto, 2008, p. 24)

Neste sentido, o poder é pensado como uma forma de interação entre os sujeitos e suas ações implicam em resultados que são frutos das influências entre os sujeitos em uma via de mão não única. Para o teórico, o poder possui um caráter multivetorial, pois vai além do

simples exercício dos dominantes sobre os dominados. Em uma organização, por exemplo, os empregados podem exercer relação de poder sobre os empregadores na medida em que podem recorrer às leis trabalhistas, sindicatos ou outros órgãos que os defendem, influenciando o modo de agir e operar de um empregador. Por outro lado, o empregado sabe que deve cumprir determinadas regras e normas estabelecidas pelas relações sociais de trabalho, sob pena de ser demitido, ou seja, deve apresentar determinado comportamento desejável pelo empregador. Isso é relação de poder que se dá na instância do discurso produzido nestas relações sociais de trabalho, de modo a condicionar e, no limite, até mesmo determinar o comportamento do empregador e do empregado.

Nesta perspectiva, aquele que sofre a ação do poder nem sempre poderia ser classificado como dominado (Foucault, 2005). O poder configurado como exercício de autoridade, ou ainda, como mecanismo disciplinar é confrontado pelo sujeito, e seu funcionamento se dá por meio de dispositivos que ora o aproximam ora o afastam de si, quando percebem sua liberdade limitada (Gois & Crubellate, 2014). Neste contexto, Foucault (2005) analisa a dinâmica do poder por uma ótica microscópica. Em uma de suas obras, intitulada *Microfísica do Poder*, ele tece relações entre o poder e o Estado, sua inter-relação com o corpo, a disciplina, a vigilância e delineamento da verdade, ainda que provisória, por meio dos saberes. Foucault aborda nessa obra não somente o poder em si, mas também, e sobretudo, o que está atrelado a ele. Tratam-se dos micro poderes, sua circulação, seu funcionamento e ação em cadeia, apresentando a relação dos poderes periféricos em suas dinâmicas, atreladas ou não ao Estado, onde o exercício do poder não se mostra unilateral e nem mesmo contínuo. O teórico afirma ainda que o poder não se apresenta concentrado em nenhum ponto específico da estrutura social, ligado a um corpo ou instituição. Nesta concepção não há separação entre aqueles que detêm o poder e os que são assujeitados a ele, uma vez que não é uma propriedade ou algo que se possa ter. Pode-se então constatar que, no entendimento de Foucault, o poder em si não existe, uma vez que não se pode categorizá-lo. O que o autor aborda e que pode ser observado são práticas de poder, moldadas por relações de poder, das quais, segundo ele, ninguém escapa ou está imune no terreno social (Foucault, 2005).

Outra questão pontuada por Foucault (2005) e diretamente ligada ao poder é a questão da resistência. Para que haja o poder é preciso que exista ao menos um ponto de resistência na estrutura social, podendo ele ser móvel e transitório. No texto de “*Microfísica do Poder*” há duas concepções de poder: uma mais positiva, em que se vincula a íntima relação entre o

Estado e o poder. Nela o Estado funcionaria como um aparelho repressivo de dominação, ao passo que, na concepção mais positiva, o poder direcionaria a vontade e os desejos dos sujeitos. Assim, o poder atinge a realidade concreta desses indivíduos, inclusive os corpos. A expressão mais concreta desse poder sobre o corpo pode ser representada pelo controle dos gestos, comportamentos, modos de ação e discursos (Foucault, 2005).

A relação que Foucault estabelece entre poder disciplinar e dominação perpassa pelo controle dos corpos, uma vez que é por meio deles que as ações são desenvolvidas socialmente. O corpo se transforma em força de trabalho por meio do sistema político de dominação que, para tentar adestrá-lo, utiliza-o como força máxima de trabalho, minimizando, deste modo, sua resistência, capacidade de confronto e luta. Trata-se de tornar então os corpos “dóceis” (Foucault, 2001).

Neste processo de docilização dos corpos, a disciplina figura em diferentes fases, desde a sistematização e organização do espaço, controle do tempo, vigilância contínua e registro de conhecimentos e saberes. Ao se aplicar essas técnicas, o poder instaura seu olhar de modo que nada e ninguém escapem de sua vigilância; a individualidade do sujeito passa a ser objeto desse olhar (Foucault, 2005).

O exercício do poder para Foucault não priva o sujeito de sua liberdade de escolha, mas a confronta com diferentes possibilidades de ação. Magalhães pondera que “um aspecto negligenciado de Foucault é a visão de que o poder não é apenas uma estratégia descendente” (Magalhães, 2005, p. 7). O poder para Foucault se dá de modo ascendente e descendente, se dá de forma dialética e também de modo multivetorial, e o fato de incidir resistência não implica necessariamente em assujeitamento pleno dos indivíduos, como postulado por alguns teóricos do discurso, que inclusive se utilizam de seus pressupostos teóricos (Fairclough, 2001; Martinez, 2012). Assim, chama-se atenção ao caráter multivetorial de seu entendimento de poder que não se restringe à unilateralidade de uma única força exercida:

Dizendo poder, não quero significar ‘o poder’, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição, que, por ocasião à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro (Foucault, 2005, p. 88).

No entendimento de Guirado (2009), o poder, na visão de Foucault, estaria “além e aquém do Estado e da lei” (p. 71), não se resumindo à aplicação ou sujeição a uma determinada regra, nem tampouco às instituições ou aparelhos ideológicos, ou seja, o poder

não seria privilégio do Estado e nem de atores tidos como “empoderados”, pois esses mesmos atores ou instituições sofrem reações e resistências ao poder que exercem. É nesse jogo social sistêmico de ação e reação que se dão as relações de poder, envolvendo uma multiplicidade de vetores e atores:

(...) se deve compreender poder, primeiro, como a multiplicidade de correlação de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 2005, p. 88-89).

Para o autor, o poder representa uma conexão de forças exercidas de forma não rígida que não está preso a uma instituição ou estrutura, ou seja, o poder acontece durante os embates ocorridos nas relações sociais, caracterizando-se, assim, como ação e reação, força e resistência (Guirado, 2009). Desta forma entendido, o poder se manifesta como parte integrante de todo tipo de relação social, desde as relações pessoais até relações de trabalho.

Nesse sentido, Foucault entende as relações de poder como “um modo de ação que não age diretamente e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (1983, p. 243). Sendo assim, as relações sociais fazem com que os sujeitos se coloquem diante de jogos de afrontamentos em que há uma correlação de múltiplas forças, não se colocando de modo binário apenas (Guirado, 2009). Foucault entende o poder, então, como algo multivetorial (Foucault, 2005) que não advém de uma autoridade ou do mais alto posto de uma hierarquia.

Interessante observar, também, a relação estabelecida por Foucault entre poder, saber e verdade. Em sua obra intitulada “A verdade e as formas jurídicas”, o filósofo mostra que desde a Grécia antiga saber implica em poder. Ao analisar “Édipo Rei”, de Sófocles, Foucault mostra que a busca de Édipo pela verdade também estaria intrinsecamente relacionada à conquista e manutenção do poder, pois o personagem torna-se rei (poder) justamente por ser um homem sábio (saber) que conseguira decifrar o enigma da esfinge. Édipo é aclamado herói e conquista o trono de Tebas, tornando-se um tirano. Porém, Édipo perde o poder, ironicamente, quando descobre a verdade sobre si, ou seja, que era o assassino de seu pai e que desposara sua própria mãe. Paradoxalmente, Édipo perde o poder porque sabia demais, sabia em excesso. Foucault mostra que é no confronto com a realidade que a verdade é produzida; isto se aplica até hoje nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, o saber é produzido no embate das relações de poder que envolvem os sujeitos que, por sua vez, se

constituem como tais nesse processo. Reside, aí, então, a relação entre poder, saber, verdade e sujeito (modo de subjetivação) de forma imbricada e concatenada. Édipo só descobre quem é realmente (verdade/saber/sujeito) após sua investigação e embate com testemunhas e com o adivinho Tirésias, ou seja, o saber sobre si fora produzido através de relações de confronto.

Foucault traz Nietzsche para se referir à metáfora das duas espadas em combate que produzem uma faísca; essa faísca seria o próprio conhecimento: “Ele é ainda, diz, Nietzsche, como “uma centelha entre duas espadas”, mas que não é do mesmo ferro que as duas espadas.” (Foucault, 2005, p. 17). Nesse sentido, Foucault mostra que o conflito, inerente às relações de poder, é necessário para se produzir conhecimento. O filósofo traz também a questão do poder relacionado ao saber que constituíram algumas áreas do conhecimento, como a medicina e a psicanálise. Através de determinado método investigativo utilizado desde o século XV, Foucault mostra que o conhecimento científico que possui o estatuto de verdade nas sociedades contemporâneas fora produzido através desse processo de investigação contrastiva:

Tentarei mostrar-lhes como certas formas de verdade podem ser definidas a partir da prática penal. Pois o que chamamos de inquérito (enquête) - inquérito tal como é e como foi praticado pelos filósofos de século XV ao século XVIII, e também por cientistas, fossem eles geógrafos, botânicos, zoólogos, economistas - é uma forma bem característica da verdade em nossas sociedades (Foucault, 2005, p. 12).

O método investigativo só produziria uma verdade porque apresenta uma dinâmica contrastiva, ou seja, funciona de tal forma que a dita verdade aparece na diferença, e não no mesmo consensual. Ou seja, o conhecimento não seria instintivo e nem faria parte da natureza humana, pois seria resultado da luta, do combate, da tensão, e não da harmonia. O conhecimento não possuiria essência em um mundo ininteligível como pressupunha Platão, pois seria construto humano feito de linguagem através de confrontos entre atores sociais e objetos de análise, entre aquilo que se sabia (ou que se pensava que se sabia) e o outro, o diferente, o novo não submetido ao saber instituído anteriormente. Nesse processo, a questão da verdade torna-se fundamental.

Na área penal, descobrir o culpado era o objetivo das investigações. Ou seja, extrair a verdade era importante não apenas para se punir culpados, mas para legitimar o poder de determinadas instituições para fazer valer aquela verdade e o cumprimento da punição. Interessante lembrar que, no século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passava por transformações de políticas higienistas da época. O cortiço Cabeça de Porco foi um dos alvos do inspetor sanitário que, juntamente com a polícia, ordenou que seus moradores

desocupassem aquele espaço (Chalhoub, 1996). O discurso higienista e cientificista determinava que o cortiço representava perigo para o corpo da cidade como se fosse um ponto de infecção onde se produzia e acumulava sujeira e detritos. Não é preciso ser muito perspicaz para perceber que os moradores também foram considerados rejeitos humanos, e que o interesse, na verdade, era pelo espaço central e estratégico ocupado pelo cortiço na cidade, onde se pretendia construir sedes de bancos, lojas e imóveis para representantes do capital financeiro. Claro que isso não aconteceu sem resistências e conflitos, mas esse exemplo serve para ilustrar que o conhecimento moderno da medicina (saber) constituiu poder ao inspetor sanitário que, em nome de uma dita verdade científica, destituiu os moradores do cortiço de seu espaço. Nessa relação de poder participaram outros atores sociais, como especuladores imobiliários, capitalistas, banqueiros, etc. Os habitantes do cortiço reagiram violentamente muitas vezes, mas foram obrigados a abandonar a área e subir os morros da cidade carioca para constituir as favelas. Nessa desigual relação de poder, fica claro que a verdade é produzida de acordo com os interesses econômicos e políticos, confirmando o que disse Nietzsche sobre o caráter dessubstancializado do conhecimento (mas que é proferido como se fosse substancializado) e também o que diz Foucault sobre a relação saber/poder quando afirma que por trás de todo saber está o poder (Édipo Rei). Sendo assim, Foucault afirma que:

Esta relação saber/poder não deve, então, ser analisada a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre ao sistema de poder; mas é preciso considerar, ao contrário, que o sujeito que conhece, os objetivos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder/saber de suas transformações históricas. Resumindo, não há atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder constitui saber, os procedimentos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (Foucault, 2001, p. 27).

Nas sociedades contemporâneas essas relações entre poder e saber se complexificam, pois a multivetorialidade que atinge os vários atores sociais que interagem nas relações de poder para produzir verdades e saberes intensifica-se. Para Bert, “o saber, sobretudo, legitima o exercício do poder que, por sua vez, lhe fornece novos objetos de investimento” (2013, p. 185). Principalmente nesses contextos incertos em que o capital se impõe como valor maior (e as relações de trabalho são um *locus* privilegiado onde este fenômeno se manifesta), formatando as relações de poder, conhecimento e sujeitos. Os sujeitos de saber podem se “empoderar” ou não nessa relação, na medida em que se apresentam, em maior ou menor grau, conscientes dos processos em que estão envolvidos. Isso implica em menor ou maior

força de relação de poder para se conseguir objetivos que, como dito, são formatados pelos valores do capital. Nesse sentido, o saber pode simplesmente se constituir como algo técnico, em benefício do sistema produtivo, ou como algo desalienante e libertador da consciência, que implicará em maior força nas relações de poder com outros atores sociais representantes de empresas, de trabalhadores, de governos, da sociedade civil organizada.

Se o poder imerso nas relações sociais age em diferentes sentidos, há de se pensar que em uma relação de poder os sujeitos exercem esse poder por meio das correlações de força. O jogo de afrontamento entre um sujeito e outro promove resistência; desta forma, onde há poder também a resistência se faz presente (Foucault, 2005). A resistência, então, seria a contraposição do poder no campo estratégico das tensões. Poderia representar, em uma relação social, um adversário, e não um dominador. Na leitura de Guirado, é no campo da produção que se pode melhor observar seus mecanismos, “é nos pontos de resistência que a análise melhor configura as forças em jogo, os afrontamentos e as lutas” (2009, p. 76). Assim, o melhor modo de se entender as relações de poder é vê-las agindo. Ou seja: “É nos movimentos de resistir que ‘o poder mostra sua cara’” (Guirado, 2009, p. 76).

As relações de poder são percebidas dentro de diferentes grupos de atores sociais, em função da representatividade de cada interesse, seja ele próprio ou coletivo, e também entre eles. Nas relações de trabalho, o poder também se manifesta na interação entre os agentes: empregados, empregadores ou atores que regulam ou intermediam a relação entre os dois ora mencionados, como o Estado. Sobre o jogo de poder que se trava nas relações de trabalho, Melo e Carvalho Neto (1998, p. 32) ponderam que “a negociação coletiva tem como fundamento uma disputa pelo poder, seja para conservá-lo ou para crescê-lo. O que o ator social busca, na verdade, é a melhoria de sua posição na correlação de forças”.

Dunlop já apontava para a assimetria do poder frente aos atores sociais envolvidos nas relações de trabalho, como mencionado anteriormente (Dunlop, 1993). O modelo dunlopiano baseava-se na negociação coletiva, vendo nela um instrumento de regulação de conflito (Carvalho Neto, 2001). A negociação não implica em consenso, e sim que ambas as partes precisam ceder para que os acordos possam ser concretizados. Para Foucault “a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso” (1983, p. 243). Assim, nas relações de poder não é preciso que haja necessariamente o consenso, o que não impossibilita que o consentimento de um dos atores dessa relação possa ser uma condição para que ela exista. Alguns críticos de Dunlop afirmam que nem sempre haveria consenso entre as partes, no que

concerne às relações de trabalho (Costa, 1990; Reynaud, Eyraud, Paradeise & Saglio, 1990), de modo que o conflito também integraria essa dinâmica.

Desta maneira, a crítica tecida ao modelo dunlopiano e a forma como Dunlop (1993) compreende não apenas a negociação coletiva, entendendo-a como resultado de um confronto entre os atores das relações de trabalho, questiona não apenas a posição dos atores sociais nesse jogo de forças, mas também a lógica capitalista, na qual se inserem essas relações:

A própria definição das relações de produção capitalista implica a existência de uma classe dominante – ainda que se possa dividi-la em estamentos, às vezes não necessariamente perseguindo interesses convergentes - caracterizado pelo acesso aos meios de produção e/ou de decisão, e uma classe dominada, não detentora (ou detentora de pequena parte) desses meios, também esta sofrendo tensões internas, resultantes da heterogeneidade de interesses dos diversos grupos de trabalhadores (assalariados, em trabalho precário ou informal, desempregados) (Carvalho Neto, 2001, p. 21).

Para o autor cima mencionado, a presença de dominantes e dominados circunda as relações de trabalho, já que eles se encontram dentro do escopo capitalista de produção que, historicamente, prioriza a dicotomia ganhar/perder; reconhece também a divergência de interesses entre esses atores, evidenciando a relação de poder presente nas relações de trabalho (Comparato, 2011). Nesta concepção de “dominantes e dominados” em meio às relações de poder é que se pode compreender a construção de Foucault, embora ele não fundamente o conceito de poder sobre o sujeito, e sim sobre as ações desses sujeitos (Foucault, 1983).

As relações de poder se instauram em todas as instâncias sociais de forma multivetorial (Foucault, 2005) e, com isso, se apresentam em todas as instâncias das relações de trabalho. No entanto, o modelo Dunlopiano defende a ideia de que os elementos do ambiente macro determinam a relação entre os atores sociais e, tão logo, quem está exercendo mais poder nesta relação (Dunlop, 1993). Para Carvalho Neto (2001, p. 22) “trabalhadores e empregados não terão, portanto, igual possibilidade de fazer o mesmo uso dessas regras que determinam o funcionamento do Sistema de Relações de Trabalho”. O que Carvalho Neto discute é justamente a diferença de poder, no jogo de forças, que cada agente concentra diante das relações de trabalho. Essa constatação dialoga com o pressuposto do jogo de poder, tal qual entendido por Foucault, em que o exercício do poder suscita concomitantemente confrontamentos entre os sujeitos.

Foucault (1983) sugere que a análise das relações de poder deve ser construída se observando as instituições, uma vez que nelas se concentrariam as formas e a lógica dos

mecanismos de ação entre os sujeitos. Por meio do estudo das instituições é que se teria a possibilidade de explicar “o poder pelo poder” (p. 245). Deve-se então estudar as instituições a partir das relações de poder para que se consiga perceber como essas ações se manifestam nos sujeitos por elas incorporados.

Dessa forma, investigar as relações de trabalho e o modo como os imigrantes buscam ser incorporados e se manter inseridos no mercado de trabalho, pode trazer contribuições, no sentido de compreender melhor o jogo de força e o modo de afrontamento entre os atores dessa relação, além das relações de poder que se manifestam nesse contexto, entendendo-as como elementos que irão moldar as relações de trabalho contemporâneas.

As discussões aqui apresentadas sobre o poder e suas relações foram suscitadas brevemente, de modo que serão aprofundadas e melhor aprimoradas na medida em que as análises e refinamentos de dados demandarem, justamente por se considerar que nas relações sociais é que se podem observar as relações de poder atuando e se sobrepondo. Deste modo, são nestes espaços em que se espera melhor compreendê-las. Nos discursos, nos afrontamentos, nas tensões entre os atores sociais, no cotidiano em que operam e se moldam, circundando os terrenos das relações de trabalho, relação de poder e o atual contexto de imigração mato-grossense e paulistano.

6.2 Mergulho no campo: Relações de poder entre imigrantes e empregadores na região de Cuiabá

As entrevistas realizadas com imigrantes até esta etapa da pesquisa suscitaram o aprofundamento sobre poder pela concepção foucaultiana do termo. Assim busca-se em meio aos principais conceitos do autor no que diz respeito ao poder, discutir como as relações de poder operam entre os atores das RTs, com o intuito de que estes conceitos sustentem as análises e resignifiquem as observações e recortes apresentados a seguir.

Os recortes apresentados a seguir foram extraídos da imersão a campo que aconteceu nas dependências do CPM de Cuiabá-MT, onde foram abordados 20 imigrantes aleatoriamente, entre os dias 10 e 15 de Julho de 2017. Não foram escolhidas as nacionalidades dos entrevistados, pois a preocupação era apenas selecionar aqueles que estavam trabalhando e os que já tinham tido a experiência de trabalhar no Brasil até aquela data, uma vez que o propósito das entrevistas era investigar como se davam as relações no ambiente de trabalho. Desta forma, 18 imigrantes compuseram esta etapa da pesquisa. A

presença expressiva de nacionais do Haiti na composição deste *corpus* se deve à predominância de imigrantes dessa nacionalidade na região.

Serão apresentados alguns dos recortes dessas 18 entrevistas apenas para ilustrar que as relações de poder estão presentes nos discursos dos entrevistados não apenas na concepção de poder como força que se exerce unilateralmente, mas sim que se constrói nas relações entre os sujeitos, independentemente das posições que esses atores sociais ocupam.

Um breve perfil dos entrevistados foi apresentado no quadro 04, presente no segundo capítulo deste trabalho, a fim de contribuir para o entendimento dos recortes e minimamente contextualizar as condições sociais desses imigrantes, resguardando-se o sigilo de suas identidades.

(R034)

[...] a partir disso ela me pergunta assim, se você achar um trabalho em restaurante, você trabalha? E eu falo: sim, trabalho. **Eu não trabalhava com isso não, mas quando a gente está fora, tem que fazer qualquer coisa** (ES, 48, 12 de julho de 2017).

(R035)

E eu falo para todos os haitianos que estão aqui, respeita! Quando Deus te dá um serviço, respeita! Faz seu serviço, faz seu trabalho e não murmura. **Porque olha, se você chega num serviço e seu comportamento não é bom, todo mundo vai criticar e se você sair desse serviço, não vão pegar nenhum haitiano mais, porque o haitiano que estava aqui primeiro não comportava bem, não trabalhava bem, por isso tem um monte que ta sofrendo** (ES, 52, 12 de julho de 2017).

(R036)

[...] **porque quando uma pessoa precisa, trabalha e se você trabalhar bem, a empresa respeita**. Se encarregado vem briga comigo eu vou fazer com carinho, **mas se encarregado vem briga comigo e eu não faz nada, eu não vou fazer o que ele quer** (ES, 49, 12 de julho de 2017).

(R037)

eu quando eu vim aqui, porque tem amigo aqui que vem aqui primeiro, quando amigo fala: “aqui tá bom pra trabalhar”, daí eu vim, quando eu entra aqui, passei 7 meses sem fazer nada, até eu consegui um trabalho na prefeitura, mas patrão muito chata. (ES, 51, 13 de julho de 2017).

(R038)

eu trabalhava lá (Haiti) na casa de família, e lá quando trabalha com pessoa, respeita. **Eu não sei por que aqui no Brasil não respeitam haitiano, qualquer coisa já falam: é um haitiano**”; “eu não falo muito, mas eu entendo muito, **então quando alguém fala mal, eu sei, mas eu não falo** (ES, 53, 13 de julho de 2017).

(R039)

eu sofro, porque se uma pessoa que não tem família aqui e trabalha, sofre. Mas aqui em Brasil para mim, tá bom. Porque eu mando dinheiro para família, então tá bom pra mim (ES, 58, 13 de julho de 2017).

Nos recortes acima se pode perceber que o poder não seria exercido apenas contra os imigrantes na condição de empregados, pois envolve outros atores sociais que também entram nesse jogo de forças, como a CPM – Cuiabá, sindicatos, além das empresas que os recrutam. Nessas relações de trabalho, percebe-se que o comportamento dos imigrantes é influenciado pela empresa e por agentes de cargos superiores, submetendo-se às suas exigências como condicionante à manutenção do emprego. Porém, há resistências, como se pode observar em: “mas se encarregado vem briga comigo e eu não faz nada, eu não vou fazer o que ele quer” (ES, 49, 12 de julho de 2017). Nessa outra passagem também se percebe a resistência do imigrante na relação de poder exercida pelo(a) “patrão muito chata”: “passei 7 mês sem fazer nada, até eu consegui um trabalho na prefeitura, mas patrão muito chata” (ES, 51, 13 de julho de 2017).

Diante do contexto apresentado, empregadores e suas empresas têm que cumprir os acordos estabelecido e a legislação vigente, ou seja, não podem agir a seu bel prazer, o que indica que há forças que incidem diretamente sobre essas instituições e atores, condicionando, assim, sua conduta. Por sua vez, os empregados imigrantes reagem a esse exercício de poder, configurando, assim, seu comportamento e modo de agir. Porém, esse cenário pode mudar se alguma das partes age de forma imprevista, influenciando diretamente a conduta do outro. É nesse jogo de forças que essas relações de poder parecem operar, mostrando que as ações dos atores sociais são moldadas, ora sofrendo, ora exercendo poder.

O memorando abaixo foi construído como uma forma de sistematizar as premissas que surgiram até este momento da pesquisa. Nelas podem-se perceber as ideologias que evidenciam as relações de poder entre os atores das relações de trabalho e situações que demonstram a assimetria das relações de poder que tencionam a relação desses atores sociais. Assim, o memorando compila algumas premissas que retratam as relações de poder entre os atores das relações de trabalho e que parecem emergir cada vez com mais força nos enunciados dos imigrantes, demandando uma análise mais minuciosa.

MEMO 07- Relações de poder entre os atores das RTs

- ✓ Diferentes manifestações de poder expressas nos discursos dos atores das relações de trabalho;
- ✓ A assimetria do poder entre os atores das RTs;
- ✓ O poder dos novos atores das RTs, como por exemplo, associações de imigrantes, CPM, Missão Paz;
- ✓ A dependência do trabalho como única forma de sobreviver na lógica capitalista;
- ✓ O imigrante passa a ser o arrimo migratório para a família, para o empregador e compatriotas, pois leva consigo, ao migrar, a possibilidade de uma melhora de vida para toda a sua família;
- ✓ A incorporação do discurso do empregador pelos imigrantes;
- ✓ A submissão dos imigrantes ao empregador como forma de manutenção do emprego;
- ✓ Exploração e a aceitação da exploração de mão de obra imigrante, “justificada” pela oferta abundante desse tipo de mão de obra;
- ✓ Licitude da exploração de mão de obra imigrante;
- ✓ O sentimento de não pertença por parte do imigrante na promoção da assimetria de poder;
- ✓ O reconhecimento pelo imigrante da desigualdade de forças nas relações com os outros atores das relações de trabalho;
- ✓ O ganho econômico como forma de compensação do jogo de poder;
- ✓ A consciência do imigrante de que ele é a parte mais frágil no jogo de poder com o empregador;
- ✓ A adaptação às regras do trabalho como condição de sobrevivência e manutenção no país;
- ✓ Registra-se a presença de novos atores das TRs, no entanto as relações de trabalho ainda são fortemente pautadas por dois atores: empregador e imigrante;
- ✓ O medo iminente de perder o trabalho faz com que o imigrante se cale diante de situações xenófobas e racistas;
- ✓ A aceitação dos clientes em relação aos imigrantes faz com que os empregadores avaliem sua permanência ou não no emprego;
- ✓ A contratação de novos imigrantes mostra-se sensível ao sucesso ou insucesso da experiência anterior.
- ✓ O desconhecimento em relação aos imigrantes e as multiplicidades culturais que eles apresentam provocam estranhamentos, discriminação e preconceito.
- ✓ As redes de comunicação que os imigrantes acessam ajudam-nos em seu processo de inserção social.

Ao se observar os relatórios de campo, as transcrições das entrevistas dos empregadores, imigrantes e atores coletivos que os intermediam, se percebe que um emaranhado de sobreposições parece surgir, como se não fosse possível desvencilhar elementos passíveis de análise em um contexto amplo e complexo como o das relações de trabalho e sua interface com a imigração. Assim, na tentativa de se fazer mais compreensível, fora necessário estabelecer alguns critérios para que, a partir deles, se pudesse articular *insights* sobre o universo que se colocava diante da pesquisadora. Deste modo, optou-se por

focalizar os discursos como práticas sociais, que evidenciam as relações de poder entre os atores das relações de trabalho, na tentativa de melhor compreender como acontece o jogo de poder entre esses atores sociais. Essa opção se coloca a partir da escolha de trabalhar com a noção de poder pela perspectiva foucaultiana, na qual não há como dissociar poder de discurso.

A opção de análise dos dados coletados do campo, considerando o discurso dos atores coletivos das relações de trabalho, ganhou força e se confirmou após a participação da pesquisadora no curso *Subjetividade e Verdade*, título de obra homônima de Michel Foucault indicada pela Faculdade de Educação da USP. A participação no curso se deu em função das demandas teórico-metodológicas dessa pesquisa, entendendo que a ementa da disciplina poderia contribuir bastante para as questões e objetivos desse trabalho. Embora o foco da disciplina tenha sido o modo como Michel Foucault conduz teoricamente o conceito de arquivo, o curso possibilitou perceber a pertinência de se relacionar a metodologia adotada (*Grounded Theory*) com um pressuposto teórico de Foucault, o que cada vez mais parecia saltar aos olhos: “as relações de poder dos atores sociais observados”. Outro elemento esclarecedor, proporcionado pelas discussões ancoradas na disciplina, é a evidência de que não há como falar de relações de poder, tais como entendidas por Foucault, sem se ater ao modo como essas relações de poder são disseminadas e atuam entre os protagonistas. Nesse sentido, o poder é reiterado e se propaga pelos atores por meio dos discursos. Deste modo, as práticas discursivas dos indivíduos os tornam objetos de poder e de saber, submetendo-os a certos fins e a diferentes tipos de dominação. As características das relações de poder entre os atores das relações de trabalho observadas serão analisadas neste trabalho.

O curso *Subjetividade e Verdade* abordou questões da teoria do conhecimento. Nele podem-se observar as duas grandes categorias ou tripés que sustentam o pensamento de Michel Foucault, ou seja, a relação saber/poder e a dinâmica das verdades. A questão da ideologia pode até ser identificada na discussão que o teórico desenvolve em suas obras sobre esses conceitos, mas não pode ser considerada objeto de seu interesse. Porém, percebe-se que a ideologia estrutura as relações de poder na medida em que se relaciona intimamente com o processo de difundir e estabelecer verdades capazes de influenciar o sujeito em suas escolhas, comportamentos e mundividência, mesmo que haja reações e controvérsias. Nesse momento, faz-se interessante dizer que o jogo de poder inclui a resistência a ele; porém, o estabelecimento de uma verdade dependerá da capacidade de determinados atores sociais e instituições de sobrepujarem às reações de seus oponentes. Quem tiver mais força neste jogo

de cunho multivetorial constrói as verdades de acordo com seus interesses, tornando-as hegemônicas. Entretanto, essas verdades estabelecidas estão sempre sofrendo pressões, podendo ser alteradas ou não de acordo com a intensidade das forças oponentes que constituem as relações de poder. Conseqüentemente, a mudança que porventura ocorra em determinado *status quo* também sofrerá pressões para que novas verdades sejam admitidas, de acordo com as necessidades e interesses desses outros grupos, e assim sucessivamente. E é aí que entra a questão da ideologia, pois as verdades são construídas a partir de sua aceitação não como construto de linguagem, mas como elemento tido como natural e universal de determinadas realidades simbolicamente reconhecidas. Nesse contexto de embates, os saberes nascem a partir de práticas diversas, sejam elas políticas, discursivas, sexuais, religiosas, dentre outras. Essas questões que envolvem ideologia, saber e relações de poder serão abordadas posteriormente, pois se mostraram importantes para a metodologia de análise adotada por esse trabalho de pesquisa.

Dentre as diversas contribuições que o curso Subjetividade e Verdade proporcionou, mencionar-se-á no memorando abaixo as principais referentes aos pressupostos teóricos utilizados e a metodologia adotada.

MEMO 08 – Reflexões sobre o curso Subjetividade e Verdade.

No que tange às premissas teóricas sobre poder e sua relação com a verdade e o saber, Foucault atesta:

Relação com os outros quer dizer que as artes de viver se aprendem. Aprendem-se por meio de um ensino, por meio de uma escuta (aprendizagem, ensino). Ou seja, nessas, artes de viver, a presença do outro, suas palavras, sua autoridade são evidentemente indispensáveis. [...]. O indivíduo não pode aprender sozinho a arte de viver, não pode ter acesso à arte de viver por seus próprios meios, sem essa relação com o outro, essa relação com a direção, a autoridade de outro, sem essa relação, pelo menos provisória, de poder que o faz submeter-se ao outro e a seu ensino, até atingir o status antológico que lhe permita desenvolver, por si mesmo e com total autonomia, o modo de experiência a que aspira (Foucault, 2016, p. 31, 1984).

No que concerne ao método, o curso Subjetividade e Verdade mostra-se exímio em apresentar ao leitor como Foucault conduz e constrói seu arquivo. O arquivo para Foucault deve ser construído, deve-se observar a honestidade do arquivo, de modo que os conceitos emergem do próprio arquivo; o arquivo é o próprio discurso encarnado. Ele pode ser histórico, mas não necessariamente. O pensador aborda o arquivo, nesta obra, como procedimento analítico e procedimento arquivístico (deve ser preparado, construído). Assim, o processo de arquivização proposto desaloja os discursos já consolidados, hegemônicos.

As noções de genealogia e arqueologia são tratadas concomitantemente neste curso, como os modos de endereçamento ao arquivo. Desta forma, não há problemas se o arquivo é puramente filosófico ou histórico, pois o que interessa é a mistura, os índices das práticas. Foucault se preocupa com o deslocamento, o pensamento ou as formas de se pensar em movimento. Assim, o jogo das remissões (o que não está mais presente, porém ainda ecoa) demonstrará o quanto um arquivo é válido. Nesse processo, exerce-se a arquiogenealogia, como uma forma de recontar sem se firmar em um universal fundador.

Não se firmar em ideias universalizantes, pois não se concebe origem, simplesmente as coisas são tal qual como são, gestos, acontecimentos. Este foi um dos pressupostos apresentados no curso. Foucault demonstra como se pode modificar o sentido das formações discursivas de modo a melhor compreendê-las e relativizá-las em seus universais.

Os três eixos que devem, na visão de Foucault, conduzir qualquer pesquisa, são o arquivo temático, o metodológico e o empírico. No trecho a seguir o autor evidencia essa questão claramente:

O primeiro procedimento a adotar, ou o primeiro ponto a que devemos nos prender, nos agarrar no procedimento (antes de indagar sobre o que esses discursos disseram ou quiseram fazer, sobre seu papel), obviamente é tentar levar um pouco a sério o que esses discursos eram ou, em todo caso, pretendiam ser. (Foucault, 2016, p. 224).

Esses eixos em que se centram a pesquisa precisam ser trabalhados em conjunto, de modo que um ajude na condução do outro. Assim, a construção do produto, o texto, produz efeitos retóricos que vão cerceando o interlocutor.

Ao se ater aos aspectos puramente metodológicos do curso, a temática em Foucault não deve ser apontada inicialmente como algo já pronto e acabado, mas deve ser construída no decorrer da pesquisa. O tema deve então ser avizinado, ele vai surgindo na medida em que se conduz o arquivo. Essa forma de abordar a pesquisa é plenamente aderente aos pressupostos da *Grounded Theory*, já que sua proposta suscita imersões no campo teórico e empírico a fim de deixar que os preceitos emergjam do campo e possam explicar ou ajudar a compreender as práticas que se observou.

Após estas breves reflexões, percebe-se que o pensamento de Foucault dialoga com os objetivos deste trabalho tanto em termos metodológicos quanto teóricos, uma vez que o poder manifesta-se nas práticas sociais das relações de trabalho. Deste modo, adotar-se-á para essa pesquisa a perspectiva da Análise Crítica do Discurso como campo de referência para se entender os preceitos teóricos sobre ideologia e poder, considerando que essa vertente dialoga com o entendimento de poder tratado por Michel Foucault. Além disso, essa abordagem possibilita ampliar as ferramentas de análise das relações de poder que se manifestam por meio do discurso nas relações de trabalho. Deste modo, pode-se afirmar que esse trabalho não pretende estabelecer um compromisso de utilizar a ACD como método de análise, mas

sim de lançar mão de seu arcabouço teórico para compreender o funcionamento das relações de poder nas relações de trabalho que envolvem imigrantes.

6.3 O discurso e as relações de poder: IV Aporte teórico

6.3.1 O discursivo: a análise de discurso crítica - ADC

A palavra discurso vem sendo cada dia mais utilizada em diferentes áreas do conhecimento, sobretudo nas ciências humanas e sociais. Esse termo é comumente entendido como uma forma de comunicação que em determinado contexto está relacionada com quem fala, sobre o que se fala e para quem se fala. No entanto, nem sempre estes três aspectos (do que, para que, de quem) atrelados ao discurso são considerados na perspectiva teórica. Por vezes, entende-se por discurso apenas o ato verbal de se dirigir a alguém.

Do ponto de vista do estudo da linguagem, o discurso é objeto de análise de diferentes áreas do conhecimento, como a linguística e suas vertentes, a semântica, a análise de discurso e suas variantes, dentre outras. Os estudos linguísticos têm se destacado muito nas últimas décadas, sobretudo como forma de investigação dos fatores de ordem social e política, inserindo-se na grande área da linguística crítica, em interação com as ciências sociais. Dessa forma, podem-se destacar duas linhas teóricas sobre o discurso: a análise de discurso - AD, de corrente francesa e a Análise Crítica do Discurso - ACD, de vertente anglo-saxã (Melo, 2009).

A Análise Crítica do Discurso, doravante denominada ACD, não se concretiza apenas como uma teoria linguística crítica, pois pode ser considerada também como método de análise. Assim, seu caráter teórico-metodológico propicia uma contextualização mais ampla e dinâmica do fenômeno (Magalhães, 2005; Resende, 2017). Um dos precursores da ACD é Norman Fairclough que, ainda na década de 1980, em conjunto com outros linguistas, propôs pensar a linguagem em um campo mais amplo, aliando-as às teorias linguísticas, sociológicas e políticas (Fairclough, 1992).

Observa-se que, tanto a Análise Crítica do Discurso – ACD - quanto a Análise de Discurso Crítica - ADC - ancoram-se em Norman Fairclough; por opção dos pesquisadores adotam-se traduções diferentes do termo inglês *Critical Discourse Analysis*, que nominou a obra de Fairclough em 1995. Para os estudos linguísticos críticos brasileiros, como os de Célia Maria Magalhães, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, considerada uma importante pesquisadora sobre o discurso no Brasil, adota-se a terminologia da Análise

Crítica do Discurso - ACD. Já a corrente de pesquisadores do discurso da Universidade de Brasília, também renomada nesta área, utiliza a terminologia Análise de Discurso Crítica – ADC. Sobre essas terminologias, Izabel Magalhães (2005, p. 2) afirma que “essa tradição acadêmica de consolidou no Brasil com a expressão análise de discurso”.

As duas terminologias, ACD e ADC não se tornam diferenciadas em termos conceituais e epistemológicos, pois seus precursores compartilham da mesma compreensão sobre o funcionamento do discurso no campo das práticas sociais, o que se opõe à linguística formal, conforme pontua Neves (1997). Esta pesquisa adotará a terminologia ADC por compactuar com Magalhães (2005) ao adotar o termo considerando seu percurso histórico no Brasil. A adesão a essa vertente também se dá pelo fato de a linguagem ser concebida como prática social imbricada pelas relações de poder e ideologia, o que interessa diretamente a essa pesquisa.

A análise de discurso crítica – ADC – configura-se como uma das vertentes da linguística crítica, com enfoque na linguagem como prática social. Ou seja, ela se preocupa em “mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas nas estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação” (Martins, 2005, p. 314).

Magalhães (2005) considera o caráter prático da ADC nos estudos sociais contemporâneos: “A ADC estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio histórico” (Magalhães, 2005, p. 3). Assim, ela não se centra apenas em um determinado gênero discursivo, mas também no contexto em que esses gêneros se constituem. Os gêneros do discurso comumente utilizados nos estudos da ADC podem ser entendidos como “um conjunto estável de convenções, o qual se associa a um tipo de atividade ratificada socialmente, encenando-a parcialmente como, por exemplo, um bate papo informal, um documentário de televisão, um poema, um artigo específico” (Magalhães, 2001, p. 19). Neste sentido, tomar-se-á as entrevistas com os atores coletivos das relações de trabalho como gêneros discursivos a serem analisados neste trabalho.

Resende (2017) chama atenção para a confusão inicial, dentro do campo da ADC, sobre os elementos da ordem do discurso: “discursos são modos situados para a representação de eventos e práticas, que são materializados em textos, mas não são textos” (Resende, 2017, p. 29). O discurso também não está relacionado à palavra, seja ela escrita ou falada, na condição de representar e significar alguma coisa (Fischer, 2013). Desta forma, entende-se que o discurso carrega uma conotação muito mais ampla de significados e que implica no

contexto social em que esse se insere. No que se refere aos gêneros discursivos, essa autora defende que “são modos relativamente estáveis de agir discursivamente, mas que não se confundem com os textos concretos que materializam os diferentes gêneros” (Resende, 2017, p. 29). A tenacidade dos conceitos na ADC faz com que essas noções discursivas sejam pontos a serem esclarecidos, demandando discussões entre os analistas de discurso. Entretanto, para essa pesquisa, eles podem contribuir para se pensar como as relações de poder se manifestam entre os atores das relações de trabalho.

Para Fairclough (1989), a ADC pretende explicitar, por meio da linguagem, como acontece a dominação de uns indivíduos sobre os outros, e propõe que uma das formas de emancipação aconteceria por meio da consciência desse indivíduo sobre o modo de funcionamento do discurso. A contribuição de Fairclough (1992) para os estudos da ADC é salutar ao propor uma dimensão tridimensional do discurso, quais sejam: a dimensão textual, a dimensão da prática discursiva e a dimensão da prática social. Sobre o caráter tridimensional da ADC, Martins (2001) afirma que:

A primeira dimensão do quadro tridimensional de análise proposto por Fairclough é a análise textual, que usa o aparato da linguística sistêmica e funcional (LSF) de Holliday (1985). A segunda dimensão é a análise das práticas discursivas, aqui entendidas como a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, sendo variada a natureza destes processos dentre os tipos diferentes de discurso e de acordo com os fatores sociais. A terceira dimensão do quadro metodológico da ADC, conforme Fairclough, é a análise da prática social, que tem em vista os contextos culturais e sociais mais amplos, levando em consideração, primordialmente, o conceito de hegemonia no sentido de um modo de dominação, baseado em alianças, em consentimento, na incorporação de outros grupos através de subordinação (Martins, 2001, p. 314- 315).

Pode-se perceber que essas três dimensões impõem à ADC um forma de análise que ultrapassa as diretrizes propriamente linguísticas, pois se considera o contexto discurso de modo não restrito às estruturas gramaticais. Assim o discurso é concebido como prática social, mas também representação e significado (Fairclough, 1992).

Pesquisadores brasileiros como Resende e Ramalho (2010) buscaram elaborar uma retrospectiva da ADC com ênfase no modelo tridimensional de Fairclough (1989, 1992), e demonstraram que o próprio desenvolvimento da disciplina é um movimento do discurso, no qual o discurso é um momento. Também chamam atenção para a articulação da ADC com as teorias sociais, dentro de uma perspectiva crítica.

Martins (2001), ao discutir o modo com que Fairclough (1992) compreende o discurso, aponta que:

[...] o discurso é entendido como constituinte do social, como um modo de ação, pois é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros, mas é também vista como uma forma de representação, pois nele valores e identidades são representados de forma particular. Os discursos são concebidos como não apenas reproduzindo entidades e relações sociais, mas também como as construindo de diversas maneiras, cada uma das quais posicionando os sujeitos sociais também de diferentes maneiras (Martins, 2001, p. 315).

Diante do que se expos acima, a ADC, fundamentada nos estudos críticos do discurso, ocupa-se em compreendê-lo enquanto prática social. Os seguidores da ADC comungam com a compreensão de que a linguagem mantém uma relação especial com os elementos sociais. Para Harvey (1992) a vida social constitui-se de práticas que incluem ações discursivas, as quais são reguladas também pelo funcionamento social. Neste sentido, pode-se perceber a relevância de Michel Foucault para os estudos discursivos, uma vez que o pensador concebe o discurso como algo que vai além da representação; um conjunto de enunciados de determinado campo do saber que trazem as representações (Foucault, 2004).

O precursor da ADC Fairclough não segue a linha teórica defendida por Foucault no que tange às práticas discursivas, devido mais a uma não identificação do linguista com o percurso histórico da obra do teórico francês, que apresentaria suposta tendência ao estruturalismo, o que já fora discutido e questionado por outros teóricos (Magalhães, 2005; Fischer, 2013). Entretanto, Fairclough (2001) reconhece a importância dos estudos foucaultianos para a ADC enquanto embasamento teórico social do discurso, sobretudo no que se refere à produção do poder e da ideologia.

Foucault, na análise do discurso, propõe quatro elementos a considerar, os quais seriam, de acordo com Fischer (2013, p. 125), “a inscrição radicalmente histórica das coisas, a condição impalpável do discurso como prática, a materialidade dos enunciados, a luta travada pela condição de sujeitos - sujeitos de determinadas verdades ou discursos”. Existem algumas discrepâncias a respeito dos preceitos foucaultianos entre os analistas de discurso ou até mesmo entre teóricos de outras áreas que os deturpam ou os utilizam fora do contexto em que foram propostos pelo pensador. Tratar desses conceitos, necessariamente, implica em adotar certa flexibilidade teórica que, por vezes, mexe com outras noções já consolidadas, e desprender-se delas requer propor-se a um exercício de navegar em meio a diferentes formas de se pensar. Fischer (2013) elenca algumas confusões e impropriedades devido à forma que o discurso é apresentado por Foucault ao longo de suas principais obras, as quais são chamadas de arqueologia e genealogia:

- a) confundir discurso com fala e depoimento (ao contrário, a proposta aqui é que afirmações feitas oralmente ou por escrito, e que colhemos em nossas pesquisas, devam ser tratadas na condição de diferentes enunciações, relacionadas a um certo discurso – o discurso pedagógico, o discurso feminista, por exemplo-, e não propriamente como discurso);
- b) identificar a análise do discurso como um trabalho de interpretação de textos, testemunhos, imagens, o que permitiria fazer uma espécie de história ou apanhado de um referente qualquer;
- c) buscar, nas coisas ditas, aquilo que estaria “por trás”, aquilo que, maquiavelicamente ou não, teria sido deturpado, manipulado ou distorcido;
- d) atribuir ao analista do discurso a função de chegar a uma suposta verdade dos textos e das enunciações;
- e) confundir, discurso e representação do discurso, no sentido foucaultiano, é um conceito mais abrangente do que o de representação, pois diz respeito ao conjunto de enunciado de determinado campo do saber; os enunciados de um discurso, por sua vez, são tecidos de inúmeros elementos, entre os quais as chamadas representações.
- f) analisar discursos para chegar às “coisas”, como se estas fossem um tesouro primitivo, anterior às “coisas ditas”, como se as coisas estivessem lá, intocadas, e como se fosse possível chegar a elas, na sua inteireza e imutabilidade (Fischer, 2013, p. 127-128).

A autora mencionada deixa claro que o entendimento de Foucault sobre discurso não se restringe à estrutura nem mesmo dos enunciados, na medida em que as análises enunciativas visam chegar à complexidade das práticas discursivas que envolvem, na maioria das vezes, mais de um campo discursivo.

Para Foucault (2004, p. 55) deve-se “não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Assim, o discurso não implica em apenas questões práticas nem tampouco só teóricas, mas se refere à teoria e prática do discurso em sua relação com o poder, o que se mostra fundamental para esta pesquisa. Fischer (2013, p. 126), ao apresentar essa indissociabilidade entre discurso e poder em Foucault, pondera que “não há como isolar, na sua concepção de discurso, aquilo que ele pensa sobre sujeito e o que afirma sobre as relações de poder”.

Como já é sabido, não se pode encontrar em Foucault (1997) conceitos fixos ou possibilidades de generalizações conceituais. A esse respeito, Veiga-Neto pontua que “não devemos partir de conceitos, nem devemos nos preocupar em chegar a conceitos estáveis e seguros em nossas pesquisas, já que acreditar que eles tenham tais propriedades é acreditar que a própria linguagem possa ser estável e segura” (2007, p. 19). Assim, para Foucault, não se separa forma de conteúdo, teoria de método, investigação de temas. Pode-se observar essa questão na própria obra de Foucault, pois a temática do discurso transita em grande parte em alguns de seus escritos, tais como: *A ordem do discurso* (1970), *As palavras e as coisas* (1966) e *Arqueologia do saber* (1969); isso sem contar outros textos de menor fôlego. Para o filósofo, “o discurso é a representação culturalmente construída da realidade, não uma cópia

exata” (Foucault, 2005, p. 47). Desta forma, os preceitos teóricos sobre discurso estão imbricados de outras noções teóricas que não podem ser desvinculadas umas das outras.

Para Foucault, tratar do discurso implica em não apenas observar os enunciados enquanto unidade elementar do discurso, mas também observar o sujeito. Quem é o sujeito do discurso? De que lugar ele fala? Para quem fala, e o que fala? Essas são questões importantes para essa pesquisa e que envolvem a complexidade do sujeito e sua relação com os discursos. O sujeito não é aquele que diz alguma coisa, mas aquele que ocupa uma posição diante de um determinado discurso (Foucault, 2004).

Fischer (2013, p. 134) afirma que “essa posição se dispersa em várias cenas enunciativas, que o analista de discurso se encarregará de descrever”. As diferentes formas de enunciados devem chamar a atenção do analista de discurso, assim como a multiplicação das coisas já ditas e a dispersão dos sujeitos. Assim, o enunciado é sempre um acontecimento cujo sentido e língua não podem esgotar inteiramente, enquanto que um conjunto de enunciados pode ser entendido como um discurso na medida em que se apoia na mesma formação discursiva (Foucault, 2004).

A formação discursiva funcionaria como uma “matriz de sentido” em que se sabe o que pode e deve ser dito em determinado espaço, considerando a posição que o sujeito ocupa neste espaço. Também deve ser vista como o princípio de dispersão e de repartição dos enunciados (Fischer, 2001). Exercer uma prática discursiva implica em produzir enunciados sob determinadas regras e expor as possíveis relações naquele tempo e espaço; assim, aquilo que é dito não se afasta das dinâmicas de poder e saber do seu tempo. Nesse aspecto da prática discursiva como elementos que subjazem a um sistema de “regras anônimas” é que Foucault parece mal compreendido, pois se atrela essas práticas apenas à estrutura (Martinez, 2012).

A formação discursiva, importante elemento para entender o discurso em Foucault, é materializada pela posição do sujeito, que adota o “já dito” e que regula o que pode ser ou não dito por meio de um conjunto de enunciados. No entanto, Foucault (2004) pondera que, para se explicar as práticas, é necessário que se passe pela materialidade dos enunciados. Assim, os enunciados são apoiados em um conjunto de signos que representam e são caracterizados por apresentarem um referente, um sujeito, um campo de ação e possibilidade de reprodução por meio das práticas e das relações sociais (Fischer, 2013).

Como já enfatizado anteriormente, Foucault constitui-se como um teórico importante para muitos pesquisadores, sobretudo para os contemporâneos das ciências sociais (Passos,

2008; Silva, 2015). A ênfase no discurso como prática social e não concepção do poder dissociado do discurso trouxe contribuições significativas para este campo de estudo, conduzindo a delimitação deste estudo.

Na relação íntima entre poder e discurso, Foucault (2003, p. 252) assevera que “o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”. O pensador deixa claro que não há nada por “trás” do discurso, pois o poder opera em diferentes direções e molda os discursos por meio das práticas discursivas e também das práticas não discursivas como propõe Deleuze (1991), ao ponderar que as análises enunciativas funcionam em diagonal. Considera que há uma dinâmica de múltiplos sentidos entre as práticas discursivas e não discursivas, de modo que elas formem novas figuras naquele ou em outro campo do saber.

Fischer (2013, p. 148) lembra que esse movimento trata-se “da relação entre continuidade e descontinuidade histórica” e implica em “acompanhar as coisas ditas naquilo que se referem às linearidades, reforços, reafirmações de certo campo do saber”. Foucault concebe o discurso como um bem que os sujeitos possuem e enfatiza isso, ao afirmar que o discurso é:

[...] um bem - finito, limitado, desejável, útil- que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (Foucault, 2004, p. 136- 137).

Neste contexto em que se evidencia pela concepção foucaultiana a íntima relação entre práticas discursivas, discursos, saber, enunciados, formações discursivas e não discursivas atreladas às relações de poder, como mecanismos de luta, de batalha em um dado campo do saber é que se propõe pensar as relações de trabalho, por considerar que neste espaço existem lutas travadas por diferentes discursos que se sobrepõem uns aos outros e que ora se emancipam das correntes ideológicas, ou, como propõe Gramsci (2002), ora reiteram a hegemonia de classes dominantes.

Branco (2007, p. 10) adverte que “a fase da analítica do poder é farta de relatos quanto às práticas divisórias, quanto aos procedimentos estratégicos postos em jogo pelos poderes hegemônicos, e evidencia uma predileção de Foucault pela descrição das técnicas de dominação e os discursos a elas agenciados”.

Oliveira (2013) atesta que não há como desvincular as ideologias, enquanto concepções de mundo, da realidade política e econômica da época em que se inserem. Aponta que a hegemonia tratada por Gramsci implica em bases consensuais e coercitivas, que via discurso operam sobre as relações de poder, e pondera que “apenas com a tomada de consciência, com a adoção de um posicionamento crítico, é que as classes subalternas podem engendrar as transformações sociais necessárias para alcançarem a hegemonia e, assim, alterarem as relações de poder” (Oliveira, 2013, p. 42).

Vale salientar que, em contraponto com o entendimento de Foucault, essas lutas apresentam-se de forma dinâmica, de modo que nem sempre o poder não se centrará apenas sobre um grupo eternamente; no entanto, o que acontece é que as forças por vezes são tão disparees que fazem com que alguns grupos se mantenham em posição de dominação em relação aos outros, em determinado contexto e momento histórico, até que se insiram novas forças via discurso que façam com que essas posições sejam alteradas.

Branco (2007) aponta que Foucault, em seus últimos estudos, já admite a possibilidade da contestação de sistemas hegemônicos de poder e a possibilidade de modificá-los, completando que: “seus interesses passam a ser o combate e as lutas inerentes às relações de poder e não as diversas tecnologias do poder que formam as grandes estruturas controladoras dos indivíduos e das massas” (2007, p. 11). Nesse sentido, o discurso é visto como elemento de luta, de batalha constante, em suas ações práticas:

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassam as regras de direito que o organizam e delimitam. Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (Foucault, 2005, p. 182).

Sobre esses aspectos discursivos, na condição de ferramenta de luta da qual os indivíduos se apropriam, é que se pretende observar os jogos de poder que estão presentes entre os atores sociais das relações de trabalho, o que será retomado nos próximos capítulos dessa pesquisa. “As lutas de resistência em torno do estatuto da individuação podem ser sintetizadas pela palavra de ordem seguinte: o objetivo principal, hoje, não é o descobrimento, mas o de nos recusarmos a ser o que somos” (Branco, 2007, p. 13). Essas técnicas e saberes, dentro do projeto de otimização do poder – de interesse deste estudo – objetivam conhecer e controlar a todos; uma das alternativas propostas por Foucault para romper com essas premissas seria o sujeito inventar e construir sua subjetividade – mesmo que sem consciência de seus processos –, o que perpassa pelas questões discursivas.

Como assevera Oliveira (2013, p. 41), “é por meio do discurso, conforme pontuei anteriormente, que muitas mulheres adotam a ideologia patriarcal e sexista que lhes é desfavorável e que muitos trabalhadores adotam a ideologia burguesa que também vai contra seus interesses e aspirações”. Neste sentido, compreender a relação entre os discursos dos atores coletivos das relações de trabalho e as ideologias presentes nesta discursividade constitui-se interesse dessa pesquisa.

6.3.2 Ideologia e poder

A relação entre ideologia e poder se constrói em diferentes perspectivas e áreas do saber, ganhando destaque nos estudos críticos contemporâneos com trabalhos como os de Fairclough (1984, 1992), Eagleton (1997) e Thompson (2011).

Embora o conceito de ideologia ainda esteja muito enraizado nas máximas de Karl Marx (1974), ele é abordado por diversas correntes epistemológicas, desde aquelas mais fiéis à corrente marxista até as que a questionam (Thompson, 2011; Foucault, 2010). Para Thompson (2011), mesmo as correntes do marxismo, bem como disciplinas que surgiram das ciências sociais, o conceito de ideologia foi neutralizado, perdendo um pouco seu aspecto pejorativo ao se questionar seu caráter generalizante em função de uma estratégia de luta de classes.

Há inúmeras definições para o termo ideologia, e Eagleton (1997) propôs listar alguns destes significados que estão em circulação e se dizem relativos ao termo. O teórico observa que os significados nem sempre coadunam entre si, sendo por vezes antagônicos e contraditórios. Os termos circulam pela ideia de sistema de crenças sociais, mas divergem em relação aos aspectos atrelados à sua potencialidade hegemônica. Dentre os possíveis significados listados, Eagleton (1997, p. 18) apresenta este: “a ideologia faz referência não somente a sistemas de crenças, mas às questões de poder”.

Silva (2010, p. 22) atesta que os precursores da AD como “Pêcheux e Bakhtin não se preocupam com categorizações e preconizam que o estudo dos fenômenos de linguagem pode evidenciar a ideologia dos que estão e não estão no poder”. Michel Foucault, um filósofo que se interessa por questões inerentes ao poder, não se atém ao estudo direto da ideologia; porém, as noções de poder e verdade tecidas por este pensador envolvem a questão da ideologia, pois ela é perceptível nas relações de poder amplamente discutidas nas obras do autor.

De acordo com a concepção de Branco (2001), “Foucault traz contribuições inegáveis ao debate ético e político de nossa época, sobretudo por enfatizar o papel do indivíduo e das coletividades nas lutas de transformação das estruturas de poder ora vigentes”. Bert (2013) enfatiza que “assim como os discursos, a ideologia deve ser abordada como instância material, datada e implicada em um *socius* complexo e que, em retorno, tem efeitos sobre o real” (p. 182).

Esta relação entre poder e ideologia interessa a esse estudo no sentido de compreender como as relações de trabalho se estabelecem entre os atores coletivos e de que forma o poder é legitimado por um grupo em relação a outro. Também observar-se-á como os significados dos discursos desses atores operam para manter as relações de poder. Nesse sentido, o olhar com que se pretende abordar a questão das ideologias é aquele adotado por Thompson (2011, p. 17): “tomar o conceito de ideologia separadamente da procura por valores coletivamente compartilhados, redirecionando-os para o estudo das maneiras complexas como o sentido é mobilizado para manutenção de relações de dominação”. As concepções desse autor não propõem que os sistemas simbólicos sejam ideológicos em si mesmo, mas discutem em que medida e como as formas simbólicas servem para sustentar e estabelecer relações de dominação em determinados contextos sociais em que são produzidas, recebidas e transmitidas.

Eagleton (1997, p. 21) afirma que “a força do termo ideologia reside na sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são”. Nesse sentido, um dos conceitos mais abrangentes sobre ideologia consiste no entendimento de Thompson (2011) que a observa como os modos pelos quais o significado contribui para manter as relações de dominação.

Pode-se observar que nos estudos de Foucault (2010) a ideologia não tem conotação de elemento universal, ainda que esteja fortemente relacionada ao poder, o qual não é visto como ação unilateral, mas sim multivetorial. Para o pensador “a verdade não existe fora do poder ou sem o poder” (2005, p. 12); essa relação íntima entre verdade e poder questiona a ideologia como algo que pretende ser verdade absoluta, pois, para o teórico, as verdades não são universais e nem naturais, e sim construções de caráter parcial e arbitrário.

Ainda que a ideologia não seja objeto de estudo de Foucault, há possibilidades de se estabelecer um diálogo entre suas premissas teóricas que relacionam verdade e sujeito à ideologia. Benevides (2013) pontua que, para Foucault, a ideologia é discutida através da relação saber-poder. “As relações de poder não desempenham apenas, no que refere-se ao

saber, um papel de facilitação ou obstáculo, elas não se contentam em favorecê-lo ou estimulá-lo, em falseá-lo ou em limitá-lo” (Foucault, 1979, p. 389).

A relação entre poder e saber para Foucault é um dos pontos mais inquietantes, já que propõe discutir como o poder se transforma em um saber e se instala como verdade no meio social. As estruturas que definem o poder e o saber são diferentes (Deleuze, 1991); no entanto, “o saber permite ao poder se reproduzir e se conservar, ao passo que o poder permite ao saber se atualizar” (Bert, 2013, p. 185). A recusa de Foucault em trabalhar com a noção de ideologia fundamenta-se em três aspectos:

Primeiramente, ela postula uma teoria incompleta, uma teoria imperfeita da representação. Segundo, essa noção de ideologia dominante estaria indexada, pelo menos implicitamente e sem poder desembaraçar-se de modo claro, à oposição do verdadeiro e do falso, da realidade e da ilusão, do científico e do não científico, do racional e do irracional. Terceiro, enfim, sobre a palavra dominante, depois de tudo, a ideologia fica num impasse em relação a todos os mecanismos reais de assujeitamento, distanciando-se, de qualquer modo, do empreendimento e repassando-o a um terceiro, recorrendo aos historiadores do saber para perceber como e por que em certa sociedade alguns dominam os outros (Foucault, 2010, p. 52).

Referente aos três apontamentos mencionados por Foucault, Benevides (2013) atesta que há alguns inconvenientes em relação à ideologia, tais como: a noção de representação, a oposição entre verdadeiro e falso e a abstração da singularidade dos contextos de dominação. Assim, grosso modo, pode-se dizer que para Foucault a ideologia seria uma representação que opera em oposição à própria realidade. Nesse sentido, Foucault substitui a noção de ideologia dominante pela noção de saber-poder, já que não a concebe como verdade única. Dessa forma, a noção de ideologia pode dialogar com as premissas de Foucault, considerando-se que, para esse teórico, a realidade é multifacetada e atravessada pela questão da verdade em sua condição de construção. Deste modo, Foucault não nega a existência da ideologia; apenas não a reconhece como portadora daquela verdade que opera de forma unilateral para fins de dominação de determinado grupo por outro de modo a impedir seu poder de reação por completo. A recusa desse pensador em operar com a ideologia ou com questões associadas à crítica à ideologia pode ser entendida ao considerar a perspectiva desse autor sobre a verdade, sobretudo sobre os dispositivos de verdade (Foucault, 2005).

Benevides (2013, p. 100) afirma que “a anarqueologia aparece, assim, como imagem invertida na rachadura do espelho da ideologia”, ou seja, os preceitos do teórico francês trabalham no sentido inverso da crítica à ideologia. Para Foucault (2010), a ideologia estaria em oposição à anarqueologia, já que ela tenta absolutizar uma verdade que se mostra relativa.

Desta forma, não se trata de distorcer a verdade, já que ela seria uma verdade relativa; trata-se de uma estratégia de dominação de alguns pelas vias de um poder de verdade. As lutas ideológicas implicariam em ocupar um lugar de maior destaque no dispositivo de verdade; assim, quem exerceria o poder seria aquele que concentraria maior força para resistir ao poder da verdade.

A esse respeito, Benevides (2013, p. 92) complementa, ao afirmar que: “seu interesse, não é, portanto, pelo valor de verdade dos enunciados, mas pelo valor da verdade em termos políticos”. Deste modo, as lutas e batalhas que se dão via discurso não seriam, para Foucault, pelo poder, mas sim pelo poder de dominar os dispositivos de verdade.

Ao se observar as práticas reais em que esses dispositivos de verdade operam, se percebe como essas verdades são construídas ou formuladas: “A verdade não é tomada como uma verdade em si, independente de uma política da verdade ou de um regime de verdade, mas é precisamente aquilo que aparece e ganha realidade no interior desta política ou deste regime” (Benevides, 2013, p. 91).

Em relação a estes dispositivos de verdade, Foucault entende-os como “conjunto de procedimentos regulados, para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (Foucault, 2005, p. 14). Deste modo, Foucault questiona a ideologia, ao propor que ela elimina os efeitos de verdade de um acontecimento que se quer universal, pois se mostra particularizada em determinado tempo e espaço, ou, ainda, uma falsa representação da realidade.

Embora Thompson adote uma postura de “concepção crítica” em relação à ideologia, seu estudo “oferece uma base para um enfoque construtivo, em vista da interpretação da ideologia nas sociedades modernas” (2011, p. 44). Diferentemente da “concepção neutra” sobre ideologia que a caracteriza sem considerar seus efeitos ilusórios ou a apresenta ligada aos interesses de grupos particulares, impelindo um caráter generalizante ao conceito, as concepções críticas de ideologia afirmam que:

implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador, ilusório ou parcial; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos. Concepções críticas de ideologia diferem com respeito aos fundamentos dos quais eles derivam um sentido negativo. Podemos descrever esses fundamentos diferentes como critérios de negatividade, associados com concepções particulares de ideologia (Thompson, 2011, p. 73).

Pode-se perceber que Thompson tece sua crítica à ideologia enquanto elemento com fim em si mesmo; neste aspecto, suas ideias coadunam com as razões de Foucault de recusar-

se a trabalhar com o conceito. Outro aspecto que pode aproximar esses dois autores e que se configura como elemento a ser observado neste trabalho, além das relações de poder, é o modo como as formas simbólicas inerentes à ideologia entrecruzam-se com as relações de poder, pois interessa a maneira com que o sentido mobiliza-se para reforçar posições de poder em dado contexto social.

Thompson (2011) explicita em que consistem seus estudos sobre a ideologia e como entende a relação entre a ideologia e os fenômenos simbólicos:

estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Não podem derivar do caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos próprios fenômenos simbólicos. Podemos compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos nos contextos sócio históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação. Se fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de dominação, é uma questão que pode ser respondida somente quando se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares – somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados (Thompson, 2011, p. 76).

Ao se partir do pressuposto de que as ideologias são construídas como sistemas simbólicos imbuídos de significados usados e entendidos em contextos sociais específicos, pretende-se observar como estas construções ideológicas evidenciam as relações de poder.

Eagleton (1997) tece críticas ao modo abrangente do conceito de ideologia de Thompson. Já Silva (2010, p. 21) atesta que a ideologia, “por identificar a presença do poder, que estaria disseminado, prolifera-se demais e perde sua função referencial”. Assim, enfatiza-se que este estudo não se ocupará de discutir sobre o conceito de ideologia, mas procurará compreender como o que se convencionou chamar de ideologia opera em meio às relações de poder.

Defende-se, assim, a pertinência da ideia de se estabelecer relação entre a forma que Thompson concebe a ideologia e as premissas teóricas sobre verdade, saber e poder tecidas por Foucault. À luz dessa interação entre as noções teóricas de poder e ideologia é que se pretende utilizar para compreender as relações de poder entre os atores das relações de trabalho.

De acordo com Thompson (2011), que preconiza o funcionamento da ideologia de diferentes maneiras em contextos sociais estruturados, pretende-se, assim, perceber os modos

de atuação da ideologia nas relações de poder presentes nos discursos dos atores das relações de trabalho.

6.3.3 Os modos de operação da ideologia de acordo com Thompson

Ao considerar que as ideologias são construções que não conseguem explicar a realidade e nem tampouco representar uma verdade unívoca, Thompson (2011) propõe um aparato para que se possa compreender melhor como essa ideologia pode operar ou como esses modos operam de maneira estratégica sobre as construções simbólicas.

A concepção de ideologia proposta por Thompson apresenta, ainda, mesmo que de modo diferenciado, uma concepção latente de Marx no que se refere à negatividade. Thompson (2011) aponta para o critério de sustentação das relações de dominação como elemento que deve estar presente para que se configure uma ideologia. Deste modo, não é essencial para esse autor que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias: “A ideologia pode operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações, mas essas são possibilidades contingentes, e não características necessárias da ideologia” (Thompson, 2011, p. 76). Assim, Thompson esclarece que o erro e a ilusão não são características essenciais da ideologia, pois não se preocupa em suas análises em evidenciar o quão “falso” ou “verdadeiro” os fenômenos simbólicos são. Ele reitera o interesse em evidenciar o fato das formas simbólicas servirem, em dadas circunstâncias, para estabelecer e sustentar as relações de dominação. O fato de sustentarem essas relações também não implica que sejam fenômenos ilusórios ou errôneos.

Para Veronese e Guareschi (2006) Thompson rompe com a máxima marxista de que são as relações de subordinação de classe que constituem, a priori, os eixos de exploração e de desigualdade na sociedade atual. Eles atestam que “nas sociedades contemporâneas, outras formas de conflito, em alguns contextos, são mais agudas do que essas, embora, é claro, a dominação de classe não seja um problema extinto, pelo contrário” (Veronese & Guareschi, 2006, p. 91).

Ainda que a concepção de Thompson sobre ideologia se insira na linha de pensamento marxista, resguardando-se a enorme diferença de contextos em que as concepções de ambos os teóricos foram pensadas, há outros dois aspectos que diferenciam sua forma de lidar e entender a ideologia: “Para Marx, são as relações de dominação e de subordinação de classe que constituem os eixos principais da desigualdade e exploração nas sociedades humanas em

geral, e nas sociedades capitalistas em particular” (Thompson, 2011, p. 77). O que Thompson questiona na visão de Marx é a redução das relações de dominação e subordinação em dois grupos de classes sociais apenas, pois haveria desigualdade e exploração nas relações de gênero, etnia, de estados-nação hegemônicos e estados-nação marginalizados, dentre outras. Deste modo, Thompson propõe cortar o elo entre o conceito de ideologia e o de dominação de classe, devendo-se ver esse elo apenas como contingente, e não essencial à ideologia.

Outra questão que diferencia a concepção de Thompson em relação às ideias de Marx sobre ideologia seria a das formas simbólicas e seus sentidos como constitutivos da realidade social ou da representação de um determinado contexto social. As formas simbólicas, mais do que meramente representações, estão intimamente ligadas às estruturas das relações sociais de modo contínuo e criativo. Nesse sentido, Thompson reitera sua proposta:

Proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de reprodução e recepção de formas simbólicas (Thompson, 2011, p. 79).

Deste modo, a reformulação proposta por Thompson sobre ideologia contempla três aspectos salutaros, a saber: a noção de sentido, o entendimento de dominação e os modos de operação dos sentidos para manterem as relações de dominação. Thompson insiste que o sentido sustenta e estabelecesse as relações que busca observar, interessando-se, assim, pelos sentidos das formas simbólicas que se inserem em determinados contexto sociais e circulam neste mundo. Dessa maneira, o teórico afirma: “por formas simbólicas, eu entendo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles como construtos significativos” (Thompson, 2011, p. 79).

Esses construtos significativos, ou ainda, formas simbólicas, de acordo com Thompson, aproximam-se da noção de discurso e de formação discursiva empregadas por Foucault, na medida em que os enunciados apresentam-se extrapolados por formulações mais abrangentes, como as práticas discursivas. Para Foucault, um sistema de formação compreende:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal qual objeto, para que empregue tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (Foucault, 2005, p. 82).

Ao se observar os “elementos” que contemplam a ideologia, pode-se perceber uma possibilidade de se estabelecer uma relação entre Foucault e Thompson, já que ambos os autores apontam para a multiplicidade das formulações linguísticas e imagéticas sobre determinado tema (Fischer, 2013).

O caráter significativo das formações simbólicas pode ser analisado a partir de diferentes formas: intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Para Thompson (2011), esta última indica que as formas simbólicas estão inseridas em contextos socialmente estruturados e que existem diferenciações em termos da distribuição e do acesso aos recursos presentes neste contexto.

A localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de ‘poder’, entendido neste nível como uma capacidade conferida a eles social ou institucionalmente, que dá poder a alguns indivíduos para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses (Thompson, 2011, p. 80).

A localização do sujeito em meio a determinado contexto implicará em níveis também diferenciados de influência e acesso a recursos, o que significa que ele teria um “poder de dominação” sobre aqueles que não contemplarem as mesmas situações em um dado momento. Assim, há dominação quando as relações de poder ocorrem de modo assimétrico (Thompson, 2011).

Essa questão referente ao sentido e dominação constitui o eixo central da proposta de reformulação do conceito de ideologia por Thompon. A interação entre sentido e poder em circunstâncias da vida social pode servir para explicar os modos de como o sentido sustenta as relações de dominação. A respeito destes modos de operação da ideologia, Thompson (2011) propõe um direcionamento de análise em que apresenta como esses modos de operação podem estar conectados às estratégias de construção simbólicas. Assim, esses modos gerais de operação da ideologia podem representar uma forma compreensível de como os sentidos podem estabelecer e sustentar relações de dominação. Vale salientar que esses modos não são as únicas maneiras de operação da ideologia, e nem mesmo a interdependência entre eles necessita ocorrer: “esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras” (Thompson, 2011, p. 81). Essas características das categorias propostas por Thompson (2011) são interessantes, pois não se colocam como elementos rígidos de análise em que o fenômeno precisa ser a eles adaptado. Além disso, dependendo de como as formas simbólicas são construídas, podem ou não servir

para estabelecer, manter, subverter ou minar relações de dominação. Desta forma, é necessário que se analise cuidadosamente essas formas discursivas para que se perceba como os sentidos se mobilizam no mundo social para a operação de uma ideologia ou como eles podem delimitar esse espaço.

Logo abaixo apresenta-se, então, uma tabela que compila os diferentes modos gerais de operação da ideologia identificados por Thompson(2011).

Quadro 07 - Modos de operação da ideologia

Modos Gerais	Algumas Estratégias Típicas de Construção Simbólica
Legitimação	Racionalização
	Universalização
	Narrativização
Dissimulação	Deslocamento
	Eufemização
	Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização
	Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação
	Expurgo do outro
Reificação	Naturalização
	Eternalização
	Nominalização e/ou passivização

Fonte: Adaptado de Thompson (2011).

Apresentar-se-á neste momento, de forma breve, como Thompson compreende cada uma destas categorias a fim de identificar suas operações em circunstâncias específicas - em meio às relações de trabalho que envolvem imigrantes. Desta forma, não há como garantir que essas estratégias de construção simbólica se manifestem de modo a contemplar tais categorias propostas pelo autor. Pode ocorrer que outras formas simbólicas de construção de sentido se apresentem, e que novas estratégias de operação de ideologias se mostrem em operação, assim como também novas ideologias se revelem nos contextos observados. O que se pretende, sobretudo, é perceber o funcionamento das relações de poder entre os atores

coletivos das relações de trabalho em meio a sua interação com as ideologias que podem servir ou não para estabelecer, manter, subverter ou minar relações de poder de um desses atores sobre os outros, considerando que essas relações de trabalho sejam assimétricas, conforme pontuado por Dunlop (1993) e Thompson (2011).

Conforme evidenciado por Thompson (2011), a legitimação seria uma das formas de operação da ideologia. De acordo com Weber, legitimar a dominação é torná-la algo justo e digno de ser apoiado. Para ele, afirmações de legitimação aconteceriam amparadas na racionalidade, na tradição e no carisma. Esses fundamentos expressam formas simbólicas e reiteram estratégias de construção simbólica, e uma das estratégias de legitimação é a racionalização “através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e, com isso, persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (Thompson, 2011, p. 82). Outra forma de legitimação é a universalização, pela qual “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos” (Thompson, 2011, p. 83). Há ainda outra estratégia de legitimação da ideologia, ou seja, a narrativização, em que a tradição é reiterada por histórias inventadas que passam a ser aceitas: “Histórias são contadas tanto pelas crônicas oficiais como pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas, servindo para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e servindo também para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder” (Thompson, 2011, p. 83). Dessa forma, contar, recontar e ouvir histórias envolve um processo simbólico que pode criar e legitimar relações de dominação.

A dissimulação também se configura como um *modus operandi* da ideologia, e opera por meio do ocultamento, da negação ou fingimento da inexistência do outro. A dissimulação pode ser expressa por três formas estratégicas: deslocamento, eufemização e tropo. O deslocamento como estratégia de dissimulação opera quando “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, com isso a conotação negativa ou positiva do termo é transferida para os outros objetos ou pessoas” (Thompson, 2011, p. 83). A eufemização consiste em despertar uma valoração positiva de uma ação, instituição ou relação social. Já o tropo se refere às figuras de linguagem utilizadas como formas de dissimulação da ideologia. Dentre as que se destacam, tem-se a sinédoque (em que os sentidos têm uma relação de extensão desigual; usa-se uma parte para referir-se ao todo ou vice-versa), a metonímia

(que expressa uma relação de continuidade entre os termos) e a metáfora (quando um termo substitui outro por semelhança ou analogia); essas figuras de linguagem contribuem para evidenciar as relações de poder. Sendo assim, Thompson pontua que:

O uso figurativo da linguagem é uma característica bastante comum do discurso cotidiano, que é uma maneira eficaz de mobilizar o sentido no mundo sócio histórico, e que, em certos contextos, o sentido mobilizado desse modo pode estar envolto com poder, podendo servir para criar, sustentar e reproduzir relações de dominação (2011, p. 84),

O terceiro modo geral de operação da ideologia é a unificação, tida como uma forma que “interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los” (Thompson, 2011, p. 86). A padronização é uma estratégia da unificação, assim como a simbolização da unidade. As formas simbólicas podem ser unificadas de modo a repedir um padrão aceitável e partilhável. A simbolização, seguindo o pressuposto da padronização, utiliza-se da construção de símbolos atribuídos a identidades coletivas que são difundidas por grupos que visam contínua reafirmação por meio de uma unificação simbólica. Aqui pode-se perceber relações existentes entre as estratégias de padronização, simbolização da unidade e narrativização, pois elas podem atuar de forma interligada. Desta maneira, pode-se entender que a unificação cria e reafirma uma identidade coletiva; suprime as diferenças, estabelece e sustenta relações de poder.

Outro modo de operação da ideologia consiste na fragmentação, a qual possui duas estratégias de construção simbólica: a diferenciação e o expurgo do outro. A respeito desses modos de operação, Thompson (2011) enfatiza que:

Relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador. Aqui, uma estratégia típica de construção simbólica é a diferenciação- isto é, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunam e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou a um participante efetivo no exercício do poder. Outra estratégia pertinente pode ser descrita como o expurgo do outro. Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é representado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou expurgá-lo. (2011, p. 87).

O quinto *modus operandi* da ideologia é a reificação. Ele consiste em estabelecer e sustentar as relações de dominação por meio da retratação de uma situação transitória como se fosse permanente, como se sempre acontecesse de maneira atemporal retirando, assim, o caráter social e histórico do fenômeno. Thompson (2011) atesta que há algumas estratégias de reificação: a naturalização, a eternalização, a nominalização e a passivização. A naturalização como forma de reificação da ideologia acontece quando se desconsidera que as realidades são construídas sócio historicamente. A eternalização tem uma forte ligação com a naturalização, na medida em que os fenômenos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem pensados como permanentes, imutáveis e recorrentes. A nominalização e a passivização como recursos gramaticais também operam de modo a reforçar o caráter reificante da ideologia, pois “elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas” (Thompson, 2011, p. 88). Buscam também eliminar referências a contextos espaciais e temporais, uma vez que modificam as construções verbais.

Como bem evidenciou Thompson (2011), os modos gerais de operação da ideologia não são as únicas formas de intervenção da ideologia no terreno social, nem mesmo são atreladas apenas aos grupos dominantes, ainda que sejam mais frequentes neles.

Desta forma, essa pesquisa pretende utilizar esses *modus operandi* para compreender as relações de poder em contextos das relações de trabalho, tendo como um dos atores dessas relações os imigrantes. À luz das teorias preconizadas por Thompson e Foucault sobre ideologia e poder, acredita-se que a percepção de novas nuances nas relações de trabalho promoverão análises mais ricas em significados, promovendo não apenas reflexões sobre as próprias relações de trabalho, mas também das relações humanas de uma maneira geral.

ETAPA DE TEORIZAÇÃO DOS DADOS

7 Modos de operação da ideologia no jogo de poder entre os atores presentes nas relações de trabalho

Buscou-se, neste capítulo, evidenciar quais são as construções ideológicas dentro do campo pesquisado, ou seja, dentro das RTs que envolvem os imigrantes. Para tal, utilizou-se os memorandos que, após sua compilação, foram elevados à Premissas Gerais extraídas do campo de ação das RTs para se compreender como se manifestam as relações de poder que, devido à sua assimetria, podem se transformar em relações de dominação entre os diferentes atores das relações de trabalho. Vale ressaltar que, para esta análise, considerou-se o jogo de poder não como o embate em que se tenha, ao fim de uma dita partida, um ganhador ou um perdedor, e sim a complexidade dos embates e das estratégias utilizadas no campo de ação das RTs em que o poder circula e atua.

Com o intuito de tornar mais didático o processo de análise das relações de poder e seu funcionamento, optou-se por compilar os memorandos construídos ao longo desta pesquisa, extrair deles as Premissas Gerais e, a partir delas, retirar novamente material mais refinado para que sejam construídas as Premissas Conceituais. Essas premissas foram agrupadas de acordo com a interação entre os atores das RTs, de modo a focar a análise nos pontos de intersecção, conforme apresentado no esquema 02 abaixo.

Esquema 02- Pontos de intersecção a serem enfocados nas análises.

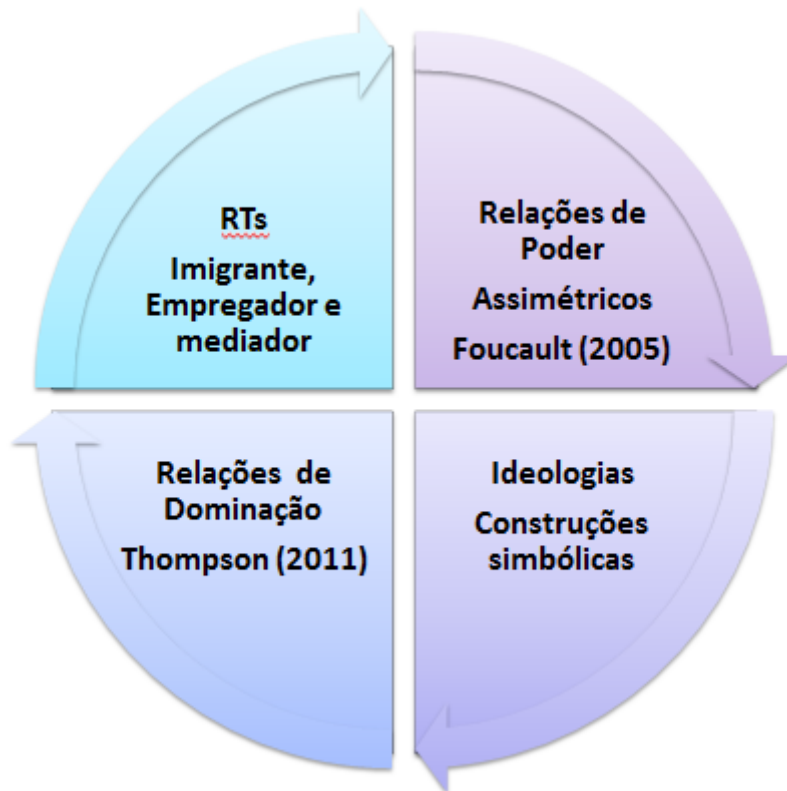


Fonte: construído pela autora.

O interesse em se observar com mais afinco os pontos de intersecção entre os atores das relações de trabalho se deve à importância da interação com o outro em que se evidenciam as relações de poder; neste sentido, verificar como as construções simbólicas movimentam os sentidos de modo a estabelecer e sustentar essas relações de dominação se

mostrou oportuno neste espaço. A interação destes elementos promovida pela circulação dos sentidos das construções simbólicas pode ser ilustrada no esquema abaixo.

Esquema 03- Circulação do sentido das construções simbólicas nas RTs observadas



Fonte: Elaborado pela autora

A compilação dos memorandos não foi feita de modo aleatório, mas com base na recorrência dos mesmos elementos discursivos apresentados pelos diferentes atores sociais presentes nas relações de trabalho. Desta forma, as Premissas Gerais contemplam enunciados variados que exprimem discursos que relacionam entre si, contados e recontados por atores diversos, mas inseridos em um mesmo contexto ou formação discursiva.

A fim de facilitar o processo de análise, buscou-se agrupar as Premissas Gerais extraídas dos memorandos em quatro grandes grupos, conforme agrupamento no Quadro 08 a seguir. Observaram-se, então, as premissas gerais que apresentam as seguintes interações: entre os empregadores e os imigrantes (EI), entre os empregadores e os mediadores (EM), entre os mediadores e os imigrantes (IM) que estejam empregados ou em busca de emprego, bem como a interação entre os três atores mencionados, simultaneamente (EIM). Para representar essa interação de forma mais didática foram criados os códigos (EI, IM, EM e EIM) que serão aprofundados nas análises das sessões seguintes.

Quadro 08- Compilação dos memorandos

Atores sociais das RTs	Código	Premissas Gerais
Empregadores e imigrantes	EI	Comparação entre os funcionários imigrantes e não imigrantes
Empregadores e imigrantes	EI	Necessidade maior dos imigrantes de manterem o emprego atrelada a vulnerabilidade
Empregadores e imigrantes	EI	Comprometimento dos imigrantes com o trabalho, obediência e respeito à hierarquia organizacional.
Empregadores e imigrantes	EI	Maior relação custo/benefício na contratação de mão de obra imigrante.
Empregadores e imigrantes	EI	Interação entre os funcionários brasileiros e os imigrantes.
Empregadores e imigrantes	EI	Entendimento de que a mão de obra, sobretudo a imigrante, é facilmente substituível nas empresas.
Empregadores e imigrantes	EI	A incorporação do discurso do empregador pelos imigrantes.
Empregador e imigrantes	EI	Importância da atuação de mediadores na contratação de imigrantes em um contexto de dificuldade de conseguirem empregos sozinhos ou por meio de agências que cobram pelos serviços.
Empregador e mediadores	EI	O trabalho de sensibilização de que o imigrante deve ser tratado como um empregado autóctone faz com que muitos empregadores desistam da contratação.
Empregadores e imigrantes	EI	A contratação de novos imigrantes mostra-se sensível ao sucesso ou não da experiência anterior. E o sucesso interfere na permanência ou não do imigrante no emprego.
Atores sociais das RTs	Código	Premissas Gerais
Empregadores e mediadores	EM	O não domínio da língua portuguesa como fator limitante das chances dos imigrantes de conseguirem emprego
Empregadores e mediadores	EM	Reclamação dos empregadores do alto custo da formalização do trabalho
Empregadores e mediadores	EM	Relação de trabalho - e não de amizade - com o imigrante
Empregadores e mediadores	EM	Falta de sensibilização para o drama dos imigrantes
Empregadores e mediadores	EM	Reiteração dos estereótipos em relação aos imigrantes (Rouba trabalho, traz doença, aumenta a criminalidade, dentre outros)
Empregadores e mediadores	EM	Preconceitos raciais arraigados no ambiente de trabalho.
Empregadores e mediadores	EM	Tendência dos imigrantes a conseguirem empregos mais desvalorizados socialmente
Empregadores e Mediadores	EM	Desvalorização dos trabalhadores, imigrantes ou não, e sua redução a um senso utilitário/funcional.
Empregadores e Mediadores	EM	Percepção de que a Missão Paz e o CPM são locais em que se encontram facilmente mão de obra imigrante que tende a aceitar qualquer proposta de emprego.

Mediadores e empregadores	EM	As visitas e o contato direto com as empresas que contratam imigrantes representam uma forma de tutela aos empregados e empregadores.
Empregadores e mediadores	EM	Reclamação por parte de agências de emprego de que os imigrantes estariam aculturados, o que os desqualificaria para o emprego.
Empregadores e mediadores	EM	Dificuldades de comunicação por falta de domínio da língua restringem as chances dos imigrantes de conseguirem emprego e de se manterem no trabalho.
Empregadores e mediadores	EM	A falta de experiência profissional dos imigrantes vista como característica positiva pelo empregador, já que poderia moldá-los de acordo com sua conveniência.
Empregadores e mediadores	EM	A maior facilidade de inserção dos venezuelanos no setor agrícola do que trabalhadores de outras nacionalidades.
Empregadores e mediadores e	EM	Aumento da oferta de vagas conjuntas (casal).
Empregadores e mediadores	EM	A crença de que os imigrantes são mais comprometidos com o trabalho é quase unânime entre seus empregadores.
Empregadores e mediadores	EM	A adaptação do imigrante condicionada à permanência no emprego e ao crescimento profissional.
Empregadores e mediadores	EM	Os recrutadores observados apresentam formas de recrutamento desestruturadas, restringindo a contratação mais pela empatia do que propriamente pela competência.
Empregadores e mediadores	EM	A solidariedade presente na ajuda aos imigrantes foi evidenciada por razões histórico-familiares particulares.
Atores sociais das RTs	Código	Premissas Gerais
Imigrantes e mediadores	IM	Assujeitamento dos imigrantes a condições mais precárias de trabalho.
Imigrantes e mediadores	IM	O poder dos novos atores das RTs como, por exemplo, associações de imigrantes, CPM, Missão Paz
Imigrantes e mediadores	IM	A submissão dos imigrantes ao empregador como forma de manutenção do emprego.
Imigrantes e mediadores	IM	Reconhecimento da exploração ao imigrante “justificada” pela sua oferta de mão de obra abundante.
Imigrantes e mediadores	IM	O sentimento de impotência do imigrante na promoção da simetria nas relações de poder nas RTs.
Imigrantes e mediadores	IM	O reconhecimento pelo imigrante da desigualdade de forças nas RTs.
Imigrantes	IM	O ganho financeiro como forma de compensação no jogo de poder das RTs.
Imigrantes e mediadores	IM	A adaptação às regras do trabalho como condição de sobrevivência e permanência no país.
Imigrantes e mediadores	IM	A dependência do trabalho como única forma de sobreviver, faz com que imigrantes tornem-se empreendedores por necessidade.
Imigrantes e mediadores	IM	O medo iminente dos imigrantes de perderem seus empregos faz calar suas vozes diante de situações xenófobas e racistas.

Atores sociais das RTs	Código	Premissas Gerais
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	A Missão Paz e o CPM como novos atores das RTs são reconhecidos socialmente por sua atuação com imigrantes em nível nacional e local.
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	Reiteração dos estereótipos em relação aos imigrantes (Rouba trabalho, traz doença, aumenta a criminalidade, dentre outros)
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	A ideia de que os imigrantes são vulneráveis socialmente não impede que eles sejam explorados por empregadores e mesmo por outros imigrantes, compatriotas ou não.
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	Vagas de trabalho escassas e cada vez mais específicas em MT e SP.
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	A condição de imigrante, somada as diferenças culturais provocam estranhamentos, discriminação e preconceito no ambiente de trabalho.
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	Diferentes formas de manifestações de poder expressas nos discursos dos atores das RTs, além da assimetria nessas relações .
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	Imigrantes se tornam arrimo migratório, pois ao partirem carregam os anseios de todos os que ficaram e precisam de ajuda.
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	Os mediadores representam os novos atores das RTs; no entanto, essas ainda são fortemente pautadas por dois atores: empregador e imigrante.
Empregadores, imigrantes e mediadores	EIM	As redes de comunicação/informação que os imigrantes mantem os auxilia em suas demandas diversas, dentre elas o trabalho, sobretudo entre os compatriotas.

Fonte: elaborado pela autora, com os dados da pesquisa.

No quadro 08 foram compilados os memorandos e elevados a Premissas Gerais por meio do refinamento de dados ao longo das imersões a campo. Essas Premissas Gerais foram divididas em quatro grandes grupos e devidamente codificadas; contém um extrato daquilo que foi sendo construído durante todo o processo de pesquisa. As Premissas Gerais não representam casos isolados, pois apresentam recorrência nos discursos de diferentes atores sociais e em diferentes contextos, valendo salientar que apresentam características complementares entre si. Deste modo, cada Premissa Geral descrita acima surge de um refinamento dos dados obtidos através das sucessivas imersões no campo de pesquisa, não retratando situações pontuais de apenas um ou outro imigrante, empregador ou mediador; nem mesmo representam situações isoladas de apenas um dos dois contextos geográficos observados (SP e Cuiabá). Elas compilam postulados que expressam recorrências de ações

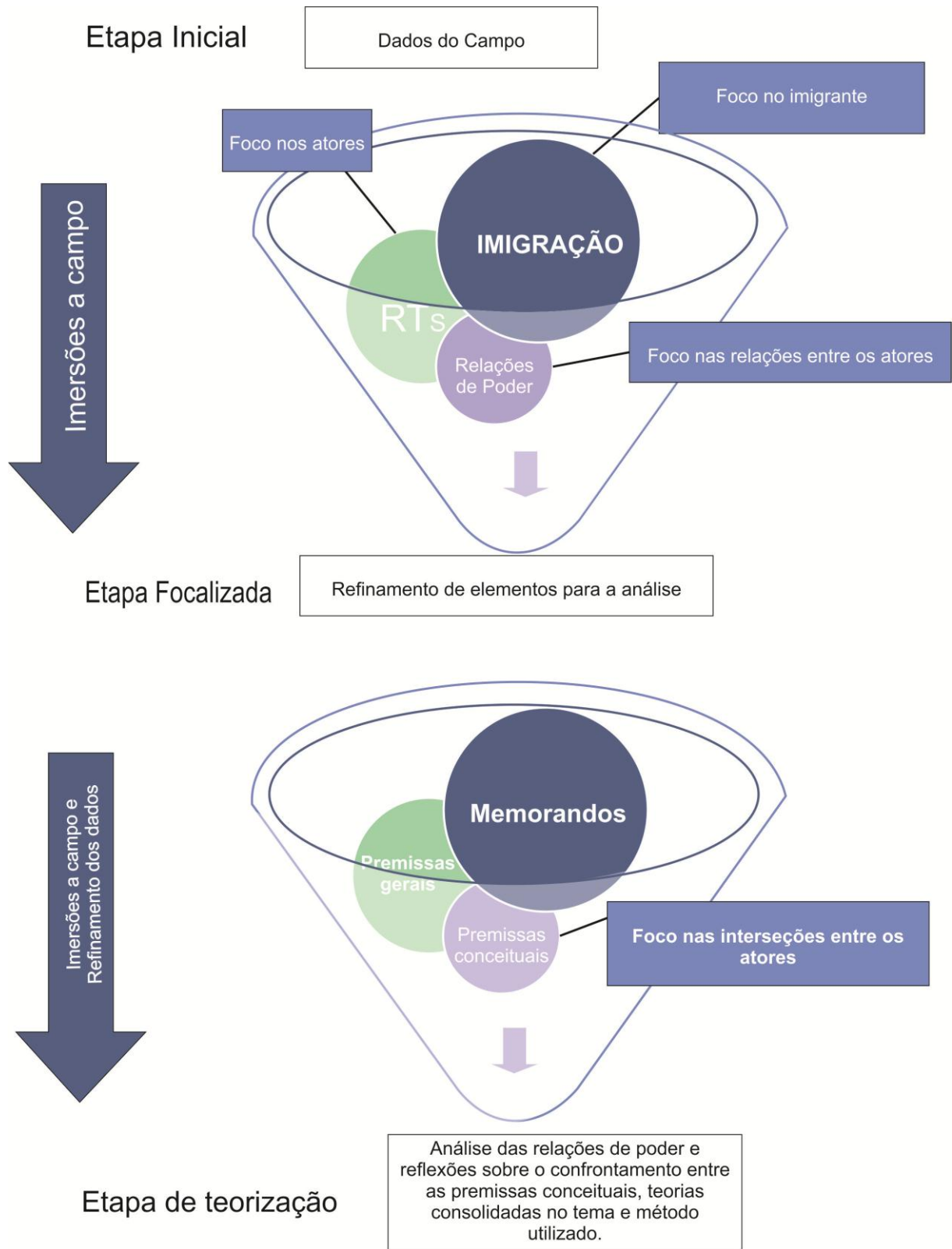
individuais, coletivas e organizacionais, além de observações e reflexões da pesquisadora sobre os dados coletados e do contexto de migração em diferentes âmbitos, de acordo com as relações de trabalho e sua interface com as relações de poder.

As interações entre os atores sociais mencionados que se construíram para efeitos desta análise versam sobre uma possibilidade de relações de poder e de trabalho entre os atores, mas não se configuram unívocas e nem isoladas de outras que possam se estabelecer mediante aprofundamento da análise e novos *insights* possibilitados pelo próprio método de pesquisa adotado. Desta forma, uma vez apresentadas as Premissas Gerais, atendendo aos direcionamentos da *Grounded Theory*, o refinamento de dados do campo já se mostra delineado, apresentando consonância com o que Chramaz (2009) apontou como o surgimento da teoria fundamentada ou convencionalmente conhecida como teoria substantiva. Esta etapa de análise proporcionará, então, não apenas a confirmação do que se postula teoricamente no campo científico, mas também o confronto no campo de ação e, com isso, possibilitar novos pressupostos ou *insights*. A interação entre o método de pesquisa utilizado, os dados do campo, as teorias já consolidadas na área e as reflexões sobre o processo de pesquisa e a análise dos dados estarão expressos no esquema 04, a ser apresentado em seguida.

A análise sobre as relações de poder que se segue não pretende esgotar as possibilidades que o campo oferece, configurando-se apenas como uma reflexão oriunda de inúmeras imersões no campo em que será possível observar, vivenciar e refletir sobre as diferentes configurações das relações ali presentes.

A análise partiu, portanto, dos elementos presentes nos enunciados, mas não se concentrará tão somente neles, pois será observada também a interlocução com outros enunciados ou contextos que se inserem nas mesmas formações discursivas, conforme pontuado por Foucault (2005). Buscou-se, simultaneamente, apresentar como as ideologias, sobretudo a do trabalho e suas formas simbólicas, tais como apontadas por Thompson (2011) podem operar nas relações de poder presentes nos discursos dos atores sociais.

Esquema 04- Mapa conceitual da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

Ao seguir a concepção de Thompson sobre ideologia, cujo critério de sustentação das relações de dominação constitui-se como uma característica que define o termo e justifica seu estudo, observaram-se como os sentidos no espaço social são mobilizados para reforçar a disposição dos atores sociais das TRs no jogo de poder. Se os fenômenos simbólicos são ideológicos na medida em que servem, em circunstâncias particulares, para manter as relações de dominação, conforme preconiza Thompson (2011), foi examinada a interação de sentido e poder em determinados enunciados a fim de se observar o modo como às formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas no contexto em que se inserem. Assim, os discursos selecionados foram recortados de situações que permitem uma análise não do enunciado apenas, pois retratam fenômenos simbólicos que sustentam e mantêm relações de poder e que podem ou não reiterarem ideologias dominantes, já que não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas ou falsas para serem ideológicas, de forma que não se questionou aqui o estatuto de verdade destas formações, mas sim o modo como elas operam para manterem as relações de poder.

É importante pontuar, aqui, que na análise utilizou-se de alguns dos elementos e recursos da ACD; no entanto, não se pretende usá-los de forma completa de modo que se configure uma análise propriamente de ACD, e sim uma análise que se instrumentalizará apenas com parte de seu arcabouço teórico, de acordo com as necessidades dessa proposta de pesquisa. Dessa forma, foram aproveitados alguns conceitos da ADC (como o de ideologia, por exemplo), para que se possa compreender como se manifestam as relações de poder e sua interação com as ideologias de acordo com princípios de uma análise crítica em que se confrontam e se comparam simultaneamente os dados.

7.1 O jogo de poder entre os empregadores e os imigrantes (EI)

Antes de iniciar a análise proposta, percebeu-se ainda a necessidade de melhor lapidar as Premissas Gerais de acordo com as divisões estabelecidas pelas interações representadas pelos códigos (EI, IM, EM e EIM), refinando-as até se chegar às Premissas Conceituais, as quais se referem aos atores sociais envolvidos. Desta forma, os quadros apresentados a seguir, no início de cada seção de análise, representam um desmembramento do Quadro 08 em que se estabeleceram pontos de intersecção entre as Premissas Gerais e as Premissas Conceituais de

cada código. Os pontos de interseção sinalizam para um aspecto aglutinador entre os enunciados proferidos por cada grupo de atores, contidos nas Premissas Gerais e Conceituais. Desta forma, as Premissas Conceituais podem ou não se repetir em cada interação entre os grupos observados, apresentando situações em que se pode perceber a relação de poder entre ao menos dois dos atores sociais que atuam nas RTs.

Vale salientar que as Premissas Conceituais foram extraídas a partir do refinamento das Premissas Gerais em contraposição aos enunciados selecionados para compor a análise. Elas serão apresentadas no texto ao lado das Premissas Gerais para facilitar a compreensão do processo de análise apresentado e dos elementos nele utilizados. O quadro a seguir contempla a interação entre os empregadores e os imigrantes, trazendo as Premissas Gerais e as Premissas Conceituais provenientes da análise.

Quadro 09- Interação entre Empregadores e Imigrantes (EI)

Ponto de interseção	Premissas Gerais	Premissas conceituais
Os imigrantes e sua condição de alteridade nas interações com os empregadores	Comparação entre os funcionários imigrantes e não imigrantes	Diferenciação ente imigrantes e autóctones
	Vulnerabilidade social dos imigrantes e refugiados e maior necessidade de manter o emprego	A vulnerabilidade social dos imigrantes torna-os passíveis a exploração.
	Comprometimento dos imigrantes com o trabalho, obediência e respeito à hierarquia organizacional	Imigrantes tendem a ser mais comprometidos no trabalho
	Maior relação custo/benefício na contratação de mão de obra imigrante	A vulnerabilidade social dos imigrantes torna-os passíveis a exploração.
	Interação entre os funcionários brasileiros e os imigrantes	Interação e conflitos entre imigrantes e autóctones
	Entendimento de que a mão de obra, sobretudo a imigrante, é facilmente substituível nas empresas.	Funcionalidade dos Imigrantes
	Importância da atuação de mediadores na contratação de imigrantes em um contexto de dificuldade de conseguirem empregos sozinhos ou por meio de agências que cobram pelos serviços	Mediadores auxiliam imigrantes na busca por trabalho
	O trabalho de sensibilização de que o imigrante deve ser tratado como um empregado autóctone faz com que muitos empregadores desistam da contratação	A igualdade de direitos dos imigrantes inviabiliza mais contratações
	A contratação de novos imigrantes mostra-se sensível ao sucesso ou não da experiência anterior. E o sucesso interfere na permanência ou não do imigrante no emprego.	Contratação de novos imigrantes facilitada pelo sucesso de experiência de anterior

Fonte: elaborado pela autora, com os dados da pesquisa.

Os recortes a seguir foram retirados de entrevistas com imigrantes e empregadores em diferentes contextos sociais e nas duas regiões pesquisadas (Cuiabá e SP); nesses enunciados percebem-se discursos que expressam posições já fortemente demarcadas dentro das RTs, exprimindo também oscilação de posições no jogo de poder entre os atores destas relações sociais. A ordem dos fragmentos selecionados seguiu a numeração sequencial dos recortes já apresentados, a fim de facilitar a localização no texto. Buscou-se observar as Premissas Gerais mais recorrentes, bem como os elementos que as aglutinam às Premissas Conceituais.

Quando inseridos em um grupo social é comum que os indivíduos busquem estabelecer comparações entre os membros; estas comparações podem aproximar ou distanciar uns indivíduos de outros na medida em que as afinidades ou falta delas aumentam ou diminuem em relação ao grupo. Nas relações no ambiente de trabalho, assim como em outros modos de interação humana, essas comparações acontecem e são uma via de mão dupla. A observação do outro como elemento diferenciador na relação entre dois ou mais indivíduos traz consigo um caráter complexo quando eles perdem, renunciam ou ignoram o exercício de alteridade, o qual se faz indispensável para se compreender o lugar e a realidade do outro.

Nos recortes que se seguem pode-se observar que os empregadores estabelecem comparações entre os trabalhadores brasileiros e os estrangeiros, e essas comparações muitas vezes não servem simplesmente para marcar traços diferenciais, mas também para estabelecer estereótipos que tencionam a relação entre os empregados, ainda que perante a lei trabalhista eles sejam reconhecidos igualmente como qualquer outro trabalhador, fazendo com que se criem barreiras que ultrapassem os limites laborais e nutram ideologias já construídas sobre o “outro”. Deste modo, as “forças” se contrapõem umas às outras, impactadas também pelas tensões no campo social que buscam firmar-se como verdades, conforme pondera Foucault (2005). No entanto, elas são também instáveis e questionadas a todo momento, ainda que representem ideologias dominantes. Nos recortes (R034 e R035) que se seguem, podem ser observadas comparações entre os imigrantes e trabalhadores brasileiros. Nota-se uma proximidade dos elementos discursivos entre os dois empregadores entrevistados:

(R 034)

Primeiro porque **a gente vê que a mão de obra estrangeira ela em com o objetivo de trabalho e a gente acha que pelas condições hoje de CLT o pessoal hoje vem atrás de salário**. Então, você tem um giro muito alto de funcionários, eles passam um ano e já querem receber seguro-desemprego, já acham uma maneira de pedir a conta e o imigrante não, ele vem com vontade

de trabalhar. Então, esse foi o diferencial. **Porque mão de obra aqui a gente ainda tem**, mas o diferencial é que aqui, com tantos incentivos do governo, acabou atrapalhando, ensinou o trabalhador a pedir em vez de trabalhar (ES 05, Empregador de SP. 09 de junho de 2016).

(R 035)

eu percebi assim, que eles[imigrantes] têm mais interesse em desempenhar o trabalho, porque como eles são migrantes, eles estão aqui e eles têm que trabalhar, geralmente eles mandam dinheiro pra fora então eles precisam trabalhar. Eu percebi que eles trabalham assim, **eles [imigrantes] têm muito medo de perder o emprego**, então eu acho que eles desempenham mais, volta e meia se tá alguma coisa errada eu falo, **eles têm muito medo de perder o emprego**, então eu acho que é isso. E brasileiro hoje em dia não tá muito afim de trabalhar ne, eles querem emprego, não trabalho (ES 78 Empregadora Cuiabá- MT, 03 julho 2018).

(R 036)

Decidimos empregar imigrantes pela dificuldade de a gente ter fidelidade com nossos funcionários, começou a gente ter uma rotatividade muito grande, em função, por exemplo, de seguro desemprego. Isso atrapalhou muito. A pessoa espera cumprir o período que ela tá trabalhando, pra depois pedir a conta e ficar seis meses recebendo seguro desemprego até arrumar um próximo emprego. (ES 07, Empregador de SP. 09 de junho de 2016).

Ao se observar a interação entre empregador e imigrante narradas pelos empregadores, é possível perceber que suas posições nas RTs são bem demarcadas, assim como os atores sociais que as ocupam. Elementos discursivos como “patrão e imigrante” são carregados de sentido, pois expressam, além das RTs, relações de poder no jogo de forças entre os atores, conforme se observa (R 034 e R 035). O reconhecimento pelo empregador de que o imigrante precisa de trabalho, tão ou mais do que o empregado autóctone (R 035), coloca o imigrante, simultaneamente, em uma situação de igualdade e desigualdade. Igualdade em relação ao trabalhador brasileiro, no sentido de que, diante das leis trabalhistas que vigoram atualmente, não há distinção entre trabalhadores imigrantes e trabalhadores não imigrantes; porém, de desigualdade quando os imigrantes querem ou buscam trabalhar mais do que os trabalhadores brasileiros. Os recortes (R034, R035 e R036) são carregados de ideologias que se contrapõem umas às outras, reiterando estereótipos em relação aos atores sociais das RTs, tanto dos imigrantes quanto dos não imigrantes. Os recortes (R034 e R035) acentuam que os imigrantes têm mais interesse pelo trabalho do que os outros trabalhadores, justificados pelo enunciado (R036) que indica a possível razão para o aparente desinteresse pelo trabalho do grupo de trabalhadores brasileiros. Discurso que reitera que a classe trabalhadora do país só busca por emprego, mas não quer de fato trabalhar. O empregador (R035), apesar de apontar para a

diferenciação entre imigrante e não imigrante, insere-se dentro de uma mesma construção ideológica, ou seja, a de que o empregado deve e precisa trabalhar; neste aspecto não se difere imigrante de não imigrante, e a relação de trabalho e de poder se constroem a partir da lógica econômica em que o trabalho tem valor e capital. Nesse sentido, quem mais precisa vende a força de trabalho a quem tem “disposição a pagar”. Não é proposta deste trabalho discutir a legitimidade destas posições, e sim compreender como o poder circula nestes espaços cercados de ideologias que lutam para adquirir um estatuto de verdade em dadas circunstâncias e espaços em que operam.

Na relação de trabalho o empregado só é considerado digno de existir e ter voz se trabalhar e se adequar às exigências dos patrões. Os imigrantes parecem compreender, assim que se inserem no mercado de trabalho, que a sua permanência se deve à não resistência e obediência ao que é deles exigido de acordo com as ideologias do trabalho que compõem o sistema laboral/patronal. O comprometimento dos imigrantes com o trabalho também é reiterado nas narrativas, assim como a obediência às normas do emprego, o que parece ser um diferencial entre imigrantes e autóctones que acaba sendo incorporado pelos enunciados de empregadores e imigrantes.

(R 037)

Certo. Graças a Deus que **os meus patrões são pessoa boa**, que é pessoa que dialoga com a gente, quando eu preciso falar com eles, eles dão um tempo pra me explicar as coisas que eu preciso falar, são pessoas boa, graças a Deus (ES 77. 03 de julho de 2018).

(R038)

Todo haitiano que tem que trabaia dileito, poque si non trabaia dileito, otlos haitano non consegue trabaio também. (ES 20, 22 de setembro de 2016).

(R039)

Se você chega num serviço e **seu comportamento não é bom, todo mundo vai criticar** e se você sair desse serviço, não vão pega nenhum haitiano mais, porque o haitiano que estava aqui primeiro não comportava bem, não trabalhava bem, por isso tem um monte que tá sofrendo (ES 52, 12 de julho de 2017).

(R 040)

O relacionamento humano. Vamos dizer assim, tudo que tem de humano, brigas, intrigas, fofoca, coisas de trabalho que às vezes acontece. **O que elas têm de ponto forte é a determinação em trabalhar**, elas vêm como essa vontade de trabalhar. Elas cumprem a carga horária delas direitinho, chegam no horário, também saem no horário certo. Não tem esse negócio de ficar pra

mais do horário. **Elas são bem regradas em relação ao horário**, isso foi bom pra nós também. (ES 05, Empregador de SP. 09 de junho de 2016).

Nota-se, nos recortes acima, que o cumprimento das obrigações de trabalho é cobrado pelo empregador conforme R040 e reforçadas nos recortes R038 e R039. A necessidade da relação entre ambos também é evidenciada pelos dois atores em questão. No entanto, a relação de força que se estabelece entre eles tende a ser divergente, já que muitas vezes o imigrante incorpora em sua retórica o discurso do empregador como se fosse o seu; essa construção simbólica pode ser constatada claramente nos recortes (R038 e R039). Desta forma, consegue-se evidenciar a legitimação de ideologias já consolidadas em relação aos papéis de cada ator dentro das relações de trabalho. Essa legitimação como forma de operação da ideologia em relação ao trabalho pode ser percebida em todos os recortes acima. Alguns elementos discursivos, conforme se observa nas partes grifadas, demonstram como as construções simbólicas podem manter e sustentar relações de dominação nos moldes pontuados por Thompson (2011).

Ao mesmo tempo em que circula a legitimação, também foram visualizadas, embora com menor recorrência, narrativas que apresentam outras estratégias de construção simbólica. Interessante observar que o elemento da resistência por parte dos imigrantes existe, ainda que sobreposto por seu interesse e maior pré-disposição para o trabalho; os recortes que seguem podem bem ilustrar essas premissas.

(R 041)

Talvez dificuldade de subordinação, **eles [imigrantes] são um pouco difíceis pra você mandar ou pedir pra fazer alguma coisa**. O brasileiro é mais malandro, pode ser que ele nem faça depois, mas na hora ele fala “tá bom, meu, eu faço”. **Elas já são mais resistentes**, mas quando você vence essa resistência, por exemplo, às vezes você vai explicar “você tem que limpar de tal jeito”, mas ela tá acostumada a limpar de outra forma, **aí ela fala que o jeito dela é que tem que ser. E você tem que relevar**, mas você tem essa resistência. **Mas a gente com o tempo acabou vencendo isso também. Mas eles são um pouco resistentes a esse jeito do trabalho**. (ES 86, Empregador de Cuiabá-MT, 19 de setembro de 2018).

(R 042)

É isso, essa **vontade de trabalhar** eu acho que resume o negócio. Diferente da mão de obra que a gente tem aqui. Não é que o brasileiro não goste de trabalhar, é que a facilidade que ele tem em ganhar sem trabalhar é maior. Então, desestimulou. Porque se o país estimulasse o cara a trabalhar “olha, vai ganhar por produção!”. Mas aqui não, o cara ganha mesmo parado. Então a **vantagem de a gente ter essa mão de obra, é que eles vêm com vontade de**

trabalhar. Talvez não é que não entendem, é que **eles não vêm pensando nos benefícios, eles vêm pensando no trabalho.** E o trabalhador aqui, ele pensa no benefício, ele não quer saber o que ele vai fazer, ele quer saber o benefício que ele vai ter. (ES 36, Empregador em Cuiabá-MT, 10 de abril de 2017).

(R043)

Ele nunca fez isso, mas **quando a pessoa quer trabalhar e precisa trabalhar, ele tá se esforçando.** Eu comprei uma roçadeira novinha pra ele, pus gasolina, pra ele não falta nada, então ele tá...tá é... é **fazendo as coisas que tem que ser feitas,** bonitinho. (ES 06, Empregador de São Paulo, 09 de junho de 2016).

Embora os recortes (R 041 e R 042) ainda apresentem fortemente a comparação entre os trabalhadores brasileiros e imigrantes, conforme já discutido acima, chama atenção o modo como os imigrantes são vistos pelos empregadores, sendo mais resistentes às imposições do trabalho, mesmo ocupando posição de menor poder nas RTs. Pode-se observar isso pela recorrência do elemento discursivo “resistência, resistentes, difíceis pra mandar”, no recorte (R041). Dentro do ambiente de trabalho, os imigrantes também reagem e podem exercer força de resistência às imposições do trabalho ou empregador; no entanto, as forças parecem ser bastante desiguais, já que o empregador concentra maior poder nesta relação, pois é ele quem decide admitir, manter e demitir o empregado, seja ele imigrante ou não. Em todas as entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa foi possível encontrar esse elemento de resistência dos imigrantes diante da desigualdade nas RTs, tanto nas entrevistas dos empregadores como nas dos imigrantes. Porém, nas falas¹⁵ dos imigrantes essa resistência se apresenta de forma velada até mesmo no silenciamento diante dos questionamentos feitos a eles, como ilustrado no recorte (R 044).

(R 044)

Como é a relação aqui no seu trabalho com seu chefe? **hum... eu não podi responde.**

E com seus colegas brasileiros?. **eu também não podi responde.... risos.**

E lá no seu país, como era, tem diferença? **Lá no meu país todo mundo quando trabalha é como uma família, aqui tem que familiarizá pra pode cresce, mas aqui.... risos ... eu não podi responde.** (ES 34, 20 de Abril de 2017, em itálico fala da pesquisadora).

Fica evidente a disparidade de forças nas RTs entre imigrantes e empregadores, ainda que seja reiterada sua vontade de trabalhar, expressamente pontuada nos recortes (R0 42 e

¹⁵ Considerar-se-á “fala” o enunciado propriamente dito, entendendo-se que nem toda fala defende as ideologias do grupo social a que pertence.

R043). Essa “**vontade de trabalhar**” atrelada aos imigrantes, ilustrada e mencionada pelos empregadores nas entrevistas, reforça a necessidade dos imigrantes por trabalho, mas também evidencia a sujeição dos imigrantes às normas, regras e ideologias do trabalho, com as quais nem todos comungam; no entanto, os imigrantes precisam e se submetem a esse jogo desigual por necessidade de sobrevivência sua e muitas vezes de seus familiares.

A disparidade de força se mostra tamanha que silencia a voz¹⁶ e as ideologias em favor do imigrante. Esse silenciamento não reside apenas no fato do imigrante se calar, pois simbolicamente pode ser considerado uma forma de expressar sua posição mais enfraquecida nesse jogo de forças e, conseqüentemente, a condição de desigualdade dessas RTs. Nesse sentido, a ideologia do trabalho estaria intrinsecamente ligada às relações de poder, pois é no seu exercício que o empregador suprime a voz do imigrante, conforme se pode perceber (R 044). Pode-se também relacionar os recortes R 030, R 039 e R 044, na medida em que se percebe uma incorporação da voz do empregador pela fala do imigrante. Dessa maneira, silenciar a voz do imigrante pode ser considerada uma tentativa de calar as ideologias desse grupo social. Contata-se então que determinados elementos discursivos presentes nas falas dos imigrantes apontam para a voz do grupo patronal, e não para o grupo social ao qual realmente pertence. Ou seja, as ideologias do trabalho fazem com que o poder seja exercido de forma desigual em favor dos setores patronais ao suplantarem as ideologias dos imigrantes, as quais defenderiam sua posição social, valores e interesses, resultando em falas de imigrantes que veiculam vozes de seus empregadores. Dessa forma, pode-se dizer que o poder não funcionaria sem ideologia e vice-versa, pois toda relação de poder resultaria na tentativa de legitimar uma ideologia perante determinados grupos, assim como a ideologia, em sua ânsia de reconhecimento, entraria em funcionamento nos confrontos estabelecidos pelos grupos e atores sociais que exercem as relações de poder. Essas relações de poder, por se mostrarem muito desiguais, configurariam relações de dominação, na medida em que sua condição multivetorial estaria comprometida pela fraca capacidade de reação dos imigrantes e dos grupos que os defendem diante da força descomunal das ideologias dominantes que gerenciam o mundo do trabalho. Nesse contexto, poder e ideologia entram em consonância na construção dessas relações que se fazem não apenas assimétricas, mas também de dominação (Thompson, 2011).

Os recortes acima ilustram que as ideologias podem fazer com que as relações de poder se tornem muito desiguais entre os atores envolvidos, além de delinear as

¹⁶ Considerar-se-á “voz” as ideologias e valores defendidos nas falas dos entrevistados.

especificidades da inter-relação ideologia e relações de poder. As ideologias dominantes, para funcionarem, precisam constantemente legitimar-se como verdades nas relações de poder. O fato de ideologias agirem como se fossem universais para se configurarem como dominantes não seria uma característica única das ideologias, na visão de Thompson (2011). Foucault (2005), ao elucidar a dinâmica das relações de poder e discutir a questão da verdade, mesmo sem abordar a temática da ideologia, permite perceber sua natureza de construto e, portanto, sua condição de verdade artificial e arbitrária. Esse processo de naturalização é identificado por Thompson (2011) como uma estratégia de construção simbólica dentro dos modos de operação das ideologias que buscam reiterar situações transitórias como se fossem permanentes, retirando seu caráter temporal.

As ideologias relacionadas ao trabalho suscitam um emaranhado de questões que estão interligadas com essa dinâmica. Muito antes de se “submeter” a estas ideologias, o imigrante defronta-se com barreiras que irão delinear um contexto de trabalho em que quer ou precisa se inserir. Destacam-se, neste momento, aquelas mais expressivas e que reiteram estereótipos dos atores das RTs observados.

(R 045)

Faz pouco tempo indiquei uma pessoa, a pessoa não ficou no serviço porque ele não gostou. Não adaptou. Também tem pessoa que o patrão me pede algumas pessoas, **mas quando chega no serviço o patrão fala com essa pessoa e tem dificuldade**, mas no meu serviço tem muito haitiano lá, somos 5 haitianos na pizzaria, e sempre tem 2 mulheres haitianas como zeladoras, **mas eu sempre fui, eu sempre interprete para elas**. (ES 77, 03 de julho de 2018).

(R 046)

Inicialmente, cargo sem instrução nenhuma, sem um nível profissional nenhum, que é na parte de camaria, limpeza e a algumas estão se destacando e aí a gente oferece outras oportunidades dentro da empresa. **Pela dificuldade que elas tem de idioma** e tudo e pelos costumes que a gente tem aqui, é pra coisas básicas. Mas a gente tem uma que virou encarregada, **ela já fala um pouco o idioma**, talvez recepção, talvez quem sabe até um dia gerência. Mas inicialmente, é sempre pra esses cargos mais baixos. (ES 37, Empregador de Cuiabá, 10 Abril de 2017).

(R 047)

Muito é porque têm dificuldade principalmente as mulheres haitianas, **têm muita dificuldade para trabalhar, porque elas têm mais preguiça de aprender o português** então não falam nem entendem bem, mas como os homens sempre é a força da casa, os homens têm filho, esposa, **os homens esforçam mais para aprender o português, principalmente a chance que eu tinha porque eu falo espanhol** (ES 77, 03 de julho de 2018).

(R 048)

Eu só fiquei com a Janete por causa do Gean¹⁷. **Ela é boa pra trabalhar, faz tudo, não reclama, mas eu não entendo nada do que ela fala. Ela tá aqui porque o Gean traduz** (ES 78, Empregadora de Cuiabá-MT, 03 de julho de 2018).

Nos recortes acima, pode-se identificar que uma das principais barreiras que afetam os imigrantes no acesso ao mercado de trabalho é o desconhecimento do idioma português. A vulnerabilidade deste imigrante é acentuada pela sua dependência da ajuda de outro compatriota ou de outrem que o auxilie com o idioma, tanto no ambiente de trabalho, como citado no recorte R 045, como fora dele, enquanto ainda busca por emprego. A fragilidade do imigrante que não consegue interagir utilizando-se da língua portuguesa é explicitada no recorte R 048, no qual o empregador do imigrante entrevistado enfatiza que só manteve uma funcionária imigrante por conta de outro que a ajudava como intérprete. A condição de galgar melhores posições no mercado de trabalho, de como conseguir um trabalho que ofereça melhores condições ao imigrante também se mostra atrelada à sua fluência no idioma, conforme mencionado no R046. Pode-se perceber que essas relações de poder estão intimamente vinculadas às condições de comunicação do imigrante, pois se faz evidente a diferença de posição do imigrante que sabe a língua portuguesa em relação ao que não a conhece, ficando este último ainda mais em desvantagem nas RTs. Nessa situação, a vulnerabilidade do imigrante fica mais intensificada, pois depende do empregador e de um colega para manter-se no emprego, ainda que seja, como nas palavras do próprio empregador (R048): “Ela é boa pra trabalhar, faz tudo, não reclama, mas eu não entendo nada do que ela fala”. Nesta fala da empregadora, pode-se observar que o jogo de forças nesta relação é infinitamente desigual, veiculador de estereótipos e carregado de preconceitos que vão demarcando posições nas RTs. Basta que se pense como essa imigrante não falante do português poderia ter voz, se nem mesmo possui fala, já que se considera como pré-requisito básico para que ocorra comunicação e, conseqüentemente, as relações de trabalho, o domínio mínimo da língua aqui falada. No entanto, vale salientar que o elemento determinante na relação de trabalho entre **Janete**¹⁸ e sua empregadora reside no fato dela ser competente para o trabalho e de não reclamar. Desta forma, a questão de Janete não saber o português, já que “ela é boa pra trabalhar”, justifica sua presença no emprego, apesar do não domínio da língua. Neste contexto, a língua mostra-se como um facilitador nas RTs; porém, não se constitui

¹⁷ O nome do imigrante foi substituído para garantir sua identidade.

¹⁸ O nome do imigrante foi substituído para garantir sua identidade

como um grande impedimento para consegui-lo, desde que o imigrante adote as ideologias do trabalho que, via de regra, comungam majoritariamente com as ideologias patronais nas relações de trabalho brasileiras contemporâneas.

Se o preconceito também pode ser sentido nos recortes acima mencionados, alguns outros exemplos podem melhor apresentar as faces desta discriminação em relação ao imigrante, muitas vezes reiterada pelos próprios imigrantes e também pelos empregadores. Os preconceitos são vários e vão muito além das barreiras linguísticas, incidindo sobre o imigrante por conta dele se configurar como o “outro” nas RTs.

(R 049)

Na verdade aqui na entrevista o pessoal [Missão Paz] não gosta que a gente pergunta questão de religião, mas na verdade essa diferença que a gente tem é mais na parte da religião. Muçulmano, por exemplo, **eles têm alguns costumes que são diferentes do nosso, dia de trabalho, dia da oração, tipo de comida. Então, a gente... acaba até evitando de levar [contratar] pra não ter nenhum tipo de conflito dentro do trabalho. (ES 05, Empregador de SP, 09 de junho de 2016).**

(R050)

Agora já tem muito haitianos aqui em Cuiabá, e já vem aí os novos imigrantes, **agora então ...já fica mais difícil pra nós, porque tem venezuelano também aqui, agora. E eles nem são preto. (ES 44, 10 de Abril de 2017).**

(R 051)

Eu preciso sim de um caseiro, daí vim aqui [CPM], eles precisam trabalhar, **mas desta vez eu não vou levar [contratar] haitianos. (ES 85, Empregador de Cuiabá-MT, 19 de setembro de 2018).**

O preconceito em relação ao imigrante é explicitado nos recortes acima em relação à religião, cor, etnia, não domínio da língua portuguesa, gênero, mas, sobretudo, porque os indivíduos são imigrantes, ou seja, configuram-se como alteridade. Visualiza-se não apenas o preconceito do empregador pelos imigrantes, mas também dos imigrantes pelos próprios imigrantes, como se pode perceber nos recortes R047 e R050, embora o primeiro se mostre como uma discriminação de gênero e talvez possa ser melhor compreendido com um aprofundamento de estudo sobre a cultura haitiana, o que não é proposta deste trabalho; o segundo apresenta uma discriminação de cor, etnia e nacionalidade.

Quando os empregadores dos recortes R049 e R051 mencionam que não irão “levar”, ou seja, contratar os imigrantes, já se nota o desrespeito em relação a eles, já que o verbo “levar”, nesse contexto, denota coisificação, como se esses trabalhadores fossem objetos. Esse “levar” está atrelado ao fato de o empregador ir até a Missão Paz em SP ou então até o CPM

em Cuiabá, admitir os funcionários imigrantes e contratar seus serviços como empregados diante de registro na CLT, condição de ambos os centros mediadores citados. Esse termo “levar” também se mostra como uma forma de discriminação, pois se percebe que, para o empregador, o imigrante representa apenas uma força de trabalho necessária naquele momento, desconsiderando-o como sujeito com história de vida e características humanas.

Com base em todas as entrevistas realizadas por esta pesquisa, podem-se constatar algumas formas de discriminação, e o preconceito atrelado à cor da pele esteve bastante presente nos enunciados dos entrevistados, tanto dos empregadores como dos imigrantes. No entanto, não é objetivo deste trabalho demonstrar que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminatória em relação aos imigrantes. O que se busca neste momento é pontuar que o preconceito e a discriminação em relação aos imigrantes também permeiam as relações de trabalho e são atrelados a diferentes elementos, dos quais se citou apenas alguns.

Vale ressaltar que, para os apontamentos que se seguem, foram consideradas todas as entrevistas entre imigrantes e empregadores situados em diferentes contextos; destaca-se também que essas entrevistas foram feitas de modo individual e pela própria pesquisadora (que tem pele clara). Mostra-se importante mencionar que, dentre os diferentes preconceitos percebidos no campo, destacou-se aqui a discriminação devido à cor negra da pele, pois este tipo de preconceito foi fortemente sinalizado nas entrevistas dos imigrantes e dos empregadores, de forma explícita ou não, demonstrando os resquícios de uma sociedade escravocrata. De qualquer maneira, o que se busca destacar aqui pode ajudar a compreender as relações de trabalho e mais uma vez mostrar a assimetria de poder entre os atores sociais presentes nessas relações. Assim, resguardando-se de todas as premissas que essas questões demandam, pode-se perceber, pelos enunciados dos empregadores, que o preconceito que eles têm em relação ao imigrante é mais explícito, sobretudo aquele em relação à cor da pele; entretanto, nos enunciados dos imigrantes essa questão foi majoritariamente velada por eles, quando não ignorada em função da necessidade de empregar-se ou manter-se no emprego. Nessas RTs, o preconceito parece “legitimado” pelo trabalho na medida em que a desigualdade das relações de poder é naturalizada pelos empregadores, os quais veiculam que esse mesmo preconceito pode ou deve ser sublimado por quem o sofre devido à sua maior necessidade de manutenção do emprego. A discriminação e preconceito podem ser manifestos de diferentes modos, como se pode observar nos recortes que seguem:

(R052)

Houve um roubo de uma mercadoria por uma equipe formada por 5 funcionários, **somente um não participou do roubo e ele era o único estrangeiro** (ES 75, Empregador de SP, 13 Junho de 2018).

(R053)

Caiu bastante estes últimos meses o movimento aqui no restaurante, eu cheguei a pensar que era porque o Gean[funcionário imigrante] estava na chapa. Sabe eu vejo... **tem clientes ficam olhando pra ele, olha a cor dele, vê que não é daqui. Mas vou observar se é isso mesmo, senão terei que demitir ele.** (ES 78, Empregadora de Cuiabá-MT, 03 de julho 2018).

Nos recortes R052 e R053 estão expressas diferentes formas de discriminação em relação aos imigrantes; o primeiro atrelado à condição de imigrante, reiterando estereótipos em relação a esse grupo; já o segundo, mais uma vez marcado fortemente pela discriminação de cor de pele, também retoma a noção de estrangeiro, ou seja, como aquele que “não é daqui”. No recorte R052, ainda que o empregador esteja defendendo o imigrante ao afirmar que ele não roubou a mercadoria, a necessidade de reforçar que o único funcionário que não roubou foi o imigrante faz com que se reforcem duas ideias: a) a de que os funcionários tendem a serem ladrões; b) a de que os imigrantes tenderiam a ser ainda mais. Ao constatar que o estrangeiro foi o único que não roubou, o empregador enfatiza uma ação que seria esperada de um imigrante (roubar), mas que não acontece, surpreendendo-se com isso; nesta formulação reside o preconceito. No recorte R053, o preconceito em relação ao imigrante não se dá apenas pelo empregador, mas também pelos clientes do restaurante, que parecem avaliar o imigrante não por sua competência na “chapa” de preparo das carnes, mas pela cor negra de sua pele, somado ao fato de ser estrangeiro. Não basta o imigrante romper com as barreiras da língua, do ambiente de trabalho e ainda com outras mais, pois ainda tem que lidar com o olhar discriminatório de clientes devido ao fato de ser negro e imigrante, mesmo que realize um trabalho bem feito.

Tomando-se como foco a discriminação e os diferentes tipos de preconceitos em relação aos imigrantes presentes em vários enunciados já apresentados até aqui, pode-se considerar que em todos eles há uma necessidade de classificar os imigrantes, seja positiva ou negativamente. Thompson (20011) aponta para o fato de que as relações de dominação também podem ser mantidas segmentando grupos e indivíduos (diferenciação), na medida em que podem ser capazes de se transformar em ameaças reais ou dirigirem forças de oposição aos grupos dominantes, passando a ser considerados como perigosos. Essa fragmentação marcada pela concepção do imigrante como o “outro” situado em lado oposto nas RTs faz-se como uma estratégica construção simbólica de dominação na medida em que realiza um

exercício de autoridade, e não de alteridade para compreendê-los, minando sua participação ativa nas relações de poder. Outra forma de fragmentação, menos sutil que a diferenciação, é descrita por Thompson (2011) como o Expurgo do Outro, e também, não raramente, foi visualizada nos achados do campo desta pesquisa e retratada em alguns recortes já citados. Esta estratégia veicula a ideia da existência de um inimigo em potencial que precisa ser combatido coletivamente, apontando para a necessidade de união de forças para expurgá-lo. Deste modo a ideologia dominante se fortalece, na medida em que une atores sociais para propagar seus discursos e fortalecê-los em determinados contextos. Nos recortes abaixo apresentam-se construções simbólicas que confirmam essas estratégias:

(R 054)

Em Boa Vista percebi muitas vezes essa discriminação e também entendi por que essa discriminação não é minha, por que como a minha esposa está ficando na casa de uma amiga que é brasileira que **são pessoas muito boas aqui no Brasil, de bom coração, por que são latinos também**. Mas o que acontece é que **são muitos venezuelanos que vieram pra cá fazer coisas que os brasileiros podiam estar fazendo** e como Boa Vista é pequeno, então **por isso muitos brasileiros fecharam as portas** (ES 88, 20 de setembro de 2018).

(R055)

No começo quando a gente começou a levar, isso foi muito difícil, porque alguns ficam **com aquela ideia de que estão tentando tirar emprego daqueles que estão aqui**. Então, o que que acontece, **eles faziam com que a gente percebesse falhas no trabalho deles**, não mostrava nem uma qualidade **“olha, ele não fala o idioma, ele é resistente, não consigo entender”**. Mas depois de um certo tempo, o pessoal conseguiu mostrar o espaço, por mostrar que eles vêm pra trabalhar, pela dificuldade que eles tiveram no país de origem, então o pessoal acabou entendendo isso e acolhendo. **Mas inicialmente, não teve uma recepção das melhores por parte dos funcionários**. (ES 86, Empregador de Cuiabá-MT, 19 de setembro de 2018).

No recorte R054, pode-se constatar que o imigrante sabe da discriminação que ele e seus compatriotas sofrem devido à sua condição de imigrante e, em seu enunciado, deixa entender que compreende o motivo desse processo. Tanto no recorte do imigrante (R054) como no recorte do empregador (R055) são veiculadas construções oriundas do senso comum a respeito dos imigrantes, destacando-se, por exemplo, que os imigrantes roubariam o emprego dos brasileiros. O próprio imigrante (R054) incorpora um discurso contrário a seu grupo social ao afirmar: “venezuelanos que vieram pra cá fazer coisas que os brasileiros podiam estar fazendo”; esse enunciado parece justificar a discriminação sofrida pelo

imigrante, afirmando, além disso, ter sido acolhido por brasileiros que “são pessoas muito boas aqui no Brasil, de bom coração, por que são latinos também”. Nesse recorte percebe-se uma tentativa de justificar a ajuda que recebe pelo fato de serem latinos tanto os imigrantes como os brasileiros, minimizando o peso de ser estrangeiro ao aproximar as identidades em questão. O recorte R055 apresenta uma das faces da interação entre imigrantes e autóctones no ambiente de trabalho, ilustrando a discriminação e o preconceito dos funcionários brasileiros ao disseminarem estereótipos em relação aos colegas de trabalho imigrantes, tornando o ambiente de trabalho ainda mais hostil. Neste recorte é possível perceber como se manifestam as relações de poder no ambiente de trabalho ao se confrontar empregados imigrantes e não imigrantes que ocupam posições equivalentes; conflitos surgem até que se regulem e equilibrem as forças de modo a tornar viável a aceitação de um grupo pelo outro, ou seja, possibilitar que um grupo não veja o outro como ameaça. Nessas tensões reside a sutileza do poder tal qual observada por Foucault (2005). O recorte a seguir pode ilustrar esses conflitos de poder entre os colegas de trabalho brasileiros e os imigrantes.

(R056)

Quando eu cheguei aqui estava sofrendo muito, qualquer pessoa que eu fala uma palavra lá....já via que eu sou árabe, aí eles acham que é um terrorista, é um bobo, por que se é africano vai falar: droga, Italiano: máfia, jogam isso em você [...].Chefe ele quer trabalho, gerente quer o que o chefe mandou pra ele, então ele não reclamam muito, mas o funcionário não quer que você trabalhe no mesmo espaço, aí ele quer quebrar você: eu falo português, ele não fala direito, aí por isso entendeu, é a questão de que cada um que, não sei como falar (ES 71, 05 de junho de 2018).

No recorte, registram-se estereótipos e discriminação realizados por colegas de trabalho contra o imigrante árabe devido à sua nacionalidade. O imigrante constata que os colegas, ao fomentarem inverdades e características estereotipadas, generalizam atributos pejorativos como se todos os árabes fossem iguais, classificando-o como turista, tolo (poderia ser terrorista, por exemplo), simplesmente por ser oriundo de determinado país. Não obstante sua nacionalidade, o imigrante precisa driblar, no jogo de forças, as reações dos autóctones quando se veem ameaçados por sua presença no ambiente de trabalho; quanto mais o imigrante diminui as diferenças profissionais entre ele e seus colegas brasileiros, mais se sentem ameaçados. No recorte R056 pode-se constatar esse jogo de poder entre o imigrante e o funcionário brasileiro que ocupam as mesmas posições laborais. O imigrante salienta que, enquanto tinha dificuldade com a língua portuguesa, os colegas não se incomodavam com sua

presença; porém, uma vez vencida essa barreira, ele passa a ser assediado, tornando-se equivalente ao empregado brasileiro, já que realizaria suas atividades profissionais tão bem quanto um autóctone. Desta forma, os colegas já não mais se sentiriam em posição superior ao imigrante, o que despertaria alguma reação negativa no espaço de trabalho, como represálias para denegrir sua imagem, por exemplo, com o intuito de o sobrepujarem nas relações de poder. Esse jogo de poder entre os trabalhadores não acontece entre todos os colegas brasileiros, conforme o imigrante salienta: **“Chefe ele quer trabalho, gerente quer o que o chefe mandou pra ele, então ele não reclamam muito”**, o que evidencia que esses embates se dão menos pela hierarquia organizacional do que pelo desejo do autóctone se destacar em relação ao imigrante que ocupa um cargo equivalente.

Diferentes temáticas circularam nos recortes apresentados nesta seção: vulnerabilidade dos imigrantes; comparação do trabalho imigrante com o do não imigrante pelo empregador; a interação entre imigrantes e trabalhadores autóctones; a relação língua portuguesa com o trabalho; a avaliação do empregador e do cliente na permanência do imigrante no emprego; estereótipos, discriminação e preconceitos sofridos pelos imigrantes.

Todas essas questões trazem como pano de fundo a força da ideologia do trabalho no contexto social contemporâneo, a qual configura o trabalho como um valor absoluto e um pré-requisito para que os indivíduos possam ser considerados dignos de viver (ou de morrer) em sociedade. Nas RTs, empregadores e imigrantes estão expostos à ideologia do trabalho, mas reagem de modos distintos. O empregador demonstra que tem o trabalho como valor, mas esconde que também precisa do trabalho do imigrante, colocando-se como se apenas estivesse, generosamente, dando a oportunidade de emprego a ele. Já os imigrantes colocam o trabalho como valor e necessidade, assumindo, muitas vezes, a ideologia do “patrão”. Assim, o trabalho, elemento vinculador de todos os recortes desta sessão, transita entre as duas principais ideologias: a do empregador dominante (ética do capital pelo próprio capital) e a do imigrante submetido (ética do capital pela necessidade de sobrevivência).

Ao se observar as construções ideológicas presentes nos enunciados apresentados acima, nota-se que elas parecem se articular de modo a sustentar posições de poder em determinados espaços. Dessa maneira, percebeu-se que a legitimação, a fragmentação e a reiteração (Thompson, 2013) foram os modos mais frequentes de operação das principais ideologias mencionadas, variando de estratégias de construções simbólicas na medida em que os atores envolvidos se posicionam no jogo de forças presentes nas RTs.

7.2 O jogo de poder entre os imigrantes e os mediadores nas RTs (IM)

Uma vez apresentada a análise da interação entre os empregadores e os imigrantes, cujo código foi demarcado pela sigla EI, esta seção buscará apresentar outra, ou seja, a interação entre os imigrantes e os mediadores das relações de trabalho, demarcadas pelo código IM.

Como ponto de intersecção entre imigrantes e mediadores, observou-se a condição de empregabilidade dos imigrantes. Vale salientar que algumas Premissas Gerais, bem como as Conceituais, já foram apresentadas na seção anterior e, desta forma, não serão analisadas exaustivamente aqui, cabendo, nestes casos, apenas mencioná-las para que se possa demonstrar a relação entre elas e as outras novas que irão surgindo no decorrer dessa análise.

No quadro a seguir, compilam-se as Premissas Gerais procedentes da interação entre os imigrantes e os mediadores das RTs, apresentando-se as Premissas Conceituais inerentes a essa interação.

Quadro 10- Interação entre Imigrantes e Mediadores (IM)

Ponto de intersecção	Premissas Gerais	Premissas Conceituais
Mediadores e a condição de empregabilidade dos imigrantes	Assujeitamento dos imigrantes a condições mais precárias de trabalho.	Imigrantes aceitam trabalhos mais precários
	O poder dos novos atores das RTs como, por exemplo, associações de imigrantes, CPM, Missão Paz.	Missão Paz, CPM e Associações de imigrantes atuam como novos atores nas RTs.
	A incorporação do discurso do empregador pelos imigrantes.	Relações de poder e sua assimetria nas RTs.
	A submissão dos imigrantes ao empregador como forma de manutenção do emprego.	Relações de poder e sua assimetria nas RTs.
	Reconhecimento da exploração ao imigrante “justificada” pela sua oferta de mão de obra abundante.	A vulnerabilidade social dos imigrantes torna-os passíveis a exploração e discriminação
	O sentimento de impotência do imigrante na promoção da simetria nas relações de poder nas RTs.	Relações de poder e sua assimetria nas RTs.
	O reconhecimento pelo imigrante da desigualdade de forças nas RTs.	Relações de poder e sua assimetria nas RTs.
	O ganho financeiro como forma de compensação no jogo de poder das RTs.	Relações de trabalho pautadas pela lógica do capital
	As visitas e o contato direto com as empresas que contratam imigrantes representam uma forma de tutela aos empregados e empregadores	Missão Paz, CPM e Associações de imigrantes atuam como novos atores nas RTs
	A dependência do trabalho como única	Empreendedorismo como possibilidade

	forma de sobreviver, faz com que imigrantes tornem-se empreendedores por necessidade.	para sair vulnerabilidade social
	A adaptação às regras do trabalho como condição de sobrevivência e permanência no país.	Contratação de novos imigrantes facilitada pelo sucesso de experiência de anterior
	O medo iminente dos imigrantes de perderem seus empregos faz calar suas vozes diante de situações xenófobas e racistas.	A vulnerabilidade social dos imigrantes torna-os passíveis a exploração e discriminação.

Fonte: elaborado pela autora, com os dados da pesquisa.

A literatura já consolidada na área de imigração reconhece que um dos motivos que faz indivíduos se deslocarem de seus países de origem é a necessidade de conseguir trabalho. Como a lógica econômica que versa majoritariamente sobre a sociedade ocidental é a do capital, o trabalho ganha valor de mercadoria, e o trabalhador vende sua força de trabalho para ter poder de consumo para obter o que necessita. Neste contexto, o trabalho passa a ser extremamente importante, pois se impõe como única forma de sobrevivência. Se o trabalho é tido como mercadoria, quem está mais preparado ou apresenta mais disposição para ele poderá consegui-lo ou teria mais “direito” de acessá-lo; porém, caberia ao imigrante, então, a condição de ser visto como mercadoria/trabalho não desejável pelos demais concorrentes. Estas questões fomentam construções ideológicas como as já citadas anteriormente e, muitas vezes, são incorporadas e disseminadas pelos próprios imigrantes, que acabam veiculando a ideia de que ocupam as vagas de trabalho que os nacionais não querem, por exemplo. Na realidade, os imigrantes que incorporam esse tipo de construção ideológica muitas vezes se submetem a condições de exploração laboral porque são enganados por empregadores ou até mesmo por compatriotas, “aceitando” condições mais precárias de trabalho devido à suas demandas de sobrevivência. Nos recortes a seguir, estão expressas algumas das formas de exploração laboral a que os imigrantes se sujeitam:

(R057)

Eu **fui fazer um bico, como fala aqui, lá no Brás, com uns cara boliviano**, das nove até agora [mais de 12 horas de trabalho], só para um pouco pra come, pra almoçar, **mas eles paga só R\$ 60,00 e só tem trabajo final da semana**. (ES 61, 10 de junho de 2018).

(R058)

Eu já cheguei para fazer visita e **encontrei o imigrante morando dentro de um canil**, depois do empregador vir aqui na palestra de sensibilização. Uma vez, **encontrei uma imigrante dormindo num banheiro**, tudo bem, estava limpo, mas ainda assim era um banheiro. (ES 72, Diretor da Missão Paz, 16 de junho de 2018).

(R059)

A gente sempre conscientiza da importância deles fazerem a carteira de trabalho antes de sair pra arrumar emprego, **mas eles [imigrantes] chegam desesperados pro trabalho e acabam sendo vítimas fáceis da exploração.** (ES 80, Coordenadora do CPM de Cuiabá-MT, 18 de setembro de 2018).

(R060)

Sabemos que **tem outros imigrantes que exploram imigrantes**, eles veem aqui até, no pátio, sempre alertamos eles [os imigrantes novos], **mas eles precisam mandar dinheiro pra família**, daí acabam aceitando (ES 72, Diretor da Missão Paz, 16 de junho de 2018).

(R061)

Eu fui selecionado para a vaga, estou esperando aqui com angustia, que Deus me ajude, eu preciso deste trabalho, eu quero muito ele, **mas é ele o patrão que vai decidi, tem eu que quer e outros também que, mas se ele me escolhe meus filhos vai ter o que comer lá na Angola.** (ESR 09, 09 de junho de 2016).

No recorte R057 a exploração da mão de obra é evidente. O imigrante venezuelano¹⁹ trabalhou como ajudante de cozinha em um restaurante de bolivianos por mais de doze horas consecutivas, e só parou 15 minutos para almoçar, recebendo pelo dia de trabalho R\$ 60,00 reais; valor este muito abaixo do praticado no mercado. Outra questão a ser evidenciada é que o empregador que explorou sua força de trabalho também era um imigrante, de nacionalidade boliviana, que gerenciava um pequeno restaurante de comida a quilo na feira do Brás, na grande São Paulo. Neste local tem muitos ateliês de costura cujos proprietários são bolivianos que, costumeiramente, aliciam/recrutam imigrantes nos arredores da Missão Paz para trabalharem nos finais de semana.

A exploração do imigrante no ambiente laboral não se dá apenas nestes tipos precários de emprego ou “bicos” como geralmente são chamados os trabalhos esporádicos realizados na informalidade. Eles ocorrem também em ambientes formalizados de trabalho, como afirma a coordenadora de um centro de acolhida para imigrantes (recorte R058), em que empregadores se comprometem com a formalidade dos empregos e assistem uma palestra de sensibilização em relação às demandas dos imigrantes e direitos laborais igualmente garantidos pela legislação trabalhista brasileira. Isso não garante que os imigrantes não serão explorados,

¹⁹ Aqui se faz necessário ressaltar alguns pontos que talvez dispensem maiores explicações analíticas. A entrevista com este venezuelano foi realizada rapidamente em um domingo às 22:15; o imigrante estava exausto, suado, quase sem voz e suas mãos tremiam. Afirmou que sabia que estava sendo explorado e disse que aceitou o trabalho por causa da filha de seis meses no colo da esposa. Neste momento interrompi a entrevista porque não tive condições de prosseguir; só soube que dias depois este imigrante conseguiu um emprego formal em uma fábrica de chocolates.

humilhados e considerados não humanos, como ilustrado diretamente no recorte R058 e indiretamente nos demais apresentados nesta seção.

O modo como essas relações de trabalho são descritas por diferentes entrevistados ajuda a compreender como são demarcadas as posições de poder no ambiente de trabalho e sua assimetria, conforme descritas por Dunlop (1993) e por Foucault (2005). Nota-se que, em alguns casos, como os apresentados nos recortes acima, a posição dos imigrantes na relação se precariza a ponto de não serem considerados humanos. Para Thompson (20011) essas relações extrapolariam a dinâmica multivetorial do poder, configurando-se como modos de dominação, uma vez que essas relações mostrar-se-iam tão assimétricas que a capacidade de reação dos imigrantes de modo efetivo ficaria comprometida. Nos recortes R059 e R060 os coordenadores de duas casas de acolhida para imigrantes, localizadas em Mato Grosso e São Paulo, respectivamente, advertem que estão conscientes da exploração laboral sofrida pelos imigrantes, muitas vezes executadas por outros imigrantes conforme R060. No entanto, parecem se ver de mãos atadas, pois não dispõem de armas para coibirem essa exploração a não ser pela conscientização dos imigrantes sobre esses perigos a que estão expostos. Ainda que os imigrantes sejam informados dos riscos da exploração, não há garantias de que não serão aliciados e de que não serão submetidos a condições degradantes de trabalho, inclusive de forma consciente, devido às suas demandas e necessidades de sobrevivência. A justificativa da aceitação dessa exploração pelos imigrantes também é expressa nos recortes dos entrevistados R059 e R060, ilustrando o desespero para encontrar trabalho para suprir necessidades básicas, na maioria das vezes de alimentação de familiares que ficaram no país de origem e esperam ajudas pontuais, como pode ser observado no recorte R061. Assim a disparidade de forças na relação de poder mostra-se desfavorável ao imigrante nas RTs, na medida em que submetem sua força de trabalho à exploração para manterem minimamente a subsistência de membros de sua família, seja dos que vieram ou ficaram na terra natal. Nesse sentido, o empregador não só tem o poder de conceder emprego ao imigrante, mas de decidir a vida e o destino de outros indivíduos ligados a ele, amplificando, assim, a importância e dimensão do trabalho para esses grupos. Neste contexto, imigrante e mediadores observam que o imigrante torna-se um arrimo (de família) migratório, já que seu processo não diz respeito somente a ele próprio, pois é carregado de outros ensejos, como o de sustentar sua família que ficara no país de origem, como se essa família fosse uma extensão de si próprio.

A necessidade e dependência dos imigrantes por trabalho para conseguirem uma fonte de renda, evidenciada acima, pode ainda ser percebida nos recortes a seguir; no entanto, isso traz outras perspectivas aos imigrantes diante da escassez de postos de trabalho.

(R062)

E foi a opção, foi a primeira opção, eu nunca me fechei [...] mandava um currículo, eu via alguma oportunidade, eu não deixava de tentar, não deixava de tentar. Mas não foi, não me chamam de algum trabalho porque não me retornam [...] está bom então. **Nossa Janela** (restaurante) **foi nossa opção**, se sai um trabalho, se sai alguma coisa que está dentro do tempo que eu mesma posso administrar, eu trabalho também, não tenho problema, porque eu posso fazer as coisas conjuntas.

Sim, **nós fazemos comida venezuelana na Nossa Janela**, nós quisemos por Nossa Janela porque lá na Venezuela você o primeiro que abre de sua casa são as janelas, porque pela janela entra a luz, pela janela você fala com seus vizinhos, fala com seus amigos e pela janela entra toda energia boa que a gente quer para você e sai essa energia boa que você quer para a gente. E nós sempre procuramos isso, mesmo estando lá juntos, **nós falamos vamos ter nosso empreendimento e vai chamar Nossa Janela. [...]** mas como tudo na vida, nada é fácil, mas nós sabemos que ninguém vai dar para nós um contrato, alguma coisa, sendo que nós mesmos temos que procurar tudo. E de alguma maneira nós ficamos acostumados a isso, a trabalhar, a forçar, a dedicar, a essa disciplina[...] não é fácil, tem muita disciplina, muita dedicação, mas como hay dias muito bons, hay dias que são fracos [...] mais fortaleza, mais coragem e **ainda com esses dias fracos que tem aqui, acha que é muito melhor e é muito mais do que uno produz aqui do que produzia na Venezuela** (ES 67, 23 de maio de 2018).

(R063)

Quando eu cheguei aqui em Cuiabá tinha mais emprego, tinha ainda trabalho, em 2014 **eu trabalhava com obra, trabalhava numa construtora, depois a crise, patrão mando todo mundo embora, fiquei sete mês sem trabalho, aí eu fazia bico de corta cabelo**. Foi indo bem assim, aqui, alí até arruma um espaço pra mim trabalhava, daí aluguei e comecei o meu negócio, e **hoje eu trabalho pra mim mesmo aqui no salão di cabeleireiro** (ES 54, 17 de julho de 2018).

O desaquecimento do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos foi sentido por todos os atores das RTs, sobretudo por quem mais precisa de trabalho, ou seja, os imigrantes e trabalhadores em geral. Muitos deles perderam o emprego por conta da recessão econômica que atingiu todo o país, e os imigrantes não ficaram imunes a isso, conforme afirma o haitiano entrevistado: **“eu trabalhava com obra, trabalhava numa construtora, depois a crise, patrão mando todo mundo embora[...]”** (R063). A primeira opção de grande parte dos imigrantes ao chegar ao país de destino com pouco ou nenhum dinheiro é procurar por trabalho, e o recorte R062 ilustra isso: **“E foi a opção, foi a primeira opção, eu nunca me fechei [...]**

mandava um currículo, eu via alguma oportunidade, eu não deixava de tentar, não deixava de tentar. Mas não foi, não me chamam de algum trabalho porque não me retornam”; porém, quando este trabalho não chega, alguns imigrantes passam a vislumbrar outras possibilidades, como o empreendedorismo, ainda que não se configure realidade para todos os imigrantes desempregados atualmente. Ao perder o emprego e ficar um longo período desempregado, o imigrante se vê forçado a encontrar outras formas de se manter, de sobreviver, como ele mesmo atesta na entrevista: **“aí eu fazia bico de corta cabelo” (R063)**; essa nova forma de trabalho representada pela informalidade laboral no fragmento do enunciado acima também se constitui, além de outro meio de sobrevivência para o imigrante, uma modalidade de pequenos empreendimentos que surgem no improviso, muitas vezes, mas aos poucos passam a garantir seu sustento e o de suas famílias não só dentro das fronteiras brasileiras, mas também fora delas. As poucas ofertas de trabalho ou mesmo a inexistência de vagas no mercado de trabalho força os imigrantes a empreenderem por necessidade, o que tem se mostrado uma alternativa par eles; no entanto, como já dito, nem todos os imigrantes possuem características empreendedoras e conseguem abraçar essas possibilidades, conforme atesta a imigrante venezuelana: **“trabalhar, a forçar, a dedicar, a essa disciplina[...]não é fácil, tem muita disciplina, muita dedicação”**. Ainda que se tivessem incentivos para esse fim, coisa que raramente se encontra, o empreendedorismo requer atributos próprios que nem sempre todo trabalhador detem.

Nos recortes R062 e R063 reitera-se a necessidade de trabalho, mas já dentro de uma nova perspectiva: os imigrantes se percebem como donos não só de um negócio, ainda que pequeno, mas também como não dependentes do empregador, como se observa nos fragmentos: **“nós falamos vamos ter nosso empreendimento e vai chamar Nossa Janela”** e **“hoje eu trabaio pra mim mesmo aqui no salão di cabeleireiro”** Dessa maneira, os imigrantes se deparam com a condição de responsáveis por sua própria situação financeira, alterando sua posição dentro das RTs, na medida em que deixam de ser empregados para se tornarem trabalhadores por conta própria e até mesmo empregadores; assim, podem alterar as dinâmicas das relações de poder nos espaços em que se inserem ao promoverem novas formas de interação.

A exploração da mão de obra imigrante se mostra elemento recorrente nos discursos dos mediadores das relações de trabalho, como foi marcado nos recortes acima; no entanto, muitos imigrantes ocultam esse fato por medo de perderem o emprego. Eles sabem que a adaptação às regras do trabalho, ainda que sejam injustas, representa a possibilidade de

manter o emprego e, tão logo, maiores chances de permanecer no país. Assim, se submetem à exploração, como demonstrado no enunciado do recorte R057, ou mesmo se calam diante dela para se manterem em empregos precários. A exploração laboral e suas diferentes formas ocorrem não apenas em grandes centros urbanos como São Paulo ou em regiões que concentram grandes quantidades de imigrantes, como atualmente em Boa Vista/Estado de Roraima (fronteira com Venezuela), pois estão pulverizadas em vários estados, como em Mato Grosso, sejam em cidades do interior ou da capital, como se pode constatar em notícias e reportagens sobre trabalho degradante e/ou em condições análogas a escravo, envolvendo muitos trabalhadores, dentre eles muitas vezes imigrantes.

Nas RTs que envolvem imigrantes um novo ator social parece se fortalecer, e é reforçado nos enunciados dos dois outros atores destas relações. Nesta seção e na que se segue, os mediadores das relações de trabalho, personificados em diferentes entidades sociais, como associações, instituições filantrópicas, coletivos de imigrantes, demonstram a importância de sua atuação ao evidenciarem, de outro ponto de vista, a interação entre empregadores e imigrantes. Os recortes abaixo apresentam alguns desses novos mediadores e sua atuação junto aos imigrantes para promoverem a inserção laboral:

(R064)

Existem duas instituições aqui no Mato Grosso que trabalham com imigrantes, especialmente com os haitianos. Existe a instituição do Tucson, que é a presidida pelo Tucson que é a nível nacional, OSAMB que é Organização de Suporte as Atividades dos Migrantes no Brasil. O objetivo é atingir todos os haitianos, não somente no Mato Grosso. **Já tem também a organização do Clésios que é o presidente da associação ADHIMI- MT que é a associação de defesa dos haitianos imigrantes e migrantes em Mato Grosso** (ES 79, Membro da ADHIMI-MT, 18 de setembro de 2018).

(R065)

Se tivesse que olhar a cidade de São Paulo, aconteceu um fenômeno interessante, 15 anos atrás havia pouquíssimas instituições que atuavam com migrantes, hoje o quadro é extremamente rico e oferece serviços de vários tipos. **E se tivesse que olhar na relação de intermediação de trabalho são algumas instituições como Cáritas, que faz isso e depois existem outros [...] eu diria que a Missão Paz foi a primeira a atuar na intermediação de trabalho e depois apareceram outras. E agora estão aparecendo também migrantes que estão fazendo isso, as associações de migrantes são bastante recentes, por exemplo, África do Coração e outros, também os haitianos** (ES 72, Diretor da Missão Paz, 16 de junho de 2018).

(R066)

Nós formamos uma associação para reunir os africanos a ser unidos e a mostrar para eles o caminho certo que vai ser adequado com a justiça do

país. **A Associação dos senegaleses de Mato Grosso- ASENMAT.** Nesse momento é difícil de saber quantos participantes nós temos porque toda semana a gente chega de outros lugares para participar como exemplo no interior de Mato Grosso (ES 84, Presidente ASENMAT, 22 de setembro de 2018).

(R067)

E aí, a partir de 2012, com a presença dos haitianos, essa casa já estava... nesse tempo ela [casa do migrante- CPM] já estava pra fechar, ela já tinha cumprido a sua missão aqui em Cuiabá. Cuiabá já não era mais um corredor de imigrantes, então essa casa já estava passando por um processo de encerrar as suas atividades. **Em 2012, com a vinda dos imigrantes haitianos, então, nós tivemos que reestruturar o nosso trabalho.** Porque **aí, as necessidades de prazo maior na casa, de trabalho, moradia, inserção laboral e em todas as políticas públicas do município, elas se mostraram mais urgentes né** (ES 30, Coordenadora do CPM de Cuiabá, 09 de março de 2017).

(R068)

Aqui na Missão Paz que é um lugar que acolhe que as pessoas sabem que ajuda os imigrantes, com trabalho, documentação, enfim, vários serviços que a gente tem... eu ouvi de um empregador numa palestra quando eu falei sobre horários, dias e horários que precisam ser absolutamente claros e tal, ele disse “ah, mas eu preciso de uma pessoa pra trabalhar 24 horas, 31 dias num mês.” Se o mês tiver 31. Que eu tive que convidá-lo a se retirar, porque aqui não é o lugar dele contratar essa pessoa, aqui ele não vai conseguir contratar essa pessoa, não sob nossa responsabilidade. De maneira nenhuma porque é uma responsabilidade muito grande né?! mas onde já se viu um negócio desse? E como a pessoa conseguir verbalizar isso... verbalizar, numa sala cheia, com mais de 35 ouvintes né... 35, 40 pessoas. Como é que a pessoa... **então a gente entende que essa pessoa, ela traz mesmo arraigado nela essa crença de que sempre foi assim.[...]**(ES 66, Coordenadora do Eixo Trabalho da Missão Paz, 17 de março de 2018).

(R069)

Não é facile arruma tlabaiio hoji in Brasil. **Eu vim aqui (CPM) poque ajuda bastante, poque aqui é a central do migrante** (ES 50, 23 de julho de 2017).

(R070)

Então assim, **existe essas associações, organizações pra dar esse suporte em defesa, quando a gente percebe que há alguma violação de direito ou algum processo de discriminação, de xenofobia,** então a gente tem uma forma aqui de não deixar isso ficar invisível, mas fazer com que isso venha à tona, se precisar acionar a imprensa a gente aciona, **pra que as pessoas respeitem e entendam que eles assim como nós tem os direitos e devem ser respeitados e eles estão aqui e precisam ser atendidos** (ES 79, Membro da ADHIMI-MT, 18 de setembro de 2018).

(R071)

Então vejo que tem esta multiplicação de atores, seja de instituições que trabalham com migrantes, seja de migrantes que entram nesse cenário. **Claro,**

existem afinidades ideológicas, éticas, que fazem com que alguns atores trabalhem juntos consiga trabalho criar de maneira articulada em rede e outros que ficam mais isolados que não tem a mesma capacidade de trabalhar junto (ES 72, Diretor da Missão Paz, 16 de junho de 2018).

(R072)

A entrevista nunca é só o imigrante e o empregador não, nós temos sempre que estar presente, porque uma, alguns não falam o idioma, e outra que também um não pode entender e pode auxiliar em algumas coisas nesse diálogo que ele não entende (ES 81 Coordenadora do setor de Inserção Laboral do CPM de Cuiabá, 18 de setembro de 2018).

Pelos recortes acima, pode-se perceber que os novos atores das RTs compreendem a importância de sua atuação junto aos outros atores envolvidos (R067, R070 e R071). Como mediadores, incorporam a figura de um agente que tenta estabelecer vias de comunicação promotoras de ações que possam ser satisfatórias tanto para os imigrantes quanto para os empregadores. Esses atores mediadores, como as duas associações de imigrantes mencionadas nos recortes R64 e R066, atuantes no estado do Mato Grosso, são associações formadas por imigrantes (R066), além de outras formadas por imigrantes de diferentes nacionalidades e membros da sociedade local ou regional.

A Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes de Mato Grosso - ADHIMI-MT -, presente nos recortes R064 e R070, consegue atuar de maneira bem expressiva na luta a favor das demandas dos imigrantes haitianos que residem em Cuiabá. Apesar de não possuírem uma sede física própria, as articulações realizadas contribuem e ajudam a somar forças com outras frentes sociais já consolidadas na região e com anos de atuação junto aos migrantes, como o Centro de Pastoral para Migrantes - CPM -, também referenciado no recorte R067. O CPM, por ser uma instituição filantrópica atuante há décadas em Mato Grosso, tem uma casa de acolhida e oferece diversos serviços de documentação com fins de regularização migratória, atuando como facilitador na intermediação laboral. Por meio de uma parceria com a OIT e com uma voluntária da Superintendência Regional do Trabalho, o CPM, única instituição que acolhe exclusivamente grupos de imigrantes em Cuiabá, os auxilia a se inserirem no mercado de trabalho mato-grossense.

Já a Missão Paz, instituição localizada na cidade de São Paulo, constitui-se como mediadora nas RTs, adquirindo reconhecimento nacional e internacional pelo trabalho de acolhida e serviços ofertados aos imigrantes e refugiados, o que é mencionado nos recortes R063 e R066. No recorte R063, o entrevistado aponta para a atuação da Missão Paz como agente mediador, e pontua o atual crescimento do número de instituições e associações que se

iniciaram nesta seara, destacando o pioneirismo da instituição, que é avaliada como positiva por sua atuação como mediadora das RTs que envolvem imigrantes, ainda que se depare com situações como as descritas no recorte R068.

Não é proposta deste trabalho avaliar a atuação de cada entidade aqui mencionada, até porque não se teria parâmetros de comparação, pois cada uma possui características próprias e muito específicas. O que se observou no campo de pesquisa e pôde-se comprovar nos enunciados de diferentes entrevistados é a atuação dessas entidades como mediadores e novos atores sociais das RTs. Assim, para além dos serviços que essas associações oferecem, é interessante observar o modo como elas compreendem as diferentes demandas dos imigrantes e seu esforço em contribuir não apenas com a inserção laboral dessa população, mas também com sua integração ao contexto social como um todo e tenham seus direitos garantidos, conforme mencionado no enunciado do recorte R071. Quando se considera essas entidades como novos atores sociais coletivos das RTs, percebe-se que elas vêm ganhando espaços cada vez mais expressivos nessas relações, na medida em que atores tradicionalmente atuantes como, por exemplo, os sindicatos de classe, praticamente não aparecem nesses processos. Desta forma, nota-se também uma mudança nas RTs que envolvem imigrantes, pois a presença destes atores visa estabelecer acordos de mútua cooperação, e não apenas unilaterais, considerando que empregadores e imigrantes precisam uns dos outros e que essa relação deve ser benéfica para ambas as partes; entretanto, essa questão, muitas vezes, não é compreendida nem pelos imigrantes e tampouco pelos empregadores.

Ao se pensar na posição que os mediadores ocupam nestas relações de poder, pode-se compreender melhor a disparidade de forças no contato entre os imigrantes e os empregadores. É elemento comum entre as entidades acima apresentadas a defesa das demandas dos imigrantes. No entanto, essa necessidade de se ter alguém que apoie suas demandas e que defenda seus interesses já denota a situação de fragilidade desse grupo nas RTs. Os recortes R069 e R070 podem ilustrar essa dependência como tentativa de fortalecimento do imigrante diante de uma relação em que ele percebe sua forte limitação no jogo de forças com o empregador, na medida em que precisa contar muito com ajuda para encontrar um trabalho (R069) ou para enfrentar a discriminação sofrida (R070). Desta forma, pode-se considerar a ideologia do trabalho como sendo muito mais favorável aos interesses do empregador do que dos trabalhadores imigrantes, ainda que se constate que um necessita do outro e vice-versa, conforme é evidenciado pelos mediadores e pelos imigrantes, ao mesmo tempo em que, paradoxal e estrategicamente, essa questão parece ser ocultada nos discursos

dos empregadores. Assim, a existência e atuação das entidades em questão poderia ser justificada pela disparidade de poder entre imigrante e empregadores, e seu papel nessas relações seriam o de contrapeso, de modo a torná-las menos assimétricas dentro do contexto das RTs.

A condição de tutela dos mediadores pode ser observada nos recortes R069 e R072 pelas coordenadoras do setor de intermediação para o trabalho de duas instituições que atuam com migrantes, e no enunciado de um dos imigrantes entrevistados (R070). A situação narrada pela coordenadora citada, em que o empregador queria contratar um imigrante para trabalhar em tempo integral todos os dias da semana sem dias de folga, mostra que as construções simbólicas são veiculadas como se fossem algo natural. Esse empregador, mesmo dentro de uma instituição que acolhe imigrantes, e ainda após assistir uma palestra de sensibilização, propõe empregar um deles como se fosse máquina de trabalhar e sem necessidade de “manutenção”, coisificando o trabalhador imigrante. Esse discurso do empregador citado pela coordenadora é fruto de construções ideológicas que fomentam a ideia de que o trabalhador deve ser bastante explorado, e se forem imigrantes mais ainda, de modo a **“trabalhar 24 horas, 31 dias num mês.” Se o mês tiver 31.** As estratégias de construção simbólicas utilizadas no recorte em foco, em que se tem o discurso do empregador contraposto ao do mediador, são de narrativização quando se legitima uma história contada ou vivenciada no passado, tratando-a no presente como parte de uma tradição aceitável. Isso fica bem marcado no R069 pelo enunciado da coordenadora, que faz alusão ao modo de operação de uma ideologia, a de exploração do trabalhador: **“então a gente entende que essa pessoa, ela traz mesmo arraigado nela essa crença de que sempre foi assim”**. A reiteração da ideologia de discriminação passa também pela estratégia simbólica da naturalização, o que é enfatizado também no mesmo enunciado. Deste modo, ao se contrapor ideologias fomentadas por relações de poder em determinado jogo de forças durante a interação entre os atores, alguns grupos tendem a dominar outros. Nesse momento, os mediadores fazem a diferença como integrantes dessa a relação de poder, de modo a tornar as RTs menos desequilibradas e desiguais.

7.3 O jogo de poder entre os empregadores e os mediadores (EM)

A análise que se segue pretende trazer à baila as interações entre os empregadores e os mediadores das RTs. Buscou-se observar o modo como estes atores se posicionam no jogo de

poder das relações de trabalho e como essa interação mobiliza os atores a exercerem poder uns sobre os outros. Para isso, toma-se como ponto de partida as Premissas Gerais apresentadas no quadro abaixo, as quais foram lapidadas a partir dos memorandos construídos ao longo das diferentes imersões no campo, trazendo elementos que reiteram essas relações de poder e dominação, além de apresentar também as Premissas Conceituais inerentes à interação dos empregadores e mediadores.

Quadro 11- Interação entre Empregadores e Mediadores (EM)

Ponto de interseção	Premissas Gerais	Premissas Conceituais
Os imigrantes nas relações entre mediadores e empregadores	Reclamação dos empregadores do alto custo e burocracia na formalização do trabalho	A igualdade de direitos dos imigrantes inviabiliza mais contratações
	Tendência dos imigrantes a conseguirem empregos mais desvalorizados socialmente.	Escassez de vagas aproxima imigrantes dos trabalhos precários
	Desvalorização dos trabalhadores, imigrantes ou não, e sua redução a um senso utilitário/funcional.	Funcionalidade dos imigrantes
	Percepção de que a Missão Paz e o CPM são locais em que se encontram facilmente mão de obra imigrante que tende a aceitar qualquer proposta de emprego.	Escassez de vagas aproxima imigrantes dos trabalhos precários
	Reclamação por parte de agências de emprego de que os imigrantes estariam aculturados, o que os desqualificaria para o emprego.	A igualdade de direitos dos imigrantes inviabiliza mais contratações
	Dificuldades de comunicação por falta de domínio da língua restringem as chances dos imigrantes de conseguirem emprego e de se manterem no trabalho.	O português como língua de sobrevivência para o imigrante
	A falta de experiência profissional dos imigrantes vista como característica positiva pelo empregador, já que poderia moldá-los de acordo com sua conveniência.	Contratação de imigrantes pela empatia, não por currículo.
	A maior facilidade de inserção dos venezuelanos no setor agrícola do que trabalhadores de outras nacionalidades.	Contratação de imigrantes pela empatia, não por currículo.
	Aumento da oferta de vagas conjuntas (casal).	Escassez de vagas aproxima imigrantes dos trabalhos precários
	A crença de que os imigrantes são mais comprometidos com o trabalho é quase unânime entre seus empregadores.	Imigrantes são mais comprometidos com o trabalho

	Novas contratações de imigrantes atreladas ao sucesso de experiências anteriores.	Contratação de novos imigrantes facilitada pelo sucesso de experiência de anterior
	Os recrutadores observados apresentam formas de recrutamento desestruturadas, restringindo a contratação mais pela empatia do que propriamente pela competência.	Contratação de imigrantes pela empatia, não por currículo.
	A solidariedade presente na ajuda aos imigrantes foi evidenciada por razões histórico-familiares particulares.	Contratação de imigrantes pela empatia, não por currículo.

Fonte: elaborado pela autora, com os dados da pesquisa.

Vale destacar novamente que as Premissas Gerais já debatidas nas seções anteriores podem ser retomadas neste momento; porém, não serão analisadas profundamente aqui. Essa recorrência das premissas pontuadas pelos diferentes atores das RTs será retomada na próxima seção em que se compilarão as mais recorrentes e/ou fruto da interseção entre os três atores sociais, simultaneamente.

Abaixo se apresentam enunciados de diferentes empregadores e membros de entidades mediadoras das RTs, cujo discurso fomentou as premissas conceituais construídas a partir da interação observada entre empregadores e mediadores.

(R073)

A dificuldade é mais essa parte documental mesmo pra contratar com carteira. Ele teve até que ir lá na Bolívia pegar alguns documentos, só porque aqui ele não tinha como resolver isso, **ele teve que tirar acho que 4 ou 5 dias de folga, ele teve que ir de ônibus até lá na Bolívia, até Cáceres e ir pra Bolívia por causa dos documentos.** (ES 83, Empregador de Cuiabá-MT, 21 de setembro de 2018).

(R074)

A dificuldade eu acho que não é nem com relação ao imigrante, a dificuldade são com as leis trabalhistas que a gente tem. É muito burocrático, então quando vc vai fazer a contratação, vc tem que fazer o admissional que demora dois dias pra sair, mas não com relação só ao imigrante, mas com relação a todos. **Então, como trabalha com CLT, toda dificuldade que eu já vinha passando com os trabalhadores daqui, eu vou enfrentar com eles [imigrantes]. Talvez, uma coisa que ajudaria ambos, tanto imigrante quanto o trabalhador local, se tivesse uma facilidade maior de contratar.** (ES 05, Empregador de SP, 09 de Junho de 2016).

Considerando-se os aspectos legais da contratação de um imigrante, não há diferenciação em se contratar um funcionário imigrante ou brasileiro. No entanto, parte

expressiva dos empregadores entrevistados sinalizou alguma dificuldade na formalização do emprego. Como pode se observar nos recortes R073 e R074 acima, não se afirma que a dificuldade na contratação se dá em função do empregado ser imigrante, mas em ambos os casos fica implícito que de algum modo isso se mostra desvantajoso, seja para o imigrante ou para o empregador: **“ele teve que tirar acho que 4 ou 5 dias de folga, ele teve que ir de ônibus até lá na Bolívia, até Cáceres e ir pra Bolívia e até voltar pra cá por causa dos documentos”** (R073); e na fração do enunciado R074 tem-se: **“Então, como trabalha com CLT, toda dificuldade que eu já vinha passando com os trabalhadores daqui, eu vou enfrentar com eles [imigrantes]”**. Essa reclamação do custo da formalização por parte dos empregadores reitera elementos de toda uma categoria social que acredita praticar certo tipo de “caridade” por ofertar trabalho (ao mesmo tempo em que oculta sua dependência do empregado), entendendo-se penalizada por não poder impor suas próprias regras nesta relação. Nesse sentido, os empregadores se veem pressionados a se adequarem às leis trabalhistas vigentes que, em seu entendimento, servem apenas para privilegiar funcionários e punir ou dificultar a vida de empregadores. A facilidade na contratação de um funcionário reivindicada no enunciado R074 pode ser entendida como um apelo para a desburocratização embutida no processo, mas também poderia representar uma maior flexibilização dos direitos trabalhistas resguardados por lei, o que poderia implicar em empregabilidade mais precária, independentemente da nacionalidade dos empregados. Não se trata aqui de avaliar a flexibilidade das leis trabalhistas, que inclusive recentemente passaram por uma reestruturação radical neste sentido; o que se busca observar são os modos de construção de retóricas de forma a reforçar uma ideologia em detrimento de outra, ou seja, a do mais forte (patrão) sobre a mais frágil (empregado).

Reivindicações como as sinalizadas pelo empregador no recorte R074, embora apresentem muitas faces que precisariam ser amplamente sondadas para se avaliar quem seriam os reais beneficiados por tais medidas, não podem ser desvinculadas de ideias conforme veiculadas no recorte seguinte, em que o empregador deixa claro os motivos que o fizeram contratar imigrantes para trabalhar em sua empresa.

(R075) 031

Optei empregar imigrante porque é uma mão-de-obra abundante aqui em Cuiabá, eles moram próximos da empresa. Eles também têm disponibilidade para trabalhar em cargos operacionais, coisa que brasileiro não quer. E também claro, custo benefício favorável (ES 36, 08 de março de 2017).

(R076)

As vagas hoje... nossa, tá bem difícil heim? as poucas vagas que aparecem são pra trabalhar com serviços gerais, nesses interiorzão aí. Os empregadores vem procurando mais caseiros pra levar pra essas fazendas, sítios, aqui pros lado da Chapada, pras cidade do interior do estado, e não quer pagar para o casal. Os venezuelanos tem ido, acho que eles tem mais essa coisa de trabalhar com a terra e eles vieram com família, né. (ES 80, Coordenadora do CPM de Cuiabá, 18 de setembro de 2018).

Nota-se, com base nos enunciados acima, que a relação entre empregador e imigrante é pautada pela lógica capitalista, já que o empregador vê na contratação do imigrante uma forma de potencializar seus lucros. Como fora discutido anteriormente, para o empregador não importa se é o imigrante ou o nacional quem irá executar as tarefas laborais, mas lhe interessa contratar os serviços de quem o fizer por um menor preço. Deste modo, a relação de poder que o empregador exerce sobre o imigrante mostra-se mais acentuada do que aquela exercida sobre os nacionais, na medida em que os imigrantes apresentam grande vulnerabilidade social sendo, deste modo, forçados a trabalhar por um valor por vezes menor do que o exigido pelos trabalhadores locais ou praticado pelo mercado. Essas relações sofrem ainda maiores tensões com o desaquecimento do mercado de trabalho, já que, quanto menor a oferta, maior é o poder se barganha do empregador e mais acirrada fica a concorrência entre os candidatos à vaga. O recorte R075, ao sinalizar o desprezo dos trabalhadores nacionais pelos cargos operacionais, seja por desvalorização social e/ou porque oferecem salários menores, o empregador tenciona a relação entre autóctones e imigrantes, na medida em que afirma que os empregados estrangeiros se dispõem a trabalhar nestas condições, o que, para o empregador, mostra-se vantajoso financeiramente. As ofertas de trabalho mais ocupadas pelos imigrantes são as menos valorizadas pelos trabalhadores brasileiros, o que já é salientado há algum tempo pela literatura sobre imigração.

O setor que mais emprega imigrantes atualmente é o de serviços, nas mais diferentes áreas; a coordenadora do CPM de Cuiabá atesta essa afirmação: **“as poucas vagas que aparecem são pra trabalhar com serviços gerais, nesses interiorzão”** (R076). A entrevistada salienta ainda que as vagas de trabalho estão cada dia mais escassas e que as existentes não atraem todos os imigrantes, pois são distantes dos centros urbanos e apresentam salários pouco atrativos, estabelecendo comparação entre venezuelanos e haitianos, as duas nacionalidades de imigrantes mais presentes na capital mato-grossense atualmente. Chama atenção, em seu enunciado, que a oferta de vaga para caseiro, na maioria dos casos, emprega apenas um trabalhador, geralmente homem; porém, é sabido que nessas

funções tarefas também são destinadas à esposa desse empregado, mesmo que ela não receba remuneração nesta relação de trabalho. Dito de outro modo, muitas vezes o empregador mantém dois empregados pelo custo de um.

Percebe-se também, nestes recortes acima, certa desvalorização pelo trabalho do imigrante e sua redução ao senso de utilidade funcional por parte dos empregadores. Deste modo pensado, o imigrante só é valorizado por aquilo que ele se predispõe a executar dentro de um espaço em que sua atuação já se mostra demarcada, não sendo percebido como um ator capaz de interagir de outro modo, a não ser apenas pela força de trabalho que pode oferecer. No recorte abaixo, este senso utilitário/funcional do imigrante é fortemente marcado no enunciado do empregador.

(R077)

Eu vou levar esse[apontando para o imigrante] hoje, se não der certo, semana que vem eu venho e pego outro, imigrante aqui[Missão Paz] é o que mais tem. (ES 06, Empregador de SP, 09 de Junho de 2016).

(R078)

A gente vê pela TV que os imigrantes estão chegando, vê eles andando pela rua, mas quando chega aqui [CPM] assusta ver esse tanto de gente. (ES 85, Empregador de Cuiabá, 22 de setembro de 2018).

Pode-se perceber que o imigrante é visto como mercadoria pelo empregador em questão, tornando-se facilmente substituível ao ser considerado apenas por sua funcionalidade. Outra questão recorrente entre os empregadores é seu pouco caso em relação aos imigrantes por entenderem que há vasta procura por trabalho. Em ambos os recortes acima, com enunciados de diferentes empregadores e em contextos variados como a Missão Paz em São Paulo e o Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá, os empregadores se colocam frente a frente com os imigrantes, às vezes pela primeira vez, apresentando percepções imprecisas que muitas vezes fomentam inverdades sobre esses trabalhadores e mesmo sobre as instituições que os acolhem e prestam serviços, como os de inserção laboral. É notório que em uma instituição acolhedora de imigrantes, como as ora aqui mencionadas, percebe-se a presença de muitos deles, o que não significa que o percentual desta população ali presente seja o mesmo que em outros lugares. Vale ressaltar que, no Brasil, a população imigrante não representa nem mesmo 1% da população brasileira. Assim como qualquer encontro causa estranheza, os empregadores expressam suas concepções, não raro distorcidas, sobre os imigrantes e também sobre aqueles que atuam com essa população. Basta que se observe o enunciado “**imigrante aqui [Missão Paz] é o que mais tem**”, retirado do R077. O fato de haver uma concentração de imigrantes naquele espaço não deveria ser considerado,

conforme o entendimento do empregador, que todos os imigrantes estariam disponíveis a título de mercadoria, para serem ‘levados’, como se fossem coisas, objetos ou mesmo máquinas de trabalhar. As construções simbólicas do imigrante percebido como mercadoria são evidenciadas no fragmento “**eu vou levar esse hoje**”, no sentido de que, se essa mercadoria não funcionar, conforme arbítrio do empregador, “**semana que vem eu venho e pego outro**”.

(R079)

O primo dele é colega meu faz tempo já, a gente se conhece há bastante tempo, aí **quando ele veio pra cá o Gilmar que é o primo dele indicou**, que ele era novo na cidade, **estava precisando de trabalho, precisava trabalhar, ganhar o dinheiro dele, aí ele indicou aqui pro restaurante**. (ES 83, Empregador de Cuiabá- MT, 21 de setembro de 2018).

No recorte R079, nota-se que a necessidade do imigrante por emprego é de conhecimento do empregador, tanto que ele a reitera ao mencionar a relação de poder a seu favor. A ideia de que o imigrante é altamente dependente do emprego e, conseqüentemente, do empregador, é fomentada pela sua fala: “**estava precisando de trabalho, precisava trabalhar, ganhar o dinheiro dele**”; ao se hipervalorizar pelo fato de ser quem oferece trabalho ao imigrante, acentua ainda mais sua força simbólica na relação de poder.

Se de um lado há empregadores que compreendem a necessidade premente dos imigrantes por trabalho e seu esforço para se manterem nos empregos, por outro há aqueles trabalhadores que, por razões desconhecidas, ainda que afirmem necessitar muito do emprego, não conseguem adaptar-se às exigências dos empregadores ou se adequarem às RTs. Os recortes que seguem serão trazidos para ilustrar que toda e qualquer generalização que se faça dos imigrantes e dos empregadores nesta seara são muito temerárias, e que não é objetivo deste trabalho julgar posicionamentos ou condutas dos entrevistados, pois o que se busca observar é como as relações entre eles vão sendo moldadas e reiteram o poder dos atores, ao serem constantemente reforçadas pelas construções ideológicas que circulam nesses espaços.

(R080)

O migrante, às vezes, se esquece que ele está em outro país, que esse país tem suas leis, e quando o empregador coloca, eles como que não aceitam ne, não aceitam, e nós já temos tido algumas dificuldades, por exemplo, às vezes chegaram tarde ao trabalho, e o empregador não quer isso, porque precisa produzir, precisa render, chegou tarde ao trabalho, começou animado tudo, mas depois deu uma baixa (ES 81 Coordenadora do setor de Inserção Laboral do CPM de Cuiabá, 18 de setembro de 2018).

(R081)

Tem empresas que ligam aqui e falam, **olha ele está me dando problema, não vem trabalhar, chega tarde, a produção caiu muito. Vou ter que dispensá-lo** (ES 66, Coordenadora do Eixo Trabalho da Missão Paz, 17 de março de 2018).

(R082)

No início, eles [empregadores] queriam muito esses imigrantes porque eles tinham domínio do inglês, eles eram extremamente trabalhadores, eles sempre estavam dispostos, qualquer coisa que você pedia eles executavam[...]. Hoje eles [imigrantes] já estão aculturados [...]. Ou seja, elas já entenderam a lei brasileira por causa da estabilidade elas engravidam para ter a estabilidade gestacional. [...] **Estão do mesmo jeito dos brasileiros, com a mesma preguiça, falta de vontade, que chegam atrasados e já não tem mais aquele diferencial do início.** (Entrevista com empregadora proprietária de uma agência de emprego, Cuiabá).

Os recortes R080 e R081 apresentam-se também como uma das perspectivas das RTs, ou seja, aquela em que o papel de cada ator social foge ou destoa do que a ideologia propagada pelo grupo a que pertence suscita que façam. Os enunciados de R080 e R081 são de entrevistados que atuam como mediadores nas RTs, os quais, pelo fato de compreenderem a complexidade humana, não hesitam em expor situações como as que são narradas, justamente para se desconstruir a ideia de que acobertam os imigrantes porque são simpáticos à sua causa. Pontua-se, entretanto, a necessidade de se observar os recortes sem criação de generalizações, até porque, situações como as exemplificadas nos recortes acima já foram narradas pelos próprios empregadores ao se referirem aos trabalhadores brasileiros. Dessa forma, em todas as entrevistas com empregadores realizadas nesta pesquisa, com exceção de uma, cujo fragmento encontra-se no recorte R082, não houve relatos de reclamações devido à falta de comprometimento dos imigrantes; ao contrário disso, o comprometimento deles apareceu na maioria das entrevistas, inclusive como diferencial em relação aos autóctones, o que não significa que não possa haver casos de descomprometimento de algum trabalhador imigrante. Assim, há que se considerar que as relações de trabalho ocorrem entre seres humanos e, como toda relação, estão sujeitas a desentendimentos e descumprimento de regras, o que não indica que empregadores e imigrantes envolvidos nas RTs devam ser julgados de forma generalizada devido aos casos de sucesso ou não, que acabam sendo tomados como exemplo para se caracterizar todo um grupo.

Os recortes acima também ilustram que os mediadores compreendem bem seu papel nessas RTs ao demonstrarem a fragilidade tanto dos empregadores como dos imigrantes na interação das RTs. Pode-se dizer que declarações como as contidas nos recortes R080 e R081 evidenciam que os mediadores não buscam tomar partido nessas relações, ainda que

defendam os interesses de um dos atores sociais pertencente a elas, atuando como suporte aos imigrantes e empregadores, de modo a ampará-los quando as tensões se acentuam. Deste modo, pode-se compreender que os mediadores também exercem poder entre os imigrantes e os empregadores, na medida em que buscam equilibrar e ou/gerenciar a relação entre os dois grupos sociais. As reclamações dos empregadores sobre a conduta do imigrante no ambiente de trabalho, narradas pelas coordenadoras que trabalham no setor de inserção laboral das duas entidades, ilustram a relação de poder que se estabelece entre mediador e empregador. Dessa forma, os imigrantes também veem essas instituições como aliados, principalmente na busca por trabalho, como mencionado no recorte R069: **“Eu vim aqui porque ajuda bastante, porque aqui é a central do migrante”**.

O recorte R080 é fruto de uma entrevista com uma empregadora, proprietária de uma agência de emprego que já havia prestado serviços para imigrantes em Cuiabá. Destaca-se, aqui, que a proposta das agências de emprego não são as mesmas dos mediadores mencionados nesse trabalho, pois os mediadores não cobram valor algum pelos serviços prestados aos imigrantes e aos empregadores, nem mesmo aqueles referentes à inserção laboral. Além disso, deve-se atentar para os exageros das generalizações apresentadas no enunciado do recorte R080, que despreza o fato de grupos não agirem da mesma forma descrita. Na fala da consultora de recursos humanos fica retratado o posicionamento de alguns empregadores mato-grossenses em relação à contratação de imigrantes. Registra-se o preconceito e reiteração de estereótipos em relação aos imigrantes que acabam sendo também associados aos trabalhadores nacionais na seguinte afirmação: **“Hoje eles [imigrantes] já estão aculturados” e “Estão do mesmo jeito dos brasileiros, com a mesma preguiça, falta de vontade, que chegam atrasados e já não tem mais aquele diferencial do início”**.

Embora os recortes R080, R081 e R082 retratem questões muito semelhantes sobre os conflitos no ambiente de trabalho relativos à conduta dos imigrantes, pode-se perceber a diferença de compreensão e de juízo de valor entre os mediadores e a consultora, tendo em vista a ideologia do trabalho e todas as construções simbólicas que abarca. Nestes recortes, a ideologia opera pela “Fragmentação” (categoria estabelecida por Thompson) dos imigrantes, por meio da estratégia da “Diferenciação” (idem) estabelecida nos recortes e pela distinção entre imigrantes e brasileiros. Essa mesma diferenciação promove também o “Expurgo do Outro” (idem), colocando o imigrante como mau trabalhador ou não digno de ser contratado para o trabalho, usando-se o argumento de ser “preguiçoso, não cumpridor de horário, descomprometido com o trabalho”. Utiliza-se para exemplificar essas construções simbólicas

elementos narrativos dos recortes que as marcam, como o R080, R081 e R082. Percebe-se, como já alertado por Thompson (2011), que os modos de operação da ideologia podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente, como nos casos acima descritos.

Nos recortes a seguir, serão mencionadas diferentes temáticas atreladas à inserção laboral dos imigrantes, conforme pontuadas tanto pelos mediadores como pelos empregadores.

(R083)

A gente sabe da importância do imigrante saber se comunicar na língua portuguesa, e a gente aqui no setor reforça isso pra eles, os que chegam porque tem empregador que não contrata se ele não souber se comunicar minimamente através do português (ES 60, Coordenadora do Setor de Capacitação e Cidadania da Missão Paz, 08 de maio de 2018).

(R084)

Eu prefiro gente que não tenha experiência na área de gastronomia que eu possa ensinar da minha forma tudo que ele precise aprender, pra mim é mais viável[...] Assim, eles[imigrante] vem sem vícios (ES 39, Empregador de Cuiabá-MT, 22 de Abril de 2017).

(R085)

Hoje o grande problema nosso da mão de obra de Sinop, como todo o Brasil (...) é a falta de (+) comprometimento das pessoas com o trabalho, né. Esse é um ponto positivo com que a gente está vendo com os Haitianos que estão vindo para o Brasil (ESR 15, Empregador de Sinop-MT, 05 de Agosto de 2018).

(R086)

Eu vou ser bem sincera, alguns empregadores especificam, eu quero venezuelano, não quero haitiano, aí eu pergunto: haitianos não são migrantes? Estão com muita força para trabalhar. Alguns dizem não porque eu já tive experiência com haitiano, não é bom, eu quero ter experiência com venezuelano, e aí eles vão conhecendo o público que vão colocar na empresa né (ES 81 Coordenadora do setor de Inserção Laboral do CPM de Cuiabá, 18 de setembro de 2018).

Embora já mencionada anteriormente, tanto pela perspectiva do imigrante como do empregador, a questão da importância dos imigrantes terem o conhecimento da língua portuguesa para se inserirem no mercado de trabalho também é preocupação dos mediadores, pois sabem do relevante papel da linguagem como facilitador neste processo de procura, encontro e manutenção do trabalho para os imigrantes. Apesar do falta de conhecimento dos imigrantes do idioma falado não impossibilitar efetivamente seu processo de conquista de emprego, os mediadores relatam que “**tem empregador que não contrata se ele não souber**

se comunicar minimamente através do português”. Essa situação foi narrada pela coordenadora de cursos de língua portuguesa de uma das instituições que trabalha com imigrantes. Fica claro o peso que tem a aprendizagem do idioma para os imigrantes, o que justifica os esforços dos mediadores e dos próprios imigrantes para tentar sanar esse problema, já que se configura como um limitador das chances em seu processo de inserção laboral. Foucault (2005) advertia que o ato de comunicar através de uma língua ou sistema de signos, em si, já é uma forma de agir sobre o outro. Porém, o que se percebe nos casos observados é que a língua (enfim, o discurso) funciona com efeitos de poder que extrapolam o simples objetivo de comunicação. Assim, as relações de poder estão também contidas nestas dinâmicas de aprendizagem da língua portuguesa, pois aprendem o idioma devido a uma força que os impele para o estudo da língua, comportando-se, assim, de forma obediente, de acordo com as exigências das RTs a eles impostas. Ao mesmo tempo, precisam dominar a língua portuguesa se quiserem agir e reagir no jogo das relações de poder em que estão envolvidos. Estas interações laborais não dizem respeito apenas aos imigrantes e aos empregadores, mas também aos próprios imigrantes e seus colegas de trabalho, imigrantes ou não, compatriotas ou não. Nesse contexto, pode-se perceber que o domínio da língua falada interfere nas relações do poder, fazendo com que os que não dominam a língua fiquem mais dependentes ou fragilizados do que aqueles que conseguem se comunicar por ela, conforme o enunciado de um dos empregadores: **“eu não entendo nada do que ela fala. Ela tá aqui porque o Gean traduz”**. Constata-se a multivetorialidade apontada por Foucault (2005) nas relações de poder estabelecidas por estas situações, uma vez que o imigrante, ao ter conhecimento do idioma, passa a ser mais valorizado pelo colega de trabalho e também, por isso, pode ter a oportunidade de se destacar aos olhos do empregador no ambiente de trabalho, na medida em que se torna evidente sua importância em relação ao colega que ainda não domina a língua portuguesa.

Assim como a falta de conhecimento da língua pelo imigrante dificulta (embora não seja impeditivo) a obtenção de um trabalho, sua pouca experiência profissional também pode ser um diferencial que irá favorecer o imigrante. Vale ressaltar que essa questão foi pontuada por empregadores entrevistados tanto em Mato Grosso como em São Paulo; no entanto, ficou nítida, durante todo o processo de coleta de dados desta pesquisa, a preferência por candidatos mais qualificados e com experiência laboral do que por aqueles sem esses atributos. No Recorte R084, o empregador evidencia a preferência por imigrantes sem experiência na área em que atua, pois comenta que os vícios laborais, por vezes, mais atrapalham do que auxiliam

o empregado na execução do trabalho. Neste caso se deve pensar nesta característica do imigrante não apenas como aspecto funcional, mas também cultural, pois estaria condicionada à relação que estabelecerá com os elementos culturais brasileiros, como o manuseio dos alimentos no preparo de determinados pratos típicos, já que esse empregador possui um restaurante e os cinco funcionários imigrantes que ele emprega trabalham como auxiliares de cozinha. O empregador afirma o seguinte: **“Eu prefiro gente que não tenha experiência na área de gastronomia que eu possa ensinar da minha forma tudo que ele precise aprender, pra mim é mais viável”** (R084). O enunciado proferido pelo empregador deixa explícito que quem ganhará neste processo não necessariamente será o imigrante, pois nessa relação tem-se a preocupação de garantir uma qualificação conveniente e suficiente apenas para sanar as necessidades patronais.

A crença entre os empregadores de que os imigrantes seriam ou estariam mais comprometidos com o trabalho do que os trabalhadores brasileiros também foram narrados pelos mediadores tanto em situações de intermediação para o trabalho, como nas visitas, ou outras formas de *feedbacks* que incorporam às suas ações no processo de inserção laboral de imigrantes. O recorte R085 ilustra essa ideia de que os imigrantes seriam mais comprometidos com o trabalho, o que os diferenciaria positivamente em relação aos brasileiros e motivaria novas contratações dessa população. Essa diferenciação entre as nacionalidades dos trabalhadores e os estereótipos atrelados a eles foram discutidas anteriormente, evidenciando que essa questão pode fomentar conflitos dos mais diversos no ambiente de trabalho ao tensionar as relações de poder entre empregadores, imigrantes e seus colegas de trabalho, sejam eles imigrantes ou não. Já o recorte R083 traz o contrário, ou seja, o não comprometimento do imigrante com o trabalho, o que pode ser visualizado também no recorte R078 analisado anteriormente, conforme se observa no fragmento apresentado pela coordenadora da mediação laboral da instituição: **“nós já temos tido algumas dificuldades, por exemplo, às vezes chegaram tarde ao trabalho, e o empregador não quer isso, porque precisa produzir, precisa render, chegou tarde ao trabalho, começou animado tudo, mas depois deu uma baixa”**. O comprometimento ou não com o trabalho depende de outros fatores a ele relacionados, e não especificamente da nacionalidade do imigrante, pois se pode ter funcionários extremamente comprometidos ou não de qualquer nacionalidade, podendo ser constatada, então, a construção de estereótipos nesse processo de generalização, como se uma experiência com um imigrante de determinada nacionalidade fosse sempre a mesma com todos da mesma nacionalidade.

Nos recortes R085 e R086, os entrevistados trazem à tona a questão das diferenças entre as nacionalidades dos imigrantes; porém, não é objetivo deste trabalho identificar traços culturais de um ou outro grupo de imigrantes, pois o que se busca registrar aqui com esses recortes é a existência de conflitos entre os próprios imigrantes em função de suas diferenças culturais para com a cultura do trabalho exercida no Brasil, fomentadas muitas vezes por narrativas como essa: **“eu já tive experiência com haitiano, não é bom, eu quero ter experiência com venezuelano”**. Esse tipo de julgamento de valor atrelado à nacionalidade, generalizando todos os imigrantes, como se todos os haitianos fossem da mesma forma e todos os venezuelanos de outra, fomentam não apenas estereótipos e preconceitos em relação aos imigrantes, como também incitam conflitos entre eles atrelados ao ambiente de trabalho, mas também fora dele. Ao longo das observações em campo e de acordo com o tempo de voluntariado na área, a pesquisadora deparou-se com situações conflituosas entre imigrantes e/ou grupos de imigrantes por conta de privações diversas impostas a determinada nacionalidade em detrimento de outras. Os conflitos foram registrados em conversas informais, entrevistas e até mesmo pessoalmente pela pesquisadora, envolvendo imigrantes de diferentes nacionalidades. Registraram-se casos muito semelhantes, tanto em regiões com maior concentração de imigrantes (São Paulo) como em outras em que essa concentração não é tão expressiva (Sinop, interior do Estado de Mato Grosso).

Não se buscou apresentar detalhadamente as questões burocráticas para a formalização do trabalho nos casos de processos de inserção. Nas duas entidades acompanhadas durante a pesquisa, considerando-se as habilidades funcionais cada dia mais acentuadas, grande oferta de mão de obra, sobretudo para funções mais operacionais devido ao desaquecimento do mercado de trabalho formal, chamou atenção o processo de recrutamento e seleção dos imigrantes tanto por parte dos mediadores como dos empregadores. Algumas formas de operacionalização desses processos podem ser ilustradas nos recortes abaixo.

(R087)

O processo que se faz, os migrantes chegam na casa, eles fazem uma ficha de inscrição, que é o cadastro deles para saber um pouco o perfil deles, quais que foram as experiências de trabalho no país deles ou em que que eles estudaram, se terminaram a escola, se não terminaram, se fizeram o curso básico. Aí se lança todas essas informações aqui em um pequeno sistema, pois, já que a mídia publica muito a chegada dos migrantes, tem empresários que vieram porque viram as notícias, vieram aqui, aí eu [...] faço esse diálogo.[...]eu levanto nessa ficha as demandas que o empregador pediu, aí eu vejo o perfil que ele está pedindo, eu entro aqui no meu quadro de todos cadastrados, e aí eu escolho 3-4 migrantes, aí eu marco, ligo para empregador, marco um dia aqui, muitas vezes com a presença da

[...]auditora fiscal e aí fazemos a entrevista; aí o empregador escolhe, quem que mais ou menos ele sentiu que vai dar, vai trabalhar ali na área que ele está pedindo (ES 81 Coordenadora do setor de Inserção Laboral do CPM de Cuiabá, 18 de setembro de 2018).

(R088)

Dá vontade de levar todas[candidatas imigrantes], porque vejo o desespero delas por trabalho, mas minha empresa é pequena. **Muitas são mães e eu também sou mãe, então acho que isso pesou na minha escolha pelas candidatas** (ES 75, Empregadora de SP, 13 de junho de 2018).

(R089)

Não tenho muito critério para selecionar, eles são muitos, e como a vaga que eu tenho não requer muito estudo e nem experiência, **acabo indo mesmo pelo carisma. Gosto de quem me olha na cara. Às vezes, só de olhar você já sabe se vai dar certo lá na firma** (ES 07, Empregador de SP, 09 de junho de 2016).

(R090)

Eu contratei imigrante porque meus antepassados eram imigrantes, na verdade sou neto de italianos que vieram pra cá fugindo da fome depois da guerra (ES 39, Empregador de Cuiabá-MT, 22 de Abril de 2017).

(R091)

Sempre você escuta o empregador dizer eu vim porque sou filho, neto, sei lá...bisneto de imigrante, e assim, num país como o nosso né, **eu acho que essa questão ajuda sim a mobilizar pra vir conhecer o trabalho e pra contratar também** (ES 66, Coordenadora do Eixo Trabalho da Missão Paz, 17 de março de 2018).

Nos recortes R087, R088 e R089 são apresentadas situações que retratam o processo de contratação de imigrantes para ocuparem uma vaga de trabalho. No primeiro recorte, observa-se que a instituição que auxilia na intermediação entre empregador e imigrante busca fazer uma triagem de forma a selecionar candidatos que se aproximem do perfil solicitado previamente pelo empregador, como se pode constatar no seguinte fragmento: “**eu levanto nessa ficha as demandas que o empregador pediu, aí eu vejo o perfil que ele está pedindo, eu entro aqui no meu quadro de todos cadastrados, e aí eu escolho 3-4 migrantes, aí eu marco, ligo para o empregador, marco um dia aqui, muitas vezes está a presença da [...]auditora fiscal e aí fazemos a entrevista, e aí o empregador escolhe, quem que mais ou menos ele sentiu que vai dar, vai trabalhar ali na área que ele está pedindo**”(R087). Nota-se uma preocupação em garantir equidade na seleção por parte da coordenadora de mediação para o trabalho. Já na outra entidade esse processo fica mais a cargo dos próprios empregadores, ainda que assistido pela equipe da entidade. Os recortes

R089 e R088 são de empregadores que compareceram a uma instituição que promove a inserção laboral dos imigrantes e auxilia o encontro entre imigrante e empregador; porém, não interfere na forma de seleção pelos empregadores que, na maioria das vezes, contratam mais pela empatia do que pelas habilidades dos candidatos à vaga, como sugere o seguinte fragmento: **“Não tenho muito critério pra selecionar [...]. Gosto de quem me olha na cara. Às vezes, só de olhar você já sabe se vai dar certo lá na firma”**(R088); **“Dá vontade de levar todas[...] . Muitas são mães e eu também sou mãe, então acho que isso pesou na minha escolha pelas candidatas”** (R089). Nota-se que, mesmo nas empresas que demandam atualmente habilidades cada vez mais específicas para a seleção, esta ainda acontece de modo desestruturado, seja a seleção praticada por pequenas empresas, seja por organizações maiores. As relações de poder já se fazem presentes antes mesmo de se oficializarem as RTs, pois são iniciadas ainda na seleção em que os atores transitam em meio às forças que moldam essas relações.

Os recortes R090 e R091 exemplificam quando a sensibilização dos empregadores em relação às demandas dos imigrantes tem fundo histórico-familiar. A complexidade da imigração parece ser mais sensível aos olhos daqueles que tem registros deste fenômeno nas histórias contadas pelos antepassados da família. O exercício da alteridade com os imigrantes parece ser mais facilmente praticado por aqueles que sabem que sua origem é fruto desta interação social, o que não significa afirmar que todos que vivenciaram, direta ou indiretamente este processo, sejam sensibilizados pela causa; apenas pontua-se que, nos achados desta pesquisa, a solidariedade dos empregadores entrevistados com os imigrantes demonstra estar atrelada à razões histórico-familiares, como se pode observar nos fragmentos: **“Eu contratei imigrante porque meus antepassados eram imigrantes”**(R090); **“Sempre você escuta o empregador dizer eu vim porque sou filho, neto, sei lá...bisneto de imigrante”** (R091). A solidariedade com os imigrantes, ainda que praticada por pessoas sensíveis à causa, não é garantia de que as RTs serão bem-sucedidas e de as relações de poder serão mais simétricas entre as partes envolvidas. Apenas sinalizam para o fato de que se permitir conhecer o outro pode interferir diretamente nas RTs, no sentido de promover maior humanização nessas relações, mesmo numa relação comercial pautada pela busca de lucro.

Nas discussões do recorte R083 ao R091, as ideologias, tal qual concebidas por Thompson (2011), operam de modo sutil, já que os fragmentos apresentados não demarcam explicitamente as construções ideológicas ali presentes, o que não significa que elas não existam ou que não atuem na construção dos enunciados; deste modo, não seria pertinente

qualquer forma de categorização dos modos de operação das ideologias e nem mesmo das estratégias por elas utilizadas.

7.4. As relações de poder na interação entre os três atores sociais das RTs (EIM)

Esta última seção de análise busca apresentar não apenas a interação entre os três atores das RTs mas, sobretudo, trazer os pontos em que se percebeu, ao longo de toda a análise, as interseções entre eles. Deste modo, neste momento serão retomadas algumas Premissas Gerais que foram refinadas até se chegar às Premissas Conceituais, fruto da interseção entre as percepções dos atores observados. Os pontos de interseção entre os atores são diversos, e apresentam elementos presentes e recorrentes relativos aos três atores das RTs. Essa recorrência aponta para elementos que circulam entre os três atores sociais por meio de discursos distintos, os quais evidenciam relações de poder e dominação reiteradas por ideologias semelhantes relacionadas ao contexto do trabalho. Buscou-se então, analisar essas ideologias e o modo como circula o poder nos recortes das entrevistas. No quadro a seguir, compilam-se as Premissas Gerais, além das Conceituais que apresentam as especificidades da interseção entre imigrantes, mediadores e empregadores.

Quadro 12- Interação entre Empregadores, Imigrantes e Mediadores (EIM)

Ponto de interseção	Premissas Gerais	Premissas Conceituais
As especificidades das relações entre imigrantes, mediadores e empregadores	Missão Paz, CPM e Associações de imigrantes como novos atores das RTs são reconhecidos socialmente por sua atuação com imigrantes em nível nacional e local.	Missão Paz, CPM e Associações de imigrantes atuam como novos atores nas RTs.
	Reiteração dos estereótipos em relação aos imigrantes (Rouba trabalho, traz doença, aumenta a criminalidade, dentre outros).	Estereótipos e preconceitos sobre os imigrantes como elementos promotores de assimetria das relações de poder.
	A ideia de que os imigrantes são vulneráveis socialmente não impede que eles sejam explorados por empregadores e por outros imigrantes, compatriotas ou não.	A vulnerabilidade social dos imigrantes torna-os passíveis a exploração.
	A condição de imigrante, somada as diferenças culturais provocam estranhamentos, discriminação e	Reações preconceituosas e estereotipadas de atores nacionais sobre os imigrantes nas RTs.

	preconceito no ambiente de trabalho.	
	Vagas de trabalho escassas e cada vez mais específicas em MT e SP.	Escassez de vagas aproxima imigrantes dos trabalhos precários
	Diferentes formas de manifestações de poder expressas nos discursos dos atores das RTs, além da assimetria nessas relações.	Relações de poder e sua assimetria nas RTs.
	Imigrantes se tornam arrimo migratório, pois, ao partirem carregam os anseios de todos os que ficaram e precisam de ajuda.	O imigrante como arrimo migratório.
	Os mediadores representam os novos atores das RTs; no entanto, ainda são fortemente pautados pelo empregador e pelo imigrante.	O empregador e o imigrante como atores principais das RTs.
	As redes de comunicação/informação que os imigrantes mantem os auxilia em suas demandas diversas, como no trabalho, sobretudo entre os compatriotas.	As redes de comunicação como auxílio aos imigrantes.

Fonte: elaborado pela autora, com os dados da pesquisa.

Os recortes a seguir são fragmentos de entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa com os três atores sociais envolvidos. As Premissas Gerais apresentam elementos que podem retratar dinâmicas próprias de imigrantes, mediadores ou empregadores, além das situações narradas por eles. Essas dinâmicas podem se configurar também como realidades muito próximas das de outros atores sociais pertencentes a estes grupos, os quais muitas vezes sofrem diante da falta de entendimento e reflexão crítica sobre esses processos construídos de acordo com determinado contexto sócio histórico:

(R092)

Yo agradeço que vim pra esta casa [CPM] sou imigrante di sorte, porque aqui, yo tengo comida, una casa, tengo curso pra genti fazê, e agora yo to aqui, vendo um emprego (ES 90, 19 de setembro de 2018).

(R093)

eu acho que o apoio principal foi a Missão, porque nós estamos aqui sozinhos, nosso único sistema de apoio é a Missão, é a casa, é o Padre Paolo, é a Missão inteira, toda gente que trabalha para a Missão. E eles sempre apoiaram a nós, eles sempre deram essa palavra de alento “você pode, vocês têm que procurar”, eles falavam, por exemplo, tinha gente que falava “nossa, em tal mercado vende a farinha mais barata” ou “em tal parte vende a verdura melhor”, assim com dica para nós aprender, para fazer todo isso. Nosso grande sonho é chegar a ter um restaurante e que toda pessoa que trabalhe lá seja um migrante aqui da casa, porque assim como nós nunca

podemos esquecer de que a mesma gente que ajudou a nós, nós temos que retribuir, nós temos que dar de volta, porque tudo que nós temos aqui no Brasil é graças a gente, graças a Missão, graças a casa de um migrante, ou graças a toda gente que [...] e nós não podemos agradecer com a gente, temos que devolver ao mundo, a todo mundo, todo que vocês fizeram por nós (ES 67, 23 de maio de 2018).

Nos dois primeiros recortes apresentados acima, a figura dos mediadores nas RTs ganha contornos cada vez mais expressivos e reconhecimento social na medida em que se tornam também fonte de apoio aos demais atores, sobretudo aos imigrantes. No recorte R092, a imigrante cubana entrevistada avalia o trabalho de uma das entidades que atua com imigrantes em Cuiabá e, na simplicidade do que lhe é oferecido pela instituição e de acordo com as possibilidades de que dispõe, qualifica-se como uma imigrante de sorte pelo fato de ter sido acolhida. O fragmento presente no recorte explicita o que para ela, de acordo com a situação em que se encontra, significa ter sorte: **“porque aqui, yo tengo comida, una casa, tengo curso pra genti fazê, e agora yo to aqui, vendo um emprego” (R092)**. Não apenas os incentivos financeiros, ainda que os imigrantes muito necessitem, são valorados por eles, pois o apoio e incentivo diante das dificuldades que se colocam podem representar muito mais do que ajudas pontuais, representando a chance do próprio imigrante descobrir suas potencialidades e vencer suas dificuldades.

No recorte R093, a imigrante venezuelana também externaliza o apoio recebido da instituição que acolheu não apenas ela própria, mas também sua família (esposo e filha): **“eu acho que o apoio principal foi a Missão, porque nós estamos aqui sozinhos, nosso único sistema de apoio é a Missão[...]. E eles sempre apoiaram a nós, eles sempre deram essa palavra de alento ‘você pode, vocês têm que procurar’”**. No recorte em questão, percebe-se a mesma gratidão que já fora reiterada pela imigrante cubana; no entanto, os mediadores podem indicar novas possibilidades aos imigrantes, pois não tratam apenas de fornecer ajudas pontuais, como alimentação, abrigo temporário e qualificação, mas também novos caminhos para vencer suas dificuldades, como no caso dessa imigrante que, por não conseguir trabalho depois de meses no Brasil, se viu obrigada a fazer comida típica de seu país para vender, sobrevivendo, assim, da renda de seu empreendimento. Nesse sentido, a imigrante enfatiza o apoio dado a seu empreendimento pela instituição mediadora: **“Nosso grande sonho é chegar a ter um restaurante e que toda pessoa que trabalhe lá seja um migrante aqui da casa, porque assim como nós nunca podemos esquecer de que a mesma gente que ajudou a nós, nós temos que retribuir, nós temos que dar de volta, porque tudo que nós temos aqui no Brasil é graças a gente, graças a Missão, graças a casa de um migrante, ou**

graças a toda gente". Ainda que as vagas de trabalho estejam escassas no mercado e que as ajudas financeiras estejam muito dificultadas, outras formas de acolher parecem ser ensinadas e praticadas pelos atores das RTs, os quais reiteram determinados valores, como a cooperação, ao auxiliarem determinados imigrantes a montarem seu próprio negócio. Não apenas os imigrantes reconhecem a importância dos mediadores nas RTs, mas também os próprios mediadores ao demonstrarem perceber sua atuação como um suporte indispensável para os imigrantes que, muitas vezes, se vêem desamparados socialmente; os recortes R067, R070 e R071 já discutidos também sinalizam para essa questão.

Por conta das dificuldades de sobrevivência, muitos imigrantes se veem obrigados a deixar para trás tudo que possuíam para tentarem reconstruir suas vidas; porém, logo que chegam se deparam com construções simbólicas distorcidas sobre eles próprios:

(R094)

Pra alimentação no alcançava. Eu praticamente, yo não comia para que mis hijas comessem, então chegou um momento que yo estava enfermo, então a única forma era buscar outro trabalho, ter dois trabalhos e [...] então, aqui em Brasil tenho uma familiar no Rio de Janeiro, entoa seja melhor que viria provar sorte, então em fevereiro yo vim. **A gente não veio pra rouba nem tirar nada dos brasileiros, vim pra cá porque nossos hijos tinham fome e Venezuela está um caos** (ES 87, 19 de setembro de 2018).

(R095)

Os colegas dele acham que ele veio pra tirar o trabalho deles, mas eu vejo que eles estão fazendo o que os nossos não querem mais fazer. **Essa coisa de rouba trabalho não é bem assim, e eles só vão pra o crime se não tiver o que fazer** (ES 86, Empregador de Cuiabá-MT, 19 de setembro de 2018).

(R096)

É difícil definir a intermediação laboral. Primeira coisa antes de responder, eu diria que a ideia básica é que haja um processo e não algo pontual. Um processo onde os três atores colaboram, então nesse caso a Missão Paz prepara os migrantes, prepara as empresas, a contratação, e depois da entrevista, no caso de contratação, posteriormente se visita as empresas, ou seja, a ideia é de processo. **Outro elemento é a ideia também de sensibilizar e trazer novos conhecimentos, por exemplo, que o migrante consiga mecanismos culturais ou trabalhistas. E o empregador também que não pense que está fazendo só uma boa ação contratando um migrante ou refugiado, eu vim ajudar, também muitas vezes precisa dessa mão de obra. E tentar tirar todos aqueles preconceitos que eles têm.** Dito isso, se por agência se entende uma atuação que porém não tem fim lucrativo, ou seja a Missão não tira um proveito econômico disso, pode ser, ela desde 2012 vai criando esse fluxo, administrando e modificando (ES 72, Diretor da Missão Paz, 16 de junho de 2018).

(R097)

A sensibilização que fazemos aqui com os empregadores é **pra tentar tirar a ideia de que os imigrantes roubam trabalho, aumentam a criminalidade, trazem doença, essas coisas que falam por aí** (ES 80, Coordenadora do CPM de Cuiabá-MT, 18 de setembro de 2018).

Os recortes R094 ao R097 negam a existência desses estereótipos em relação aos imigrantes mas, ao mesmo tempo, apontam para a sua existência e circulação no meio social ao sentirem a necessidade de negá-los e de defender os imigrantes. Isso é feito até mesmo por um deles quando nega a ideia de que sua presença no país tiraria o trabalho dos nativos: **“A gente não veio pra rouba nem tirar nada dos brasileiros”** (R094). Outras construções pautadas pelo preconceito também afirmam que os estrangeiros trazem doenças já erradicadas, elevam as taxas de criminalidade, representam uma ameaça à preservação da cultura nativa, dentre outras visões em nível de senso comum: **“Essa coisa de rouba trabalho não é bem assim, e eles só vão pra o crime se não tiver o que fazer”** (R095). Nesse fragmento, o empregador, ao mesmo tempo em que reconhece a não veracidade da ideia de que os imigrantes tomam emprego dos nativos, reitera que podem ir para o crime, ou seja, aponta para uma possibilidade generalista e preconceituosa. Essas contradições nas falas dos empregadores ilustram a complexidade das RTs, na medida em que promovem uma circulação de construções simbólicas capazes de interferir nas relações de poder, despertando “(des)confiança” e ambiguidade em relação a essa população de trabalhadores, o que provoca, também, instabilidade em relação à manutenção de seus empregos.

Os mediadores das RTs preocupam-se em realizar um trabalho de desconstrução desses estereótipos, como se pode perceber na fala do diretor da Missão Paz: **“Outro elemento é a ideia também de sensibilizar e trazer novos conhecimentos, por exemplo, que o migrante consiga mecanismos culturais ou trabalhistas. E o empregador também que não pense que está fazendo só uma boa ação contratando um migrante ou refugiado, eu vim ajudar, também muitas vezes precisa dessa mão de obra. E tentar tirar todos aqueles preconceitos que eles têm”** (R096); **“pra tentar tirar a ideia de que os imigrantes roubam trabalho, aumentam a criminalidade, trazem doença, essas coisas que falam por aí”** (R097). Aqui também acontece a contradição de atestar a existência do preconceito no próprio ato de negá-lo; porém, reconhece-se que não há outra forma de combatê-los sem mencioná-los nas palestras de sensibilização e entrevistas com os empregadores.

Alguns imigrantes reiteram que abandonaram seu país de origem devido à necessidade de satisfação de uma necessidade básica, ou seja, matar a fome, o que pode ser ilustrado no

recorte R094: **“Pra alimentação no alcançava. Eu praticamente, yo não comia para que mis hijas comessem[...] vim pra cá porque nossos hijos tinham fome e Venezuela está um caos”**.

A vulnerabilidade social de grande parte dos imigrantes é grande, pois chegam ao país carentes de alimentação e moradia. Essa situação de precariedade social é percebida pelos brasileiros em situações cotidianas, atreladas ou não ao mercado de trabalho, conforme os excertos abaixo podem exemplificar. Mas estes momentos de interação, além de reiterarem estereótipos, podem também representar desde frustração para alguns atores até oportunidade de exploração dos grupos mais fragilizados por outros.

(R098)

Já [...] de alguma forma nos esquivam. Se veem que estamos cerca de um posto de saúde, que foi uma experiência particular que nós passamos [...] no centro de saúde, e estávamos sentados [...] e estava uma muchacha sentada ali com seu telefone, normal [...] eu disse algo pro meu esposo, te digo algo, algum comentário, **la muchacha escuta que hablo espanhol, automaticamente guardou seu telefono, o escondeu e se levantou e se fue,** começou a [...] me senti muy mal, em primeiro lugar porque aceitar um ser humano como [...] independente de sua nacionalidade, segundo porque todos seres humanos não são iguais, eu penso que em nível mundial **hay persona bem, hay persona mal,** hay que nascem em bem, hay que nascem em mal... (ES 69, 23 de maio de 2018).

(R099)

Capino uma casa e [...] todo dia, dois dias, [...] bastante grande e lamentavelmente uma persona, depois que limpamos [...] se fue, depois tu [...] falar com uma persona que [...] diciendo para que ligara com um senhor que por favor [...] pagar, porque já estava [...] **Passou um mês para que pagara, e era só 70 reais** (ES 70, 23 de maio de 2018).

(R100)

Na verdade, antes não tinha problema, porque tinham vagas, tinham vagas e ele [patrão] tava precisando de gente pra trabalhar lá, porque brasileiro tem trabalho que ele não gostou de fazer. Tem trabalho, na minha opinião, **ele deixava pro estrangeiro só, como, por exemplo, lavar prato, brasileiro não gosta, lavar prato e trabalhar no lixo, eu vi que brasileiro tem muito problema com isso** (ES 68, 15 de maio de 2018).

Nos recortes acima, o desconhecimento da condição dos imigrantes pela sociedade, de um modo geral, somado às diversidades culturais trazidas por eles provocam estranhamentos, preconceitos, discriminação e até exploração do trabalho. O recorte R098 expressa o constrangimento que a imigrante venezuelana passou no posto de saúde em Roraima, assim

que perceberam que ela não era brasileira. O preconceito em relação aos imigrantes pode ser observado no fragmento **“la muchacha escuta que hablo espanhol, automaticamente guardou seu telefono, o escondeu e se levantou e se fue”**. Neste fragmento de fala, é possível perceber as imagens que são construídas de modo generalizado dos imigrantes venezuelanos em Roraima, e que se estendem para outros em diferentes localidades. Ao ser vista como uma ameaça em potencial por uma nativa, como se fosse uma possível assaltante ou ladra, a própria imigrante pontua que **“hay pessoa bem, hay pessoa mal”**, ou seja, o fato de algum venezuelano já ter cometido atos ilícitos não quer dizer que todos os outros também o cometerão. Neste contexto, a relação social entre imigrante e nativo coloca o estrangeiro numa posição de indesejável, já que muitos conflitos violentos já ocorreram. Percebe-se que, quando são contratados por alguma empresa, adquirem uma condição de tolerados, desde que cumpram as regras determinadas no ambiente de trabalho. Sendo assim, um sentimento de não pertencimento acompanha, permanentemente, a condição da maioria dos trabalhadores imigrantes em solo brasileiro. Ainda que o imigrante não tenha domínio da língua aqui falada, compreende quando sua presença não é bem vista ou, conforme a imigrante mesmo pontua, **“de alguma forma nos esquivam”** (R098). O preconceito em relação aos imigrantes pode se manifestar de diferentes formas e torna a vida daqueles que aqui chegam ainda mais dura. Algumas faces desta prática foram ilustradas ao longo desta tese, como o preconceito pela diversidade religiosa trazida pelos imigrantes (R049), pela diversidade linguística (R056). Porém, o preconceito racial se mostrou mais acentuado conforme discutido nos recortes R050 e R053, além de outros já mencionados anteriormente.

A exploração do trabalho que envolve os imigrantes também pode ser considerada um dos modos de se exercer a discriminação e o preconceito em relação a esse outro. No recorte R099, o imigrante atesta o descumprimento, por parte do empregador, do acordo de prestação de serviço de capina de um terreno por empreitada, como se observa em seu relato: **“Capino uma casa e [...] todo dia, dois dias, [...] bastante grande e lamentavelmente uma persona, depois que limpamos [...] se fue.”** O fato de o empregador não realizar o pagamento ao final do trabalho executado demonstra sua falta de honestidade e respeito pelo trabalhador ao desaparecer sem lhe dar a mínima satisfação ou explicação. O imigrante, depois de executar o trabalho, desgasta-se mais ainda ao procurar o empregador, humilhando-se para receber por algo que é seu por direito, fruto do suor de dois dias inteiros de trabalho. A exploração do imigrante pelo empregador é nitidamente percebida pela maneira como conduziu a relação de trabalho, o que é reforçado ainda mais pelo baixo valor pago ao trabalhador venezuelano,

cerca de R\$ 35,00 a diária de trabalho com direito a recebimento após um mês, conforme atesta: **“Passou um mês para que pagara, e era só 70 reais”**(R099). Entre os recortes R057 e R060 analisados anteriormente, a exploração da mão de obra imigrante também foi destacada até mesmo pelos mediadores, os quais pouco conseguem fazer para atenuar essas ações de abuso da força de trabalho desses estrangeiros.

O recorte R100 apresenta uma inter-relação entre os elementos presentes nos enunciados R098 e R099, apontando para o fato de que os trabalhos menos qualificados e funções mais desvalorizadas socialmente seriam ofertados aos imigrantes. No fragmento **“ele deixava pro estrangeiro só, como por exemplo, lavar prato, brasileiro não gosta, lavar prato e trabalhar no lixo”**, o trabalhador não só aponta para este desprezo pelas vagas reservadas aos imigrantes, como também confirma a existência de hierarquia que determina a ocupação de certas vagas por trabalhadores brasileiros, relegando, mais uma vez, as vagas de **“menor prestígio social”** aos imigrantes. Essa hierarquia de direito em função das vagas de trabalho, sinalizada na fala do imigrante **“eu vi que brasileiro tem muito problema com isso”**, desqualifica o trabalho e também o imigrante, já que, **por ele ser de fora, o “estrangeiro”** deve aceitar essas vagas, trabalhar por baixos salários ou mesmo ficar sem receber, sendo então discriminados pelos empregadores e/ou colegas de trabalho.

As relações de poder também podem ser bem ilustradas, nesse recorte, tanto entre os colegas de trabalho brasileiros e o imigrante como entre o empregador e o imigrante. No fragmento **“Na verdade antes não tinha problema, porque tinham vagas”**, o trabalhador tem como o cenário o ambiente laboral em que convive com os colegas autóctones, e justifica a ausência de conflito entre eles por conta da necessidade do empregador por pessoas que se sujeitem a **“lavar prato e trabalhar no lixo”**; assim, enquanto **“tinham vagas”** e o empregador **“tava precisando de gente pra trabalhar lá”**, os imigrantes seriam mercedores de ocuparem as vagas que os brasileiros não querem ou dificilmente aceitariam ocupar. Porém, quando o número de vagas diminui ou se torna escasso no mercado, o imigrante perde o direito de preenchê-las, mesmo as mais operacionais.

Justifica-se essa **“retirada de direito”** através do reforço de estereótipos, como aquele que afirma que o imigrante rouba trabalho de brasileiros. Desta forma, os imigrantes mais uma vez passam a sofrer represálias dos colegas de trabalho ou mesmo da sociedade, já que agora, devido à escassez de vagas, os trabalhadores brasileiros já não poderiam mais escolher os postos de trabalho mais valorados, ficando também eles à mercê das poucas e parcas

ofertas de emprego que aparecem, mesmo aquelas anteriormente deixadas “**pro estrangeiro só**” (R100).

A multivetorialidade das relações de poder, na concepção de Foucault, é exercida pelos diferentes atores das RTs em situações como as descritas no recorte acima, e implicam em contínuos jogos de forças e resistências entre esses atores. Porém, fica evidente que, nessa multivetorialidade, as setas que indicariam as reações de resistência dos imigrantes seriam muito fracas ou por vezes até inexistentes, ilustrando, assim, um grande desequilíbrio nesse jogo de forças que compõem as RTs, pois a capacidade de influenciarem no comportamento de colegas brasileiros e empregadores via discurso, o que configuraria o exercício de poder propriamente, mostra-se ínfima.

As visões estereotipadas sobre os imigrantes fomentam construções simbólicas pautadas por ideologias que transitam entre as relações de trabalho e as dinâmicas sociais atreladas a essas interações. Essas visões ainda reiteram ideologias dominantes e reforçam estigmas nos atores. Percebe-se, do recorte R092 ao R100, a existência da estratégia da fragmentação nos moldes do que pontua Thompson (2011). Essa categoria está configurada como modo de operação da ideologia do trabalho nos diferentes enunciados e atores, o que pode ser observado nas RTs na medida em que estereótipos em relação aos imigrantes são veiculados, resultando em maiores demarcações das posições de poder na interação; isso se dá através de estratégias de diferenciação ou simplesmente pelo expurgo do outro, em razão de sua nacionalidade não ser brasileira.

Ao tentarem se inserir na sociedade brasileira, aos poucos, ou por vezes abruptamente, os imigrantes vão percebendo que sua inserção social e, sobretudo, laboral, não é um processo simples, pois não depende exclusivamente da boa vontade e determinação de cada imigrante, na medida em que se percebem como o ponto mais fraco das relações de poder no ambiente de trabalho. Nesse contexto, os ensejos por trabalho e melhores condições de vida apresentam um agravante, pois a preocupação de muitos não se resume em apenas sustentar a si próprio, mas também familiares que ficaram no país de origem. Nesse sentido, a responsabilidade do imigrante trabalhador aumenta, pois tem a família como extensão dele mesmo ao assumir a condição de arrimo de migração. Os recortes que seguem podem ajudar a visualizar essa questão:

(R101)

Eu vim pla cá pla tlabiaia, poque sou mais folti, mais jovem. Minha familia vendi tudo pla pode eu vim pla cá, então eu plecisa ajuda eles, precisa trabaia bastante pla pode ajuda eles, **eles depende de mim pla continua** (ES 46, 12

julho de 2017).

(R102)

Espero primeiro encontrar um bom trabalho, persona que me queira, persona que verdadeiramente pode atender-me la mano, como [...] e quero seguir adiante [...] **quero ser um profissional, trazer minha família para cá, para que não passem jamais coisas [...choro]** Venezuela, e bueno ((ES 89, 20 de Setembro de 2018).

(R103)

Eu perdi tudo lá no mau país com o terremoto, perdi pai, irmão, tudo que eu tinha. Minha família perdi tudo também. Agola.....eles só tem eu aqui, eu vim aqui pla eles (ES 26, 16 de setembro de 2016).

(R104)

A gente sabe que eles mandam dinheiro para a família, eu tenho um funcionário haitiano que sobrevive com a cesta e mais R\$ 50,00 reais do salário, o restante ele enviava tudo para família de lá. A gente oferece a moradia mas, como ele consegue sobreviver eu não sei. (ES 07, Empregador de SP, 09 de Junho de 2016).

Nos enunciados acima, os entrevistados evidenciam a necessidade de os imigrantes ajudarem financeiramente suas famílias. Nos recortes R101e R103, os imigrantes haitianos expressam a responsabilidade que tem sobre o destino de suas famílias; nos fragmentos “**eles depende de mim pla continua**” (R101) e “**eles só tem eu aqui, eu vim aqui pla eles**” (R103), o imigrante não busca por uma melhor condição de vida apenas para si, pois almeja que as melhorias da sua condição de vida possam ser vivenciadas por todos os que o ajudaram a partir. Neste sentido, ele parece não migrar sozinho, na medida em que a família de algum modo o acompanha em sua trajetória de conquista ou fracasso. As relações de poder também se manifestam nessas interações entre os membros da família, pois influenciam na decisão de quem será o arrimo migratório e em seu comportamento no país de destino; no entanto, como o foco deste trabalho busca observar as interações dos atores sociais nos espaços que envolvem a questão do trabalho, essa temática não será aqui aprofundada, ainda que se observe nela dinâmicas e relações de poder.

O recorte R104 pontua uma das práticas dos imigrantes logo que conseguem se estabelecer minimamente no país de destino; no fragmento “**A gente sabe que eles mandam dinheiro para a família**” (R104), o empregador fala das remessas que o imigrante envia para ajudar financeiramente seus entes próximos. O envio das chamadas remessas representa não somente o envio de dinheiro ao país de origem, mas também todo o esforço de uma família inteira para que o mais forte migrasse. O envio de dinheiro significa, assim, a sobrevivência e

continuidade da família, a reconstrução do que foi destruído ou roubado, a possibilidade de reunificação familiar, a educação dos filhos, e outras necessidades mais.

O senso de responsabilidade dos imigrantes que partem de sua terra natal não é a única questão que envolve esses indivíduos durante seus processos migratórios. A ligação com a família e com novos membros é facilitada pelas redes de comunicação e informação que os imigrantes vão acessando na medida em que se veem distantes de casa, dos amigos e familiares. Essas redes funcionam também como suporte para as diferentes demandas dos imigrantes, tais como: informação, comunicação, círculo de amizade, busca por trabalho, acesso à saúde, à educação, dentre outras. Essas redes de comunicação/informação que os imigrantes acessam e mantêm são formadas por diferentes membros, tanto da comunidade a que pertenciam no país de origem quanto das novas comunidades em que se inserem, com destaque para a presença de compatriotas que vivem nas mesmas localidades, conforme pode se observar nos recortes abaixo:

(R0105)

A nossa ação não tenho como dizer a associação existe para atender o social ou o educacional, mas a gente atua em todas as áreas que a gente consegue, pra dar esse suporte, e fazer as intervenções, igual ontem mesmo eu fui para Cárceres visitar uma associação, nós fomos acionados pelo conselho de direitos Humanos da ONEMAT, aí eu fui juntamente com a professora Antonieta que é do IMUNE, Instituto de Mulheres Negras, nós fomos até lá por sermos falantes da língua por que eles estavam com muita dificuldade de comunicar, de saber qual a real demanda, qual as reais necessidades, anseios de cada um daqueles imigrantes.[...] **Tanto a associação quanto a organização, nós não temos recursos financeiros, nós não temos apoio governamental, não tem caixa, não tem prefeitura, então assim é uma ação extremamente pela nossa própria força.** Claro que assim: a associação nós temos apoio da defensoria pública, através da corregedoria de direitos humanos, a OSAM ela tem apoio forte da OAB, mas assim são suportes, mas não financeiros, mais a nível de funcionamento[...]. ADHIMI-MT que é a associação de defesa dos haitianos imigrantes e migrantes em Mato Grosso que é a qual eu faço parte que já estamos documentados, já estamos bem encaminhados, data de fundação e tudo mais. **Mas a gente trabalha muito em conjunto com a OSAMB, nós fazemos ações em comum, então o máximo que a gente pode caminhar junto a gente caminha** (ES 79, Membro da ADHIMI-MT, 18 de setembro de 2018).

(R0106)

A associação tem grande projeto, o objetivo para demonstrar aqui e no futuro as autoridades vão ser feliz de nossa presença aqui em Cuiabá. **A associação quer ajuda qualquer tipo de pessoa aqui em Cuiabá. Nós emprestamos dinheiro da associação para quem quiser trabalhar e quando rende seu dinheiro você devolve para associação o dinheiro** (ES 84, Presidente

ASENMAT, 22 de setembro de 2018).

(R0107)

Os imigrantes têm suas redes de informação, muitos já vem do Haiti com o endereço aqui da casa em mãos. Eles se ajudam como podem, com documentação, se sabem de vagas, eles se comunicam, tem essa interação entre eles (ES 80, Coordenadora do CPM de Cuiabá-MT, 18 de setembro de 2018).

(R0108)

Normalmente, **quando eu chegar lá, ele viu como eu trabalho bem, ele tem muito confiança em mim, por isso ele falou pra mim ‘Yves²⁰, você pode arrumar pra mim 2 haitianos?’** mas eu falei tudo bem, **vou escolher pra você os haitianos trabalhador que eu conheço, eu não vou arrumar um haitiano lá que vai me dar problema,** também porque tem isso (ES 68, 15 de maio de 2018).

As novas associações de imigrantes que estão surgindo, além de representarem um novo ator social coletivo para além dos atores sociais clássicos das RTs, estão exercendo o papel de mediadores nestas relações, articulam e fazem parte das redes de informações e comunicação vinculadas aos imigrantes. No recorte R105, o membro da Associação de Defesa dos Haitianos Imigrantes e Migrantes em Mato Grosso, sinaliza para a interação entre diferentes associações de imigrantes existentes em Cuiabá: **“a gente trabalha muito em conjunto com a OSAMB, nós fazemos ações em comum, então o máximo que a gente pode caminhar junto a gente caminha”**. Essa interação promove ações em conjunto e fortalecimento das redes acessadas pelos imigrantes. A possibilidade de trabalhar em conjunto é pontuada pelos mediadores das RTs, como se pode observar na declaração do coordenador de uma entidade que atua com imigrantes: **“existem afinidades ideológicas, éticas, que fazem com que alguns atores trabalhem juntos, consigam trabalhar, criar de maneira articulada em rede”** (R071). Essa capacidade de articulação entre diferentes instituições fortalece a luta em favor das demandas mais pontuais dos imigrantes. Essas demandas são variadas, conforme atesta um dos membros da ADHIMI- MT: **“A nossa ação não tenho como dizer a associação existe para atender o social ou o educacional, mas a gente atua em todas as áreas que a gente consegue, pra dar esse suporte, e fazer as intervenções”**. Há limitações na atuação destas entidades devido à falta de estrutura organizacional, como pode ser percebido no seguinte fragmento: **“quanto à organização, nós não temos recursos financeiros, nós não temos apoio governamental, não tem caixa, não tem prefeitura,**

²⁰ O nome do imigrante foi substituído para garantir sua identidade.

então assim é uma ação extremamente pela nossa própria força” (R105). Entretanto, essas organizações parecem não medir esforços para desenvolver um trabalho de suporte aos imigrantes, como se observa também no fragmento da entrevista do presidente da ASENMAT: **“A associação quer ajudar qualquer tipo de pessoa aqui em Cuiabá. Nós emprestamos dinheiro da associação para quem quiser trabalhar e quando rende seu dinheiro você devolve para associação o dinheiro”** (R106).

As redes de informação/comunicação são uma forma de ajudar os imigrantes a acessar os serviços oferecidos pela sociedade, minimizando suas dificuldades, o que é pontuado pelos mediadores das RTs. A coordenadora da casa de acolhida de imigrantes em Cuiabá atesta que: **“Eles se ajudam como podem, com documentação, se sabem de vagas, eles se comunicam, tem essa interação entre eles”** (R107). Essas dinâmicas pontuadas pela entrevistada são facilitadas pelas tecnologias de comunicação e agilizam o processo de comunicação não apenas entre os imigrantes, mas também entre os mediadores, os imigrantes e outros membros que participam ou têm acesso a essas redes. A utilização destas redes para responder às demandas que envolvem o trabalho também pode ser visualizada no R108. O haitiano entrevistado explicita a relação entre essas redes e uma das faces da inserção laboral dos imigrantes que se dá pela indicação de outros imigrantes já empregados, cuja preferência seria pelos compatriotas. No fragmento **“vou escolher pra você os haitianos trabalhador que eu conheço, eu não vou arrumar um haitiano lá que vai me dar problema”** (R108), o imigrante aponta para o fato de ser convidado pelo empregador para indicar “amigos” para trabalhar na empresa; porém, essa situação coloca o empregado imigrante como um mediador de novas relações de trabalho, passando a ser responsabilizado pelo sucesso ou não destas novas contratações. As relações de poder que se estabelecem entre o empregador e o imigrante parecem estar de certo modo condicionadas às novas relações de trabalho com os novos imigrantes contratados, bem como ao jogo de forças entre o mais antigo e os novatos. Dessa forma, o imigrante veterano pode ser responsabilizado por qualquer dito erro ou desrespeito às regras do ambiente de trabalho que porventura os novatos possam cometer, aumentando a tensão entre empregador e imigrante veterano, assim como entre esse mais antigo e os novatos, os quais se comprometeriam a obedecer às exigências do patrão para não prejudicar quem o indicou. Nessa frágil aliança, tanto o imigrante veterano como os novatos podem sair perdendo (o emprego) caso haja algum problema de comportamento ou obediência às regras da empresa. Dessa forma, as relações de poder podem se tornar uma faca de dois gumes para o empregado veterano, na medida em que pode ganhar crédito com o

patrão se os indicados por ele se saírem bem no trabalho, ou pode ser demitido junto com aqueles que não tiveram bom desempenho do ponto de vista do empregador. Nesse sentido, a confiança que o empregador estabelece com o imigrante se dá em função de sua atuação positiva no trabalho, a qual deverá ser reproduzida pelos compatriotas por ele indicados como se todos pudessem trabalhar mecanicamente de forma padronizada, o que desrespeita suas características particulares e individualidades. Percebe-se, aí, uma generalização preconceituosa realizada pelo empregador, na medida em que espera dos imigrantes recém-chegados o mesmo desempenho do empregado contratado antes. Assim, as posições de poder nas relações de trabalho serão pautadas pelo modo de atuação dos imigrantes no e com o trabalho, já que, para o empregador, a qualificação do funcionário fica condicionada, conforme o recorte **“ele viu como eu trabalho bem, ele tem muito confiança em mim”** (R108), a uma boa atuação no trabalho. Essa seria a condição para se galgar para além da confiança do patrão e conquistar uma posição de maior destaque na relação de trabalho. Evidencia-se, deste modo, que a relação de poder entre patrão e empregado torna-se um pouco mais desigual, na medida em que o imigrante compactua com as regras desse jogo ao desejar ser inserido e subir na hierarquia estabelecida pela empresa, ficando, entretanto, seu sucesso condicionado ao bom desempenho de colegas compatriotas, e não apenas à sua própria atuação.

A ideologia do trabalho se mostra mais uma vez reiterada pela fala do imigrante, pois incorpora como seu o discurso do outro, do empregador, tornando-se mais fragilizado nesta relação: **“eu não vou arrumar um haitiano lá que vai me dar problema”**. As construções ideológicas reiteradas pelo empregador em relação ao trabalho, ou ao que seria oportuno neste espaço, são assimiladas pelo imigrante na medida em que se assume como a parte mais frágil na relação com o empregador. De qualquer maneira, o imigrante vê sua boa atuação como uma possibilidade de ser mais valorizado e, conseqüentemente, fortalecer seu poder de barganha diante de seu empregador; porém, esse caminho poderia ser ameaçado com uma má indicação. O modo de operação da ideologia é legitimado tanto pelo empregador como pelo imigrante, o qual se comporta de acordo com aquela estratégia da racionalização mencionada por Thompson (2011) ao construir uma cadeia de raciocínio que defende a postura do empregador. O imigrante, ao compreender que pode “crescer” aos olhos do empregador por desenvolver um bom trabalho, assimila essa construção ideológica e a projeta para uma nova relação em que se torna um tipo de “extensão” do empregador, já que fora incumbido de indicar/escolher novos empregados para o trabalho. Neste contexto, o imigrante anula-se

como indivíduo para assumir um papel social pré-estabelecido em que profere um discurso que não é o seu ou do grupo social a que pertence, e sim do grupo social que o domina.

As redes se configuram também como um espaço em que as relações de poder circulam e posicionam os atores em situações díspares de forças; no entanto, nos recortes apresentados, os enunciados não evidenciam elementos narrativos em que se percebe tamanha assimetria do poder entre os atores, limitando, assim, a compreensão dos modos operandi das ideologias que ali circulam, tendo em vista as considerações de Thompson (2011).

As premissas conceituais que foram apresentadas no Quadro 12, apesar de trazerem à baila diferentes enfoques das RTs, parecem se entrecruzar justamente na multiplicidade de elementos que permeiam essas relações e nas especificidades entre imigrantes, mediadores e empregadores, comprovando-se, assim, a complexidade dessas interações. Porém, ao se analisar o modo como às relações de poder, pelas vias discursivas, emergiram a título de novas premissas conceituais dentro de um ou mais campos de ação das relações de poder, tendo em vista também como as ideologias dominantes operam nesses espaços de assimetria.

8. Considerações finais e (in)conclusões

Ao final deste trabalho de pesquisa, que se propôs compreender como se manifestam as relações de poder que integram as RTs entre empregadores, imigrantes e seus mediadores, utilizou-se os preceitos de Foucault (2005) para observar como funcionam as relações de poder especificamente nas RTs, além dos conceitos teóricos de Thompson (2011), para se analisar a interface dessas relações de poder com as ideologias, apropriando-se da perspectiva metodológica da *Grounded Theory* e sua vertente construtivista proposta por Charmaz (2009).

Ao se propor uma interação entre um fenômeno tão complexo como o da imigração, torna-se necessário desprender-se de (pré-) concepções, e uma das formas encontradas foi lançar-se ao campo e deixar que as reflexões posteriores conduzissem os novos olhares. Deste modo, a construção deste trabalho foi tomando contornos mais definidos na medida em que as imersões no “mundo da imigração”, campo de atuação desta pesquisa, foram sendo realizadas. O transito desta pesquisadora entre a Missão Paz e o Centro de Pastoral para migrantes de Cuiabá, além de proporcionarem uma aproximação com os imigrantes e a possibilidade de observação de um mesmo fenômeno em contextos distintos, garantiu a circulação entre os diversos componentes do fenômeno e reflexões sobre as interações entre eles.

No entanto, ao se partir de um contexto inicial ainda generalizado, devido à complexidade do fenômeno, fez-se necessário realizar um recorte, optando-se, assim, por contemplar um conjunto de interações sociais no qual os imigrantes circulavam mais intensamente, o que permitiu definir, assim, as relações de trabalho e sua interação com o fenômeno da imigração como uma das perspectivas passíveis de observação.

Os imigrantes como um dos atores das RTs não só são marcados pelo aumento desse contingente no mercado de trabalho brasileiro, como também pela contribuição que podem representar para a economia do país, ainda que eventualmente desaquecida. Dessa forma, os imigrantes passaram a incorporar as agendas de discussões das empresas na medida em que essa mão de obra passa a ser uma alternativa para a cadeia de produção, sobretudo porque esses trabalhadores, por sua vulnerabilidade social, submetem-se a condições mais precárias de trabalho, o que os torna mais interessantes para a cadeia produtiva do ponto de vista da relação custo-benefício, não se mostrando problemáticos dentro do contexto de maior flexibilização das leis trabalhistas atuais.

Se normalmente o empregado autóctone já se percebe fragilizado no ambiente de trabalho, dado o poder exercido do empregador sobre ele, o imigrante fica ainda mais frágil

nessa relação. Essa assimetria de poder não é inerente apenas ao imigrante por ele ocupar a posição de subalterno, mas por ele encontrar-se em uma situação de vulnerabilidade social muito grande. Nesse sentido, se as relações de poder para Foucault (2005) são multivetoriais, nas quais cada um dos atores tem o potencial de reagir à força de poder que o atinge, na grande maioria das RTs analisadas essa reação se mostra extremamente comprometida em sua capacidade de se converter também em poder capaz de atingir quem antes o atingira. Nesse contexto, as relações de dominação pontuadas por Thompson (2011) surgem devido à assimetria do poder reforçada pelas ideologias dominantes. Essas ideologias são aquelas que reforçam a força do capital e seus valores. Essas ideologias circulam no ambiente de trabalho fazendo com que, em dadas circunstâncias, um dos atores (empregadores) consiga limitar a capacidade de reação do outro (trabalhadores imigrantes). A partir do momento em que esse processo se repete de forma sistemática, constrói-se a dominação.

As RTs contemporâneas ganham novos contornos com a presença de atores diversificados, a exemplo dos imigrantes e das associações e instituições que trabalham com essa população. Porém, esses novos atores procuram ocupar posições já bastante demarcadas nas RTs, o que torna esse processo de inserção um desafio para todos os atores. Nas RTs no campo da imigração no Brasil, destacam-se três grupos de atores sociais: empregadores, empregados e mediadores, os quais se relacionam em um mesmo contexto social; no entanto, cada grupo de ator o compreende de maneiras diversas, o que pode causar conflitos de interesses entre essas partes.

As RTs constroem-se a partir da inter-relação entre os atores sociais, e suas ações é que estabelecem as regras que, coerentes ou não, impactam suas vidas em maior ou menor grau, podendo gerar situações mais ou menos conflituosas. Esses embates podem ser intensificados, na medida em que uma das partes acredita ou percebe que pode se sobressair em relação à outra. Assim, as relações de poder se manifestam também nas relações de trabalho e apresentam seu caráter assimétrico (Dunlop, 1993). Neste sentido, investigar como se estabelecem as relações de poder nas relações de trabalho entre os imigrantes e os empregadores nacionais, assim como observar a disparidade de poder nessas relações, mostrou-se importante, já que compreender as relações de poder enquanto fenômeno crescente imersas no contexto da imigração pode também auxiliar no entendimento do papel social ocupado por esses grupos cada vez mais presentes na sociedade brasileira e, tão logo, no mercado de trabalho nacional.

As relações de poder analisadas nesta pesquisa dialogam diretamente com aquelas tecidas pelo teórico francês Michel Foucault, justamente porque se percebeu que a noção

tradicional de poder como uma força unilateral não daria conta da complexidade do fenômeno percebido nas relações sociais e de trabalho. Na concepção de Foucault (2005), a ideia de que o poder seria um jogo de ações e de resistências de caráter multivetorial exercido nos embates das relações sociais por vários e diferentes atores, sem se deixar apreender por um único ator ou instituição, parece refletir melhor a realidade das relações de trabalho analisadas. Se não há conceitos fechados em Foucault, mesmo utilizando seus pressupostos teóricos para compreender as relações de poder, também este trabalho não tem a pretensão de construir conceitos únicos, uma vez que não se entende o poder como algo pronto e acabado, fixo em um pensamento unívoco ou isolado em uma só prática social. O que se buscou apresentar foi um modo de compreender como as relações de poder se dão entre os atores observados, na medida em que se perceberam forças que procuram se sobrepor umas às outras dentro de campos de ação das RTs, nas quais estão imersos sujeitos em distintas e instáveis posições de poder.

A interação entre as relações de poder e as ideologias passou a interessar a esse estudo no sentido de compreender como as RTs se estabelecem entre os atores sociais observados e de que forma o poder que circula é legitimado por um grupo em relação a outro. Ao se observar as interações entre os atores das RTs, pode-se perceber que as relações de poder desencadeiam assimetria na medida em que se manifestam de maneira desigual entre os atores em dadas circunstâncias. Os mediadores tentam minimizar essas diferenças por meio de suas intervenções junto aos outros atores, sobretudo os empregadores. Ao se considerar a multivetorialidade das relações de poder, tendo em vista o conceito de poder de Foucault (2005), o que se pode observar ao longo deste trabalho foi a desigualdade das posições no jogo de poder nas RTs, de modo que em um dos atores, geralmente no imigrante, o poder de reação se mostra muito limitado, o que indicaria grande assimetria dessas relações específicas de poder. Na medida em que as RTs se mostram cada vez mais assimétricas, reiteram também ideologias dominantes, sobretudo em relação ao trabalho que operam de diferentes formas ao utilizarem também estratégias de construções simbólicas distintas para estabelecer e manter relações de dominação, levando-se em consideração, para essa análise, a concepção de Thompson (2011). Deste modo, utilizaram-se os preceitos de Thompson (2011) que, ao adotar uma postura crítica em relação à ideologia, oferece uma base para um enfoque construtivo, tendo em vista a interpretação da ideologia nas sociedades modernas. Neste sentido, suas concepções sobre a ideologia propõem um direcionamento de análise por meio dos modos de operação da ideologia, conectados às estratégias de construções

simbólicas. Esses modos gerais de operação da ideologia, assim, representam uma forma compreensível de como os sentidos podem estabelecer e sustentar relações de dominação presentes na assimetria do poder nas RTs.

Ao se utilizar os pressupostos de Foucault sobre poder, viu-se a necessidade de uma forma de análise que dialogasse com o funcionamento do poder que, para o filósofo em questão, acontece pelas vias discursivas. Deste modo, deu-se ênfase no discurso como prática social, pois não se concebe as relações de poder dissociadas do discurso. Assim, a utilização dos enunciados que carregam discursos dos grupos dos entrevistados trouxe contribuições significativas para este estudo, pois, nos discursos, nos enfrentamentos que carregam, nas tensões entre os atores sociais, no cotidiano em que operam e se moldam é que se pôde melhor perceber a atuação das relações de poder.

O percurso metodológico deste estudo também contribuiu para que se construíssem *insights* ao longo do processo de coleta de dados. A utilização da *Grounded Theory*, em sua perspectiva construtivista apresentada por Charmaz (2009), possibilitou estabelecer conexões a partir dos simultâneos processos de observação, coleta, análise e refinamento de dados após as variadas imersões no “mundo da imigração” e sua interação com o trabalho. A coleta de dados contemplou observações a campo, participação em eventos sobre a temática, trabalho voluntário diretamente com imigrantes, dentre outros, além de 90 entrevistas com os atores das RTs. Nos 35 processos de imersões a campo, pôde-se observar 21 instituições ou espaços em que os imigrantes circulam ou acessam em busca de serviços e/ou trabalho. Realizou-se 57 entrevistas diretamente com imigrantes de diferentes nacionalidades, 17 entrevistas com empregadores de imigrantes, 02 entrevistas com membros de associações de imigrantes, e outras tantas com diretores, coordenadores, funcionários e parceiros das 02 principais instituições de acolhida de imigrantes em São Paulo-SP e em Cuiabá-MT. Acredita-se que esta perspectiva metodológica possibilitou compreender as dinâmicas das relações de poder conforme pautadas por Foucault (2005) e sua interface com as ideologias na perspectiva de Thompson (2011).

Na teorização dos dados, etapa de análise deste estudo, algumas estratégias foram realizadas a fim de tornar o processo de análise mais didático; deste modo, os memorandos foram compilados e agrupados observando-se a interseção entre os atores observados. Esse processo não foi feito de modo aleatório, mas com base na recorrência dos mesmos elementos discursivos apresentados pelos diferentes atores. Deste modo, optou-se por compilar os memorandos construídos ao longo desta pesquisa, elevá-los à Premissas Gerais e refiná-los

novamente, a fim de que se construíssem as Premissas Conceituais. As Premissas Gerais contemplam enunciados variados que exprimem discursos que se relacionam entre si, contados e recontados por atores diversos, mas inseridos em um mesmo contexto ou formação discursiva. Já as Premissas Conceituais foram extraídas a partir do refinamento das Premissas Gerais em contraposição aos enunciados selecionados para compor a análise. Estas premissas foram agrupadas de acordo com a interação entre os atores das RTs, de modo a focar a análise nos pontos de interseção conforme fora apresentado no esquema 02. Contínuas etapas de lapidação por meio das codificações dos dados coletados, para muito além dos enunciados utilizados, é o que propiciou um entendimento das relações de força, dos jogos de poder entre os atores e do modo de operação da ideologia do trabalho em dadas situações sócio históricas. Ainda assim, esses processos não puderam ser entendidos por completo, sobretudo porque foram extraídos de seus contextos e temporalidades, além de outros elementos relacionados, mas que não se fizeram foco dessa pesquisa.

Desta forma, o que se pode observar, neste trabalho, são tão somente algumas Premissas Conceituais que apresentam pontos de interseções entre os atores no campo de ação das relações de poder e que se contrapõem e relacionam como uma das multifacetadas faces das relações de trabalho que envolvem os imigrantes e os contextos em que estão inseridos. As interações entre os atores das RTs observadas por este estudo apresentam-se como uma das possibilidades de relações de poder e de trabalho entre os atores, mas não se configuram unívocas e nem isoladas de outras que possam se estabelecer mediante aprofundamento da análise e novos *insights* possibilitados pelo próprio método de pesquisa adotado.

Da interação entre os empregadores e os imigrantes (EI), um ponto de interseção que se pôde construir foi a condição de alteridade dos imigrantes diante das interações com os empregadores. Diferentes temáticas circularam nos recortes apresentados nesta seção: vulnerabilidade dos imigrantes; comparação do trabalho imigrante com o do não imigrante pelo empregador; a interação entre imigrantes e funcionários autóctones; a relação da língua portuguesa com o trabalho; a avaliação do empregador e do cliente na permanência do imigrante no emprego; estereótipos, discriminação e preconceitos sofridos pelos imigrantes. Todas essas questões trazem como pano de fundo a força da ideologia do trabalho no contexto social contemporâneo, a qual configura o trabalho como um valor absoluto e um pré-requisito para que os indivíduos possam ser considerados dignos de viver (ou de morrer) em sociedade.

Nas RTs, empregadores e imigrantes estão expostos a essa ideologia, mas reagem de modos distintos. O empregador demonstra que tem o trabalho como valor, mas esconde que

também precisa do trabalho do imigrante, colocando-se como se apenas estivesse, generosamente, dando a oportunidade de emprego a ele. Já os imigrantes colocam o trabalho como valor e necessidade, assumindo, muitas vezes, a ideologia do “patrão”. Assim, o trabalho, elemento vinculador de todos os recortes desta sessão, transita entre as duas principais ideologias: a do empregador dominante (ética do capital pelo próprio capital) e a do imigrante submetido (ética do capital pela necessidade de sobrevivência).

Da interação entre os imigrantes e os mediadores (IM), um ponto de interseção possível de se construir versa sobre a condição de empregabilidade dos imigrantes. A literatura já consolidada na área de imigração reconhece que um dos motivos que faz indivíduos se deslocarem de seus países de origem é a necessidade de conseguir trabalho. Como a lógica econômica da sociedade capitalista é a do capital, o trabalho ganha valor de mercadoria, e o trabalhador vende sua força de trabalho para ter poder de compra e conseguir obter pelo menos o que necessita para seu sustento. Neste contexto, o trabalho passa a ser extremamente importante, pois se impõe como alternativa única de sobrevivência em sociedade. Ao se pensar nesta condição, ainda que se tenham vertentes que indiquem outras possibilidades, esta é a que vigora fortemente nas sociedades contemporâneas. Se o trabalho é tido como mercadoria, quem está mais preparado ou apresenta mais disposição para ele poderá consegui-lo ou teria mais “direito” de acessá-lo. Caberia ao imigrante, então, a condição de ser visto como mercadoria/trabalho não desejável pelos demais concorrentes. Estas questões fomentam construções ideológicas como as já citadas anteriormente e, muitas vezes, são incorporadas e disseminadas pelos próprios imigrantes, que acabam veiculando a ideia de que ocupam as vagas de trabalho que os nacionais não querem, por exemplo. Na realidade, os imigrantes que incorporam esse tipo de construção ideológica muitas vezes se submetem a condições de superexploração laboral porque são enganados por empregadores ou até mesmo por compatriotas, “aceitando” condições mais precárias de trabalho devido à suas demandas de sobrevivência.

A análise da interação entre os empregadores e os mediadores (EM) também ilustra que esses novos mediadores compreendem bem seu papel nessas RTs ao demonstrarem a fragilidade tanto dos empregadores como dos imigrantes na interação no âmbito das RTs. Pode-se dizer que certas declarações evidenciam que os mediadores não buscam tomar partido nessas relações, ainda que defendam os interesses de um dos atores sociais (imigrantes), atuando como suporte aos imigrantes e empregadores de modo a ampará-los quando as tensões se acentuam. Deste modo, pode-se compreender que os mediadores

também exercem poder entre os imigrantes e os empregadores, na medida em que buscam equilibrar e ou/gerenciar a relação entre os outros dois grupos sociais.

Na última seção de análise, apresentou-se a interação entre os três atores das RTs, mas, sobretudo, os pontos em que se perceberam as interseções entre eles, destacando-se a multivetorialidade das relações de poder que é exercida pelos diferentes atores das RTs em situações distintas e implicam em contínuos jogos de forças e resistências entre esses três atores. Porém, fica evidente que, nessa multivetorialidade, as setas que indicariam as reações de resistência dos imigrantes seriam muito fracas ou por vezes até inexistentes, ilustrando, assim, um grande desequilíbrio nesse jogo de forças que compõem as RTs, pois a capacidade de influenciarem no comportamento de colegas brasileiros e empregadores via discurso, o que configuraria o exercício de poder propriamente dito, mostra-se ínfima.

Desta maneira, os atores sociais aqui observados não realizam uma relação de poder minimamente igualitária que seja, já que o grupo dos imigrantes apresenta, na maioria das vezes, um poder de reação baixíssimo nas RTs. A ideologia do trabalho parece cooptar determinados grupos, ainda que alguns apresentem consciência de classe e, portanto, de que são explorados. Essas ideologias apresentam-se de diferentes maneiras e são reforçadas por construções simbólicas que visam sustentar e manter as relações de dominação. Sendo assim, as ideologias nem sempre se apresentam de modo explícito. Pode-se dizer, então, que todo contexto apresenta construções ideológicas, ainda que de forma velada, o que pode ser observado nos enunciados analisados ao longo deste trabalho de pesquisa.

Nos casos em que a ideologia do trabalho se mostrou atuando de maneira mais evidente, a interação entre o sentido e o poder nas circunstâncias concretas ilustradas pelos recortes manifestou diferentes estratégias e modos de operação. Esses modos, conforme atesta Thompson (2011), demonstraram sobrepor-se e assim reforçaram-se mutuamente, com destaque ao *modus operandi* da Fragmentação, cuja estratégia de Diferenciação dos imigrantes geralmente promovia a estratégia de Expurgo do outro que, em linhas gerais, além de diferenciar o outro o torna indesejável. A Legitimação, na condição de outro *modus operandi*, faz com que as relações de dominação se tornem naturais e legítimas, como se fossem justas e dignas de apoio de toda uma sociedade. Ao assimilarem essas ideologias em vários casos, os imigrantes coisificam-se através do modo de operação da Reificação, pois perdem sua condição de alteridade e, conseqüentemente, de sujeito autônomo e ativo em seus processos de construção social, fragilizando-se extremamente nas RTs. Esse modo de operação da ideologia está relacionado às construções simbólicas da Racionalização e

Universalização contempladas nas ideias de que “as coisas têm uma ordem lógica e racional” e de que “essas mesmas coisas se repetem em todos os lugares do mesmo modo”.

Diante deste contexto, esta pesquisa não tem a pretensão de construir conceitos únicos, uma vez que não se entende as relações de poder como algo pronto e acabado, fixo em um pensamento unívoco ou isolado de seus contextos. O que se buscou apresentar foi um dos modos possíveis de se compreender como as relações de poder se dão entre os atores observados, na medida em que se perceberam forças que procuram se sobrepor umas às outras dentro do campo de ação das RTs, nas quais estão imersos sujeitos individuais e atores sociais coletivos em distintas e instáveis posições de poder.

Dentre as contribuições deste trabalho, apresenta-se a *Grounded Theory* como uma nova possibilidade metodológica a ser utilizada no campo da administração, já que se mostra como uma perspectiva ainda rara neste espaço e cujos passos podem ser claramente aqui visualizados, o que facilitaria sua utilização por outros pesquisadores que porventura optem por ousar na utilização de metodologias de pesquisas não tão convencionais na área das ciências sociais aplicadas. Outra contribuição digna de nota aponta para o surgimento de novos atores sociais coletivos das RTs, diferentes daqueles clássicos elencados pela literatura de relações de trabalho (trabalhadores, empregadores e governos). Este estudo destaca, ainda, a presença das associações de imigrantes e daquelas que representam seus interesses, além das organizações de intermediadores, como a Missão Paz e o Centro de Pastoral para Migrantes, os quais se constituem como novos atores das RTs.

Como todo estudo social, as limitações são proporcionais à complexidade do fenômeno observado; no entanto, deve-se pontuar, nesse momento, que não se pretendeu realizar uma análise totalizante e nem definitiva das interseções entre as RTs, as relações de poder e os imigrantes, o que evidencia seu caráter suscetível às influências e mudanças frequentes das relações sociais no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas.

Outras perspectivas de estudo a partir deste trabalho podem surgir de novos *insights* de cada imersão realizada no campo, bem como daquelas que justificaram a análise aqui construída, já que ela figura apenas, e tão somente, como uma das muitas possibilidades de leitura de um contexto que se põe cada dia mais complexo, como o da imigração. Porém, registra-se aqui um dos que se julga oportuno para o momento: a saída do Brasil do Pacto Global das Migrações, o que insere o Brasil como um dos países pouco afeitos à problemática dos imigrantes, ainda que se registre a presença atuante de atores sociais que lutam por essas causas e para que a igualdade de direitos para todos os indivíduos prevaleça.

Referências

- Abel, G. (2013). *Estimating global migration flow tables using place of birth data*. Demographic Research 28(18), pp. 505-546.
- Alessi, M. L. B. (2013). A Migração de Haitianos para o Brasil. *Conjuntura Global*, 2(2).
- Amado, R S. (2016). O ensino de português para refugiados: caminho para a cidadania. In: *Português para falantes de outras línguas: interculturalidade, inclusão social e políticas linguísticas*. Rubens Lacerda de Sá(org). Campinas, SP: Pontes Editores.
- Amado, R. D. S. (2011). Português como segunda língua para comunidades de trabalhadores transplantados. *Revista da SIPLE*, 2(1), pp. 0-9.
- Amaral Filho, J. D. & Marchiori, C. S. A. (2016). Trabalho escravo contemporâneo: características e meios de combate. *Revista JurES*, 9(17).
- Amorin, W. A. C. & Junior, F. A. (2011). *A Estrutura da Negociação Coletiva dos Metalúrgicos no Estado de São Paulo: Um Ensaio Sobre sua Evolução*. Informações FIPE. pp. 28-37.
- Amorim, A. P., & Lima, R. (2015). A inserção laboral dos imigrantes haitianos no mercado de trabalho em Manaus.
- Assis, G. O. (2018). A nova lei de migração no brasil: avanços e desafio. In: *Migrações Sul-Sul*. Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (organizadores). 2 ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp
- Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações internacionais. (2017) Rosana Baeninger; Duval Fernandes (coord.); Roberta Peres; Natália Belmonte Demétrio; Joice Domeniconi (co-coord). Campinas, SP: NEPO/Unicamp.
- Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migração Refugiadas internacionais. (2018). Rosana Baeninger; Duval Fernandes (coord.); Natália Belmonte Demétrio; Joice Domeniconi; Marília Colegari Quinaglia; Szilvia Simai(co-coord). Campinas, SP: NEPO/Unicamp.
- Azevedo, M. C., Tonelli, M. J. & Silva, A. L. (2015). Contratos flexíveis de trabalho: diferentes perfis de trabalhadores qualificados brasileiros. *Revista de Administração*, 50(3), pp.277-291.
- Baeninger, R.(2016). Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al (org). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Baeninger, R. (2012b). Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, 20(39), pp. 77-100, jun/dez.

- Baeninger, R. (2015). Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: Prado, E. J. P. & Coelho, R. (Orgs.) *Migrações e trabalho*. (pp. 79-85). Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Baeninger, R., & Bonk Mesquita, R. (2016). Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. *Revista Transporte y Territorio*, (15).
- Baeninger, R. (2012a). O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: *Imigração Boliviana no Brasil* / Baeninger, R. (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 316 p.
- Baeninger, R., Peres, R., Fernandes, D., da Silva, S. A., de Oliveira Assis, G., Maria da Consolação, G. C., & Cotinguiba, M. P. (2017). *Imigração haitiana no Brasil*. Paco Editorial.
- Baeninger, R., & Peres, R. (2017). Crisis migration: Haitian migration to Brazil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 119-143.
- Baeninger, R. et al (2018). *Migrações Sul-Sul*. Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (organizadores). 2 ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp.
- Baraldi, C. B. F. & Waldman, T. C. (2015). O Brasil e os imigrantes: novos velhos conhecidos. In: *Interesse Nacional*. 8(29), pp. 70-77, Abr/Jun. Recuperado em 08 Mar. 2017. Recuperado a partir de: <http://interessenacional.uol.com.br/site/wp-content/uploads/2015/04/PDFIN-29.pdf>.
- Barricarte, J. J. S. (2010). *Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado*. Biblioteca nueva.
- Bellemare, G. (2000). End Users: Actors in the Industrial Relations System? *British Journal of Industrial Relations*, 38(3), pp. 383–405.
- Bentham, J. (2000). *O panóptico*. Org. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bernardo, J. (1997). Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo. *Crítica Marxista*, 1.
- Bert, J. F. (2013). Pensar com Michel Foucault. *São Paulo: Parábola*.
- Bijak, J., Kupiszewska, D., & Kupiszewski, M. (2008). Replacement migration revisited: Simulations of the effects of selected population and labor market strategies for the aging Europe, 2002–2052. *Population Research and Policy Review*, 27(3), 321-342.
- Bijak, J., Kupiszewska, D., Kupiszewski, M. & Saczuk, K. (2005). *Impact of international migration on population dynamics and labour force resources in Europe*. Środkowoeuropejskie Forum Badań Migracyjnych.

Brasil.(1984). Presidência da República. Redação dada pela Lei n. 7.209, de 11.7.1984. 28 jan. 2017. Recuperado a partir de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7209.htm.

Brasil. (2013). Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes*: Secretaria de Direitos Humanos – SDH – Brasília.

Brasil. (2017). Presidência da República. Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017. Institui Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília.

Brasil. (2017). Conselho Nacional de Imigração. Resolução normativa n.º 126, de 2 de Março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. 07 jul. 2018. Recuperado a partir de: <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016.pdf>.

Brasil. (2018). Ministério da Justiça. Portaria interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Brasília, DF. 07 jul. 2019. Recuperado a partir de: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=57&data=09/04/2018>

Brasil. (2019). Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa Conjunta nº 01, de 14 de Janeiro de 2019. Brasília, DF, 2019. 18 jan. 2018, recuperado a partir de <http://trabalho.gov.br/mais-informacoes/cni/nova-legislacao>.

Black, R., Adger, W. N., Arnell, N. W., Dercon, S., Geddes, A. & Thomas, D. (2011). The effect of environmental change on human migration. *Global Environmental Change*, 21, S3-S11.

Branco, Guilherme. C. (2001). As resistências ao poder em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, 24(1), 237-248.

Branco, G. C. (2007). Foucault em três tempos: a subjetividade na arqueologia do saber. *Revista Mente e Cérebro-Filosofia*, 6-13.

Bresser-Pereira, L. C. (2010). The 2008 financial crisis and neoclassical economics. *Revista de Economia Política*, 30(1), 03-26.

Brito, D. (2016). *Redução de trabalho motiva saída de imigrantes e refugiados do Brasil*. Reportagem da Agência Brasil. Edição Augusto Queiroz. Brasília. 08 mar. 2017. Recuperado a partir de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-12/reducao-de-trabalho-motiva-saida-de-imigrantes-e-refugiados-do>.

Bryant, A. (2002). Re-grounding grounded theory. *Journal of Information Technology Theory and Application (JITTA)*, 4(1), 7.

Bianchi, E. M. P. G. & Ikeda, A. A. (2010). Usos e aplicações da grounded theory em administração. *GESTÃO.Org -Revista Eletrônica de Gestão Organizacional-ISSN: 6(2)*, 1679-1827.

Boehm, C. (2018). Imigrantes estão distribuídos pelo interior do Brasil, mostra pesquisa. Agência Brasil. 14 abr. 2018. Recuperado a partir de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/imigrantes-estao-distribuidos-pelo-interior-do-brasil-mostra-pesquisa>.

Bonk, R. (2016). Regional Integration And Frontiers: Challenges For The International Migration Governace In Latinamerica. *Revista De Transporte Y Territorio*.

Boechart, Y. (2018). A exploração dos trabalhadores venezuelanos em Roraima. In: DW Brasil. Deutsche Welle. 29 ago. 2018. Recuperado a partir de <https://www.dw.com/pt-br/a-explora%C3%A7%C3%A3o-dos-trabalhadores-venezuelanos-em-roraima/a-45284173>.

Bueno, G., Manthey, N. B. & Ramos, F. (2015). O Cotidiano Multicultural Organizacional: o Caso da Imigração Haitiana. *Anais. XXXIX Encontro da ANPAD*. Belo horizonte- MG, set/2015.

Cardoso, A. (2014). Os sindicatos no Brasil”. In: IPEA. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, pp. 21-28.

Cardoso, A. M. (2000). Economia x Sociologia: eficiência ou democracia nas relações de trabalho? *Dados*, 43(1). ISSN 1678-4588.

Cardoso, A. M. (2013). *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Editora FGV.

Cardoso, C. M. S. L., & Cabreira, M. (2017). Imigração e o trabalho como condição para uma vida mais digna ou indigna? *Revista direitos, trabalho e política social*, 3(5), 108-122.

Carvalho, L. (2018). Caminhos para o refúgio: inserção produtiva e social de refugiados. São Paulo. 09 jul. 2018. Recuperado a partir de <http://migramundo.com/pesquisas/>.

Carvalho Neto, A. (1999). As Negociações Coletivas Como Expressão das Relações de Trabalho: Estudo do Caso Brasileiro de 1992 a 1998. 1998. *Tese* (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG/CEPEAD.

Carvalho Neto, A. (2001). *Relações de Trabalho e Negociação Coletiva na Virada do Milênio*: estudo em quatro setores dinâmicos da economia brasileira. Petrópolis: Vozes.

Carvalho Neto, A. M. & Sant’Anna, A. S. (2013). Relações de Trabalho e Gestão de Pessoas, Dois Lados de Uma Mesma Moeda: Vinculações Sob a Ótica do Fenômeno da Liderança. *Revista Gestão & Tecnologia, Pedro Leopoldo*, 13(2), 02-20, mai/ago.

Carvalho Neto, A., Siqueira, M. V., Silva, J. R. G. & Santos, J. (2009). Um convite a um diálogo mais intenso entre as áreas de RTs, GP, COR e EOR. In: EnANPAD 2009, São Paulo, Divisão GPR *Anais*, 1, 527-527.

Carvalho Neto, A. M; Amorim, W.A.C. & Fischer, A.(2016). Top Human Resources Managers Views on Trade Union Action in Brazilian Corporations. *BAR. Brazilian Administration Review*, 13,1-23.

Carvalho Neto, A; Versiani, F.; Mota-Santos, C. M. ; Caeiro, M. L. ; Pellizari, K. & Abreu, G. V. (2017). Immigrant inclusion in the Brazilian labor market: facing the language barrier. In: EGOS Colloquium 2017, Sub-theme 22: Organizations, Language/s and Mobility/ies. Copenhagen. 33

Casa Civil. Presidência da República (2018). A acolhida de Venezuelanos. 29 ago. 2018. Recuperado a partir de <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/historico>.

Castles, S., Haas, H. & Miller, M. J. (2013). *The age of migration: International population movements in the modern world*. Palgrave Macmillan.

Cepellos, V. M. (2016). *Os sentidos da idade: morte e renascimento no processo de envelhecimento de mulheres executivas*. Tese de doutorado. FGV. São Paulo.

Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 1 ed. 1988. São Paulo: Companhia das Letras.

Clarke, A. E. (2016). From grounded theory to situational analysis: What's new? Why? How?. In *Developing Grounded Theory*, Routledge. 194-235.

Clarke, A. E., & Star, S. L. (2008). The social worlds framework: A theory/methods package. *The handbook of science and technology studies*, 3, 113-137.

Clarke, A. E.(2005). Situational Analysis. Grounded Theory after the Postmodern Turn.

Clark, K. & Drinkwater, S. (2008). The Labour-Market Performance of Recent Migrants', *Oxford Review of Economic Policy*, 24 (3), 495–516.

Coggiola, O. (2010). Haiti: terremoto, colonização e resistência. *O Olho da História, Salvador*.

Colombo, M. (2015). A vulnerabilidade do migrante trabalhador como instrumento para o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. In: Prado, E. J. P. & Coelho, R. (Orgs.) *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 17-19.

Cooke, F. L. & Wood, G. (2011).New Actors and Employment Relations in Emerging Economies, *Relations Industrielles/Industrial Relations*, 66(1), 7–10.

Cooke, F. L. & Wood, G. (2014). New Actors in Employment Relations. In A. Wilkinson et al. (eds), *The Oxford Handbook of Employment Relations: Comparative Employment Systems* (Oxford, Oxford University Press).

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. 28 jun. 2017, Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

Cortes, T. R. & Silva, C. F. (2012) Migrantes na costura em São Paulo: paraguaios, bolivianos e brasileiros na indústria de confecções. *Travessia- Revista do Migrante*, São Paulo, 74, Jan/jun.

Cortes, T. R. (2012). Paraguaios em São Paulo: uma história e um retrato. *Travessia- Revista do Migrante*, São Paulo, 74, Jan/jun.

Costa, D. P. D. (2010). Migrantes urbanos em Manaus: perfil, percurso migratório e mobilidade intraurbana. *Silva, Sidney A. Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA*, 103-128.

Costa, I. (1990). La Theorie des Relations Industrielles aux Etats-Unis: de Dunlop au debat actuel. In: Reynaud, J.; Eyraud, F.; Paradeise, C.; Saglio, J. (orgs). *Les systèmes de relations professionnelles: examen critique d'une théorie*. Paris: Editions du CNRS.

Costa, W. C. (2007). O processo de globalização e as relações de trabalho na economia capitalista contemporânea. *Estudos de Sociologia*.10, ISSN 18. ISSN: 1414-0144.

Conectas. Direitos humanos (2017). 10 nov. 2017. Recuperado a partir de <http://www.conectas.org/noticias/nova-lei-de-migracao-e-aprovada-no-congresso>

Cotinguiba, G. C. & Pimentel, M. L. (2012). Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. In. *Travessia* (São Paulo), 70, 99-106.

Cotinguiba, G. C. & Pimentel, M. L. (2015). Deslocamento populacional contemporâneo: língua e história – uma contribuição para os estudos sobre a imigração haitiana para o Brasil. In. *Imigração e deslocamentos populacionais contemporâneos*. Gattaz, A.; Fernandez, V. P. R. (Orgs.). São Paulo: Editora Pontocom.

Cruz, M. J. V., Nakabashi, L., Porcile, G., & Scatolin, F. D. (2007). Uma análise do impacto da composição ocupacional sobre o crescimento da economia brasileira. *Revista Economia*, 55-73.

Da Silva, J. G. P., & Giovanetti, L. (2015). A Proteção dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores Migrantes Frente à Situação de Vulnerabilidade. *Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais*, 1(1).

Derrida, J. (2001). *Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!* Coimbra: Minerva.

Deleuze, G. (1991). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

Deus, J. (2018). Quase 14 mil estrangeiros residem em Mato Grosso. *Diário de Cuiabá*. 17 ago. 2018. Recuperado a partir de <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=517767>

- Dias, A. L. K. & Pinto, J. P. (2017). Ideologias linguísticas e regimes de testes de língua para migrantes no Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 17(1), 61-81.
- Dunlop, J. T. (1993). *Industrial Relations Systems* (ed. revista). Boston, HBS Press. (1º ed. 1958).
- Dutra, D.; Almeida, S.; Tonhati, T. & Palermo, G. (2015). Os estrangeiros no mercado formal brasileiro: perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. In: Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T. & Tonhati, T. (Orgs.) (2015). *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos OBMigra*, Ed. Especial, Brasília.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia. Uma introdução*. Trad. Silvana Vieira, Luis Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo.
- Farhi, M. & Cintra, M. A. M. (2009). A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo. *Revista de Economia Política*, 29(3), 274-294.
- Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis. The critical study of language. Language in social life series*.
- Fairclough, N. (2001). A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: Magalhães, Célia Maria (org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG.
- Fairclough, N. (1992). Discourse and text: Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis. *Discourse & Society*, 3(2), 193-217.
- Fairclough, N. (1989). *Language and Power*. Harlow: Longman Group UK Limited.
- Faria, J. H. (2004). *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*. 2. Juruá.
- Faria, M. R. F. (2015). *Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira*, Brasília: FUNAG.
- Fernandes, D. M. (2014). *Projeto Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral–Relatório final*. MTE/IOM/PUC-MG. Belo Horizonte.
- Fernandes, D. (2015). O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias. In: Prado, E. J. P. & Coelho, R. (Orgs.) *Migrações e trabalho*, Brasília: Ministério Público do Trabalho, 17-19.
- Fernandes, D., & Faria, A. V. D. (2017). O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 34(1), 145-161.
- Filippim, E. S.; Sjlender, C. & Dalpiaz, L. H. (2016). O fenômeno recente da imigração de haitianos para o Brasil: o caso de uma agroindústria. *Produção em Foco*, 06(02), 40-50.
- Fligstein, N., & Dauter, L. (2007). The sociology of markets. *Annu. Rev. Sociol.*, 33, pp.105-128.

Fischer, R. M.B. (2013). Foucault. In: *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*. Oliveira, L. A. (Orgs). São Paulo: Parábola.

Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo. 114, 197-223.

Flori, P. M. (2008). *O sistema de relações de trabalho no Brasil e no reino Unido*. Brasília: CNI- Confederação Nacional da Indústria.

Foucault, M. (1983). Sujeito e poder. In: Rabinov, P. & Dreyfus, H. (1997). M. *Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings*,. Pantheon, 1972-1977.

Foucault, M. (2003). *A ordem do discurso*: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. L. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins. (1 ed. 1966).

Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do collège de France:(1970-1982)*. Trad. Andréa Daher, Cons. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar.

Foucault, M. (1992). *O que é um autor?* Lisboa, Passagens.

Foucault, M. (2004). *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ed. 01, 1972).

Foucault, M. (2003). *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones* (1 ed. 1978). Alianza.

Foucault, M. (2010). *Do Governo dos Vivos*. Rio de Janeiro: Achiamé.

Foucault, M. (1979). Teorias e instituições penais. *Introdução ao Pensamento de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar.

Foucault, M. (2016). *Subjetividade e Verdade*. Curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Martins Fontes . Ed. 01 (1984).

Foucault, M. (2005). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora. Ed. 01 (1976).

Foucault, M. (2002). *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal. (1 ed. 1985).

Foucault, M. (2003). *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal. (1 ed. 1984).

Foucault, M. (2005). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal. (1 ed. 1988).

Foucault, M. (2005). *Microfísica do poder*. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal. (1 ed. 1979).

Foucault, M. (2001). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24 ed. Petrópolis: Vozes. (1 ed. 1987).

Freeman, R. B.; Boxall, P. & Haynes, P. (2007) *What Workers Say Employee Voice in the Anglo-American Workplace*. ILR Press (Cornell University).

Galvão, A. & Trindade, E. A. (1999). Sistema de relações de trabalho nos países avançados: principais características e mudanças recentes. *Emprego e desenvolvimento tecnológico: artigos dos pesquisadores—São Paulo: DIEESE*.

Godoy, G. G. (2011). O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. *60 anos de ACNUR*, 45.

Godoy, G. G. (2014). A crise humanitária na Síria e seu impacto no Brasil In: *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 9(9).

Góis, P. H. & Crubellate, J. M. (2014). Relações de Poder e o Docente-Pesquisador frente à Estrutura e as Estratégias Organizacionais na Universidade Pública. *GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 12(1), 59-69.

Golgher, A. B. (2006). Diagnóstico do processo migratório no Brasil 1: comparação entre não-migrantes e migrantes. *UFMG/Cedeplar*, fev. 2006b (Texto para Discussão, n. 282)

Gonzalez Candia, J. C. & Zapata Schaffeld, F. (2015). Reformas estructurales y su impacto en las bases de poder del sindicalismo chileno y uruguayo. *Trabajo y sociedad*, (24), 5-32.

Gramsci, A. (2002). *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Guimarães, N. A. (2009). A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Novos estudos-CEBRAP*, (85), 151-170.

Guimarães, N. A., Hirata, H. S. & Sugita, K. (2009). *Trabalho flexível, empregos precários?: uma comparação Brasil, França, Japão*. Editora da Universidade de São Paulo.

Guirado, M. (2009). A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade. *Tese de Livre Docência*, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 22 jul. 2017, Recuperado a partir de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/47/tde-24082009-094342/>

Hayter, S. (2015). Introducción: El futuro incierto de las relaciones laborales. *Revista Internacional del Trabajo*, 2015, 134(1), 1-4 .

Harvey, D. (1992). Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura. *São Paulo: Loyola*

- Hopkins, B., Dawson, C., & Veliziotis, M. (2016). Absence management of migrant agency workers in the food manufacturing sector. *The International Journal of Human Resource Management*, 27(10), 1082-1100
- Hopkins, B. & Dawson, C. (2016). Migrant workers and involuntary non-permanent jobs: agencies as new IR actors? *Industrial Relations Journal*, 47, 163–180.
- Instituto brasileiro de geografia e estatísticas (IBGE, 2017). 15 mai. 2017. Recuperado a partir de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>
- Instituto brasileiro de geografia e estatísticas (IBGE, 2018). 10 ago. 2018. Recuperado a partir de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>
- Illes, P., Timóteo, G. L. S., & Fiorucci, E. D. S. (2008). Human trafficking for labour exploitation in the city of São Paulo. *Cadernos Pagu*, (31), 199-217.
- International Organization for Migration (OIM, 2016). Global Migration Trends 2015 Factsheet. 25 jun. 2017. Recuperado a partir de http://publications.iom.int/system/files/global_migration_trends_2015_factsheet.pdf
- Jarochinski Silva, J. C. (2018). Uma política migratória reativa e inadequada – a migração venezuelana para o Brasil e a resolução n. 126 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). In: *Migrações Sul-Sul*. Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (organizadores). 2 ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp
- Jaqueira, M. M. & Martins, F. J. (2015). Os direitos fundamentais e o trabalhador Imigrante no Brasil. *Derecho y Cambio Social*. 25 jun. 2017, Recuperado a partir de www.derechocambiosocial.com, ISSN: 2224-4131
- Jaqueira, M. (2016). Trabalhador imigrante: as regras de nacionalização do trabalho e o direito à igualdade. *Direito UNIFACS–Debate Virtual*, (189).
- Joseph, H. (2017). A historicidade da (e) migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. *PÉRIPLoS. Revista de Pesquisa sobre Migrações*, 1(1).
- Joseph, H. (2016). Criando Associações: migrantes haitianos na Guiana Francesa e no Brasil. In: *Cadernos de debate Refúgio, Migrações e Cidadania*, v. 11, n. 11(2016). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.
- Katz, H. C. (2005). The Causes and Consequences of Increased Within-Country Variance in Employment Practices. *British Journal of Industrial Relations*, 43(4), 577-583.
- Kaczmarczyk, P. & Okólski, M. (2005). International migration in Central and Eastern Europe—current and future trends. In *United Nations expert group meeting on international migration and development, mimeo*.

Keune, M.(2015). Ideas, paradojas y factores de cambio determinantes de las relaciones laborales futuras en la EU. *Revista Internacional del Trabajo*, 134(1), 53-63.

Kochan, T. A. (2006). *The American Worker: Disposable or indispensable?* Work and occupations, 33(4), 377-381.

Kochan, T. A. (2004). Introduction to the Special Issue: Collective Actors in Industrial Relations: What Future? *Industrielle Beziehungen*, 11(1), 6-14.

Kochan, T. A., Katz, H. C. & McKersie, R. B. (1986). *The transformation of American industrial relations*. Cornell University Press.

Krein, J. D. & Manzano, M.(2014). Análise da OIT de boas práticas na redução do emprego informal na América Latina e no Caribe. Estudo de Caso: Brasil. In: *formalização do trabalho e dos pequenos empreendimentos no Brasil OIT - SEBRAE*, 2014, Brasília. Análise da OIT de boas práticas na redução do emprego informal na América Latina e no Caribe Estudo de Caso: Brasil.

Leão, L. H. D. C., Muraro, A. P., Palos, C. C., Martins, M. A. C., & Borges, F. T. (2017). Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33.

Lessa, F. (2018). Cuiabá recebe 66 venezuelanos saídos de Roraima. 06 abr. 2018, Recuperado a partir de <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cuiaba-recebe-66-venezuelanos-saidos-de-boa-vista,70002257943>.

Lima, L., Santos Zuppani, T., Amorim, W. & Fischer, A. (2013). Apropriações Da Flexibilização das Relações de Trabalho (FRT) pela Administração de Recursos Humanos (ARH): Estudo Comparativo Entre As Produções Acadêmicas Nacionais e Internacionais. *Revista Gestão & Tecnologia*, 13(3), 151-177.

Lisboa, T. K. (2007). Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista Estudos Feministas* (15), set/dez.

Locke, R. M. (1999). O futuro das relações de trabalho e emprego. In: Castro, Antonio Barros de. et al. *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo. Os desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 205-218.

Machado. R. (2005). Por uma genealogia do poder. In: Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal (1 ed. 1079).

Magalhães, L. F. A., Bógus, L. M. M., & Baeninger, R. (2018). Haitian and Bolivian migrants in the city of São Paulo: economic transformations and migrant territorialities. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 26(52), 75-94.

Magalhães, L. F A (2017). A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. Recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

- Magalhães, L. F. A & Baeninger, R.(2016). Imigração Haitiana no Brasil e Remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana et al (org). Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial.
- Magalhães, L. F. A. & Baeninger, R. (2015). Haiti Is Here: Haitians in Santa Catarina, Brazil and the Concept of Emigration Syndrome1. *Journal of Economics and Development Studies*, 3(4), 51-56.
- Magalhães, L. F. A. & Baeninger, R. (2017). Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. *Revista Geografias*, 100-111.
- Magalhães, L. F. A (2018). Migração de dependência: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Brasil. In: *Migrações Sul-Sul*. Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (organizadores). 2 ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp.
- Magalhães, C. (2001). Reflexões sobre a análise crítica do discurso. *Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG*, 15-30.
- Magalhães, I. (2005). Introdução: a análise de discurso crítica. *Delta*, 21(especial).
- Magalhães, I. (2010). Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis) curso*, 4, 113-132.
- Manetta, A. (2012). Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística. In: Imigração Boliviana no Brasil / Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, p. 257.
- Martes, A. C. B. (2016). Chegadas e partidas: migrações internacionais no Brasil recente. *GV-executivo*, 15(1), 30-33, jan/jun.
- Martins, I. S. (2005). Reflexões sobre a análise crítica do discurso. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 21(2), 313-321.
- Martinez, L.F.P. (2012). A questão do poder e da ideologia na análise de discurso crítica (ADC). In: *Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 121-130. 21 ago. 2018, recuperado a partir de <http://books.scielo.org>.
- Martuscelli, P. N. (2016). O perfil dos imigrantes sul-americanos autônomos em São Paulo. 21 jan. 2017. Recuperado a partir de <https://drive.google.com/file/d/0B8G22TOAEkrHU2h0dFowMnYxbms/view>
- Mascarenhas, A. O. (2002). Etnografia e cultura organizacional: uma contribuição da antropologia à administração de empresas. *RAE - Revista de Administração de Empresas*. 42(2), 67-82, abr./jun.

- Mascarenhas, A. O., Dias, S. L. G. & Baptista, R. M. (2015). Elementos para discussão da escravidão contemporânea como prática de gestão. *Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 175-187.
- Matos, R. (2013). A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1), 49-74.
- McGovern, P. (2007). Immigration, Labour Markets and Employment Relations: Problems and Prospect. *British Journal of Industrial Relations*, 45(2), 217–235.
- Melo, M. C. O. & Carvalho Neto, A. M. (1998). *Negociação coletiva e relações de trabalho: o debate atual*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET).
- Melo, I. F. (2009). Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. IN: *Letra Magna*. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. 05(11). ISSN 1807-5193
- Merçon, M.(2015). Imigrantes bolivianos no trabalho escravo contemporâneo: análise do caso Zara a partir das RPGs. *Revista do CEDS. Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB*, 1(2), mar/jul.
- Metzner, T (2014). La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: OIM. *La Migración Haitiana Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos*. Cuadernos Migratorios N° 6. Buenos Aires: OIM, 2014. 15-33.
- Milesi, R; Andrade, P; Cory & Parise, P. (2016). O déficit de proteção a crianças migrantes na América Latina. In: *Caderno de debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, (11) 11. Brasília: Instituto migrações e Direitos Humanos.
- Milesi, R. & Andrade, W. C. (2015). A sociedade civil na atenção aos imigrantes e refugiados – O agir do IMDH. In: In: Prado, E. J. P. & Coelho, R. (Orgs.) *Migrações e trabalho*. (pp. 79-85). Brasília: Ministério Público do Trabalho.
- Missão Paz (2017). Recuperado a partir de <http://www.missaonspaz.org/blog>.
- Missão Paz e Conectas Direitos Humanos (2017). *Missão a Roraima e Manaus: Migração Venezuelana*.
- Moraes, I. A., de Andrade, C. A. A. & Mattos, B. R. B. (2013). A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. *Conjuntura Austral*, 4(20), 95-114.
- Morais, L. A; Araújo, C. V. & Rocha, E. C. (2010). O “trabalho escravo” de imigrantes Latino-americanos no Brasil contemporâneo. *Unieducar- educação sem distancia*. 01(1), 1-19. 08 de mar. 2017, Recuperado a partir de <https://unieducar.org.br/artigos/O%20trabalho%20escravo%20de%20imigrantes.pdf>.
- Morse, J. M., Stern, P. N., Corbin, J., Bowers, B., Charmaz, K., & Clarke, A. E. (2016). From grounded theory to situational analysis: What’s new? Why? How?. In *Developing Grounded Theory* (pp. 194-235). Routledge.

Morey, M. (1991). La cuestión del método. *Foucault, Michel. Tecnologías del yo y otros textos afines. Barcelona: Paidós Ibérica*, 9-44.

Nabuco, M. R. & Carvalho Neto, A. (1999). Relações de trabalho contemporâneas. *Belo Horizonte: IRT*.

Neto, A. C. (2012). Relações de trabalho e gestão de pessoas: entre o macro e o micro? Provocações epistemológicas. *REGE-Revista de Gestão*, 19(2), 299-308.

Neto, J. H., Namir, K., & Kozovits, L. (2012). Setor e emprego informal no Brasil: análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais–2000/07. *Economia e Sociedade*, 21(1), 93-113.

Neves, M. H. M. (1997). A gramática de usos é uma gramática funcional. *ALFA: Revista de Linguística*, 41(1).

Nicoli, P. A. G. (2011). *A Condição Jurídica do Trabalhador Imigrante no Direito Brasileiro*. São Paulo: LTr. 2011.

Nietzsche, F. (2008). *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia de bolso.

Observatório das migrações internacionais (OBMIGRA, 2017). Recuperado em: 12 novembro 2017, a partir de <<http://migramundo.com/sociedade-civil-e-migrantes-fazem-sugestoes-para-regulamentacao-da-lei-de-migracao/>>.

Oliveira, L. A. (2013). Gramsci. In: *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*. Oliveira, L. A. (Orgs). São Paulo: Parábola.

Oliveira, A. M., Bernardes, P. & Carvalho Neto, A. (2004). Tendências da economia e ajuste do mercado de trabalho brasileiro desde os anos 1990. *Revista Economia & Gestão*, 4(8), 167-170.

Oliveira, A. T. (2013). Um Panorama da Migração Internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, 21(40), 195-210, jul./dez,

Organização internacional do trabalho (OIT, 2017). (Oficina Regional para América Latina y el Caribe), *Tendencias de la inspección del trabajo frente a la formalización: experiencias de América Latina y el Caribe*. 20 mar. 2017, Recuperado a partir de http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro/lima/documents/publication/wcms_370261.pdf.

Organização internacional do trabalho (OIT, 2016). (Oficina Regional para América Latina y el Caribe). *Migraciones Laborales. Fuentes de información de la OIT*. 2ª. ed. (Documento en actualización permanente). Lima: OIT. (Serie: Bibliografías Temáticas Digitales OIT, N° 7).

Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017). Inserção Laboral de Migrantes Internacionais: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo. Coord. Sampaio, C. & Posthuma, A. C. Elab. Baeninger R. & Fernandes. *Resumo Executivo*.

18 jan. 2018. Recuperado a partir de http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_615540.pdf.

Osinski, M., Roman, D. J. & Favretto, J. (2018). A percepção dos imigrantes haitianos no contexto social e organizacional de Santa Catarina. In: Imigração haitiana: perfil, ambientação social e organizacional no oeste catarinense, política migratória e aspectos da história do Haiti / organizadores Darlan José Roman, Izabella Barison Matos. – Joaçaba: Editora Unoesc.

Oreiro, J. L.C. & Basílio, F. (2012). A Crise Financeira Brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira a la Minsky In: *A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas*. São Paulo: Unespe.

Pamplona, J. B. (2013). Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. *Rev. bras. estud. popul.*, 225-249, jan./jun.

Parise, P. (2018). Impactos econômicos da imigração a partir da experiência da Missão de Paz. IN: Diálogos Estratégicos: Migrações e seus impactos na sociedade do século XXI. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos 1(4).

Parise, P. (2016). Imigração no Brasil: os números e os desafios sociais e éticos. 1º Simpósio Internacional sobre Religião e Migração: mobilidade humana e identidades religiosas. São Paulo: CEM, PUCSP, SIMI, 8.

Passos, I. C. F. (2008). *Poder, normalização e violência—Incursões foucaultianas para a atualidade*. Distribuidora Autentica LTDA.

Patarra, N. L. (2005) Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), jul/set.

Patarra, N. L. & Fernandes, D. (2011). Brasil: país de imigração. *Revista Internacional em Língua Portuguesa—Migrações*, 3(24), 65-96.

Pauli, R. C., Nakabashi, L. & Sampaio, A. V. (2012) Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, 32(3), 459-478, jul/set.

Pellizari, K., & Roque-Faria, H. J. (2017). A língua portuguesa como instrumento de acesso ao mercado de trabalho: imigrantes no norte de mato grosso. *Revista Expectativa*, 16(2), 167-189.

Pellizari, K. & Mazaro. R. E. (2017). Políticas de inserção social de migrantes no mercado de trabalho mato-grossense: um processo em construção. *Anais do Seminário em Administração PPGA/FEA/USP- SemeAd*, São Paulo, SP, Brasil, 20.

Pereira, J. C.; Carvalho, L. Parise, P. (2018). Venezuelanos acolhidos na Missão Paz: do lugar para descanso a incidência política e inserção social. IN: Migrações Venezuelanas. Rosana Baeninger; João Carlos Jaroshinski Silva (Coord.) Catarina Von Zuben, Paolo Parise, José Carlos Pereira, Francisco Max; Luis Felipe A. Magalhaes; Daniel Menezes; Duval Fernandes;

Alberto Jakob; Luis Renato Vedovato; Camila R. da Silva; Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Victor Del Vecchio (Org.) Campinas, SP. NEPO/Unicamp.

Petrini, M. & Pozzebon, M. (2008). Usando a *Grounded Theory* na construção de modelos teóricos. In: Anais ENANPAD, Rio de Janeiro: RJ, 32.

Pichler, W. A. (2011). Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009. *Indicadores Econômicos FEE*, 38(3).

Pimentel, M. L. & Cotinguiba, G. C. (2014b). Elementos Etnográficos sobre a imigração na Amazônia Brasileira: inserção social de haitianos em Porto Velho. In: *Temas de Antropología y Migración*. Instituto de ciencias antropológicas, Facultad de filosofía y letras. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires.7, 31-55.

Pitz, D. L. (2016). O trabalho de imigrantes no Brasil em condições análogas à escravidão e as medidas adotadas para sua erradicação e garantia dos direitos humanos fundamentais. *Unisul de Fato e de Direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina*, 7(12), 288.

Pinto, M. R., & Santos, L. L. S. (2012). A *grounded theory* como abordagem metodológica: relatos de uma experiência de campo. *Organizações & Sociedade*, 19(62).

Portal Brasil. (2016). *Brasil abriga 8.863 refugiados de 79 nacionalidades*. 27 jun. 2017. Recuperado a partir de <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/05/brasil-abriga-8-863-refugiados-de-79-nacionalidades>.

Prado, E. J. P. & Coelho, R. (2015). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho.

Ramos, A. D. C. (2005). Responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos. *Revista CEJ*, 9(29), 53-63.

Roman, D. J. & Matos, I. B. (2018). Imigração haitiana: perfil, ambientação social e organizacional no oeste catarinense, política migratória e aspectos da história do Haiti / organizadores Darlan José Roman, Izabella Barison Matos. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2018.

Reis Rocha, R. (2004). Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55).

Reis, M., & Aguas, M. (2014). Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. *Economia Aplicada*, 18(1), 35-50.

Resende, V. M., & Ramalho, V. C. V. S. (2010). Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis) curso*, 5(1), 185-208.

Resende, V. M. (2017). Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: *Análise de discurso crítica: outras perspectivas*. Campinas: Pontes

Reynaud, J. D., Eyraud, F., Paradeise, C. & Saglio, J. (1990). *Les systèmes de relations professionnelles*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.

Rocha, G. Brandão, A. (2013). Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. R. Katál, Florianópolis, 16(2), 196-204, jul./dez.

Rocha, G. & Brandão, A. (2013). Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. *Revista Katálisis*, 16(2).

Rodrigues, I. J. & Ramalho, J. R. (2009). O sindicalismo metalúrgico em contextos de reestruturação: o caso do ABC paulista e as novas estratégias sindicais. In: Leite, m. P; Araújo, a. M. C. (Org.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume.

Rodrigues, I. J. (2013). Para onde foram os sindicatos? Alguns dados para reflexão. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindoia, São Paulo. *Anais*. Águas de Lindoia: ANPOCS.

Rodrigues, I. J., Ramalho, J. R. & Conceição, J. J. (2008). Relações de trabalho e sindicato no primeiro governo Lula (2003-2006). *Ciência e Cultura* (SBPC), 60, 54-57.

Rodrigues de Oro, E. & Perez, G. (2017). Abordagem da Grounded Theory de Charmaz: Uso e aplicação em uma pesquisa de doutorado na área de administração de empresas. In: XLI Encontro da ANPAD/2017, Anais... São Paulo: ANPAD

Rodrigues, L. M. (1999). *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: EDUSP, Fapesp.

Saladini, A.P. S. (2011) Trabalho e Imigração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais. Jacarezinho/PR, 2011, *Dissertação* (Mestrado) – Pós Graduação em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná, 229.

Sander, N., Abel, G. J., Bauer, R., & Schmidt, J. (2014). *Visualising migration flow data with circular plots* (No. 2/2014). Vienna Institute of Demography Working Papers.

Santini, D. (2014). Sistema Nacional de Empregos não funciona e refugiados ficam sujeitos a aliciadores. Repórter Brasil. 10 mar. 2017. Recuperado a partir de <http://imigrantes.webflow.io/>.

Santos, M. I. M. P., & Luz, E. (2011). A *Grounded theory* segundo Charmaz: experiências de utilização do método. 06 jun. 2016. Recuperado a partir de http://www.infiresources.ca/fer/depotdocuments/A_Grounded_Theory_segundo_Charmaz-experiencias_de_utilizaco_do_metodo.pdf.

Sartoretto, L. (2018). Ampliação da definição de refugiado no Brasil e sua interpretação restritiva. In. *Migrações Sul-Sul*. Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (organizadores). 2 ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp

Schwartzman, L. F., & Schwartzman, S. (2015). Migrations des personnes hautement qualifiées au Brésil. De l'isolement à l'insertion internationale?. *Brésil (s). Sciences humaines et sociales*, (7), 147-172.

Siciliano, A. L. (2013). A política migratória brasileira: limites e desafios. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo. 08 mar. 2017. Recuperado a partir de http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_12-04-19_Andre_Luiz_Siciliano.pdf.

Society for Intercultural Education, Training and Research (Sietar Brasil). 06 jun. 2016. Recuperado a partir de <http://sietarbrasil.blogspot.com/p/quem-somos.html>

Silva, C. R. (2018). Migração de Venezuelanos para São Paulo: Reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In *Migrações Sul-Sul*. Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (organizadores). 2 ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp

Silva, R. H., & Chaves, V. J. (2017). Migração e escravidão no Brasil: uma análise acerca da lei nº 13.445/2017. *Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho*, 3(2), 83-103.

Silva, A. M. (2015). Efeitos da crise econômica e política no mercado de trabalho: a flexibilização, a desregulamentação e a informalidade batem à porta e pedem passagem. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, 140, set.

Silva, J. C. L & Assis, D. (2016). Políticas públicas: o que são e quais os reflexos do seu hiato no setor migratório brasileiro. In: *V Encontro internacional do CONPEDI- Montevideú-Uruguai. Direitos sociais e políticas públicas II*. Organização: CONPEDI/ Udelar/ Unisinos/ URI/ UFSM/ Univali/ UPF/ FURG. Coord: Vladimir Oliveira da Silveira – Florianópolis: CONPEDI.

Silva, S. A. (2016). Haitianos em Manaus Mercado de trabalho e exercício da cidadania. In. *Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais*. Org. Sidney A. da Silva, Glaucia O. Assis. Manaus: EDUA.

Silva, S. A. (2006). Bolivians in São Paulo: between dream and reality. In: *Estudos Avançados*. 20(57), 157-170.

Silva, R. (2010). Linguagem e ideologia: embates teóricos. *Linguagem em (Dis) curso*, 9(1), 157-180.

Silveira, R. A. (2005). *Michel Foucault. Poder e análise das organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro- SINCRE. (2015). Polícia Federal.

Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro- SINCRE. (2016). Polícia Federal.

Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiro- SINCRE. (2017). Polícia Federal.

Soares, W., Lobo, C. & Matos, R. (2015). Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil-1991/2010. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 23(44), 191-205, jan/jun.

Souchad, S. (2012). A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: Imigração Boliviana no Brasil, Baeninger R. (2012). (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 316.

Stefanelli, M. M. C. & Bastos, S. (2016). Missão Paz: lugar de Hospitalidade e Acolhimento aos I-Migrantes na Cidade de São Paulo, SP. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 8(3), 256-273.

Suzuki, N. & Casteli, T. (2016). Trabalho escravo é ainda uma realidade no Brasil. *Revista online Carta Capital*. São Paulo. 28 jun. 2017. Recuperado a partir de <http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/fundamental-2/trabalho-escravo-e-ainda-uma-realidade-no-brasil/>

Strauss, A. L. (1987). *Qualitative analysis for social scientists*. Cambridge University Press.

Strauss, A. & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research techniques*. Sage publications.

Strauss, A. L. & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed.

Suddaby, R. (2006). From the editors: What grounded theory is not. *Academy of management journal*, 49(4), 633-642.

Tannock, S. (2013). Bad Attitude? Migrant Workers, Meat Processing Work and the Local Unemployed in a Peripheral Region of the UK. *European Urban and Regional Studies*, 22(4), 416–430.

Thompson, J. T. (2011). Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Thomaz, D. Z. (2013). Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. *Primeiros Estudos*, (4), 131-143.

Tramarim, E. (2012). *Trabalho imigrante: o poder de atração do Brasil* - Bloco 1. 25 mar. 2017. Recuperado a partir de <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/reportagem-especial/424964-trabalho-imigrante-o-poder-de-atracao-do-brasil-bloco-1.html>.

Trindade, R. (2014). *Foucault- Panóptico ou a “visibilidade é uma armadilha*. 28 jan. 2018. Recuperado a partir de <https://razaoinadequada.com/2014/12/03/foucault-panoptico-ou-a-visibilidade-e-uma-armadilha/>.

Truzzi, O. (2008). Redes em processos migratórios. *Tempo social*, 20(1), 199-218.

Uhlmann, V. O. & Erdmann, R. H. (2014). Usos e aplicações da *Grounded Theory* em Administração. In; SIMPOI, São Paulo. *Anais...* São Paulo.

UNHCR- The UN Refugee Agency. In: Global Trends in Forced Displacement 14 abr. 2018. Recuperado a partir de <http://www.unhcr.org/global-trends-2017-media>.

Vedovato, L. R. & Assis, A E. S. Q. (2018). Os vetos à nova lei de migração brasileira. A interpretação como um passo necessário. In; *Migrações Sul-Sul*. Rosana Baeninger; Lúcia Machado Bógus; Júlia Bertino Moreira; Luís Renato Vedovato; Duval Fernandes; Marta Rovey de Souza; Cláudia Siqueira Baltar; Roberta Guimarães Peres; Tatiana Chang Waldman; Luís Felipe Aires Magalhães (organizadores). 2 ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp

Veiga-Neto, A. (2007). Foucault & a Educação. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Veiga- Neto, A. (2013). Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império. In: *Figuras de Foucault*. Alfredo Veiga-Neto e Margareth Rago. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica

Veloso, E. F. R., Trevisan, L. N., Amorim, W. A. C., Silva, R. C., Fischer, A. L. & Dutra, J. S. (2014). Brazilian human resources in a polarized Latin America. *InternexT - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, 9(3), 1-15.

Veronese, M. V., & Guareschi, P. A. (2006). Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. *Ciências Sociais Unisinos*, 42(2), 85-93.

Vezzoli, S., Bonfiglio, A. & Haas, H.(2017). *Global migration futures*. Working papers 135, april, 2017. In: International Migration Institute (IMI), Oxford Department of International Development (QEH), University of Oxford, 3 Mansfield Road, Oxford OX1 3TB, UK (www.imi.ox.ac.uk).

Zeni, K., & Filippim, E. S. (2014). Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. *Revista Pretexto*, 15(2), 11-27.

Wallace, C., & Vincent, K. (2007). Recent migration from the new European borderlands. *Review of Sociology*, 13(2), 19-37.